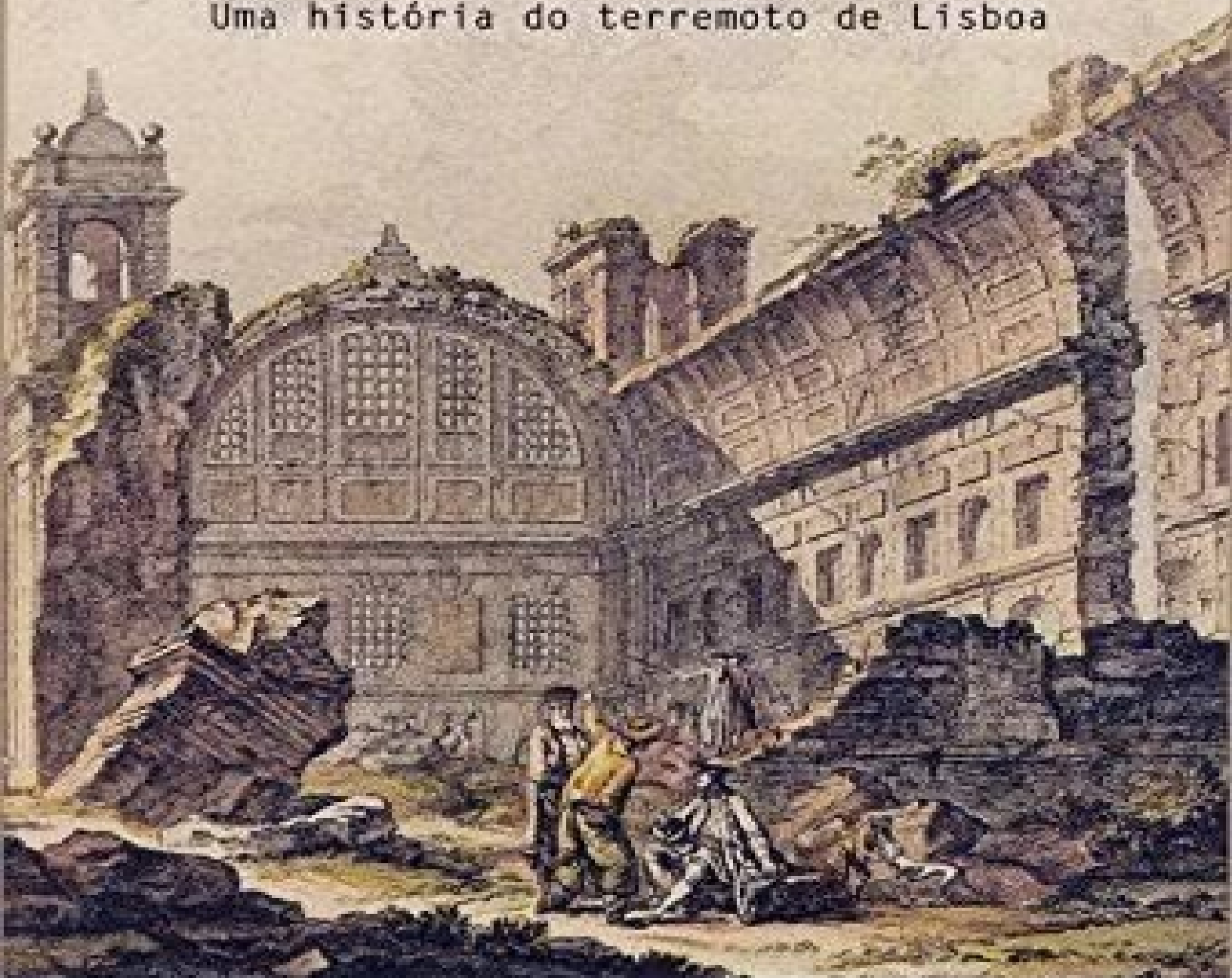


Mary del Priore

O Mal sobre a Terra

Uma história do terremoto de Lisboa



2ª EDIÇÃO REVISTA


TOPBOOKS



O MAL SOBRE A TERRA

MARY DEL PRIORE

O MAL SOBRE A TERRA

Uma história do terremoto de Lisboa

2a edição revista

Copyright @ Mary del Priore, 2015

1a edição: 2002

EDITOR

José Mario Pereira

EDITORA ASSISTENTE

Christine Ajuz

REVISÃO TÉCNICA E ÍNDICE ONOMÁSTICO

Miguel Barros

PRODUÇÃO

Mariângela Félix

CAPA

Adriana Moreno

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

D375m

2. ed.

Del Priore, Mary, 1952—

O mal sobre a terra: uma história do terremoto de

Lisboa / Mary Del Priore. – 2. ed. – Rio de Janeiro:

Topbooks, 2015.

324 p.; 23 cm.

Inclui índice

ISBN 978-85-7475-255-6

1. Terremotos – Portugal – Lisboa. 2. Lisboa (Portugal) –

História – Séc. XVIII. I. Título.

15-26119

CDD: 946.9425

CDU: 94(469)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS POR

Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda.

Rua Visconde de Inhaúma, 58 / gr. 203 – Centro

Rio de Janeiro – CEP: 20091-007

Telefax: (21) 2233-8717 e 2233-8718

topbooks@topbooks.com.br/www.topbooks.com.br

Estamos também no Facebook

Para Charles M. Lisbona

A Pedro, Paulo e Isabel, sempre

SUMÁRIO

Prefácio (Francisco José Calazans Falcon)

11

Introdução.....

15

Capítulo I — Antes do Terremoto: a cidade e as terras

23

Capítulo II — Durante o Terremoto: o furor da Terra 109

Capítulo III — Depois do Terremoto: Lisboa, “toda cheia de mágoa e tristeza”
..... 167

Capítulo IV — A incerta memória do Terremoto 251

Conclusão, ou uma das conclusões possíveis 307

Índice onomástico 313

9

PREFÁCIO

Francisco José Calazans Falcon

Escrito com bastante cuidado e seriedade, típicos do trabalho historiador, este livro revela também um grande carinho pela Lisboa pombalina, vítima do terremoto do dia 1º. de novembro de 1755. Sua leitura proporciona ao leitor uma forma de percepção do objeto histórico — a cidade e o sismo — típico da historiografia contemporânea a qual se completa na própria forma narrativa da exposição. Para mim, por força das minhas circunstâncias e vivências, essas características tão atuais do presente estudo constituíram o ponto de partida de algumas reflexões com-parativas que julgo interessantes e oportunas em termos historiográficos.

Ao chegar a Lisboa, nos começos de abril de 1969, pude ainda ler e ouvir algumas notícias a respeito de um tremor de terra brando e de curta duração que havia causado alguns sustos e pequenos prejuízos em Lisboa e outras localidades, além de suscitar, é claro, recordações históricas várias, com ênfase no terremoto de 1755. Embora a principal razão dessa minha estada em Lisboa fossem as pesquisas sobre a “Época Pombalina”, minha visão do Terremoto tinha então tudo a ver com as suas implicações econômicas, políticas e ideológicas e pouco ou quase nada com o evento em si mesmo ou com seu impacto sobre a cidade como tal.

Agora, terminada a leitura deste texto, considero importantes as diferenças entre ele e o que escrevi em 1975, pois, na verdade, nas maneiras diferentes de enfocar e interpretar os próprios temas está implícita talvez a distância entre duas concepções de História — a

“estrutural” dos anos 70 e a *nouvelle* dos anos 90.

11

Na versão que escrevi em meados dos anos 70 não eram os efeitos catastróficos

e trágicos do Terremoto o que mais me interessava, mas as relações entre o abalo sísmico e as ações e atitudes de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal. A importância que atribuem os seus biógrafos à energia e rapidez de suas decisões assinala tradicionalmente na historiografia aquela espécie de inflexão decisiva que assinalaria os verdadeiros começos da carreira do secretário de D. José I. Interessava-me sublinhar e analisar as repercussões políticas e ideológicas da catástrofe, isto é, as diversas maneiras como reagiram os grupos políticos rivais em face das destruições e prejuízos causados pelo Terremoto. Daí, talvez, o destaque que demos ao “Discurso Político” ou

“Profecia Política” (1756) e às “Observações Secretíssimas” (1775), textos francamente ideológicos e políticos que representavam, respectivamente, no primeiro caso, não tanto os efeitos como as lições a extrair de um evento revelador da “verdadeira substância” da dependência do Reino ao comércio britânico, e, no segundo, a visão otimista das realizações pombalinas, com destaque para a (re)construção de uma cidade completamente nova e moderna sobre os escombros da velha Lisboa.

Bem diversa é a perspectiva da autora no presente livro. Embora afirme que o Terremoto é o personagem principal, na verdade o real destaque cabe aqui à Cidade de Lisboa. Longe de ser tão somente o palco ou cenário para o Terremoto, Lisboa é, neste texto, a personagem por excelência, daí derivando provavelmente a divisão básica da narrativa entre três momentos muito bem caracterizados: o da Lisboa de antes do Terremoto, o da cidade durante o abalo sísmico e aquele que se segue à grande tragédia.

A fim de melhor apreender a vida lisboeta durante esses momentos decisivos, a historiadora ampliou e diversificou a observação da vida cotidiana, situando sua abordagem no campo da história cultural.

Assim, a compreensão ou simples visão dos acontecimentos privilegia os testemunhos e as percepções dos próprios contemporâneos, cabendo ao historiador, tão somente, organizar e apresentar coerentemente os dados empíricos disponíveis, pois quem fala são sempre aqueles que de uma maneira ou de outra participaram dos acontecimentos — e conseguiram escapar com vida!

Tanto o tipo de fontes utilizadas quanto as escolhas temáticas e a forma de abordagem contribuem para que se percebam não poucas diferenças em relação ao “nosso Terremoto de 1975”. Aliás, no Capítulo IV, a autora apresenta-nos um balanço historiográfico no qual a maior parte das tradicionais “questões” historiográficas é retomada e revista, a começar pelo papel efetivamente desempenhado por Carvalho e Melo nas decisões e providências logo após o Terremoto. Fica-nos assim a impressão de que essas variações e discussões historiográficas interpretativas não são capazes de modificar, significativamente, as linhas mestras da história vivida e percebida pelos seus próprios atores antes, durante e após o abalo sísmico.

O “Capítulo I — Antes do Terremoto: a cidade e as terras” tem em Jacome Ratton um cronista-observador privilegiado das múltiplas faces da paisagem urbana. A partir de subtítulos sugestivos, como “Em pouco, pouco se perde”, a historiadora traça um painel variado e preciso da vida cotidiana da cidade, suas “cadências” e os “acidentes” que se sucedem —

guerra, fome, carestia — mas sem esquecer o lugar do riso e das versões que permeiam o mundo das ideias e o imaginário.

Diante das 86 páginas do primeiro capítulo, as 58 dedicadas a Lisboa durante o terremoto — “o furor da Terra” — podem parecer poucas. Todavia, sempre privilegiando o testemunho dos que viram ou ouviram, a autora reconstrói, com grande habilidade, os momentos dramáticos do terremoto — o abalo e os desabamentos, os incêndios, a invasão das águas — “um murmúrio doce e leve”. Em seguida, vêm os comportamentos humanos: roubo, desordem, sentimentos confusos e a ação das autoridades, a começar por D. José I e Sebastião José de Carvalho e Melo.

A seguir, no “Capítulo III — Depois do Terremoto”, Lisboa é apresentada ao leitor “toda cheia de mágoa e tristeza”, dominada pelas sombras — dos mortos e dos vivos — ameaçada, pela peste e pela fome.

História social da cultura da melhor qualidade, quando ainda parecia fumer a ira divina, o texto não descarta dos prejuízos materiais nem da mobilização da colônia para financiar a reedificação ainda por iniciar-se. Nas quase 90 páginas deste capítulo não faltam as referências às

“profecias sediciosas”, e nele também reencontramos o “Discurso Político sobre

as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar...”, aquele mesmo texto de A. Goudar que tanto nos ocupou um quarto de 13

século atrás, assim como os episódios conspiratórios da Corte real, Malagrida, e do atentado contra D. José.

Enfim, se é incerta a memória do terremoto, como declara o título do Capítulo IV, bastante rica e dinâmica é a interpretação que aqui se constrói a propósito das complexas relações entre a cidade e o grande abalo sísmico.

Por último, uma breve observação metodológica. Muito embora não deixe de homenagear as incursões gaulesas no campo da micro-história, Mary del Priore se deixou amarrar pelos “Jogos de Escalas” de J. Revel. Historiadora muito lúcida, sabe ela que a questão não se resolve com lupas ou telescópios. “Ver”, para o historiador, consiste de fato em interpretar e comparar, com inteligência e sensibilidade, as fontes documentais, construindo numa narrativa e criticando explicações contraditórias típicas da historiografia.

Com efeito, é bastante empobrecedora a perspectiva da micro-história que reduz esta última à ideia de ver melhor ou com mais pormenores através da utilização de novos instrumentos — uma lupa, por exemplo. Tal “aprisionamento às metáforas visuais gregas”, critica-do por Rorty, não se encontra presente neste livro, apesar, talvez, das aparências desenhadas por algumas citações.

Em suma, temos aqui um livro tipicamente de História no qual o historiador mais atento à historiografia pode claramente perceber que na grande transformação historiográfica ocorrida no último quartel do século XX mudaram os temas e/ou objetos mas mudaram, principalmente, a forma das abordagens e a maneira de redigir o discurso histó-

rico. Narrativo e/ou descritivo, o atual discurso traduz o esforço do historiador no sentido de reunir fragmentos ou “migalhas”, num todo coerente, significativo, sem recorrer, no entanto, à categoria da totalidade ou a alguma “Grande Teoria” que a legitime. O recurso à imaginação, capaz de imprimir à narrativa um caráter de representação fiel dos acontecimentos, jamais se afasta ou perde o contato dos dados empíricos, isto é, das fontes documentais.

Estão assim de parabéns a autora e a editora e, acima de tudo, os leitores interessados pelo grande drama da Lisboa pombalina.

Niterói, 2001.

14

INTRODUÇÃO

“O Mal sobre a Terra”, ou a história do terremoto de Lisboa em 1755

Hoje

Sei apenas gostar

Duma nesga de terra

Debruada de mar

(“Pátria” — Miguel Torga)

Na luz da tarde, sentados frente a frente, um perfume de café fresco no ar, o amigo¹ perguntou: “Mas, por que um terremoto?”. De fato, o historiador tem, à sua espera, uma infinidade de temas fascinantes. A história fragmentou-se, estudando pedaços de tempo ou zonas do espa-

ço. Hoje, tempo e história não formam um único caudal; há meandros e afluentes, braços mortos e pântanos. “A ideologia não está mais lá para orientar a corrente”.² Os historiadores podem dar, assim, atenção à ausência de acontecimentos, aos períodos felizes, “páginas brancas da História”, como dizia Hegel, mas também aos momentos vazios, aos dias tediosos e sem glória, à vida de todos os dias; as maneiras de se dis-trair, de fazer amor ou morrer, as mentalidades, os mitos *etc.* Ele mergulha onde corre um tempo lento, cheio de visco, desajeitado, espesso, que mostra menos o efêmero dos acontecimentos do que as permanências do espírito humano.

1 Trata-se do professor Joaquim Manuel Guedes, da FAU/USP.

2 Emprestei aqui algumas imagens sobre a história em Gilles Lapouge. “A consagração da história”.

O Estado de São Paulo, ano III, n. 119, p. 4. Caderno de Cultura.

O historiador sabe, contudo, que não são os critérios mais objetivos os que o empurram na direção de velhos documentos, esses facundos intermediários capazes de fazê-lo conversar com os mortos. Na maior parte das vezes são nossos próprios mortos, ou nossas próprias mortes em vida que nos instigam a debruçar-nos sobre um determinado tema.

Estudar um longínquo terremoto em terra que nem é minha foi, assim, consequência de um sismo secreto. Sismo doído, machucado, aterroriza-dor. Uma experiência única que dilatou-se, difundiu-se e tirou toda a sua verdade de um desastre privado. Há momentos na vida do historiador em que ele, ou os seus, são objeto “de uma imensa mão que brinca com os minúsculos homens, e que, sem que eles esperem, arranca de um único golpe, seco e rápido, a casca da terra”.³ Morre-se tanto de uma ruptura quanto de um tremor de terra. Eis a resposta que deveria dar ao meu amigo. Nessa alquimia que se trama no fundo da terra — ou da alma —

e cujo segredo é elucidado anos mais tarde, apenas o tempo encarrega-se de neutralizar as dores da história individual. Ou coletiva.

Daí a vontade de contar história do terremoto de 1755 em Lisboa. Um terremoto que incentivou outros desafios. Os metodológicos foram os primeiros. Poderia inspirar-me de sismos privados, deixando-me levar pela invenção ficcional, mas era preciso lembrar-me que a história é comandada por uma intenção e um princípio de verdade, que o passado que ela se dá como propósito é objetivo, e que essa objetividade depende da correta aplicação de um método crítico, de seus instrumentos e de seus critérios de validação. Nessa reconstru-

ção do passado, com regras e operações próprias da disciplina, queria fazer de um fato, de um acontecimento, o meu personagem. Desejava, portanto, reatar com a ação, iluminar o transitório, dirigir o olhar para o que chamaria aqui de o motivo do quadro — *le sujet dans le tableau* —

, atenta, contudo, ao seu pano de fundo aparentemente monótono, cinzento. O terremoto surgia nessa perspectiva. Perspectiva de colocar um momento do passado, momento que não foi exatamente uma

“página branca”, sob a lupa.

O que acontece se aumentamos o foco da lente, ampliando o objeto de observação? — a pergunta quem faz é Jacques 3 Trecho do romance de Emmanuel Adely. *Agar-Agar*. Paris: Stock, 1999.

16

Revel.4 A ideia é a de fazer aparecer uma outra trama social, uma outra organização, com a convicção de que vidas minúsculas partici-pam à sua maneira da história, dela nos dando uma leitura diferente, mais complexa e surpreendente. Trata-se de levar a sério toda a poeira de informação, a fim de reconstituir trajetos individuais, restos de experiências que iluminam as lógicas sociais e simbólicas de grupos ou de comunidades mais amplas. Esse jogo com as escalas de observação produz efeitos concretos no conhecimento que possamos ter das realidades históricas, pois ele permite que se enxergue outra coisa, de outra maneira.

Outra vantagem dessa inversão de escalas é a possibilidade de revisão da narrativa histórica nela contida. O jogo de pistas em que o historiador parte em busca de traços e signos, os mais tênues do passado, o conduz a fazer do texto uma categoria do romance policial: o passado é um enigma, a história uma investigação, e seu detalhamento é descrito como a resolução de um mistério. Não é pouca ambição em se tratando da história do terremoto de 1755.

Pois assim mesmo quis colocá-lo sob a lupa. Comecei me pergun-tando o que terá significado o terremoto para aqueles que a ele assistiram.

Medo, morte, calamidade, furor da terra, castigo divino, a lista é infinita.

Para o historiador, esse significado poderá ser o ponto de partida para a compreensão de alguns aspectos da sociedade portuguesa, sociedade essa difícil de capturar, pois que dissociada entre mudança e permanência.

Permanência, pois Portugal ancorava-se na estabilidade das estruturas, no predomínio esmagador do mundo agrário, na dominação da aristocracia senhorial, leiga e eclesiástica. A ela pertenciam a terra e o domínio do aparelho de Estado, onde, de tempos em tempos, esbarrava-se na media-

ção do aparelho burocrático. A monarquia absoluta e a política econômica mercantilista, politicamente enraizadas no mundo agrário, seguiam apegadas com tenacidade às suas maneiras de pensar e a seus valores.

Mudança, pois no reinado de D. José e sob o governo do marquês de Pombal, os grupos que mantinham uma soma perigosa de poder e prestígio serão perseguidos e dizimados. O clero passa a sofrer com crescente desprestígio. O espírito do século XVIII era de dúvida, de impiedade, além de anticlerical e deísta. O país estava mergulhado numa “crise mental”, 4 Ver o livro que organizou: *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Seuil; Gallimard, 1996.

17

como a denominou Hernani Cidade.⁵ Crise cuja natureza, conforme explica Francisco C. Falcon⁶, residia fundamentalmente na profunda oposição, já então evidente, entre duas visões de mundo na vida social, intelectual e mental da época, com suas respectivas posturas sociais distintas: uma cristã, ou católica-feudal, a outra humanista-renascentista, ou moderna, isto é, uma visão de mundo essencialmente providencialista e transcendente em face de outra que, pelo menos tendencialmente, se movia no sentido da imanência e afirmava uma atitude voluntarista por excelência. Ora, cruzando o desordenado conjunto de fontes sobre o sismo, vemos emergir um sistema singular e contraditório, em que mudan-

ças e permanências se imbricam e estiram. No interior desse desconserta-do conjunto de documentos construiu-se um imaginário, uma ideia sobre o que acontecera. Penetrando o dédalo pantanoso dos dispositivos intelectuais empregados para descrever o que se passou, li a história da irrupção trágica de fatos marcados por inesquecível horror. O horror, por sua vez, permite explicitar, inventariar e interpretar a ideia, para nós, historiadores, de uma fixidez absoluta: a de que o terremoto faz parte das forças da natureza. Mas, em meados do século XVIII, o terremoto foi muito mais do que isso. Em meio a toda a sorte de tensões, ele se inventou; se construiu. Como fato histórico, foi fragmento percebido de uma realidade que, como diz Arlette Farge⁷, não tem outra unidade que o nome que lhe damos. Sua irrupção no tempo foi imediatamente apropriada pelos que o viveram, viram, memorizaram. Fabricante e fabricado, foi um pedaço de tempo e de ação feito em pedaços. Vamos tentar reconstituir seus múltiplos significados levando em conta as vidas e vozes dos que a ele assistiram, descreveram e dele sobreviveram. Portanto, a consciência dos que escaparam à voraz boca que se abriu na terra. Vamos tentar colher nele o que Foucault chamou de “o grão dos dias”, aquele que se espalha pelos documentos como farinha opaca.

Mais intrigante ainda e mais difícil de manejar são os testemunhos sobre o sismo. As palavras, as memórias, os pedaços de afirmação 5 *Lições de cultura e literatura portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora, 1968.

6 Francisco José Calazans Falcon. “A crise dos valores morais, religiosos e artísticos”. In: Francisco J. Calazans Falcon e Antonio Edmilson M. Rodrigues (org.). *Tempos modernos: Ensaio de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 153-154.

7 Ver o seu *Des lieux pour l’histoire*. Paris: Seuil, 1997; especialmente o capítulo “De l’événement”, pp. 82-96.

18

ou de negação transbordam o senso comum, desgastam as evidências e introduzem, no curso da história, como bem diz Farge,⁸ uma multiplicidade de aparições do singular. Há assim os fatos, pequenos e grandes, e o rumor que eles engendram, os ruídos de debaixo da história, aquele das línguas que contam e recontam. Essa palavra, esse discurso forma momentos precisos. Podemos considerá-los como outros tantos acontecimentos na medida em que sua enunciação inscreve-se nas formas de pertença a relações singulares a cada um nas afirmações que excluem outras, traçando caminhos particulares. Essas palavras raramente ditas, em História, formam um lugar preciso: aquele que exprime a especificidade de existir ou de sofrer.

Durante as celebrações da festa de Todos os Santos, no dia 1º de novembro de 1755, pelas 9h30 da manhã, a terra rasgou-se e rugiu.

Um maremoto trouxe uma parte da cidade. Desaparecia em sete minutos — no curtíssimo espaço de apenas sete minutos — parte considerá-

vel da história que aí tivera lugar nos últimos 50 anos, reinado de D. João V, o “rei velho”.

Estudos, como o feito por Fernando Antonio Novaes,⁹ sobre a situação econômica portuguesa revelaram que a pequena metrópole de extensos domínios ultramarinos não acompanhara, na época de acumulação originária do capitalismo, o crescimento das grandes potências colonizadoras europeias. Sua particularidade era exatamente essa conjuntura defasada que, se por um lado continuava conectada às realidades europeias, desnudava, por outro, uma

diferença no ritmo das transformações econômico-sociais na própria península. Uma defasagem intraibérica, como diria Francisco Calazans Falcon¹⁰, distanciava até mesmo Portugal de Espanha. Na primeira metade do século XVIII, segundo Armando Castro¹¹, a minúscula burguesia restrita ao comércio sufocava sob o peso da aristocracia feudal, cujo poder fora reforçado pela expansão colonial e mercantil. Os incentivos à acumulação e ao investimento eram tão poucos, segundo Falcon, que não havia ambiente para o surgimento de uma burguesia industrial empreendedora. Um 8 Empresto à mesma autora as ideias a seguir. Cf.: *Des lieux pour l'histoire*, op. cit.

9 *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

10 *A época pombalina: Política econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

11 *Teoria do sistema feudal e transição para o capitalismo em Portugal*. Lisboa: Caminho, 1987.

19

Estado parasitário, aferrado ao mundo agrário, o racionalismo moderno rejeitado, o atraso em relação às teorias mercantilistas em curso em outros países, tudo corroborava para o agravamento de tensões que viriam à tona no momento do terremoto. Quis ver de perto como essas estruturas interferiam no nível das ideias, do mental, do comportamento e do político.

E como poderiam interferir? Ora, em si, o terremoto revelou, para além de suas consequências imediatas, o não fatual: a emergência de fenômenos sociais surgidos das profundezas, que sem ele continuariam dissimulados nas pregas das mentalidades coletivas. O medo da morte, o sebastianismo como signo de pavor das mudanças, o ódio de certas facções da aristocracia pela burocracia emergente, a insegurança diante dos novos tempos que, junto com as Luzes, chegavam a toda a Europa.

Se, como diz Pierre Nora¹², o paradoxo do fato histórico é que esse traduz mais do que mostra, provoca reações mais do que revela, o terremoto de Lisboa é, por assim dizer, um espelho de uma sociedade dila-cerada entre dois tempos. A significação desse fato — o sismo — se des-dobrou na reação popular à destruição da cidade, mas também na luta entre os representantes — aristocratas,

gente do povo, eclesiásticos —

de duas formas de ser, viver e pensar.

Em se tratando de um livro sobre Portugal, quando sou apenas uma brasileira, talvez valesse a pena lembrar a deliciosa frase de mestre Câmara Cascudo: “Sei dos recenseadores de omissões, mais atentos ao que falta do que verificadores do que existe. Conto com eles.” Aguardo, portanto, e com todo o respeito, as reprimendas inevitáveis de Joaquim Veríssimo Serrão, Antonio Manuel Hespanha, Jorge Borges de Macedo, Eduardo Lourenço, José Augusto França, Fernando Castelo-Branco, Rui Bebiano, seus epígonos e tantos outros historiadores, a quem muito humildemente peço passagem. Aproveito para agradecer sinceramente aos alunos dos cursos de História Ibérica por mim ministrados na graduação e na pós-graduação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, cujas perguntas, comentários e críticas melhora-ram, e muito, o resultado deste livro. A bolsa de produtividade do CNPq 12 “Le retour de l’événement”. In: *Faire de l’histoire: nouveaux problèmes*. Paris: Gallimard, 1974, p.

301. v. I.

20

deu alento ao magro salário universitário, incentivando-me a pesquisar e escrever. Tenho uma dívida fundamental para com as múltiplas competências de Washington D. dos Santos Cunha, incansável caçador de documentos perdidos. Devo carinhosos agradecimentos a André Figueiredo Rodrigues, que com enorme paciência organizou as notas e a bibliografia deste livro, e à generosidade de Maria de Lourdes Dorosz, Maria Arlette Darbord e Agostinho Pinheiro, bibliotecários da Fundação Gulbenkian de Paris, que me ajudaram a trazer à luz este meu próprio terremoto. Leda Boechat Rodrigues e Regina Wanderley, amigas e colegas queridas, leram e corrigiram o texto. As muitas falhas deste trabalho são, obviamente, de minha exclusiva responsabilidade.

21

CAPÍTULO I

ANTES DO TERREMOTO: A CIDADE E AS TERRAS

“Ah Portugal pequenino, que ainda és doce aos pequeninos!”

Eça de Queiroz, *A cidade e as serras*

“...um país que me parece tão afastado do mundo...”

Carta de Pietro Francesco Viganego, 15/10/1711

“*A fortuna dos labirintos*”

Era a manhã de Todos os Santos. O francês Jacome Ratton sentiu no rosto o ar vivíssimo daquele 1º. de novembro de 1755. Filho de emigrantes, sua família, ou melhor, seu pai, vindo de Monestier de Briançon, nos Altos Alpes, fundara uma das maiores casas de comércio de Lisboa.¹³ Vendia de quinquilharias a livros e panos. Nesse dia, a cidade brilhava sob um céu azul aguado, sem nuvens, e suas velhas pedras e ruas espreguiçavam-se ao morno sol de outono.¹⁴ Na água-furtada aguardava, com impaciência, um cliente que viria examinar certos rolos de mercadoria. Através da lucarna, passeava com o olhar pelas ruas íngremes e sujas da cidade, as calçadas estreitas e empedradas, pontuadas por quintais de roupas penduradas e canteiros enfezados.

Casas e caminhos serpenteavam, segundo o capricho dos construtores, ¹³ O começo da história dessa família de *briançonnais* continua envolto em certa penumbra, como explica Manuela D. Domingos no seu artigo “Acerca do comércio livreiro em Lisboa (1730-1750)”.

In: Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). *Portugal no século XVIII de D. João V à Revolução Francesa*. Lisboa: Universitária Editora, 1991, pp. 493-502.

¹⁴ José Augusto França. *Une ville des Lumières, la Lisbonne de Pombal*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1965, p. 53.

23

entre cinco colinas — segundo cronistas quinhentistas —, ou sete, como foram recontadas em 1620 e que, por semelhança com Roma, ficaram na história.¹⁵

Sua retina certamente não refletia a imagem da cidade captada por um selo de cera, em 1352, e depois reproduzida numa gravura de 1738: lisos panos de muralhas mouriscas a envolver torres e pedaços de telhados.¹⁶ Mudara também

se comparada à vista panorâmica reproduzida na célebre *Cosmografia* de Sebastião Münster, em 1531¹⁷: na parte mais alta da cidade, o palácio de Alcáçova, residência real reconstruída nos fins do século XIII, abraçada por muros e fincada no coração da cidade. Ao pé da colina estava o mais antigo monumento, a catedral da Sé, dedicada a São Vicente. Fundada em 1147, ano mesmo da Reconquista, debutara como um monumento românico ao qual foram, lentamente, se incorporando elementos góticos, como o deambulatório e as capelas *rayonnantes*.¹⁸ A rica igreja de Antonio de Pádua, construí-

da onde teria habitado o santo homem, ficava ao lado da Sé.¹⁹ Na colina do outro lado da Alcáçova, com as janelas carrancudas a vigiar o movimento da cidade e a porta a atrair a devoção popular, dormitava qual enorme dorso animal, a abóbada do Carmo. Na parte baixa, mirando as águas profundas e escuras do Tejo, estremecia o quadrado do Rossio, praça popular atapetada de poiais, bancas e tabuleiros, sob 15 Cristóvão Rodrigues de Oliveira, em *Sumário em que brevemente se contam algumas coisas (...) que há na cidade de Lisboa* (1554-1555), contava quatro; Damião de Góis, em *Urbis Ulissipone Descriptio* (1554), cinco; Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa* (1620), bem como João Batista de Castro em *Mapa de Portugal* (1745), propunham sete. Conferir: José Augusto França, *op. cit.*, p. 20.

16 Antonio Caetano de Souza. *História genealógica da casa Real Portuguesa* (1735-1748). Tomo IV.

Apud José Augusto França, *op. cit.*, p. 20.

17 O humanista de Basileia, Sebastião Münster, foi um dos pioneiros da Cosmografia para grande público. Cosmografias, na era moderna, eram descrições dos sistemas astronômicos e físicos do universo. Sua *Cosmografia*, traduzida em 35 línguas e várias vezes editada, era a suma geográfica mais divulgada em toda a Europa, compreendendo generalidades sobre a Europa física, astronô-

mica e matemática. Münster foi pioneiro em reunir de forma sistemática vistas das grandes cidades, entre as quais Lisboa, realizando-as com invejável precisão e harmonia com o ambiente de seu entorno. Sobre Münster, ver: Ivan Kupcík. *Cartes géographiques anciennes*. Praga: Gründ, 1980.

18 Sobre a arquitetura gótica em Lisboa, ver Dominique A. Fernandes. “Fastes

Portugais: l'archi-tecture lusitanienne des origines au baroque". *Le Portugal* (número especial: Monuments Historiques), Paris, n. 194, p. 6; 18, nov. 1994.

19 "Descrição da cidade de Lisboa e onde também se discorre da corte de Portugal, da língua portuguesa, dos costumes, dos habitantes, da governação daquele Reino...(1730)". In: *O Portugal de D.*

João V visto por três forasteiros. Edição crítica por Castelo Branco Chaves. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983, p. 41.

24

cujas arcadas os comerciantes expunham suas mercadorias. Tirso de Molina já a tinha cantado em versos:

"En medio de la ciudad

Ay una plaza soberbia

Que se lhama del Ruzio

Grande, hermosa y bien dispuesta"²⁰

Na agitação costumeira de formigueiro, a cidade era uma paisagem viva. Ao norte, emoldurava-a o antigo Palácio dos Embaixadores ou Estaus, transformado, desde o século XVI, no palácio da Inquisição, residência do inquisidor-mor e prisão para os acusados de heresia, sodomia e poligamia. Daí a cidade era policiada e capturada nos seus humores e segredos. A alguma distância localizava-se a Câmara. Ao oriente, a praça era limitada pela igreja e o convento dos dominicanos; o Hospital Régio, ou de Todos os Santos, ficava-lhe contíguo. Nele se recebiam, gratuitamente, de dia ou de noite, não só todos os doentes que se apresentassem, mas ainda as crianças enjeitadas. Uma reforma terminada em 1741 dividira as suas enfermarias de acordo com "os males": na de São Cosme e São Bernardo, febres; na de Santo Antonio, os gálicos e feridos; na de Santa Isabel, as tísicas; na de São Jorge os

"camarentos" ou doentes de câmaras.²¹ Havia ainda um corredor para doidos, tratados a chibatadas e exorcismos, pois acreditavam-nos possuídos por demônios. Segundo um cronista setecentista²², ainda que os enfermos fossem bem tratados, morriam, ali, aproximadamente, uns 400 por ano.

“O Terreiro do Paço”, prossegue o mesmo cronista²³, “que é a grande praça, é o sítio onde os negociantes se juntam, ao meio-dia e à tarde, quando não chove ou não haja muito calor para fazerem seus 20 *El Burlador de Sevilla y Combinado de Piedra*. Sevilha: s/d, p. 10.

21 Nome setecentista para as evacuações intestinais com sangue. Vale acrescentar que, em 1731, o hospital foi dotado de uma escola de cirurgia onde se notabilizou Manuel Constâncio, que instituiu a prática de autópsia em doentes da enfermaria. Ver sobre o assunto Armando Santinho Cunha. “A medicina em Portugal no século XVIII”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (org.).

op. cit., pp. 165-170.

22 “A Lisboa que o terremoto ia alcançar: Notas interessantes de um estrangeiro anônimo”. In: *Arquivo Nacional*, Lisboa, ano 3, n. 106, pp. 1064-1066, 30 jun. 1934.

23 Idem, *ibidem*.

25

negócios de Bolsa, sendo a reunião na rua Nova. Esta praça tem, ao norte e ao ocidente, o Palácio Real que encerra a Casa das Índias, assim como o Tesouro dos Três Estados do Reino.” Mais ao norte ficavam os açougues — considerados por alguns observadores, “repugnantes”²⁴ —, onde se vendiam todas as carnes segundo os preços designados semanalmente. A exceção ficava por conta do açougue principal [...] notável tanto por sua extensão e higiene como pela boa ordem que ali se observava. Todas as paredes internas eram revestidas de quadradinhos de azulejo e cobertas de uma quantidade prodigiosa de carnes, expostas na altura de seis pés e mais. Os compradores indicavam as peças de carne que desejassem e imediatamente, os cortadores que “ficavam em cima de estrados muito aseados, à maneira de teatro, lhas entregam ao longo de uma tábua, posta muito convenientemente para esse fim. No meio desse recinto achava-se um assento para um empregado, com balanças; e este empregado achava-se sempre presente, a fim de se opor à desordem, e de administrar justiça, prontamente, àqueles que fossem lesados”.²⁵ Os cuidados, todavia, não evitavam que no seu primeiro número, de 2 de janeiro de 1740, a gazeta-à-mão *O Folheto de Lisboa*, redigido pelo padre Luís Montes Matoso, desmentisse com veemência boato então corrente sobre a venda de carne humana em tabernas.

Esclarecia tratar-se, na verdade, de carne de cavalo que um negro esfolava por um vintém o arrátel. E não há dúvida de que devia esfolá-la como descrevia o poeta Nicolau Tolentino, com “o braço arregaçado/

nas ermas praias do Tejo”.²⁶

Ao oriente da praça era o mercado dos trigos, que se vendiam a retalho. Perto ficavam o Tribunal de Contas, um vasto edifício, e logo o grande palácio da Alfândega, no qual se depositam muitos milhões de mercadorias diariamente, visto ninguém ser obrigado a pagar direitos sem ter necessidades das fazendas. Um outro edifício alfandegário localizado junto do forte, denominado da Vedoria, era destinado a receber o tabaco em rolo até que fosse exportado ou entregue às fábricas.²⁷

24 “Lisboa anterior ao terremoto”. *Arquivo Nacional*, Lisboa, ano 3, n. 119, pp. 1064-1065, 20 abr.

1934.

25 Idem, *ibidem*.

26 José Ramos Tinhorão. *Os Negros em Portugal, uma presença silenciosa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988. p. 181.

27 Informações extraídas de “Lisboa anterior ao terremoto”, *op. cit.*

26

O conjunto de edifícios, no dizer de um especialista, era “pesado e sem graça”.²⁸ À direita da alfândega, via-se o mercado das frutas, legumes e peixes, seguindo-se a praça destinada às execuções capitais e a real fábrica de tabaco: o Estanco. Seguia-se a cadeia dos forçados e dos escravos mouros, as galés — que no entender de muitos procediam “das assalta-das que os portugueses fazem de vez em quando sobre os mouros, com os quais estão continuamente em guerra”. “Esta sorte de escravos”, esclarecia o cronista, “está empregada durante o dia nos navios de guerra, ou a acarretar lenha e água para uso dos principais oficiais de marinha, e de noite, levam-nos para a prisão”.²⁹ Mais adiante ficavam o arsenal, a fundição de canhões, a fábrica de armas, onde existia um grande armazém de munições de guerra. Um tanto além estava o quartel de um dos regimentos de cavalaria. Ao pé do castelo, do lado do mercado, via-se o Limoeiro, que era um dos palácios dos antigos tempos e onde se enclaustravam todos os presos do reino que não pertencessem à jurisdição do Porto. Estavam ali, às vezes, dois mil prisioneiros. Também lá funcionava a Casa de Suplicação, ou Relação de Lisboa, onde se julgavam, em última instância, todas as causas. A outra prisão, o Tronco, ficava nas proximidades do Paço e nela se encerravam os criminosos de menores culpas. No Rossio, duas polés se encarregavam de triturar, em tempo integral, os ossos dos condenados.³⁰ O Aljube, por sua vez, era o cárcere ao qual se destinavam os eclesiásticos, apesar de todos os conventos terem os seus.

Próximo do Limoeiro, ao ocidente, viam-se o paço do arcebispo e a basílica de Santa Maria, soberbo e vasto edifício de um grave estilo gótico.

Dessa austera geografia feita de granito, torres e telhados emanava fervorosa

maceração cristã. As ruas que cortavam o panorama visto do rio eram permanentes vias sacras, por onde perambulavam milagreiros e beatos. Frei João de Nossa Senhora, frade e poeta xabregano, por exemplo, costumava cruzar o Paço em direção ao bairro Alto com uma imagem da Virgem que ele chamava a *Senhora Pequenina*, respondendo em décimas e quadras as perguntas que lhe eram feitas. A cada canto pregava um sermão vociferando contra os desvarios do tempo.

28 A opinião é de José Augusto França, *op. cit.*, p. 21, de quem emprestamos as informações anteriores e seguintes sobre a cidade de Lisboa.

29 “Lisboa anterior ao terremoto”, *op.cit.*

30 Manuel Bernardes Branco. *Portugal na época de D. João V*. Lisboa: Livraria de Antonio Pereira, 1885, p. 247.

27

Seguia-o uma turba piedosa de rapazes e mulheres.³¹ As igrejas nas colinas irradiavam milagres: Nossa Senhora de Penha de França fizera brotar água em quintas próximas ao seu convento.³² Do mosteiro de Santa Clara, o odor de santidade de sóror Juliana de S. Boaventura embalsamava os ares da vizinhança. Capaz de conversar com caveiras ou demônios *arrimadiços*, que lhe apareciam na forma de gigantescos ratos, a freira era autora de páginas de literatura mística, correntes na primeira metade do século XVIII: “Meu Menino Jesus da minha alma, meu Menino de flores, meu menino de Prata, meu menino de ouro...

vós sois um feitiço; vós sois um enleio...”³³ Num convento vizinho, madre Teresa da Anunciação fazia caramelos dulcíssimos, “brancos como cristal”, misturando ao tacho de açúcar um pedaço do cordão de Nosso Senhor.³⁴ Nas dominicanas, o Menino Jesus, como qualquer criança saudável, não parava de “crescer”. Em Beja, “jogava cartas”

com a carmelita sóror Mariana, a quem alimentava com pedacinhos de pão ensopado no sangue de suas próprias chagas. Com a venerável madre Rosa Maria Sério de Santo Antonio, preferia “formosíssimas partidas de bola”. Preces e procissões haviam invadido a cidade desde o primeiro ataque de paralisia que tivera, em 1742, D. João V. Comunidades cruzavam as colinas, indo de uma igreja à outra com as imagens de maior devoção: o Senhor dos Passos ia do palácio para a igreja Patriarcal; Nossa Senhora do Carmo, do convento de sua

invocação para os aposentos reais. Na quinta do Calvário dormitavam mágicas relíquias, a zelar sobre a cidade: a cabeça da mártir santa Helena (uma das “onze mil virgens”), uma partícula da toalha em que Cristo comera, três caixões de ossos de diversos mártires, o “verdadeiro retrato” de São Brás *etc.* Em São Francisco de Xabregas, a multidão disputara a tapas pedaços do “venerável cadáver” e a roupa de cama encharcada de sangue e excrementos do santinho frei José de Santana.³⁵

31 Ribeiro Guimarães. “Sumário de Vária História”, vol. II, p. 178. In: Manuel Bernardes Branco, *op. cit.* p. 15.

32 Sobre ritos religiosos em torno da água, ver José Cordeiro Ribeiro. “Contribuição para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático”. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n. 89, tomo I, pp. 331-369, 1983.

33 *Verdadeira relação do grande milagre que fez a Senhora de Penha de França*. Lisboa: s/e, 1753.

34 Manuel Bernardes Branco, *op.cit.*, p. 35.

35 “Vida justificada, morte preciosa, virtudes e milagres do padre Francisco José de Santana”.

Lisboa: s/e, 1743. In: Manuel Bernardes Branco, *op. cit.*, p. 88.

28

A paisagem urbana era também uma paisagem religiosa, mística, impregnada de biocos e visagens. No entender dos moradores, Deus e o Diabo habitavam a cidade.³⁶ Os fogos-fátuos nos cemitérios eram lidos como sinais prodigiosos de que os cadáveres aí enterrados eram predestinados e já estavam gozando de visão beatífica. Na praia de Santos, pedras variegadas recordavam a efusão de sangue dos mártires protetores de Lisboa — Veríssimo, Máximo e Júlia. As pedras vertiam sangue por qualquer cena lamentável. Quando em 1707 um incêndio destruiu o templo de São Francisco de Lisboa, considerou-se obra do demônio.

Salvou-se apenas o coro pois “um certo religioso para ali atirou um

[Agnus Dei]”.³⁷ Fundadas numa mentalidade cujo postulado fundamental era “para Deus, nada é impossível”, pois só Ele era capaz de interferir nos processos naturais, amplificando-os ou reduzindo-os, tais crenças radicavam-se em práticas.³⁸ Eis por que, sem problemas em reconhecer a existência da magia diabólica, médicos renomados como Bernardo Pereira e João Curvo Semedo afirmavam que licantropias, paralisias, epilepsias e “outras semelhantes” eram causadas por Satã. E

que, para curar impotência masculina, se utilizassem fumigações com dente de defunto, untando-se, ao mesmo tempo, paredes com sangue de cão negro.³⁹

Um viajante francês conta ter observado o povo reunido em magotes, ao pé dos oratórios frente aos quais se rezava, alternando ora-

ções piedosas e bofetadas para penitenciar-se. Nas procissões da Quaresma, os devotos açoitavam-se furiosamente e, de joelhos, carregavam barras de ferro em cruz ou arrastavam correntes pelas ruas. Ao cruzar-se pelas ruas, saudavam-se “Deus o ajude [...] Vem com Deus”.

Não havia quem não levasse sua carta de amores ao painel de Santo 36 Sobre a paisagem mental e a crença em superstições, ver José Pedro Paiva. *Bruxaria e superstição num país sem caça às bruxas*. Lisboa: Notícias Editorial, 1997.

37 Frei Francisco da Soledade. “Crônica Seráfica”, vol. 5, p. 1114. In: Manuel Bernardes Branco, *op. cit.*, p. 151.

38 Sobre a abordagem antropológica dos fenômenos religiosos, conferir: Marc Bloch. *Les rois Thaumaturges*. Paris: Gallimard, 1983; Jacques Le Goff. *L’imaginaire médiéval*. Paris: Gallimard, 1985; André Vauchez. *Saints, prophètes et visionnaires*. Paris: Albin Michel, 1999.

39 José Pedro Paiva, *op. cit.*, p. 65. O autor explica que apenas a partir de 1750 começam a proliferar indícios de mudança na visão sobre magia diabólica. José Sebastião da Silva Dias assinala, em seu “Portugal e a cultura europeia” (In: *Biblos*, vol. 18, p. 298, 1952), que Semedo seria dos primeiros a preconizar a correção dos conhecimentos clássicos com a ciência moderna.

um pedaço de pedra d'ara para proteger-se do “quebranto”.⁴⁰

Nas horas livres, essa mesma gente comentava que duas célebres bruxas, mulheres pardas conhecidas como as Salemas, tinham enfeitado o rei para que abandonasse sua amante, D. Paula, freira em Odivelas.

Bisbilhotavam, também, sobre o padre “voador”, Bartolomeu de Gusmão, que se envolvera em negócios de magia, fabricando, em seu laboratório na Bica do Capato, elixires de bruxo para desencantar amores. Apesar do temor de Deus, murmurava-se, e muito, sobre diabruras de trono e alcova.⁴¹

Na paisagem da cidade sobrepunham-se estreitas fachadas, balcões, alpendres e telhados, ruas invisíveis, estreitas e fétidas, entre as quais se distinguiam, com dificuldade, a “rua Nova dos Ferros”, anima-da pela presença de ricos comerciantes e a “rua dos Joalheiros”, antiga

“rua Nova del Rei”, mais longa e reta, homenagem do Senado da cidade, em 1466, a Afonso V. Ambas corresponderam, a partir do fim do século XIV, à política de fixação do artesanato e do comércio especializado em espaços delimitados que se instalara em Portugal. Não havia aí, contudo, indivíduo que não tivesse como tutela um santo ou anjo a quem se recomendava a si ou a seus negócios, ou que não se benzesse depois de bocejar, temeroso de ter engolido um diabo.⁴² Havia, também, quem, para animar negócios, contratasse os serviços de feiticeiras, como certa Joana Rosa, useira e vezeira em fazer benzeduras com ervas

“para fortuna Deus dar, no vender e no comprar!”.⁴³

Na época em que Münster, a partir de um barco ancorado no meio do rio⁴⁴, esboçou o perfil da cidade, três quartos do bairro judeu, depois da expulsão de seus moradores, em 1498, bem como o bairro mouro, já tinham sido fagocitados pelo crescimento da cidade. A vista de Münster mostrava, então, o recém-construído Palácio Real da 40 *Description de la ville de Lisbonna*, *op. cit.*, p. 94.

41 Ver o artigo de Maria Benedita de Almeida Araújo. “Religião e superstição na sociedade portuguesa no tempo de D. João V”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos. *op. cit.*, pp. 189-196.

42 Quem informa é Arthur William Costigan. *Cartas de Portugal*. Lisboa: Ática, s/d, 2 vols. Conferir carta de 1778, vol. I, p. 37; e José Leite de Vasconcellos.

“Algumas ideias a respeito da cruz”. *Revista Lusitânia*, vol. 31, p. 1309, 1901.

43 José Pedro Paiva, *op. cit.*, p. 122.

44 *Lisboa anterior ao terremoto*, *op.cit.* p. 1064.

30

Ribeira, debruçado sobre as confundidas águas do Tejo e ombreando os estaleiros navais. Foi D. Manuel, dito O Venturoso, quem decidira descer dos muros fortificados da Alcáçova para, de perto, ver partirem ou chegarem as naus das Índias.⁴⁵ Deslocou-se morro abaixo em direção ao mar, o centro nevrálgico da cidade, cujos fluxos seriam doravante marcados pelo cariz mercantil da expansão náutica. Com o rei vieram o Estado e seu centro administrativo: a Misericórdia, mantendo a imprescindível assistência social, o Celeiro Público, respondendo às necessidades de abastecimento e armazenamento, a Alfândega Nova, controlando a entrada e a saída de produtos, a Casa de Ceuta e a Casa da Índia, como centro administrativo em si, o Arsenal de Guerra, responsável pela segurança dos negócios, e os Paços Reais ou “a presidência da empresa”

em que se transformara o estado português.⁴⁶ Em 1504, tais esforços arquitetônicos foram, contudo, analisados de maneira um tanto desfavorável por um viajante veneziano, mal-acostumado, certamente, com os fabulosos palácios dos doges, seus contrerrâneos: “aí não se gastou muito; é uma construção baixa, com pouco desenho e pobre”.⁴⁷ Colado ao palácio, Felipe II de Espanha mandara construir um pavilhão quadrado, espécie de Escorial, à beira-mar plantado. O arquiteto, um bolonhês estabelecido em Portugal desde 1577, Filipe Terzi, optou por uma torre de dois andares, cujas janelas eram separadas por colossais colunas dóricas e jônicas, e terminada por uma cúpula quadrangular. Era o torreão do Tércio⁴⁸, também chamado Forte, onde morou, até falecer cinco anos antes dessa ensolarada manhã, D. João V. Durante a segunda metade do século XVII, o Palácio da Ribeira sofrera embelezamentos, e em 1662

inaugurou-se um outro edifício que parecia sair do Torreão, enfeitado por 16 janelas. Atrás dele, o século XVIII reunira “duas maravilhas”: uma igreja e um teatro⁴⁹, assim descrito por um coetâneo: “a Casa da Ópera que é uma das mais soberbas construções da Europa e onde coi-⁴⁵ Ver, sobre o tema, Renata de Araújo. *Lisboa, a cidade e o espetáculo na época dos Descobrimentos*.

Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

46 Cito, aqui, Renata de Araújo, *op. cit.* , p. 22.

47 Leonardo Da Ca' Masser. “Relazione alla Serenissima Repubblica di Venezia sopra il Commercio dei Portoghesi nell’ India dopo la Scoperta del Capo di Buona Speranza”. Apud José Augusto França, *op. cit.*, p. 22.

48 José Augusto França, *op. cit.* , p. 28.

49 Idem, *ibidem*.

31

sa alguma se poupou, tanto na magnificência das decorações como na escolha dos músicos, atores e dançarinos. Limita-se ao sul pelos estaleiros. Mais para ocidente, junto a São Paulo, fica o Palácio da Moeda, onde se cunha o ouro vindo do Brasil”.⁵⁰

Defronte ao palácio que ocupava a parte ocidental da cidade, nascia o Terreiro do Paço, enorme esplanada construída “com grão trabalho”,⁵¹ sobre as ardilosas areias de uma praia, usada, em dias de festa como a de Santo Antonio, para “correr touros” e para os autos de fé.⁵²

Entre o Rossio e o Paço, sempre à beira d’água e em terrenos doados pelo rei, instalaram-se os favoritos das sucessivas cortes. Sob o signo do manuelino, a igreja dos Jerônimos, “enorme casco de barco virado ao contrário”⁵³, bem como a torre de Belém, larga, pesada, mais forte do que torre apesar da delicadeza do ornamento, marcavam a expansão da cidade em direção ao mar. Depois do Paço da Ribeira, o edifício mais destacado era o imponente e gracioso Palácio Corte-Real, de propriedade de um rico agente de Felipe II, Cristóvão de Moura, comprado, em 1751, pelo infante D. Pedro, irmão de D. João V. Nessas delicadas escarpas levava-se uma vida faustosa, convencional e fácil. Vida que era parasita do enxame que mourejava nas quebradas dos caminhos e logradouros públicos; vida de ouvidos moucos ao grito doloroso e revoltado que ainda hoje, como diz Manuel Torga, ecoa pelas serras da Beira — “O país não é o Terreiro do Paço!”.⁵⁴

No extremo esquerdo da cidade, as marcas do projeto urbanístico do arquiteto seiscentista João Nunes Tinoco ainda eram bem visíveis.

As ruas entrecortadas por ângulos retos indicavam, desde 1650, o Bairro Alto. A

história da área é interessante: antes propriedade de um astrólogo e cirurgião judeu, mestre Guedelha Palançano, homem de confiança dos quatro primeiros reis da dinastia de Avis, as terras desdobravam-se das margens do Tejo aos salutares Altos da Cotovia. As per-50 “A Lisboa que o terremoto ia alcançar”. *Arquivo Nacional*, Lisboa, ano 2, n. 78, pp. 404-405, 7 jul. 1933.

51 Damião de Góis. *Descrição da cidade de Lisboa*. Tradução do texto latino, introdução e notas de J.

da F. Alves. Lisboa: Horizonte, 1988, p. 75.

52 Imperdível quanto à descrição de touradas no Rossio ou no Paço é o livro de Fernando Castelo-Branco. *Lisboa Seiscentista*. Lisboa: Horizonte, 1990, p. 167 e passim.

53 É como o define José Saramago. *Viagem a Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 190.

54 Manuel Torga. *Portugal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p. 118.

32

seguições contra os judeus e cristãos-novos levaram a viúva de Guedelha a vender as terras a nobres cujos descendentes as lotearam a partir de 1513. Os terrenos próximos à água foram ocupados por casas modestas e palheiros de gente ligada ao mar: pilotos, carpinteiros, mercadores de especiarias⁵⁵, obrigados por legislação de sesmaria a construir seus tetos num limite máximo de três anos, concessão que era renová-

vel até a escritura definitiva. O resultado: traçados irregulares e casas frágeis, cujas portas traziam pintadas cruces de São Lázaro, para defendê-las dos maus espíritos. No suave platô que consistia na parte norte das terras loteadas, relativamente distantes do mar, aboletaram-se burgueses e famílias nobres, em construções medíocres e sem imagina-

ção.⁵⁶ A exceção era a casa do arquiteto de Mafra, o suábio italianizado Ludovice, que aí fizera erguer um edifício sóbrio, com fachada imponente de quatro andares.⁵⁷ No limite do bairro, os padres da Companhia de Jesus tinham erigido, em 1553, a igreja de São Roque, pródiga em milagres de um santo considerado protetor para todas as circunstâncias. Nos dois aparatosos relicários

que desde então ladeavam a capela-mor, as efígies da maior parte dos membros da corte celestial vigiavam, atentas, os fiéis em oração.⁵⁸ A combinação de talhas douradas, azulejos e marqueteria de pedras semipreciosas, numa sobreposi-

ção de gêneros decorativos, impressionava. O prestígio da Companhia e a eficácia de seus altares fizeram rapidamente mudar o nome do bairro de Vila Nova de Andrade (nome da família que o loteou) para Bairro Alto de São Roque. Aliás, as colinas em cujos regos aninhava-se a cidade tomaram o nome de suas igrejas: a de São Vicente de Fora, a de Santo André, a do castelo de São Jorge, a de Santa Ana, a de Nossa Senhora das Chagas e a de Santa Catarina.⁵⁹

55 José Augusto França, *op. cit.* , p. 25.

56 Segundo França, cujo trabalho é referência obrigatória ao estudo da cidade de Lisboa, a observação dos embaixadores vênéticos sobre a feiura e pobreza das casas patricias é válida até as vésperas do terremoto de 1755. Cf.: *op. cit.* , p. 31.

57 Idem, *ibidem*, p. 35.

58 Ver sobre a igreja os deliciosos comentários de José Saramago, em *Viagem a Portugal*, *op. cit.*, p. 198.

59 Quem informa é o viajante italiano Giuseppe Gorani. *Portugal, a corte e o país nos anos 1765 a 1767*.

Tradução, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Lisboa: Lisóptima, 1989, p. 65. Nascido em Milão, em 1740, ele chega a Portugal em 1765, provavelmente em missão de espionagem.

Ameaçado pela Inquisição, pois era membro da Maçonaria, deixa o país em 1767. Falece, depois de muitas peripécias, em Genebra, em 1819. Sobre espionagem no século XVIII, ver: Gary Kates.

Monsieur d'Eon é mulher. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Assentadas sobre camadas de calcário utilizado com frequência para a construção, as colinas, embora formassem um anfiteatro natural, possuíam

relevo acidentado, o que obrigava a uma ocupação desordenada. Uma excelente exposição ao sol e a reverberação das águas do rio davam, contudo, ao amontoado de casas humildes, quintas, palácios e igrejas, normalmente pintados de branco, uma luz dourada digna das telas pintadas bem mais tarde por William Turner. O clima, considerado pelos viajantes estrangeiros “salutífero”⁶⁰, incentivava o crescimento de uma infinidade de plantas e frutas como cidras, melões, laranjas, olivas e figos, que, por sua vez, coloriam a vista. Já em 1620, frei Nicolau d’Oliveira, no seu *Livro das Grandezas de Lisboa*, sublinhava:

“Vê-se ser essa cidade por extremo sã, assim por razão do Céu como por respeito dos ares e Signo a que está sujeita, como também em respeito da terra e vizinhança do Rio. Em respeito do Céu por estar quase no meio da zona temperada em 30 graus e nove minutos, sítio temperadíssimo pois está onde nem a vizinhança do Sol pode aquecer demasiadamente, nem o seu afastamento esfriar, donde se infere que estando Lisboa no meio da zona temperada, cujo sítio cai debaixo do signo de Áries que é de tanto melhores influências que todos os outros signos, quanto se vê seus efeitos, que vão gerar e produzir, e nos efeitos dos outros signos que vão gerar e corromper”.⁶¹

O frei astrólogo possuía uma visão ativa da matéria, mas também dos signos, pois julgava-os capazes de determinar um espaço especial e quase onírico para a capital. “Áries”, por exemplo, a retiraria da vulgaridade e do lugar-comum com que era descrita por observadores estrangeiros, para inscrevê-la com letras de fogo num dos segredos do universo. Conciliando, sem dificuldades, a fé em Deus e o fervor astrológico, frei Nicolau d’Oliveira repetia a crença de que os astros influenciavam o destino humano, mas curvavam-se sempre às potências divinas. Isso tudo com bênção pontifical, pois Urbano VIII acordava à astrologia natural um papel justificado nas previsões para a medicina, a marinha e a navegação.⁶² O mais importante é que o naturalismo geográfico de 60 Gorani considera Lisboa “uma cidade deliciosa e salubre”, *op. cit.*, p.65.

61 Frei Nicolau d’Oliveira. *Livro das grandezas de Portugal*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1620, fls. 136-136v.

62 Ver sobre a relação entre astrologia e teologia Micheline Grenet. *La passion des astres au XVIIe siècle-*

cle: De l’astrologie à l’astronomie. Paris: Hachette, 1994.

que lançava mão o bom frei para descrever Lisboa era, todavia, característico da cosmovisão sobrenatural e do providencialismo típico do pensamento teológico em Portugal. Providencialismo, vale lembrar, que marcara o nascimento de uma nação, no século XII, com a bênção de Deus, Ele mesmo! Afinal, Afonso Henriques teria arrancado Lisboa à mão dos infiéis, protegido e inspirado pelo Todo-Poderoso, num longo cerco que atravessara outubro de 1147.⁶³ O torrão lusitano, parte da identidade do Reino, era marcado por “excelências” e “grandezas”

como o clima doce, a terra fértil e capaz de produzir todos os frutos, as águas abundantes e frescas. Tudo para o deleite dos que eram considerados herdeiros, em linha direta, de Noé e de seu neto Tubal.⁶⁴ Na capital não poderia ser, pois, diferente. A suprema sabedoria de Deus, sabedoria pela qual Ele governava todas as coisas, providenciava aos seus habitantes as condições de uma vida abençoada, vida que deveria ser a manifestação de Sua glória no governo do mundo.⁶⁵

A tudo isso se juntava o fato de Lisboa ser um dos principais portos europeus, gozando de intensa atividade comercial. O Tejo era cortado por embarcações de todos os calibres, transportando gente de todas as raças e de todos os continentes. Vez por outra, suas águas devolviam aos pescadores criaturas espantosas, “marinhos monstros” dotados de “boca e corpulência admirável”.⁶⁶ A foz do rio oferecia duas entradas divididas por rochedos submersos, os cachopos; à direita da entrada pelo sul situava-se a Torre do Bugio, construída sobre um banco de areia. A passagem ao norte, mais estreita, localizava-se entre os cachopos de São Julião, nome dado a outra fortaleza construída à beira-mar e defrontando a Torre do Bugio. “Nenhum navio pode entrar ou 63 Antonio Sérgio explica que a ocupação da praça de Lisboa e a batalha de Ourique, nos confins do Alentejo, levaram, no século XVII, à falsificação de documentos capazes de provar um milagre na origem da independência de Portugal. In: *Breve Interpretação de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1979, p. 14.

64 Sobre a estreita relação entre terras e gente, ver Antonio Manuel Hespanha & Ana Cristina Nogueira da Silva. “A identidade portuguesa”. In: José Mattoso (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 19-35. vol. 4.

65 Essa é aproximadamente a definição dada por Rafael Bluteau para “Providência”. In: *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1720.

66 *Relação do monstruoso peixe que nas praias do Tejo apareceu em 16 de maio deste presente ano de 1748 (...) notícia dada de suas internas e externas partes por Manuel Livreiro que agora a oferece ao público* – IEB-USP, cod. 17d16.

35

sair fora do alcance dos canhões de uma das duas fortalezas que defendem a passagem”, adverte um observador de época.⁶⁷ “No último dos fortes mencionados encontra-se uma colubrina de 120 libras de bala que os portugueses encontraram na cidade de Diu quando a tomaram aos indianos.” Deslizando por entre os escolhos, as chamadas “mule-tas”, barcos de velas altas e triangulares, eram as mais ativas chegando até Abrantes, a 24 léguas de Lisboa, pela parte navegável do rio, de cujas margens ouviam-se os peixeiros, canastras carregadinhas, soltando pregões.

Vista do meio das águas, Lisboa oferecia um panorama que no dizer do botânico suíço, Charles Frédéric Merveilleux dificilmente encontrar-se-ia mais belo em qualquer parte do mundo.⁶⁸ Mas o contraste entre o que era visto a distância e a cidade observada de perto, quando se percorriam suas ruas, criava, segundo Fernando Castelo-Branco⁶⁹, uma decepção: “Entrei para uma liteira no cais e fui conduzi-do através da mais feia cidade do mundo”, exclamava, desapontado, o mesmo Merveilleux.

“Lisboa à luz das coisas humanas”

O desapontamento de Charles Frédéric Merveilleux era causado pe-lo fato de a cidade ser sujíssima. Às ruas lamacentas deitava-se durante a noite, e até de dia, ao som do grito “água vai”, toda a espécie de imundí-

cies das casas. As paredes guardavam manchas e cores decorrentes do sonoro aviso. As vias seriam ainda mais sujas se tudo o que se pudesse comer não fosse prontamente devorado por milhares de cães vadios.⁷⁰ Escravas, conhecidas como *calhandreiras*, costumavam subir e descer as rue-⁶⁷ “Descrição da cidade de Lisboa e onde também se discorre da corte de Portugal, da língua portuguesa, dos costumes, dos habitantes, da governação daquele Reino... (1730)”. In: *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, op. cit., p. 37.

68 Obra traduzida por Castelo Branco Chaves sob o título *Memórias Instrutivas sobre Portugal, 1723-1726*. In: *op. cit.*, p. 133.

69 Em mais um de seus primorosos textos: “Aspectos urbanísticos de Lisboa na perspectiva dos viajantes estrangeiros”. *Revista Povos e Culturas*, n. 2, pp. 535-538, 1987, ver especialmente a página 538.

70 O comentário é feito por um viajante da segunda metade do século XVIII, J. B. F. Carrère, que vem fugido do Terror francês para Portugal, cujo relato está reproduzido em Piedade Braga Santos *et al.* (org.). *Lisboa setecentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Horizontes, 1987.

36

las medievais com cântaros ou vasos de barro à cabeça, onde um pouco de verdura semeada à superfície não escondia o odor, nem impedia de adivinhar o conteúdo. Dirigiam-se ao rio ou à Boavista, lugar onde se lançavam, também, gatos, cachorros e cavalos mortos.⁷¹ Calças e lixo de todo o tipo eram, igualmente, depositados na riba de São Pedro de Alcântara.

Vendilhões de variada procedência atravessavam as ruas, soltando os seus gritos característicos, e somavam-se aos pequenos comerciantes dos arrabaldes que apareciam com jumentos carregados de gêneros como broas e moletes; em Lisboa peneirava-se mal a farinha, preferindo-se, por isso, o pão vindo dos saloios, pãozinho de manteiga embrulhado em panos de linho. As saloias, com suas características carapuças, ofereciam maçãs transportadas nos ceirões de seus burricos. Os pregões bem gritados das varinas enchiam de ecos os becos e travessas.⁷² Tais pregões de vendilhagem tinham, contudo, o seu ritual: algumas coisas não exigiam pressa, como os pinhões ou as azeitonas; outras, como a água, eram reclamadas a toda hora. Uns eram cantados até mesmo em árias.

Outros faziam-se em forma de pergunta: “Quem quer figos?”... “Quem quer merendar?”.... Em resposta, as janelas enchiam-se de gente.⁷³

No reinado de D. João V, havia 2.600 aguadeiros percorrendo cal-

çadas, azinhagas e praças, munidos do grito: “Auuuu!” O problema era antigo. Mesmo no reinado de D. Manoel, por entre ouros e brocados, ninguém tinha água que chegasse para beber, quanto mais para lavar-se.

O rei pedia aos súditos para orarem à Virgem contra a maldição das secas. Dizia à Câmara que se fizessem procissões nas quais, devotamente, “se pediria a Nossa Senhora que queira dar água e nisso se lembrar de seu povo”. As preces não alteravam a concretude dos fatos. Entre os séculos XVI e o XVIII, construíram-se várias fontes mas todas secas. Os animais morriam de sede nas estradas de acesso à cidade, e as cenas de pugilato em torno dos chafarizes eram tão frequentes que havia editais para a regulamentação das filas. A água custava caro, e o vinho era barato. O povo se embriagava mas não se lavava. Em meados do século XVII, um habitante da Alfama foi punido com pesada multa por ter roubado água à fonte do rei. O móbil do crime? Fazer a barba.

71 As queixas são de Giuseppe Baretti, literato italiano e autor de um dicionário, de passagem por Portugal em 1760, reproduzidas em Piedade Braga Santos et al., *op. cit.*, p. 31.

72 Francisco Cancio. *Lisboa de outros séculos*. S./l: s/e, 1940, p. 13.

73 Luís Chaves. “Vozes das ruas de Lisboa”. *Panorama*, vol. 6, n. 32/33, 1947.

37

Mendigos, canas verdes à mão ou caixas das confrarias, salmodia-vam lamúrias. Eram os “pedidores”. Mulheres, conhecidas como

“pedintas”, esmolavam para o casamento de suas filhas órfãs ou para seus homens, presos. Não eram apenas os meninos enjeitados, estropiados, falsos doentes e epiléticos que pediam esmola com grandes vozes de compaixão. Pessoas de estirpe, ou seus parentes e descendentes, alegando cargos e honrarias de seus falecidos pais, imploravam também o min-guado óbolo da caridade. Cavaleiros da Ordem de Cristo, militares egressos das guerras d’África ou da Sucessão, capitães de mar e terra, misturavam suas mãos estendidas àquelas dos mais miseráveis.⁷⁴

Ocupações variadas agitavam outros grupos. Havia as lavadeiras, que iam esfregar roupas no rio sob as obras do Aqueduto. Havia as vendeiras, com as mesas cheias de doces ou frutas da estação. Havia velhas acoradas, vendedoras de castanhas e ovos, contando moedas de cobre no regaço. Havia quem fritasse sardinha, a preço bom e barato, ao faminto passante. Havia os galegos⁷⁵, enormes calos à nuca, que prestavam todo o tipo de serviço: de carregador a varredor de rua e ribei-rinhos da limpeza a criados de hospedarias

e tabernas.⁷⁶ Sua presença, feita de pobreza e trabalho duro em que se mesclava a vida aventurei-ra, acabava inspirando versos de cordel:

“Pois é tal esta fina galegagem
exército cruel de marotagem
que matando em Lisboa a dura fome
nem duzentos num corpo valem um homem
e tão ridículos, pobres
que embolsados depressa os tênues cobres
na taberna com os outros resmungando
estão sempre os comeres apartando
e dizendo no som de seu pandeiro
isto assim: meu dinheiro, teu dinheiro...”⁷⁷

74 A. Braamcamp Freire. “A vida lisboeta nos séculos XVI e XVII: peditórios e pedintes”. *Arquivo Histórico Português*. Lisboa, vol. 8, n. 12, pp. 308-332, 1912.

75 Sobre os galegos em Lisboa, ver o capítulo “Galegos” de Marina Taveres Dias. *Lisboa desaparecida*. Lisboa: Quimera, 1992, pp. 71-76. vol. 3.

76 Piedade Braga Santos et all, *op. cit.* , p. 47.

77 *Relação ou embargos do desagravo de todos os autores contra a silva das silvas, composta a modo de ver pelo celeberrimo e presumido doutor Estevão Pereira*. Lisboa, 1752. p. 6.

38

À população citadina mais modesta somava-se o enorme grupo de escravos e forros; os primeiros comprados a 20, 30 e 40 moedas de ouro.⁷⁸ Tal como aconteceu no Brasil, o aluguel de serviços a terceiros ou o exercício do comércio ambulante por cativos constituía um meio de aumentar os rendimentos de seus

senhores. Havia, pois, os escravos e escravas que vendiam água em potes, caiavam paredes, carregavam carvão, vendiam peixe, portavam cadeirinhas, explorando, enfim, pelas ruas, todas as suas habilidades.⁷⁹ Havia os que resistiam ao sistema de exploração, tornando-se manchete na *Gazeta de Lisboa*: “Na madrugada de terça-feira 13 do corrente, fugiram do convento de Santa Clara de Santarém uma preta e uma mulatinha, deixando roubadas as suas senhoras em muita roupa e prata de uso e se supõe vieram com uns pretos para essa Corte”.⁸⁰ Havia também os negros e mulatos músicos, seresteiros, violeiros cujas chulas, amorosas e modinhas invadiram com sua sonoridade negro-brasileira a Alfama e que, durante o processo de diversificação urbana, a partir do século XVII, usufruíram de real mobilidade social.⁸¹ Ouçamos sobre isso o que nos diz José Ramos Tinhorão: Pois é na literatura de folhetos de cordel que se podem colher fla-grantes da vida desse componente social português ignorado pela historiografia oficial. Assim, por uma das publicações do *Anatômico Jocosso*, incluída no tomo I, de 1755, com o seu redator frei Lucas de Santa Catarina oculto sob o pseudônimo de padre Francisco Rey de Abreu Mata Zeferino, ficamos a saber que, além de músicos, os negros de Lisboa se revelavam até mesmo poetas populares, como o próprio título do folheto indicava: ‘*Felicíssimo Trânsito do segundo taralhão de Lisboa, Melancólico Ocaso do escondido Sol da Índia e fenomenal Obelisco ou Mausoléu Carvoeiro, erigido às zangaralheiras memórias e recordações fólhos do Poeta manicongo, moço de mulas do Pégaso, escravo de Angola, até agora Verde-negro nos charcos do Paranezo, e já hoje carrancudo sapo nas enlodadas margens do cocito*’. O personagem comemorado no folheto ‘escrito pelo bacharel Sete Línguas, Fiscal da Gandaia, Almotácel dos sevandijas, e logrador 78 Piedade Braga Santos et alii, *op. cit.*, p. 48.

⁷⁹ É José Ramos Tinhorão, *op. cit.*, pp. 107-110, quem melhor descreve “A instituição dos negros de ganho em Portugal”.

⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 28 de janeiro de 1716.

⁸¹ José Ramos Tinhorão, *op. cit.*, p.194.

solapado nesta Corte de Lisboa’ era o recentemente falecido zangara-lheiro (armador de presépios e de ornatos de igrejas) e poeta negro conhecido na cidade como Poeta Manicongo, e que, no seu Testamento do Zangaralheiro, o autor

descrevia no estilo de humor típico da época:

“Declaro que sou da gema da Guiné, negro cambaio, beçudo emperrado, magro, natural, maciço, espúrio, sem liga de mulato nem ourelo de branco, filho de negro e de negra, como de um casal de corvos; sempre fui solteiro, ainda que nem sempre fui solto; porque pelo ser da língua, talvez o não fui da pessoa.

Preto puro, tagarela (taralhão), o Poeta Manicongo era por certo irreverente (solto de língua), o que terá sido a causa de jamais alcançar a alforria (sendo solto de língua, não o foi de pessoa), e morreu ‘escravo de Angola’, mas por isso mesmo muito popular nos meios foliões da cidade (tocava pandeiro e tirava sons musicais usando um pente entre os lábios), o que lhe garantiu do autor do folheto um epitáfio em versos consagradores para um tipo da rua:

‘Foi folião, foi negro e foi poeta

Hoje dorme cadáver de baeta

Em uma escura paz

Aqui expirou carvão, cinza aqui jaz’.”⁸²

Houve escravos domésticos que se adaptavam à vida urbana e luxuosa de seus donos, aprendendo a viver e a vestir-se melhor do que muito miserável galego, mas que se mantinham sensíveis a qualquer possibilidade de fuga ou de alforria. Foi o caso de um certo Agostinho, de nação Angola, fugido num dia de festa de São João. O anúncio que dava conta dessa escapada nos permite compreender o olhar que o lisboeta tinha sobre o Outro. O escravo é descrito como um “preto que mais parecia crioulo” pela “cortesia e brandura das falas, alguma coisa açucarada: é bastante pequeno de corpo, porém de boa presença e feito em todas as proporções; tem topete muito levantado, capote de pano algum tanto escuro, véstia de pano pardo com botões de metal e calções de saragoça, com os mesmos meias alvadias e sapato polido com fivelas de prata. Toca muito bem rabeca que levou e com a viola acompanha ⁸² Idem, ibidem, pp.196-197.

40

quanto baste; mostra ter idade de vinte e poucos anos mais ou menos...

roga-se a quem dele tiver notícia o faça segurar na cadeia”.⁸³

Muitos foram alforriados na hora do testamento de seus senhores, por bons serviços prestados. Houve, ainda, outros que o foram por acompanhar corajosamente seus amos na prisão ou nas corridas de touros.⁸⁴ O fato é que a população negra de Lisboa integrou-se lentamente nas camadas pobres da cidade, compartilhando com essas os mesmos bairros e ocupações, acomodada a várias atividades legais ou extra-legais. O intercâmbio de informações e influências mútuas manteve-se na organização de festas, danças e cantos.⁸⁵ A Fofa, cultivada pelos negros da Alfama, os negros como personagens de entremezes, os almanaques e prognósticos em “língua de negro”, a figuração de combates à moda africana, com negros bailando ao som de tambores nas festas religiosas, todas essas manifestações marcavam a diversidade e as tensões que, num pacto sonoro, inscreviam-se na polifonia das ruas da cidade. Ao rastrear a oralidade de suas penas ou alegrias, reconhecia-se, em suas vozes e nos seus diversos dialetos, os suportes para uma solidariedade de etnia e de condição social: “Sioro eu sava mui pequeno, quando vem do nosso terra, ca sava mia companello, elle ensiná palla mi, e dipogis cus dinhello, zá mi forrá”.⁸⁶

Não nos enganemos, todavia, com as aparências dadas pela sintonia cultural. Os negros eram temidos, inspirando toda a sorte de imaginário associado ao perigo: “eu ouvi contar que não sei em que terra onde os escravos mataram os senhores e casaram com as senhoras.

Melhor é termos pão branco, que termos pretos que comam o branco e o preto”, concluindo o narrador: “os filhos dos negros todos têm os reçaibos de seus pais; porque de má urdidura não sai boa teia”.⁸⁷ Os motivos do medo apareciam sobretudo em forma de queixa ao tribunal da Inquisição de Lisboa; não eram poucos os descendentes de africanos que diziam ser capazes de invocar demônios e diabos capazes de

83 Notícia da *Gazeta de Lisboa*, 28 jul. 1755. In: “Dois escravos que seus amos não mereciam”.

Arquivo Nacional, Lisboa, ano I, n. 40, p. 2, 14 out. 1932.

84 Idem, *ibidem*.

85 Aproveito aqui informações de José Ramos Tinhorão, *op. cit.*

86 Idem, *ibidem*, p.159.

87 Manuscrito anônimo sobre o reinado de D. João V, IHGB, L.03-D.19. Agradeço a Regina Wanderley a gentil indicação do mesmo.

os auxiliar contra seus donos. Palavras vindas “do mato de Angola” —

“carinca casundeque carisca”⁸⁸ —, ditas com ódio e acompanhadas de gestos de vingança, faziam tremer.

Dessa Lisboa, feita de gente miúda, galegos, escravos e libertos, dizia em 1734 o cardeal da Mota, primeiro-ministro de D. João V, que

“nenhum outro Reino tinha tanta gente ociosa e pobre por falta de emprego”.⁸⁹ A existência na cidade de muitos marginais salta aos olhos no texto de vários observadores, pois Lisboa, embora opulenta, não possuía asilos ou associações em favor dos pobres. Apesar da riqueza do clero, a caridade resumia-se, quando muito, à sopa diária servida à porta dos conventos. Um vasto setor da população lisboeta encontrava-se esmagado sob o fardo cotidiano da indigência, arrastando-se à frente das casas ricas de cujas janelas, às vezes, lhe eram jogados dinheiros.⁹⁰

“Em um último sábado em que fui (...) logo fora das portas de Santo Antão”, narrava um comentarista dos quadros da pobreza lisboeta⁹¹,

“nos investiram dois pobres mendicantes para que os socorrêssemos com alguma esmola, debaixo do pretexto ordinário da mulher, ou do filho, em uma cama, de três ou quatro filhos pequenos incapazes de ganhar a vida e que estão quase morrendo de fome ou de frio. Para nos vermos livres de sua impertinência, foi preciso dar-lhes esmola, porque sem isso ordinariamente não largam a gente, e continuamos nosso passeio, acompanhados das aclamações e devotos agradecimentos daqueles miseráveis”.⁹² A suspeita de que a generosa esmola viesse a ser transformada em “consumo de algum vinho na taberna” era pretexto para que muitos, como o narrador, considerassem a mendicância um

“negócio”, um “vício” ou, no dizer da época, uma forma de “calaçaria”, ou de vagabundagem ociosa. A insensibilidade em face dos exércitos de pobres o fazia exclamar: “As esmolas que recebem de nossas mãos são as gajes de sua ociosidade!”.⁹³ O perigo que representavam os mendi-⁸⁸ José Pedro Paiva, *op. cit.*, p. 129.

⁸⁹ Piedade Braga Santos et alii, *op. cit.*, p. 49.

90 Idem, ibidem.

91 Bento Morganti (Roma, 1709 – Lisboa, 1783), arqueólogo e escritor eminente, dirigiu “O

Anônimo”, publicação hebdomadária dos primórdios do reinado de D. José.

92 “O Anônimo”, n. 8, Lisboa: Oficina Pedro Ferreira, 1752. In: *O Anônimo, Journal portugais du XVIIIe siècle (1752 – 1754)*. Leitura, introdução e notas de Marie-Hélène Piwnik. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, s/d, pp. 244-250.

93 Idem, ibidem, p. 245.

42

gos para o país inscrevia-se na corrente mercantilista da política econô-

mica de Portugal, e de outros países europeus, até a aparição das teorias fisiocráticas, o que não se fará antes do final do século XVIII. Nela, as escalas do infortúnio distinguiam os miseráveis laboriosos, aflitos e doentes, incapazes de assegurar a própria sobrevivência em função de certa conjuntura nefasta — que podia ser a recessão da vitivinicultura ou a crise da cerealicultura —, daqueles que eram parasitas, vadios e refratários ao trabalho. Suspeita, a figura do indigente tinha que ser subtraída à vista dos outros. Os exércitos de pobres tinham aumentado logo depois do surto manufatureiro ocorrido, graças a homens como o conde de Ericeira ou Dom Luís de Meneses, entre 1720 e 1740, quando se deu uma certa recessão, ou melhor, uma estagnação que durou até os anos 1760. O aparecimento das manufaturas, por sua vez, con-correra com os pequenos ateliês e oficinas e a produção ainda puramente artesanal, esmagando-a e engrossando o contingente de pobres.

Mas havia outras razões para a mendicância. Nas portas do palá-

cio em que trabalhava no ano do terremoto o recém-empossado ministro dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Melo (futuro marquês de Pombal), soldados, que deviam fazer a guarda do edifício, estendiam as mãos calosas aos visitantes, na sua maior parte embaixadores estrangeiros, tanta era a sua miséria e tais os anos de atraso em que se encontravam os pagamentos dos soldados, pelo governo a que serviam.⁹⁴

À mendicância juntavam-se outras formas de contravenção.

“Malandros” — a palavra já aparece na época —, homens e mulheres de todas as idades, rufiões apelidados “faias”, com suas damas, crianças esfarrapadas, “estropiados”, “corcundas e leprosos”, malfeitores ou salteadores “armados de facas”, constituíam a fauna perigosa que obrigou a criação de certa legislação, como a de 23 de setembro de 1701, contra a vagabundagem. Rondas formadas por habitantes de cada bairro da cidade, e que, sob vigilância de alcaides e juízes, perseguiram os desordeiros, cruzavam, elas também, as ruas. Mas não poucas vezes as autoridades eram desacatadas, por insuficientes, visto a maior parte de rufiões e duelistas pertencerem às camadas mais altas da sociedade.

Quando presos, pobres ou ricos eram colocados, sem distinção, nas 94 Marcos Carneiro de Mendonça. “O ano de 1755 na era pombalina”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, pp. 340-361, jul./set. 1955; p. 343.

43

celas escuras, sujas e sem ar de certas cadeias. Nelas, as palhas só eram renovadas uma vez ao ano, e os dejetos humanos nunca ou raramente retirados. Havia, contudo, celas melhores, que podiam ser alugadas por alto preço aos presos.⁹⁵ O fato de o rei não contribuir para a manuten-

ção das prisões era a razão pela qual se prendia tanta gente e com tanta ligeireza. Do fundo das pocilgas insalubres, os detentos estendiam pequenas bolsas suspensas por um barbante aos transeuntes, para que esses os alimentassem. Quando seus corações não se compungiam, ouviam dos famintos encarcerados toda a sorte de insultos.⁹⁶

As tabernas abundavam. Nas suas vastas lareiras, ferviam panelas e chiavam tachos vigiados por negras. Nas mesas, abancavam-se indiví-

duos de várias castas, bebendo vinho espesso em tigelas ou canecas vidradas, cheirando a alho, cebola frita, vianda guisada: o carneiro e o porco tinham grande consumo, e presuntos pendiam dos fumeiros junto aos gordos embutidos.⁹⁷ Trabalhadores brancos livres e escravos negros, que ganhavam a vida às margens do rio, como carregadores, barqueiros ou gente marítima, comiam juntos nas barracas apelidadas *malcozinhado*. Esse tipo de local já tinha sido descrito por João Brandão em sua *Estatística* de 1552, continuando a

funcionar do mesmo jeito até os fins do século XVIII:

“Também há nesta cidade outra maneira de vida que estão junto da Ribeira dez cabanas. Em que estão de contínuo homens e mulheres com braseiros de fogo assando sardinhas e peixe de toda outra sorte, segundo o há na Ribeira. Donde comem homens e negros trabalhadores que ganham na Ribeira e os que se embarcam para fora nas barcas e barqueiros, e sou informado que ganham assando e cozendo o dito peixe, cada dia 500, 600 réis...”⁹⁸ Tabernas e “malcozinhados” pareciam pertencer ao

“povinho”, pois era o prolongamento das ruas onde esse vendia seus serviços. Simultaneamente abertos e fechados, “montados em toscas cabanas cobertas de colmo, pegajosas de fumo e azeite”⁹⁹ encontravam-se, 95 Idem, ibidem, p. 50

96 Idem, ibidem.

97 Informações extraídas de “Aspectos da Lisboa velha”. *Arquivo Nacional*, Lisboa, ano 3, n. 107, 3

jul. 1935.

98 Empresto essa descrição e a informação supra a José Ramos Tinhorão, *op. cit.*, p. 118.

99 Virgílio Gomes. “Apontamentos sobre a gastronomia do século XVIII”. In: *Portugal no século XVIII*, *op. cit.*, pp.183-86; em destaque p. 186.

44

nesse espaço, aqueles que não tinham outros para dividir o prazer de estar juntos. Era aí que tinham lugar os encontros casuais e furtivos, feitos de gestos instintivos e de movimentos apressados. Era aí que nasciam e morriam amores tão rápidos que sequer deixavam marcas. Lazer do pobre, esse era também um lugar onde as sensibilidades, regadas a vinho barato, se exacerbavam como que acesas por um rastilho de pólvora. O

fato de ser passagem cotidiana para o trabalhador, a taberna terminava por amplificar a brutalidade das condições de vida de seus frequentadores. Brutalidade personificada em chefes de bandos de rua, como o conhecido Fragatinha, terror do bairro do Socorro, cujo hábito era amea-

çar seus contendores: “Você sabe, sou maroto com quem trata / eu sou capaz de comer-lhe coração!”. Ou de figuras como Braço-Forte e Rompe-Terra, personagens cantados em prosa e verso nos folhetos de cordel como a “Relação da grande bulha que o Braço-Forte e o Rompe-Terra tiveram na função dos touros, levando consigo a Micaela enjeitada”:

“ambos têm as cabeças bem mazorras e ambos têm cabelos de cores ruças (...) Descaídas as calvas sobranceiras, os narizes têm vulto de seis bestas /

pois ainda que irão em paz falar / sempre mostram desejos de briga”¹⁰⁰, descrevia-os o papel, sublinhando os traços físicos talhados em árduas condições de sobrevivência. Entre as camadas subalternas, indivíduos como Fragatinha contavam com seus próprios recursos para regulamentar atividades e disciplina, tornando a violência algo de corriqueiro e ordinário. Na geografia cotidiana, esse tipo de brutalidade exercida depois do trabalho, à mesa do *malcozinhado*, constituía-se num instrumento de sobrevivência individual ou de defesa de interesses comunitários. Era sobre ela que se fechavam pequenos negócios, dividiam-se furtos, socializavam-se as queixas contra os impostos elevados, bebia-se à saúde do rei ou da puta. Da puta mais tarde cantada na poesia burlesca de Manuel Maria Barbosa du Bocage: “Vai a trombuda, sórdida michela / Fazendo guerra a marujais marsapos/ E sem que destes mil lhe façam papos / C’o o sesso também dá às porras trela”.¹⁰¹ A agressividade adquiria, assim, outras formas sociais, rituais ou simbólicas, detonando as tensões acumuladas no sufocante ritmo de promiscuidade, sujeira e violência.¹⁰²

¹⁰⁰ Informações obtidas nas riquíssimas notas de rodapé de Maria-Hélène Piwnik, *op. cit.*, p. 203.

¹⁰¹ Manuel Maria Barbosa du Bocage. *Poesias eróticas, burlescas e satíricas*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999, p. 169.

¹⁰² A ideia é de Robert Muchembled em seu notável *La violence au village*. Bélgica: Brepols, 1989.

Os sinos tocavam frequentemente. A cidade tinha tantas igrejas, ermidas e santuários como pousos, albergues e bodegas e, sendo muito mal-iluminada, prestava-se para assaltos de ladrões e assassinos. Estrangeiros eram aconselhados a não sair sozinhos, pois eram as vítimas mais frequentes de

malfeitores. Proliferavam quadrilhas organizadas. A nobreza andava armada, a cavalo ou a pé, seguida por criadagem, alumiada por archotes nas noites escuras. Se corria aventuras, munia-se apenas de uma lanterna e de chapéus de grandes abas descaídas.¹⁰³ O simbolismo da aparência — a arma, a capa, o bastão — era anúncio de violência. O

desinteresse dos homens que tinham a seu cargo fazer justiça, como o constatou Fernando Castelo-Branco¹⁰⁴, bem como sua impotência, ficavam comprovados diante de um feito saboroso: certa noite saiu a ronda de quadrilheiros, mas o seu caminho foi embargado por 12 homens com compridos capotes, chapéus de aba larga e armados de bacamartes. In-terpelados, alegaram ser os *doze apóstolos!* E intimidaram a ronda a retro-ceder; o que essa fez sem levantar objeção. Conta Teresa Rodrigues¹⁰⁵

que cada manhã eram recolhidos na rua corpos de indivíduos mortos a facadas, de estocadas de espada, de pedras atiradas à cabeça. Os párocos asseguravam o seu enterro cristão, depois de efetuadas todas as diligências possíveis para tentar obter a sua identidade. Caso os resultados fossem nulos, o registro de óbito era redigido com inúmeras precauções e nele constavam a fisionomia e traços mais relevantes do finado (falta de membros, feridas, corcunda, cicatrizes, barbas, calvície), bem como seus trajes, na perspectiva de identificá-lo ulteriormente. Eram os bolsos que depois de esvaziados contavam os laços entre a vítima anônima e o mundo do trabalho: pequenos utensílios, terços, lenços. A identidade era um privilégio dos ricos e poderosos. A insegurança era tanta que o espião italiano Pietro Francesco Viganego, a serviço do rei de França, em carta ao abade francês Le Grand, dizia, em 1711: “Os soldados roubam e matam impunemente e ainda bem que há poucos nesta cidade, pois de outro modo ninguém estaria seguro em sua casa”.¹⁰⁶

103 Robert Muchembled em *La violence au village*. Bélgica: Brepols, 1989.

104 Fernando Castelo-Branco, *op. cit.*, pp. 129, 130.

105 Idem, *ibidem*, p. 50.

106 Pietro Francesco Viganego. *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*. Introdução, tradução e notas de Fernando de Moraes Rosário; prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Lisóptima; Biblioteca Nacional, 1994; carta de 15/10/1711, p. 67.

Os comentários tinham razão de ser. O modelo de punição penal adotado em Portugal nesse momento era muito flexível, para não dizer poroso. Dos réus anualmente julgados — a informação é de Antonio Manuel Hespanha¹⁰⁷ —, 48% eram soltos e provavelmente voltavam a reincidir. A fiança e o perdão eram correntes. O número de penas capitais executadas foi raríssimo. A prisão funcionava como meio punitivo arbitrário, e nela reuniam-se desde condenados por homicídio, estupro, arrombamentos e furtos como também prosaicos adúlteros e indivíduos condenados por bater na mulher. Entre os dois polos, a pena de morte e os açoites, as penas eram reduzidas e pouco praticadas. O “perdão real”

transformara-se num expediente de rotina, combinando-se com a comutação de penas e os “alvarás de fiança”, que permitiam ao réu aguardar o julgamento em liberdade. O expediente produzia uma sutil alquimia: ao agraciar o réu, o rei imprimia a marca de seu poder sobre indivíduos que escapavam, no mais das vezes, às perseguições ordiná-

rias. Ineficientes, tais perseguições eram capazes de revelar a fragilidade do sistema penal. Mais além, o rei auferia benefícios para seu tesouro, graças à multa aplicada aos réus. Ganhava, também, o simbolismo real, capaz de transformar a desordem em ordem e o sangue derramado pelos condenados em redenção coletiva. Sobre esse “perdão” não faltavam juízos críticos de contemporâneos como Manoel Mendes de Castro:

“Digo-te que em nenhuma outra parte estão em uso senão nesse reino, embora este costume português pareça um tanto alucinado...”¹⁰⁸

Hespanha informa ainda que a situação de permissividade era incentivada pelo poder. Um influente valido de D. João V, por exemplo, recomendava rispidamente a um desembargador: “Sua Majestade manda advertir V. M. que as leis são feitas com muito vagar e sossego e nunca devem ser executadas com aceleração; e que nos casos crimes sempre ameaçam mais do que na realidade mandam (...) porque o legislador é sempre mais interessado na conservação dos Vassallos do que nos castigos da Justiça e não quer que os ministros procurem achar nas leis mais rigor do que elas impõem”.¹⁰⁹ A incompetência da justiça

¹⁰⁷ Ver o seu excelente capítulo intitulado “A punição e a graça”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, p. 239.

108 Antonio Manuel Hespanha, *op. cit.*, p. 247.

109 Idem, *ibidem*, p. 248.

47

não era segredo para ninguém. Numa de suas cartas, Luís Antônio Verney, crítico arguto da sociedade portuguesa, depois de sublinhar a insuficiência da preparação dos magistrados e sua falta de assiduidade aos poucos cursos que lhes eram oferecidos, acrescentava: “Sei que o povo engana-se com esta gente; e uma vez que ouça dizer Senhor Doutor, e veja o sinete da Universidade dentro de uma caixa, não pede mais autênticas. Mas o que digo é que um homem destes é tão capaz de julgar nestas matérias como será qualquer homem que não sabe ler”.¹¹⁰

A pá de cal vinha, contudo, de Rafael Bluteau, oratoriano nascido em Londres de família francesa e pregador na capela real:

“Em Lisboa, com os ódios inveterados ou com fúrias repentinas, muita gente se mata e uma das razões das muitas mortes é que os ofendidos, supondo que a justiça não castigará aos que os agravaram, com suas próprias mãos fazem justiça. Em Lisboa, por uma folha de papel a que chamam *carta de seguro* o mais cruel homicídio se abafa. Em Lisboa, qualquer sombra de infidelidade no tálamo conjugal afia o punhal para o desagravo, e o matar mulheres é ponto de honra. Em Lisboa, negros e vilões, quando não têm padrinhos, talvez se castiguem; para homens de bem, quando obram mal, raro é o castigo (...) Em Lisboa o perdoar agravos é fraqueza, e o vingar-se deles é fidalguia”.¹¹¹

A desorganização judiciária e a forma de organização disciplinar causavam enorme estranhamento aos estrangeiros, pouco indulgentes em relação a um modelo raramente orientado para a aplicação de puni-

ções. Em Portugal, o rei mais perdoava do que punia, inserindo-se num imaginário que o associava ao “pai” ou “pastor”. A disciplina social, por sua vez, baseava-se em mecanismos cotidianos e periféricos de controle, apoiados na família, na Igreja, na pequena comunidade, na ideia de pertença a um grupo ou a um senhor, mecanismos sobre os quais o olhar dos forasteiros raramente se detinha.¹¹²

110 Luís Antonio Verney. Carta XV. In: *Verdadeiro método de estudar*. Edição,

prefácio e notas de Antônio Salgado Júnior. Lisboa: Sá da Costa, 1861. 5 vols. Ver sobre essa carta o que diz José Calazans Falcon em *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1992, pp. 333-335.

111 Manuel Bernardes Branco, *op. cit.*, p.38.

112 Antonio Manuel Hespanha, *op. cit.*, p. 348.

48

Os estabelecimentos abriam cedo e fechavam ao toque de recolher, à exceção de tabernas e prostíbulos. O botequim da Rosa, por exemplo, na rua Nova, era o ponto de encontro dos comerciantes e marinheiros estrangeiros.¹¹³ O de Madame Spencer era bastante frequentado nos idos de 1740.¹¹⁴ Os taberneiros e as “michelas” — aportu-guesamento do francês Michelle — animavam a noite junto com os mantenedores da jogatina.¹¹⁵ Quase sempre, os três negócios se alia-vam. Prostitutas costumavam colocar às portas uma imagem de Santo Antonio. O fim? “Atrair homens para pecar”.¹¹⁶ É de Giuseppe Gora-ni¹¹⁷, espião e aventureiro sem ventura, um dos melhores relatos sobre os encontros entre clientes e alcoviteiras. Encontrava-se o italiano no Rossio quando a ele dirigiu-se “uma preta, de cujas mãos pendia um rosário. Resmungando padrenossos e ave-marias, ofereceu-lhe uma bonita rapariga, acompanhando a oferta com prolixa descrição de suas graças e jeitos... Percorridas cinco ou seis ruas, a alcoviteira enfiou-o por uma porta pequena, conduzindo-o até o terceiro andar, aposentadoria de uma rapariga que era realmente bonita. A criatura começou por pedir-lhe de jantar e houve que dar à preta com que ir comprar manjar qualquer, que comeram os dois, acompanhando-o com uma garrafa de vinho. Não estiveram os dois abancados por muito tempo e ela obrigou-o a imitá-la pondo-se completamente nu, “pois tal era o costume desta espécie de moças em Portugal”. Mais tarde um sonolento Gorani foi despertado com uma tentativa de assalto por homens armados. Teve que correr semidespido pela rua até achar alguém que bondosamente o conduzisse à pousada com o sugestivo nome de: “As almas santas do purga-tório”.¹¹⁸ Tais pousadas não garantiam a qualquer viajante o mínimo de comodidades, sendo mesmo denominadas pelo botânico Merveilleux

“cavernas de Caco”.¹¹⁹ Quando estive em Portugal em 1729, por oca-¹¹³ Pinto de Carvalho. *Lisboa d’outros tempos*. Lisboa: Antonio Maria Pereira Editor, 1898, p. 14. vol. 2.

114 Marina Tavares Dias, *op. cit.* , p. 69. vol. I.

115 Idem, *Ibidem*.

116 José Pedro Paiva, *op. cit.* , p. 99, conta a deliciosa história de uma meretriz do Porto acusada em 1741 pela Inquisição por rezar para atrair clientes.

117 (1740-1819). Fidalgo, militar, aventureiro, nascido em Milão a 15 de fevereiro de 1740, ver o restante de sua apaixonante história no prefácio de Castelo Branco Chaves, *Portugal e a Corte e o país nos anos 1765 a 1767*. Lisboa: Lisóptima, 1989.

118 Giuseppe Gorani, *op. cit.* , pp. 70, 71.

119 Charles Frédéric de Merveilleux. “Memórias instrutivas sobre Portugal.” In : *O Portugal de D.*

João V visto por três forasteiros, *op. cit.*, p. 134.

49

sião do duplo casamento dos filhos de D. João V,¹²⁰ o abade de Montgon anotou, azedo, em suas memórias: “As habitações que nesta cidade um forasteiro podia então alugar eram tão más como as pousadas do caminho. Era preciso mobiliá-las para as poder habitar ou então se dispor um sujeito a sofrer tudo o que a pouca limpeza tem de suportável”.¹²¹

Nessa mesma Lisboa de riscos e prazeres, faziam-se negócios.

Mercadores ingleses, organizados em Feitoria, precursora das modernas Câmaras de Comércio, detinham mais de 150 grandes casas de comércio. A “Feitoria Britânica”, regida por leis por ela votadas e cuidadosamente respeitadas, vivia de um pequeno imposto cobrado sobre as importações de seus comerciantes. Os fundos assim conseguidos eram geridos por um administrador e destinavam-se a socorrer patriotas menos afortunados. Além dos grandes negociantes havia ingleses nas profissões mecânicas como tanoeiros, sapateiros, relojoeiros, alfaiates, cabeleireiros e até modistas, espartilheiras e engomadeiras.

No pequeno comércio detinham mercearias, lojas de ferragens, tabernas. Nas profissões liberais eram médicos, farmacêuticos, engenheiros, contadores.¹²²

Negócios faziam-se também nos diversos arruados, quase todos estreitos, travessas e becos, em lojas variadas em que se encontravam desde picheleiros e fanqueiros, especieiros, alfaiates, jubeteiros, mestres de sola e vira a sapateiros muito atarefados, todos produtores de toda a sorte de ruídos dissonantes da luta pela vida. Havia as adelas que percorriam as casa vendendo sedas, chapéus, vestidos, rendas e outros ata-vios femininos e, aqui e ali, um alfarrabista, na maior parte dos casos de origem judaica, expunha livros e folhetos. Cegos andantes apregoavam sinas, motes e profecias; os andadores de conventos, leigos barrigudos, estendiam as imagens aos beijos dos crentes junto com a caixa para a oblata.¹²³ Cartomantes e feiticeiras, cujos serviços circulavam em propaganda boca a boca, atendiam sobretudo à clientela aristocrática que 120 Casamentos que uniram o príncipe D. José com Dona Mariana Vitória de Espanha e o príncipe de Astúrias, o futuro Fernando VI, com Dona Maria Bárbara de Portugal.

121 “Mémoires de Monsieur l’ Abbé de Montgon – Lausanne”, 1752, p. 162. In: *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, op. cit., p. 105, nota 34.

122 Quem informa é Carlos Estorninho. “O terremoto de 1755 e sua repercussão nas relações luso-britânicas.” *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 2ª série, n. 2, tomo 22, p. 204, 1956.

123 “Aspectos da Lisboa Velha”. *Arquivo Nacional*, Lisboa, ano 3, n. 107, 3 jul. 1935.

50

as interpelava sobre itinerários de viagens ou segredos sobre impotência, amores proibidos e casamentos. Segredos, diga-se, fabricados com ossos do cemitério da cidade, vísceras de animais e agulhas.¹²⁴ Outros tantos ofícios eram, inclusive, oferecidos na *Gazeta de Notícias* ¹²⁵, desnu-dando o novelo das labirínticas ruas lisboetas e algumas das figuras humanas que ofereciam seus serviços na cidade¹²⁶:

“Faz-se aviso a toda a pessoa curiosa que quiser divertir-se com ver executar diferentes habilidades, ligeirezas de mãos e extraordinárias posturas de corpo, podem acudir à rua dos Odreiros das três da tarde em diante; e assim mais se faz presente, que havendo alguns cavalheiros ou outras pessoas particulares, que quiserem, vão às suas casas fazer as ditas habilidades; mandando-lhe carruagem

irão servir os ditos senhores”.

“Quem quiser comprar escravos e escravas boçais que viram nesta monção de Cachéu pode ir vê-los à casa de Patrício Nolan no meio da rua das Flores no Bairro Alto”.¹²⁷

Através dos anunciantes da *Gazeta*, que circulou entre 1715 e 1751, conhecemos, também, os males que atingiam os que moravam na cidade: a edição do número 28, por exemplo, avisava que o “doutor Luís Morette, médico estrangeiro vindo há pouco do Império, faz manifesto a todos que tem medicamento especial para curar em breves dias a gonorreia, ao preço de um cruzado novo.¹²⁸ D. Baltazar Gisbert, quí-

mico valenciano que mora no Arco dos Sete Cotovelos, adverte que as pessoas que se acharem enfermas de humor gálico de qualquer das quatro espécies, e lhe quiserem aplicar remédio, lhes dará um efficacíssimo com método suave, em que no espaço de 18 dias (...) se acharão efetivamente livres. Na rua da Oliveira, no bairro das Olarias, em casa de Jacques Uffon, defronte da mesma oliveira, se aplica um remédio ¹²⁴ Pedro Paulo Paiva, *op. cit.* , p. 97.

¹²⁵ Sobre a imprensa diária ver Joaquim Fernandes “A Gazeta de Lisboa (1715-1751): uma folha oficial da Corte Joanina”. *Revista de Ciência Histórica*, Universidade Portucalense, vol. 7, pp. 93-134, 1993. A gazeta circulou entre 1715 e 1751 revelando-se uma espécie de “folha oficial” política e administrativa do faustoso reinado de João V.

¹²⁶ *Gazeta* de 1711. In: Manuel Bernardes Branco, *op. cit.* , pp. 66-67.

¹²⁷ Notícia publicada na *Gazeta de Lisboa*, no dia 4 de setembro de 1727, e mencionada por Castelo Branco Chaves, *op. cit.* , p. 112, nota 68.

¹²⁸ Joaquim Fernandes, *op. cit.* , p. 106.

51

particular de estufas, na mesma forma que em Inglaterra e França, para todas as pessoas que se acharem indispostas de estupores, reumatismos, gota, ciática, retração dos nervos... Um cirurgião-dentista, de nação francesa, dava parte ao público que consertava “dentes, assim podres e sujos, como caídos... arranca um dente de uma boca e o põe na outra”, atingindo em cheio as elegantes de

A saúde não era, certamente, uma das “grandezas de Lisboa”. A história dramática de sofrimento que costuma ser a das doenças deixou, ela também, aí, suas marcas. As anotações insistentes no diário do conde de Ericeira, relativo ao ano de 1731, mostravam que, como outras cidades edificadas em portos, em estuários e zonas litorâneas, Lisboa favorecia o aparecimento de surtos de paludismo. Os charcos de água estagnada, a sujeira ribeirinha, os braços imóveis do Tejo eram o foco inesgotável de mosquitos. As viagens transcontinentais, o tráfico triangular entre o Velho e o Novo Mundo, a escravidão e o corso, por sua vez, teriam ajudado a malária a aclimatar-se em zonas temperadas.¹³⁰

As idas para Caldas da Rainha constituíam-se num lenitivo para os males que atacavam indiscriminadamente: “...o sargento-mor convalrescia de umas sezões acompanhado de sua mulher; o duque de Lafões livrou felizmente de uma terçã dobre contínua que deu grande cuidado (...)”¹³¹ as doenças continuam em grande número, mas não com muito perigo e de uma e outra parte do Tejo se multiplicam as sezões crescendo estes dias a calma excessivamente...¹³² a senhora Dona Ana, filha mais velha do conde de Assumar, teve bexigas, que deram cuidado de que está livre no nono dia; o conde seu avô principiou os banhos de Caldas. O conde de Pombeiro está com sezões fortes, mas intermitentes, ¹²⁹ Muito provavelmente o renomado Catalã, vítima do terremoto de 1755. Só no século XVIII aparecem, em Portugal, especialistas estrangeiros em odontologia, especialmente franceses.

Alguns tinham grande prestígio e transmitiam a arte dentária já em evolução em outros países.

Segundo Armando Santinho Cunha, em seu artigo “A arte médica em Portugal no século XVIII”,

“com excepção de pouco mais de meia dúzia que havia frequentado escolas estrangeiras, nunca houve em Portugal profissionais devidamente preparados”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos, *op. cit.*, pp. 159-161; especialmente p. 160.

¹³⁰ É o que informam Jean-Charles Sournia e Jacques Ruffie em *As epidemias na história do homem*.

Lisboa: Edições 70, 1986, p. 190.

131 Diário de 11/09/1731; Eduardo Brazão. “Diário de D. Francisco Xavier de Meneses”. *Biblos*, vol.

17, pp. 85-115, 1941; especialmente p. 89.

132 Idem, *ibidem*, p. 92.

52

e esta doença é quase universal dando as de Caparica tanto cuidado que foi lá um médico de Lisboa, mandado por El-Rei”, anotava, com a precisão de um enfermeiro, D. Francisco Xavier de Meneses.¹³³

O tifo, transmitido por piolhos que tantas vezes infestavam peru-cas e cabeleiras usadas na época, tampouco deve ter dado descanso aos moradores de Lisboa. Não era raro encontrar quem entregasse sua cabeça para um especialista em catar tais parasitas pelas esquinas da cidade.¹³⁴ Medicamentos à base de vinagre canforado e quina, ventosas escarificadas ou sanguessugas nas têmporas, vomitivos, assim como a aplicação de uma pele de animal esfolado vivo, costumavam ser pres-critos para atenuar as febres seguidas de diarreia e delírios.¹³⁵ Remédios à venda na Botica do Rato, situada na travessa da Chancelaria-Mor do Reino, compostos de pedras, ossos, dentes, raízes e paus, na forma de óleos, unguentos e simples da Índia ou América, tinham pouco efeito na luta contra males que atingiam a população. Aos mais carentes, tais remédios eram distribuídos “pelo amor de Deus”, contanto que o pobre trouxesse “certificado do pároco ou do médico da assistência”.¹³⁶ Os médicos, por sua vez, não ajudavam. Sua primeira recomendação, numa doença ordinária, eram “uma meia dúzia de sangrias”, que iam aumentando até 20, à medida que o mal não fosse debelado. A receita seguinte era a “Água do francês”, ou seja, uma tisana de origem turca preparada por um provençal de nome Etienne.¹³⁷ Tendo em comum a ignorância, a falta de experiência, a ausência de consciência profissional e o apetite do ganho, foram alvo de críticos como Bento Morganti que gostava de dizer que “será muito melhor viver mais tempo do que abreviar a vida procurando a saúde”.¹³⁸ Os folhetos sobre médicos assassinos ou impostores se acumulavam nessa época:

133 Idem, *ibidem*, p. 94.

134 Francisco Cancio, *op. cit.*, p. 13.

135 Sobre a história do tifo, conferir: Jacques Le Goff. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1997; especialmente o capítulo “Os soldados de Napoleão vencidos pelo tifo”, pp. 161-172.

136 “Notícia de medicamentos que se acham à venda na Botica do Rato (1729)”. In: *O Anônimo, Journal portugais du XVIIIe siècle (1752-1754)*, op. cit., p. 221.

137 *Description de la ville de Lisbonne*. Paris, 1730; especialmente o capítulo “Des médecins du Pays”, p. 117.

138 Apud *O Anônimo, Journal portugais du XVIIIe siècle (1752-1754)*, op. cit., p. 225.

53

Recomendo a meu testamenteiro

ao Médico se não dê algum dinheiro

nem cousa alguma possa herdar

por culpa que teve de me matar

porque em lugar de cura

por remédio me deu a sepultura.¹³⁹

No mais das vezes, lisboetas recorriam às artes de benzedeiros e curandeiros ou às eficientes orações das Onze Mil Virgens, poderosas advogadas contra toda a sorte de doença. Para a cabeça, para os olhos, para os dentes, havia, por exemplo, Santa Córdula; ela curava também os frenéticos, os paralíticos, os aleijados, as pontadas, as feridas, acudia à esterilidade, facilitava os partos, remodelava todo o gênero de febre e, não havendo remédio para a morte, até os mortos ressuscitava. Para libertar os presos, para as dores de peito, para os naufragos, para as quedas e até para domar os brutos, que se invocasse Santa Cunera.¹⁴⁰

Numa pesquisa monumental, José Pedro Paiva resgatou práticas e crenças mágicas do mundo popular em torno ao corpo. Ervas e excretos alternavam-se com espinhas de sapo ou com água do mar na composição de loções milagreiras.

Palavras dirigidas a São Cipriano misturavam-se a gestos mágicos com o objetivo de curar “crianças ensarilha-das”, hemorragias, febres, mordedura de cobras e brotoejas.¹⁴¹ Apesar dos reforços espirituais, a concentração de gente na cidade trazia consigo o agravamento das condições sanitárias. Na capital, nascia-se e morria-se mais, e mais cedo. Cerca da metade das mortes assinaladas na documentação paroquial dizia respeito ao óbito de crianças com menos de dez anos. Eram as mais frágeis vítimas da “Água do francês” ou da pouca eficácia das benzeções devotas.¹⁴²

Do alto de casa, o olhar do francês Ratton passeava, ainda, sobre as torres de gosto italiano, à la Sérlio, do convento dos augustinianos de São Vicente de Fora, as curvas da sacristia abobadada do Colégio Jesuíta 139 *Testamento que faz o Manoel Braz, mestre sapateiro, morador em Malhorca ... Catalunha, na imprensa de F. Guevara e mandada a esta corte de Lisboa, 1733.*

140 Luís Botelho Fróes de Figueiredo. *Modo eficacíssimo de orar para conseguir a poderosa proteção das onze mil virgens*. Lisboa, 1745.

141 Idem, ibidem, especialmente o capítulo III, pp. 95-173.

142 Empresto aqui informações a Teresa Rodrigues, *op. cit.*, p. 48.

54

de Santo Antão e a enorme cúpula da Patriarcal e a Torre do Relógio, obra do romano Canevari, as duas últimas no Palácio da Ribeira. Uma parte do que via com tamanho encantamento matinal iria, em pouco, desaparecer, levando consigo as despesas e riquezas monumentais investidas na redecoreção do mesmo palácio e na ereção da Patriarcal que fizeram na cidade, no ponderado entender de um seu morador,

“um presépio, mas bonito”.¹⁴³

O comentário faz pensar na frase de Lewis Munford — “A cidade favorece a arte, é a própria arte” — pois esses foram tempos em que D.

João V volvia os olhos para a cidade, para a capital. Pleno de entusiasmos, sonhando com grandes nomes da arquitetura europeia, convidara Juvara, arquiteto do novo rei de Saboia, para vir a Lisboa realizar obras.

Os croquis com construções magníficas jamais saíram do papel, pois o rei temia os custos — alguns milhões de cruzados — e o tempo de construção — no mínimo 30 anos. Na falta de outro maior, o arquiteto romano Antonio Canevari, que residira em Lisboa entre 1728 e 1732, realizou, entre outros, o projeto da já mencionada torre e de uma escadaria monumental na ala da rainha. Depois dessas melhorias, o nobre suíço César de Saussure descrevia, em 1730, o Paço como “vasto, regular e magnífico”, em cuja praça vizinha negociavam-se mercadorias raras e caras. A Capela Real, também remodelada, também foi objeto de sua admiração:

deslumbrante de riquezas, com quadros excelentes e mármore os mais finos e suntuosos. As colunas que formam a nave são revestidas, em todo o comprimento, por placas de prata e dão a impressão de que são feitas de prata maciça. O tabernáculo é em ouro e ornado de diamantes e outras pedras, e é uma alegria para os olhos ver tanta magnificência e riqueza.

Na última década de vida do rei, a situação conjuntural começa a revelar-se contrária à ação política voltada para o gasto sem limite. O

adorno, a pompa e a ostentação da riqueza como forma de comover multidões e de proclamar a crença no catolicismo começaram a esbarrar no declínio do ouro brasileiro. Um pouco antes do terremoto, os níveis de comércio haviam decaído consideravelmente; a agricultura 143 Trata-se de Francisco Xavier de Oliveira (1702-1783). In: Simoneta Luz Afonso (org.), *op. cit.*, p. 24.

55

colonial havia estagnado, sacrificada aos interesses da mineração, o que não permitia uma rápida reconstituição dos fluxos coloniais tradicionais. A agricultura metropolitana experimentou também diversas dificuldades, e a indústria era incapaz de corresponder às necessidades internas, num momento em que, por falta de meios de pagamento, o país não podia continuar a recorrer às importações.¹⁴⁴

“Em pouco, pouco se perde”

Na cidade pululante e putrefaciente, que em breve seria tragada numa nuvem de fumaça, fogo e pó, a casa em cujo sótão Ratton examinava a paisagem era como tantas outras, descritas pelo conde Lorenzo Corsini¹⁴⁵: tinha três andares, embora houvesse outras com até seis. A fachada, sóbria e sem decoração, abria-

se para o rés do chão, cortado pelas portas de entrada e por janelas protegidas por gradeamentos. As grades, geralmente de madeira, permitiam que as moradoras vissem sem ser vistas, além de substituir os vidros, raros em Lisboa. Nas de ferro, pendurava-se a roupa da família para secar.¹⁴⁶ Algumas residências construídas no século anterior ostentavam belas pedras lavradas que podiam emoldurar as janelas do primeiro andar. Feitas com bom material, as casas eram revestidas de telhas sobre as quais crescia alta erva.

As janelas dos andares restantes exibiam gelosias protetoras. A mesma sobriedade da fachada repetia-se no interior: alguns silhares de azulejos, tetos apainelados e pouco mais. O azulejo e a talha eram os poucos elementos decorativos de relevância. Nessa época, eles deixaram as policromias pouco variadas do século anterior para tornarem-se mais elaborados, baseados na fluidez de cores capazes de criar ambientes quase imateriais. A teatralidade que ornamentava a igreja de São Vicente de Fora, ou os temas profanos profusamente elaborados do Palácio da Fronteira, construído em 1670, instalaram-se em algumas ¹⁴⁴ Empresto aqui informações a José Vicente Serrão. “O quadro econômico: Configurações estruturais e tendências de evolução”. In: António Manuel Hespanha, *op. cit.*, p. 72.

¹⁴⁵ Corsini, viajante italiano, é citado no já mencionado livro de Fernando Castelo-Branco, *op. cit.*, pp. 47-48.

¹⁴⁶ Quem informa é o marquês de Bombelles. *Journal d'un Ambassadeur de France au Portugal, 1786-1788*. Paris: PUF, 1979, p. 27.

56

residências.¹⁴⁷ Os telhados desse casario irrequieto e irregular esposa-vam com pasmosa suavidade as curvas das colinas da cidade. Amouris-cados ou de canudo, cintados ou valadios, tinham o tom das *imbrices* romanas, prestando-se à combinação com os verdes do musgo, os amarelos do enxofre e o branco da cal. As inclinações das águas-furtadas abrigavam em convívio ecumênico pombos, gatos e andorinhas.¹⁴⁸

Quem nos conta sobre a distribuição interna da maioria das moradias que iriam, como a de Ratton, daí a pouco desabar é Fernando Castelo-Branco:

o rés do chão era uma loja grande de recebimento com estrebaria, palheiro, casa de moços e cocheira. É provável que aí se encontrasse também a cozinha. O

primeiro andar era o andar nobre da residência, fato que sobressai logo pela aparência exterior dos edifícios, ostentando a esta altura uma larga fila de janelas rasgadas e com sacadas.

Interiormente conservava o mesmo aspecto de andar reservado a ocasiões excepcionais. Aqui se encontravam as salas principais, destinadas a receber visitas e dar festas. Era, portanto, o andar mais rico da casa e seus próprios compartimentos eram mais altos. O segundo andar também revelava logo, a partir do exterior, o seu caráter: as janelas todas iguais, pequenas e sem ornatos, indicavam que era aí que se exercia a vida doméstica, a qual, segundo os hábitos de então, decorria num ambiente fechado, quase sem contato com o exterior. Muitas vezes encontrava-se, também nesse andar, uma sala em que se realizavam as cerimônias religiosas. Nesse caso, ela tinha que obedecer a alguns critérios: o oratório tinha que ter lugar de destaque e ser aprovado pelo Ordinário. Em tese, o espaço serviria para festas em honra dos santos protetores da família, mas na prática, como dizia um certo cronista, “o mesmo santo que assistiu aos obséquios de um agradecimento devoto, ficava da mesma sorte assistindo também a muitos atos em que evaporava a indecência”.¹⁴⁹

Muitas casas tinham ainda quintal, poço e horta. Veremos, mais adiante, que a concepção arquitetônica das casas, com a cozinha no pri-¹⁴⁷ José Meco. “Éclat et fraîcheur à perpétuité, l’*azulejo*, tradition et renovation”. *Le Portugal* (número especial: Monuments Historiques), Paris, n. 194, pp. 33-39, nov. 1994; e o número especial Azulejos: Portugal e Brasil. In: *Oceanos*, n. 36/37, out. 1998/mar. 1999.

¹⁴⁸ Antonio Lopes Ribeiro. “Os telhados de Lisboa”. *Panorama*, vol. 2, n. 7, pp. 25-27, 1942.

¹⁴⁹ Quem conta é Bento Morganti referindo-se às festas domésticas no número 10 de seu O

Anônimo. Cf.: *op. cit.* , pp. 258-259.

57

meiro andar ao lado do palheiro, ajudou a transformar as ruínas do terremoto num imenso braseiro.

Junto com os donos e suas famílias, os criados enchiam as casas.

Branços, mulatos e negros eram secretários, mordomos, guarda-roupas ou criados de quarto, cozinheiros, moços de cozinha, cocheiros, palafre-neiros, aguadeiros, moços de mesa, lacaios, escudeiros, criadas, todos hierarquicamente distribuídos segundo privilégios. Em casas abastadas, seu número chegava a atingir índices anedóticos. Sua função básica era testemunhar o grau de riqueza de seus patrões. Eram ainda tratados com o que os estrangeiros consideravam chocante familiaridade.

Malvestidos, malpenteados, piolhentos, “qual rancho de saracoentes e remelosos... com dentes sujos a arreganhar e empestear de fedor a alho e a bacalhau”¹⁵⁰, não hesitavam em participar dos mínimos detalhes do cotidiano patricio com seus patrões e senhores. As criadas chalhavam e trocavam confidências com suas patroas às janelas, e os criados compartilhavam dos compromissos privados de seus patrões com a maior intimidade: tudo tão afinado quanto o “coro numa tragédia grega”.¹⁵¹ Por ocasião de visita, era de bom tom inquirir os senhores da casa acerca dos domésticos de maior confiança, bem como dar e receber lembranças aos parentes destinadas.¹⁵² Sobre essa criadagem indiscreta, perfunctória, entranhada no cotidiano, Nuno Gonçalo Monteiro esclarece que a fixa-

ção da aristocracia na capital, ao longo do século XVIII, aprofundara violentamente o fosso entre a Corte e a província onde ficavam as “distantes terras” e os senhorios. A maior parte dos bens das casas aristocrá-

ticas ficava arrendada em Lisboa, confinando a enorme criadagem ou

“família”, como eram chamados os criados, ao serviço doméstico. A excessiva familiaridade entre patrões e empregados não era apenas um hábito de cultura, mas um hábito movido pelas características ultrarrentistas da nobreza lusitana enquistada à sombra do rei.

Outros aspectos da cidade dizem respeito à sua lenta contudo inexorável e muito discutível modernização, iniciada desde a Restauração ¹⁵⁰ William Beckford. *Diario de William Beckford*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957, p. 34.

¹⁵¹ As informações são de Piedade Braga Santos et al., *op. cit.*, especialmente o capítulo “Serviçais”, pp.

45-49. O comentário é do viajante Carl Israel Ruders, pastor sueco em missão

em Portugal em 1768.

152 Sobre criadagem nas casas lisboetas, ver Teresa Rodrigues. *Cinco séculos de quotidiano: a vida em Lisboa do século XVI aos nossos dias*. Lisboa: Cosmos, 1997, pp. 64-65.

58

em 1640. No romance III de Antonio Serrão de Castro¹⁵³, publicado em 1721, as “maravilhas de Lisboa” eram exaltadas, imaginando-se um cortejo alegórico em que as mais variadas representações prestam culto “aos sete mil portentos” da capital. Entre esses não se encontravam certamente “portentos” referentes à limpeza, segurança e iluminação.

A Câmara, por exemplo, queixava-se da “insolência dos soldados e o desleixo das pessoas poderosas”, graças às quais as ruas viviam cheias de imundícies. Em 1668 foi realizado um musculoso serviço de limpeza. Fizeram-se, segundo Joaquim Veríssimo Serrão¹⁵⁴, várias posturas para acabar com tal espetáculo, proibindo as pessoas de jogarem excrementos para as vias públicas, obrigando-as a varrer as fachadas das casas e a contribuir para o dispêndio da limpeza. A lembrança de Paris, “cidade que era intratável dantes pela imundícia e está hoje agra-davelmente limpa”¹⁵⁵, segundo uma consulta da Câmara em 1671, ainda ecoava nesses idos de 1755. Todos os moradores deviam contribuir igualmente para as despesas de limpeza: os fidalgos, os oficiais mecânicos e a população, cada um de acordo com a “grandeza de sua casa ou os seus haveres”. Muitos fidalgos e clérigos reagiram contra a postura, de nada servindo à Câmara recordar-lhes “ser a limpeza desta cidade a cousa mais necessária à saúde pública e decente ao trato comum de seus moradores”.¹⁵⁶

No ano de 1688, informa Serrão, fizeram-se listas de devedores, mas não houve meio de os obrigar ao pagamento. Os habitantes continuavam a jogar na rua os despejos, havendo outros que o faziam para o rio, o que levou a Câmara a demarcar as zonas onde se podiam lançar os entulhos. A contribuição do “rialette da despesa”, diminutivo dado ao imposto — real — normalmente pago sobre carne e vinho e lançada em 1701, não bastava para cobrir os encargos. De tal modo a cidade no ano de 1709 apresentava um aspecto imundo que D. João V ameaçou com graves penas quem não respeitasse as posturas. O próprio rei ¹⁵³ *Fênix Renascida*, tomo IV, Lisboa, 1721, p. 181-189. Sobre a atribuição dessa poesia anônima a Serrão de Castro, veja-se Inocência. *Diccionário*

Bibliographico Portuguez, tomo II, Lisboa, 1859, p. 268.

154 Empresto suas informações sobre “Aspectos da vida lisboeta” em *História de Portugal (1640-1750)*. Lisboa: Verbo, 1979, pp. 338-339.

155 Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 340; refere-se o historiador luso à consulta da Câmara de 26/10/1671.

156 Idem, *ibidem*.

59

comandou a feitura de barças para o transporte de lixo e que os contratadores limpassem as ruas diariamente. A situação melhorou pelo ano de 1720, mas dez anos mais tarde a Secretaria de Estado ordenava às duas Câmaras: “que haja mais cuidado na limpeza das cidades, na qual há muito descuido”. E em 1742 propunha-se, enfim, à semelhan-

ça do que “universalmente se aplica nos Estados mais polidos da Europa, a construção de latrinas nas casas de particulares, sendo os despejos feitos em locais fora da cidade”.¹⁵⁷

Uma série de incêndios prenunciava o braseiro do dia 1º de novembro de 1755. O fogo lambeu, em 1717, o palácio de Tristão de Mendonça Furtado, reduzindo a pó o seu rico mobiliário, e, em agosto de 1750, dizimou doentes, loucos e crianças expostas¹⁵⁸ que, junto com o Hospital de Todos os Santos, arderam em suas respectivas camas e enfermarias.¹⁵⁹ Desde 1690, a Câmara mandou distribuir pelos bairros

“ferramentas” para atacar as labaredas: escadas ferradas, hastes de pau e calções de couro para tirar água das tinas. Tal como já existia em Paris, contrataram-se carpinteiros, pedreiros e trabalhadores, num total de 30

empregados assalariados, cujo ofício consistia em atacar as chamas com picaretas, alavancas e alviões. Dez anos antes do terremoto, Lisboa contava com 11 guarnições de bombeiros, armados de baldes vindos da Holanda, e tendo cada uma oito homens para o transporte das bombas.

Pedia-se, por fim, aos párocos que tivessem cuidado com velas acesas nos oratórios e cruzeiros espalhados nas ruas para evitar os temidos fogos.

No fim do século XVII, a cidade inchava e as ruas mostravam-se estreitas para a passagem de coches e seges da nobreza, ou mesmo da liteira da rainha que, quando grávida, costumava exhibir-se ao povo

“fazendo boa cara”.¹⁶⁰ O Senado teve que abrir novas serventias como a rua dos Ourives da Prata, por onde passaram a circular os maiores carros. No ano de 1701, alargavam-se outras ruas para descongestionar o trânsito, removendo alpendres de casas e poiais. Era ainda corrente, diz ¹⁵⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 340

¹⁵⁸ Para saber mais sobre os expostos, ver Maria de Fátima Dias dos Reis. “Aspectos institucionais da assistência aos expostos em Portugal nos séculos XVIII e XIX”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (org.), *op. cit.*, pp. 173-174.

¹⁵⁹ Sobre os incêndios em Lisboa, ver “Os incêndios em Lisboa em outras idades”. *Arquivo Nacional*, Lisboa, ano II, livro II, pp. 552-553, 8 set. 1933.

¹⁶⁰ Quem conta é Pietro Francesco Viganego em carta de 14/11/1713, *op. cit.*, p. 123.

60

Serrão, o uso de cadeirinhas de mão, tendo os altos eclesiásticos e seculares vistosas carruagens. Carruagens, coches e seges que obrigaram a alargar as portas das cocheiras das casas nobres, e que eram exagerada-mente decoradas com “assuntos pagãos”, despertavam a ira de pregadores da época.¹⁶¹ Mas, em busca da desobstrução das ruas serpentinadas, e do escoamento das elites puxadas a tração, as obras levaram à altera-

ção da fisionomia da cidade, retirando-lhe arcos, alpendres e escadas.

César de Saussure lembrava, ainda, que apenas os coches de fidalgos e grandes titulares podiam ser puxados por seis cavalos. Os demais circulavam com, apenas, dois animais. Havia, também, pequenas seges, fechadas por todos os lados e puxadas por um só.

Vê-se grande número de outras pessoas, principalmente eclesiásticos, montados em cavalos ou em mulas, que para não se enlamearem usam como estribos uma espécie de botas de madeira, penduradas na sela e abertas de um lado. Todos

esses coches, estas cadeirinhas, estes cavalos e estas mulas causam muitos incômodos a todos os peões, para os quais não há um caminho seguro que lhes seja apenas destinado, como existe nas ruas de Londres. Isto ocasiona frequentes acidentes, principalmente quando acontece passar por qualquer sítio estreito uma equipagem de fidalgos com seis cavalos. Então, mal vão aqueles que se encontrem no seu caminho sem terem tempo de se afastar, pois a grandeza destes fidalgos, se lhes exige este estado, mais lhes impõem não se deterem por qualquer motivo.¹⁶²

Sob o ponto de vista urbano, foi ainda importante a iluminação das ruas, ordenada pelo pai de D. João V, D. Pedro II, de acordo com o exemplo de outras cidades europeias. Garantir a segurança de quem circulasse, “por ser capa a escuridão da noite”, evitando os perigos habituais, era a maior preocupação. A Câmara sugeriu o uso de lampiões, para cuja despesa se lançou um pesado tributo. Nem todos compreendiam a necessidade de iluminação, alegando que as cortes estrangeiras ¹⁶¹ No prólogo do *Catálogo do Museu Nacional dos Coches* (edição de 1923), p. IX, o autor, Luciano Freire, faz menção a coches de caráter fúnebre cobertos de pintura e àqueles com “motivos pagãos” que ensinaram a cólera de padre Manuel Bernardes.

¹⁶² César de Saussure. “Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730”. In: Castelo Branco Chaves, *op.*

cit. , p. 266.

61

eram ricas, sendo a portuguesa pobre, pelo que seria desumano iluminar as ruas. Por ocasião de festas, a população devia pôr “luminárias nas janelas”, pagando a multa de quatro mil réis quem não o fizesse. O

observador anônimo descreve com precisão as mazelas decorrentes da falta de luz e saneamento: “Esta grande cidade não tem iluminação durante a noite, por via do que acontece frequentemente perder-se um sujeito, correndo o risco de ficar enxovalhado com imundícies, que é uso despejarem das janelas à rua, pois as casas não têm latrinas [em 1730, não tinham ainda]. A obrigação geral é levar essas imundícies para o rio, no que se emprega grande número de negras, por baixa sol-dada [as já mencionadas *calhandreiras*]. Esta ordem, porém, não é rigorosamente cumprida, principalmente pelo povo”.¹⁶³ A ponto de, nos dias

em que a rainha Dona Mariana, mulher de D. João V, visitava as igrejas ser precedida por um número de mariolas, carregando pranchas que eram colocadas nas ruas por onde a soberana avançasse, evitando que se sujasse nas ruas enlameadas.¹⁶⁴

De noite — prossegue o mesmo narrador — não se anda nas ruas com a bastante segurança, a não ser que seja, como lá se diz, embuçado, isto é, quando se usa um amplo capote que cobre da cabeça aos pés, traje original que é usado por pessoas de toda a condição, e até pelos príncipes, pois tem o privilégio de se impor ao respeito. O respeito que se guarda a esta espécie de máscara resulta de ela impedir que se seja reconhecido e de presumir que as pessoas assim trajadas podem ter razões muito especiais para se disfarçarem e ocultar armas de fogo, prontas a disparar sobre quem insulte ou tente reconhecer os seus portadores.¹⁶⁵

O medo do escuro, da noite, a falta de iluminação preocupavam viajantes e autoridades. O diplomata D. Luís da Cunha, um dos mais destacados embaixadores da primeira metade do século XVIII, no cená-

rio europeu, insistia no seu *Testamento Político*: o

O 1 que me ocorre é o de se mandarem alumiar com lanternas todas as ruas de Lisboa para, porque a obscuridade da noite facilita os 163 Descrição da cidade de Lisboa, *op. cit.*, p.53.

164 Idem, ibidem, p.54.

165 Idem, ibidem, p.39.

62

roubos, as mortes e outros crimes, com pena de galés advirtam aos que as quebrarem. Assim se pratica em todas as grandes cidades da França e Inglaterra, Holanda *etc.* E para esta despesa devem concorrer os moradores por ser para comodidade e sossego da sociedade comum; ao que ajuntarei que as lanternas não deveriam acender somente desde o mês de setembro até o mês de março, mas todo o ano ainda que faça luar, porque o verão sempre tem noites em que se pode fazer o que se pretende evitar.¹⁶⁶

Mas por que o historiador faz Jacome Ratton descrever em seu lugar e com tantas minúcias essa cidade, numa espécie de ruminação da memória na qual

Lisboa se deixa fotografar graças ao toque afetuoso de suas observações? Certo que uma parte dela irá desaparecer no próximo capítulo. Mas não é apenas para ilustrar o que foi a capital do reino, ou a sua memória, antes do horror que tantos dados são reunidos; é, sim, porque as novas abordagens de história urbana o incitam a apensar as relações entre o corpo mesmo da cidade, a maneira como ela respirava, suas estimulações nervosas, a disposição de sua estrutura urbana, suas feridas e a amputação que sofrerá por força do sismo, com a interpreta-

ção que será dada, na época, para as causas do terremoto. Há mais: essa cidade porto, cujas ruas obedeciam a um sistema radioconcêntrico, cujas colinas eram cortadas por anéis irregulares, destinados, como em toda a cidade de fisionomia medieval, a proteger e abraçar o núcleo — o Castelo de São Jorge —, tornou-se, depois do desastre, uma cidade asilo, um esconderijo, um inferno — no qual Dante também achou círculos —, sob cujos restos, como vermes numa carcaça, proliferavam bandidos, salteadores, criminosos. E de cujos orifícios escapavam milhares de vozes a clamar pelo perdão dos pecados de seus moradores.¹⁶⁷

Seria válido emprestar a Walter Benjamim ou a Marshall Berman, renomados teóricos da cidade, ideias para pensar Lisboa no início do 166 *Testamento Político*. Lisboa: Imprensa Régia, 1820; Castelo Branco Chaves, *op. cit.*, p. 251, matiza a sujeira lisboeta lembrando que na Prússia, na Itália e mesmo em Paris, a sujeira das cidades seguia sendo uma constante. Não se trata aqui de discutir qual a mais suja cidade europeia mas de lembrar que, de acordo com os estudos fundamentais de Norbert Elias, o processo civilizatório já ia longe em países como a França.

167 Sobre a história das cidades, ver o balanço de Ronald Raminelli. “História Urbana”. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). *Domínios da história: Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

63

Setecentos? Sim, se pudermos fazê-lo para pensar não a modernidade, mas seu avesso e a relação de uma cidade arcaizante com uma sensibilidade específica, forjada no burburinho e no cotidiano das ruas, nas condições de vida dos moradores, na maneira de pensar de seus habitantes.¹⁶⁸ Afinal, como diz o poeta, onde moram homens, mora a inquietação. Sim, se pudermos interpretar a cidade como personagem histórico, transbordante de ruidosa polifonia, prenhe da multiplicidade de tensões que impregnavam a vida diária que nada tinha a ver

com o de cidades recém-modernizadas na Europa.¹⁶⁹ Mas esse avesso de modernidade, o arcaísmo, tampouco tinha de atraso. Tinha de específico e de singular. Nele, qual num caleidoscópio, as imagens se sucediam alternando cenas da vida real onde se misturavam os ritmos da existência humana. Ritmos esses que, embalados por crenças profundas nas coisas de Deus, se configuravam num conjunto de estratégias cognitivas relativas à significação da vida e da morte. Nessa cidade, a paisagem humana tinha relação direta com a paisagem espiritual e religiosa. Em Lisboa, o visível e o invisível se imbricavam. O “aqui embaixo” prolongava-se no “além lá de cima”, e os percursos individuais ou coletivos alternavam o calendário cronológico com aquele litúrgico. Uma concepção astromágica da realidade ajudava seus habitantes a alcançar a inteligibilidade do real. Essa era a sua marca.¹⁷⁰

Ora, a inclusão de Portugal no mercado internacional criara, 200

anos antes, uma nova cidade. Essa que aí estava, e que fora alterada graças ao ouro brasileiro e à exportação de vinho do Porto para a Inglaterra, já tinha outra fisionomia. Não apenas nas suas formas, nos edifícios erguidos para louvar um rei que tentava dar visibilidade a Portugal no cenário internacional, mas, sobretudo, na população de estrangeiros como Ratton, que representavam a inserção do país num frêmito de comunicação com o além-Pirineus. Mais. A vida degradada de Lisboa, a sujeira, a violência, o medo, a insalubridade e a pobreza em 168 Ver, sobre o assunto, o capítulo “Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo”. In: *Obras escolhidas III*. São Paulo: Brasiliense, 1989; Marshall Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

169 É essa a sugestão de Aldo Rossi. *A arquitetura da cidade*. Lisboa: Cosmos, 1969.

170 Sobre o problema da mentalidade religiosa na época moderna, ver: Lucien Febvre. *Au coeur religieux du XVIe siècle*. Paris: Le Livre de Poche, 1983; Idem. *Le problème de l'incroyance au 16e siècle*.

Paris: Albin Michel, 1968.

contraste com as obras barrocas, contrapartidas da religiosidade excessiva ou do desejo de afirmação de D. João V, ensinaram, no momento do terremoto, uma

leitura específica sobre o fim dessa mesma cidade: espécie de Sodoma condenada de antemão pelos maus costumes, Lisboa seria arrasada por suas transgressões. Todos esses fatores, todos esses contrastes contribuíram — e muito — para o embricamento entre formas arcaicas de viver e modos específicos de pensar e sentir.

Nessa cidade conviviam também práticas antigas, como diria Raymond Williams¹⁷¹, com tendências novas, que só tomariam pé muito lentamente, depois do terremoto. No novelo emaranhado e feudal de ruas sobrepunham-se formas de trabalho debitárias quer da exploração tradicional — basta pensar no papel dos artesãos, vendilhões, escravos

— quer do registro dessa exploração, nas trocas e no lucro mercantil, nos tribunais, no poder político e nos gastos conspícuos à cidade:

“Construiu-se um coro para os cônegos que é a coisa mais ridícula do mundo e que custa bastante, o que faz murmurar todo este povo; que é a coisa pior; o rei não sonha senão com sua capela”, vociferava, dentro desse espírito, o nosso Viganego.¹⁷² Mesmo entre seus pares, as despesas exageradas de D. João V suscitavam um franzir de sobancelha:

“Dizem que el Rei comprou um bufete de cristal guarnecido de ouro, que estava em Roma e tinha sido do duque de Uzeda”. Coros revestidos de douramentos ou bufetes de cristal conviviam com a bulha dos escravos negros, o grito dos vendedores, as ferramentas de artesãos, o gru-nhir de animais domésticos.

Lembra o mesmo Williams¹⁷³ que não apenas os processos socio-econômicos, sua ordem e magnificência são visíveis na fisionomia da cidade, mas também um certo tipo de fraudulência, capaz de se auto-alimentar. Em cidades como Lisboa, os parasitas, os vigaristas e trapaceiros profissionais, os embusteiros e intermediários proliferavam.

Surgiam, assim, formas de interação e tensão das mais variadas. Lisboa era atravessada por casos como o da “confraria do Bom Ladrão”, como o denominou o conde de Ericeira.¹⁷⁴ Nela, um mercador foi extorquido ¹⁷¹ Ver o seu clássico *O campo e a cidade na história da literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁷² P. F. Viganego, *op. cit.*, p.76.

173 Raymond Williams, *op. cit.* , p.75.

174 Diário do ano de 1731 que faz o Conde de Ericeira D. Francisco Xavier de Meneses e este ano é 1731 ... Diário de 10 a 24/07/1731, *op. cit.* , p.87.

65

por quatro homens, que o obrigaram a lhes entregar uma soma que deveria ser envidada para um negócio na Holanda. Pediram-lhe silêncio sobre o caso, “com ameaça de o matarem se o dissesse, e promessa de restituição se calasse”. A promessa cumprida, restituíram-lhe o dinheiro, com juros: mais cinco moedas de ouro pelo susto que passara!

Ou o do “clérigo ladrão”, misto de anjo e demônio, preso com 100 mar-cos de prata.¹⁷⁵ Ou os dos “atravessadores de esmolas”, tão perigosos quanto os atravessadores de mantimentos.¹⁷⁶ Outro delicioso exemplo, a “loteria das almas”¹⁷⁷, na qual se apostava dinheiro contra a piedade dos pagantes apostadores: numa folha volante endereçada “aos fiéis devotos das boas almas”, explicava-se que “em todos os tempos tem a piedade inventado novas e caritativas indústrias para que não se passe algum dia sem que se implore a Divina Misericórdia, enviando novos socorros àquelas santas prisioneiras... tomareis pois um número da cai-xinha junta e confrontando-o com os números abaixo escritos, nele achareis a alma ou almas particulares por quem vós ou toda a vossa família nesse dia, semana ou mês, deveis aplicar algumas obras meritó-

rias: v.g., missas, comunhões, indulgências, esmolas... adverte-se que se deixem em branco dois números para que as pessoas que praticarem esta santa devoção escrevam no número 13 um Santo ou Santa e no 66

uma Alma do Purgatório, conforme a devoção de cada um...”. Seguiam os números da loteria com a indicação da devoção das Almas, a nota de depósito e a explicação de que tudo era feito com a “bênção”, ou melhor, licença, da Mesa do Desembargo do Paço! Como se vê, as prá-

ticas arcaicas de fé e devoção cruzavam-se com o ganho típico do recém-chegado capitalismo.

Sobre a experiência visual na qual se constituía a cidade, há descrições bastante extensas, sempre presentes nos textos de viajantes.¹⁷⁸

Os historiadores portugueses, por sua vez, utilizam-nas para acirrar ou desfazer o debate sobre as qualidades de Lisboa: feia ou bonita, espe-175 Idem, ibidem.

176 “O Anônimo”, n. 8. In: *O Anônimo, Journal portugais du XVIIIe siècle (1752-1754)*, op. cit., p. 248.

177 Visconde de Villa-Moura. “O azar no céu ou a lotaria das almas no século XVIII”. *Revista Lusitana*, vol. 14, pp. 292-295, 1911.

178 Ver também o texto de Maria Stella M. Brescianni. “História e historiografia das cidades: Um percurso”. In: Marcos Cézar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp. 237-248.

66

cialmente suja ou suja como qualquer cidade europeia. Não há dúvida de que comparações com França, Inglaterra, Polônia ou Itália permitem concluir que alguns aspectos como falta de higiene ou de segurança eram problemas comuns a várias capitais. Mas não pode haver dúvidas quanto à lentidão com que o chamado “processo civilizatório”¹⁷⁹ se impôs a Portugal. E era essa falta de *civilité* ou de “polícia” — um sinô-

nimo para polidez e autocontrole — que chamava atenção. A busca de uma postura discreta, a representação ideal da vida de Corte, os mecanismos de autocontrole introjetados e expressos nas formalidades cortesãs, marcas da diferenciação social na maior parte das cortes europeias, não se viam cá.¹⁸⁰ Aqui, patrões e domésticos, senhores e escravos conviviam amigavelmente numa espécie de vulgaridade rústica que chocava o estrangeiro. Não existiam refinamentos nas boas maneiras, nem sinais exteriorizados de um falar mais apurado. O ócio aristocrático, as distrações e a gestualidade do fidalgo não se diferenciavam muito, aos olhos do estrangeiro, das do comerciante. Os palácios eram mal e modestamente decorados: excepcionalmente se viam espelhos, douramentos ou quadros, substituídos, no mais das vezes, por caloren-tos e pesados panos. As pragmáticas sobre vestuário eram constantemente contrariadas, baralhando o status de quem os portava.¹⁸¹ O atraso com que se adotavam as modas europeias somado ao desconforto da moradia transformavam os portugueses em símbolos de mau gosto.

Mesmo antes do terremoto, a corte portuguesa era considerada de excessiva simplicidade.

Os cortesãos, com exceção de dez ou 12, estão vestidos ou mesquinha ou ridiculamente. Não se vê uma boa libré, exceto nos ministros estrangeiros. Os portugueses, por falta de viajar, têm uma ideia muito 179 A noção de processo civilizatório foi esboçada pioneiramente por Norbert Elias no seu *La société-*

té de cour. Paris: Flammarion, 1985; Idem. *La civilisation des moeurs*. Paris: Calmann-Lévy, 1973.

180 Ver sobre representação, Roger Chartier. “Formación social e economía psíquica: la sociedad cortesana en el proceso de la civilización”. In: *El mundo como representación*. Barcelona: Gedisa, 1992; Norbert Elias. *La société de cour*, op. cit.

181 As mais importantes pragmáticas do Antigo Regime português foram as de 1677, 1686, 1688, 1690. Elas proibiam artigos de luxo, sobretudo panos e baetas, mas também vidros e louças.

Consistiam numa política protecionista que evitava enfrentar diretamente as importações para não ferir tratados ou interesses de potências estrangeiras cujo apoio a Portugal, no turbulento quadro internacional, era básico.

67

superior do que aquela que deveriam ter da magnificência e dignidade de sua Corte nas ocasiões mais solenes, queixava-se o embaixador da França. Os espetáculos apresentados na Corte ficavam longe daqueles que via em Madri ou Dresden e as refeições aí servidas mais pareciam uma “rude corveia”.¹⁸²

O nosso já conhecido Carrère endossava, lembrando que nem pelo traje, nem pela fala, nem mesmo pelas homenagens, conseguia-se distinguir o rei dos nobres e esses entre si. Houve viajantes, mais críticos, que comparavam, por sua má aparência, a gente nobre a vendedores de velas de sebo. Diziam, ainda, ser a casa do conde de S. Vicente, membro da casa de Távora, presidente da casa de Ultramar e renomado “fanfarrão”¹⁸³, o espaço onde as “classes mais baixas” teriam ocasião de dançar, se divertir e namoriscar com a mais alta nobreza. Em suma, tudo o que o processo civilizatório, de acordo com a ideia central de Norbert Elias¹⁸⁴, fizera para dar total transparência às diferenças de origem parecia, à beira do Tejo, mesclado, misturado, esfumado. “Não há um único apelido em Portugal que não pertença, simultaneamente, à fidalguia mais extrema e à gentilha mais baixa”, diagnosticava um estrangeiro¹⁸⁵, apontando

as dificuldades em separar o homem de Corte, a especificidade minoritária de seu estilo de vida e de sua condu-ta daquela do vulgar cidadão.

Os 100 anos que antecederam o terremoto tinham ainda acentua-do o contraste entre a fidalguia provincial e a Corte. Os membros da primeira haviam empobrecido violentamente, transformando seus solares em “humildes choças de lavradores”. Tinham se tornado, eles mesmos, modestos como lavradores: “lavradores as possuem”¹⁸⁶ — dizia-se dessa fidalguia rural. Viviam com franciscana modéstia, contentando-se com mesa frugal: “dois pratos, sendo um de arroz com galinha ou carneiro e frutos, tudo guisado em banha de porco e carregado de

182 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 87, carta do conde de Baschi, 1/04/1755.

183 Quem o descreve dessa forma é Pietro Francesco Viganego em carta de setembro de 1713, *op.*

cit., p. 108.

184 Ver o seu *La civilization des moeurs, op. cit.*

185 Informações emprestadas a Piedade Braga Santos et al., *op. cit.*, pp. 35-37.

186 Antonio de Villasboas e Sampaio. *Nobiliarquia portuguesa. Tratado da nobreza hereditária e política*. 3ª ed., 1725, pp. 152-153. A 1ª edição é de 1676.

68

pimenta.¹⁸⁷ São parques na comida e na bebida”, informava um observador.¹⁸⁸ Houve, por outro lado, um alargamento no conceito de nobreza, e passaram a nobilitar-se os que desempenhavam cargos militares no exército de primeira linha, ou os que simplesmente — em alguns casos extremos — não exerciam ofícios mecânicos. O porte de hábitos militares, como o de São Tiago, multiplicou-se, e esse podia ser usado por muitos, de membros da família real a bacharéis. Num texto de grande inteligência, o *Genealogia geral da nação portuguesa, pela qual se desvanece a opinião dos senhores que se chamam puritanos*, Alexandre de Gusmão revela que, bem antes de Pombal, certa aristocracia emergente incomodava a velha aristocracia de sangue.¹⁸⁹ Essa mobilidade ou opacidade, dentro da própria aristocracia, aguçava ainda mais a percep-

ção crítica dos estrangeiros, inquietos por não reconhecerem as evidências capazes de distinguir um duque de um conde. Ou, pior, um marquês de um comerciante ou mesmo de um saloio.

Era certamente o filtro da civilidade que, embaçado pelos hábitos adquiridos em cortes mais refinadas, empurrava os estrangeiros para juízos tão duros sobre os “pequeninos portugueses” de Eça. Terras e gente que não lhes inspiravam o menor respeito: “As notícias do país são sempre tão insignificantes que não se dão para escrever uma carta”, queixava-se Viganego, ressentido da falta de assunto!¹⁹⁰ Não vinham tais senhores de Cortes como a dos Luíses, XIV e XV, acostumados a flá-nar em jardins concebidos por Le Nôtre, a chorar com as tragédias de Racine, a rir do Tartufo de Molière e a dançar ao som de Lully nas chamadas “festas galantes”?

Carlos VI não tinha criado em Viena uma corte faustosa enquanto a Inglaterra de George II de Hanôver, sob a batuta do corrupto mas eficiente Robert Walpole, via a sua aristocracia misturada à *gentry*, fre-quentando a City of Westminster para comprar artigos sofisticados num décor considerado o mais chique e iluminado da Europa? Nenhuma ¹⁸⁷ A queixa é de William Beckford em 1787. Apud Virgílio Gomes, *op. cit.*, p. 184.

¹⁸⁸ *Voyage de monsieur César de Saussure en Portugal, lettres de Lisbonne*. Milão: Casa Editora Visconde de Faria, 1909, pp. 28-29.

¹⁸⁹ Alexandre de Gusmão. *Genealogia geral da nação portuguesa pela qual se desvanece a opinião dos que se chamam puritanos*, IHGB, mss, DL, 12,23. Agradeço a Regina Wanderley essa indicação.

¹⁹⁰ Carta de 6/03/1714, *op. cit.*, p.166.

69

aristocracia foi mais rica do que a inglesa, diz George Rudé¹⁹¹, e nenhuma outra mais pródiga em diversões do que a francesa. Em ambos os países, havia, ainda, classes intermediárias como a “*noblesse de robe*” ou mercadores burgueses acostumados a ler os vários jornais que circulavam ou Swift, Fénelon, Montesquieu, entre outros. Estavam, ainda, habituados a acompanhar o debate entre “antigos e modernos”, a frequentar Academias, a ouvir ópera “bufa” ou “comique”, ou a *Beggar’s Opera* de John Gay, deixando-se retratar, com seus familiares, por Rigaud, Nattier, Gainsborough e Romney. Isso sem falar na

transforma-

ção das cidades pela arquitetura: a criação das *places royales* em Paris, a ereção de igrejas londrinas com influência das formas italianas de Palá-

dio, o rococó do Prinzregententheater em Munique e as *chinoiseries* na mansão de Horace Walpolle, em Strawberry Hill, ou a Casa do Dragão de Frederico II, em Potsdam.¹⁹²

Pois em Portugal Bento Morganti ainda ensinava que o certo não era comer com os dedos e, sim, com talheres. Que não se arrotava em público ou se chupavam os dentes depois de palitá-los. Que não se chamava atenção para fios de cabelo encontrados na sopa nem se discutia a idade de uma mulher em sua frente.¹⁹³ No azedo juízo dos estrangeiros sobre Lisboa, tais contrastes eram, certamente, levados em conta, haja vista o comentário de William Beckford sobre um jantar em Mafra:

“O grão-prior fez cara feia aos garfos e colheres colocados diante de nós.

Foi difícil convencê-lo a servir-se deles”.¹⁹⁴ Apesar de provenientes de uma Europa já ilustrada e iluminista, tais observadores apenas explicitavam as dificuldades que existiam, no século XVIII, em encarar a diversidade humana dentro do próprio continente. O relativismo engatinhava. Embora vários moralistas como Montaigne, Pascal, Loecke ou De Gerando não ignorassem a pluralidade de costumes e tradições, observar as diferenças para descobrir suas propriedades, conforme recomendava Montesquieu, era tarefa difícil. Distanciamento e *dé-*

191 Sobre as cidades europeias no século XVIII, ver o seu *Europa en el siglo XVIII: la aristocracia y el desafio burgues*. Madrid: Alianza Editorial, 1978. Ver também R. Mousnier & E. Labrousse. *Le XVIIIe. siècle, l' époque des Lumières*. Paris: PUF; Quadrige, 1985.

192 Ver sobre o tema Norbert Elias. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

193 “O Anônimo”, n. 10. In: *O Anônimo, Journal portugais du XVIIIe siècle (1752-1754)*, *op. cit.*, p. 258.

194 Virgílio Gomes, *op. cit.*, p. 185.

paysement, que consistem na base de qualquer observação privilegiada, são métodos apenas recentemente adotados pela etnologia. Nossos viajantes estrangeiros simplesmente reproduziam quadros mentais profundamente etnocêntricos. Os mesmos aliás que inspiraram em Montesquieu — *malgré lui même* — as imagens convencionais e degradantes com que tratou indígenas, africanos, chineses e japoneses!¹⁹⁵ E por quê? Pois essa xenofobia estava enraizada numa concepção fechada de espaço, ela mesma ligada a mecanismos de sobrevivência através da noção de defesa do território e de um profundo sentimento de insegurança que perpassou as populações, sobretudo as que estavam instala-das num teatro de guerras como foi a Europa ocidental entre os séculos XIV e XVII. O Outro devia ser, via de regra, um inimigo. Robert Mu-chembled¹⁹⁶ demonstrou, com brilho, as consequências disso entre os franceses da Idade Moderna: reflexos condicionados alimentados por uma concepção geocêntrica e etnocêntrica da vida.

Lisboa ainda não estava em voga entre esses que, na realidade, eram mais comerciantes a cruzar seu porto ou suas ruas escarpadas do que viajantes. Não tinha os atrativos que inspiravam, no Setecentos, a cultura de cidades francesas ou italianas, ou mesmo o bucolismo dos contrafortes e Alpes nevados da Suíça.¹⁹⁷ Eis por que o que nos parece interessar aos comerciantes estrangeiros estabelecidos em Lisboa no meado do século XVIII era o mistério que envolvia uma nação engessa-da, sob domínio absolutista e sob a onipotência do Tribunal do Santo Ofício. E o interesse por tal mistério explicita-se na literatura setecentista deixada por esses observadores, cujas crônicas constituíam um gênero fundamental mas significavam, também, como o comprovou Paul Hazard, uma forma de apreensão do mundo. “A viagem mudava de caráter”, diz ele; “já não era o capricho de um original demasiado curioso, mas uma aprendizagem, um trabalho, um complemento da ¹⁹⁵ Ver sobre o tema Tzvetan Todorov. *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine*.

Paris: Seuil, 1989.

¹⁹⁶ Ver o seu *La violence au village*. Belgique: Brepols, 1989; especialmente o capítulo intitulado

“Une intense xénophobie”, p. 86 e passim.

197 É o comentário de Maria Leonor Machado de Souza no prefácio de *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos*. Tradução e notas por Judite Nozes. Lisboa: The British Historical Society of Portugal; Lisóptima, 1990, p. 13.

71

educação; era a escola dos europeus”.¹⁹⁸ Mesmo que escola de comércio onde se aprendia sobre como lidar, na esfera mercantil, com sócios minoritários. Henry Fielding o confirma ao anunciar, no prefácio de seu *Diário de uma viagem a Lisboa* 199, que não havia estudo mais aprazível ou proveitoso do que a arte de viajar. E mais: o aventureiro viajante explorava os vícios de um mundo que se decompunha; era bem esse o caso de Portugal joanino, como veremos mais adiante.

Mas, a nosso ver, o que define o discurso do viajante setecentista sobre as cidades, e, no caso, sobre Lisboa, não é o olhar sobre as pessoas e sua cultura, mas, sim, sua maneira de encarar a paisagem. É bom não esquecer que cada período dá a sua cor particular à percepção que se tem da paisagem, e que essa não é um dado imutável. Ora, os estrangeiros que se deliciavam com a beleza da capital refletida no largo espelho do Tejo, e com a brancura ofusca da luz, traziam o olhar impregnado das paisagens do Norte, chuvoso e cinzento. As cores e o brilho atlânticos os fascinavam. Mais ainda, habituados às pinturas de paisagens, concebiam *environnements* completos.²⁰⁰ Seu olhar, como podemos ver na correspondência dos forasteiros que cruzaram Lisboa no reinado joanino, descortinavam o conjunto de construções, água, céu e plantas. Nada lhes parecia isolado. As colinas, a foz do rio, as casas, o corte horizontal do Paço e do Rossio, os arredores feitos de belas e amenas campinas, as laranjeiras carregadas de frutos. “O panorama que se desfruta, domina e encanta”, no dizer de Saussure, é abraçado indistintamente e depois arrolado, descrito, organizado. O narrador passa do encantamento visual ao exame de anatomia dos “modos de vida particulares” dos portugueses; e, nesse momento, os contrastes entre o aqui e o lá eram tão grandes que o impacto da beleza física da cidade tendia a esmaecer-se. Não há, sobre a metrópole, grandes adjetivos, nem elo-gios. Os espectadores são homens típicos do século XVIII, cuja sensibilidade estética repousa na apreciação do que fosse tão simplesmente um “país jardim”: um cenário onde sobretudo não houvesse esterilidade.¹⁹⁸ *La pensée européenne au XVIIIe siècle*. Paris: Fayard, 1963; especialmente o capítulo IX, “Les types sociaux de l’époque. L’aventurier: du goût du voyage”, p. 246 e passim.

199 Henry Fielding. *Diário de uma viagem a Lisboa*. Lisboa: Ática, 1992.

200 Sobre “ver a paisagem”, remeto o leitor a Alain Roger. *Court traité du paysage*. Paris: Gallimard, 1997.

72

de, nem selvageria, mas onde a cidade se integrasse com docilidade aos subúrbios rurais vizinhos. Uma das perspectivas da cidade que encan-tou Saussure foi aquela que se gozava do alto de uma de suas colinas, donde a paisagem que se desfrutava abrangia campos encantadores.

Via-se então um belo rio, com mais de uma légua de largura, coberto por toda a sorte de navios e embarcações, e, mais longe, uma amena e bela campina, semeada de povoações, de casas de recreio, de olivais e vinhas amanhados, de outeiros vestidos de pinheiros, de bosques e bosquetes de laranjeiras e limoeiros maduros, de moitas de rosas e tan-ques abafados de limo. “Este panorama”, escrevia o francês “por tal forma me deleita que não há quem me arranque da janela do meu quarto”.²⁰¹

Ao que, na prática, corresponderia a visão bucólica do francês e seu encantamento com tão suave paisagem? A cultura da terra em Portugal durante o Antigo Regime foi marcada pela diversidade e pelo modo singular de evolução, embora contasse com 20% de campos incultos em todo o país. A paisagem rural na Extremadura era das mais variadas e complexas. Aí se encontravam campos fechados voltados à cultura de cereais de sequeiro, propriedades com pomares, hortas e vinhas ou campos mistos, nos quais medravam como culturas dominantes olivais e vinhas, junto a culturas subsidiárias como cereais. José Vicente Serrão lembra ainda a presença de “campos prados”, assenta-dos em pequenas parcelas, delimitados por renques de árvores e uvei-ras, alternando culturas de verão — milho, feijão e horta — com o “prado” de inverno — coberto de centeio. O chamado “campo” era uma unidade agrícola essencialmente destinada a produzir cereais de pão e diferia de outras propriedades em que o cereal era inexistente ou absolutamente marginal. Dentre essas, cujo exemplo mais perfeito era a quinta, andavam normalmente associados o individualismo agrário e as culturas ricas, por vezes em regime de policultura, sendo mais frequentes nas proximidades dos aglomerados urbanos e nas regiões de povoa-mento disperso.²⁰²

201 César de Saussure. “Cartas escritas de Lisboa no ano de 1730”. Apud Castelo Branco Chaves, *op. cit.*, p. 263.

202 José Vicente Serrão. “O quadro econômico, configurações estruturais e tendências de evolu-

ção”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, pp. 75-76.

73

Mas imediatamente abaixo da “janela do quarto” de Saussure, Lisboa vivia. Formigava. De 113.266 habitantes que, com precisão der-risória, lhe atribuem em 1620, ela passara a 165 mil em 1639. Em 1704

— é José Augusto França quem informa²⁰³ —, os registros paroquiais apontavam 90 mil fogos ou 360 mil habitantes. Em 1716, informava-se ao papa a existência de 300 mil habitantes só na parte ocidental: tratava-se então de justificar a criação de duas dioceses na cidade — e em 1754, para medir a população total, o número foi simplesmente dupli-cado. Mais sério, prossegue França, foi o cálculo feito em 1729, por ocasião da construção do aqueduto, apontando a cifra de 200 mil habitantes.²⁰⁴ Às vésperas do terremoto de 1755, Lisboa contava com 10% da população do reino, ou seja, 250 mil habitantes. Segundo José Vicente Serrão²⁰⁵, verificou-se que seu crescimento demográfico foi bastante rápido na primeira metade do século XVIII. É certo que durante os primeiros 30 anos a população da capital esteve em recessão, acompanhando, de resto, a tendência natural de baixo crescimento demográfica do país. Mas, a partir de 1732, cresceu a um ritmo anual médio de 1,25%, só interrompido por um fenômeno accidental — o terremoto —

cujos efeitos tiveram uma incidência drástica sobre o crescimento populacional. Tais dados demográficos iluminam outros: aqueles que dizem respeito ao desequilíbrio da estrutura urbana. De um lado, havia Lisboa, cidade desproporcionalmente grande — segundo Serrão — que em 1706 chamava a si 4,9% da população total e 26,25% da população urbana. Ou seja, uma capital transbordante de gente, concentrando migrantes. Do outro lado, ou seja, para além de Lisboa, não existiam se-não núcleos de dimensões muito reduzidas, e vazios demográficos.

Mesmo o Porto, que durante o século XVIII cresceu espetacularmente e ²⁰³ Ver a excepcional obra do autor já citada, p. 19.

204 É Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 259, quem conta ter sido Canevani despedido por não ter dado aos arcos a altura que devia e sua substituição, a partir de 1733, por Manuel da Maia. Só no tempo de D. José, diz o historiador, o grande aqueduto mostraria a sua complexa e grandiosa imagem.

205 Ver seu excelente capítulo “*O quadro humano*”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, pp. 49-69; José Vicente Serrão, *idem*, p. 63, confirma os mesmos números, corrigindo que a capital abrigava 26,2% da população urbana em Portugal. Que só em 1801 é que, por iniciativa de Rodrigo de Souza Coutinho e José Antonio de Sá, ocorrerá um recenseamento da população considerado minimamente confiável. Os números dados acima são, em seu entender, reconstituições a partir das fontes disponíveis.

74

se afirmou como a segunda cidade do país, abrigava um quarto da população da capital. Os movimentos migratórios encarregaram-se de alimentar a população de ambas as cidades com gente vinda não necessariamente do campo, mas também de regiões semiurbanizadas ou urbanizadas. O ciclo do ouro, que teria atraído para o Brasil mais de meio milhão de portugueses só entre 1700 e 1760, numa sangria anual de oito a dez mil indivíduos, não afetou, aparentemente, a população da capital, que seguia inchando.²⁰⁶ Quem eram os moradores? O rol fiscal de 1565, 200 anos antes da data sobre a qual nos debruçamos, lista-va artesãos, ourives, lapidários, livreiros, mercadores, profissionais ligados à construção naval e escravos.²⁰⁷

O clero, por sua vez, transformou-se num dos sérios problemas da época de que tratamos: no primeiro terço do século XVIII contava com 510 conventos, sendo 380 de frades e 130 de freiras. Ele foi a vocação ou o refúgio de muitos filhos segundos da nobreza, em especial das mulheres sem pretendentes ao casamento. Em contrapartida, seus membros aproximavam-se cada vez mais do mundo laico, esquecendo parte da disciplina e da devoção religiosa. Numa época em que a posse de uma grande população era considerada uma das riquezas da nação, esse número de religiosos era considerado por homens como o embaixador Luís da Cunha “uma sangria”. Assim, “a primeira e mais copiosa sangria, por ser sucessiva, é a do grande número de conventos de cada uma das ordens de frades e freiras que se têm estabelecido em todas as províncias de cidades do reino”. Eis por que recomendava a D. João V que o monarca assumisse o controle dos benefícios eclesiásticos, tirando as jurisdições aos

religiosos regulares e reduzindo o número de conventos, votos e ordenações. A ideia-chave, como explica Francisco Calazans Falcon, era aumentar a população pela redução de celibatários.²⁰⁸

Havia, também, os herdeiros da nobreza do reino, envolvida nos ócios da vida palaciana no Paço da Ribeira. Havia a nobreza adquirida por feitos de guerra nas lutas da Restauração ou nos feitos ultramarinos, dos quais muitos membros, depois de missões ao estrangeiro ou de 206 Sobre o assunto, ver Vitorino Magalhães Godinho. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*.

Lisboa: Arcádia, 1971.

207 Idem, ibidem, p. 29.

208 *A época pombalina: Política econômica e monarquia ilustrada*, op. cit., pp. 247-248.

75

estudos universitários, preenchiam cargos na administração. Havia os representantes da nobreza mercantil: fidalgos negociantes, altos funcionários, mercadores enobrecidos e o funcionalismo, que, nos seus escalões superiores, chegara a constituir um grupo separado — o dos letra-dos — membros, em boa parte, do braço nobiliárquico. Fora do estado eclesiástico ou nobre, reconheciam-se, segundo as Ordenações Filipinas, três modos de vida: viver com o senhor ou o amo é um deles, ter ofício ou mister em que trabalhe e ganhe sua vida é outro, e andar administrando negócio seu ou alheio é o terceiro.

Vitorino Magalhães Godinho deduz que um quarto modo de vida lícito a quem não pertence aos dois primeiros grupos (os privilegiados) é ser amo, isto é, proprietário ou arrendatário ou enfatiota de uma exploração e trabalhá-la com seus criados e familiares.²⁰⁹ O aspecto do povo que se via nas ruas da capital, contudo, era aquele de gente esmagada sob o fardo diário da indigência, majoritariamente de aspecto miserável, “curvado sob o peso das fadigas, magro, pálido e doentio”, como o descreveu um viajante francês.²¹⁰

“As cadências da cidade”

O cenário da cidade não era tão pouco estático — e é Simoneta Luz Afonso²¹¹ quem explica —, pois as entradas de reis e príncipes, os casamentos reais, os

batizados, as procissões metamorfoseavam as ruas que eram, então, lavadas, ornadas e perfumadas com flores, das janelas e balcões pendiam ricas alcatifas e panos da Índia e nas principais arté-

rias da cidade construía-se arquiteturas efêmeras às quais se acrescia toda a panóplia das festas barrocas: luminárias, fogos de artifício, arcos decorados, palcos para representações teatrais e musicais, fontes, que faziam acorrer gentes de toda a parte. Segundo a mesma autora, mesmo quando despojada de seus trajes de festa, planava sob a cidade uma atmosfera simultaneamente sensual e exótica que se mesclava, 209 Idem, *ibidem*, p. 85.

210 O comentário é de Carrère, reproduzido por Piedade Braga Santos et al., *op. cit.*, p. 43.

211 Empresto aqui informações a Simoneta Luz Afonso (org.). *Lisbonne au temps du roi Jean V (1689*

-1750). Paris: S.I.O; Instituto Português de Museus; Réunion des Musées Nationaux, 1994, p. 24.

76

surpreendentemente, com as manifestações de uma profunda espiritualidade católica. Carne e espírito, corpo e alma, profano e sagrado se imbricavam. Tudo isso se refletia nos usos e costumes da população, fossem esses licenciosos ou puritanos, reproduzindo-se, também, na sua maneira de viver e pensar, justificando, aos olhos de estrangeiros e

“ilustrados”, o charme, mas também os piores defeitos da cidade.²¹²

Carnaval, Cinzas, Quaresma, Páscoa, Santo Antonio, festejos do Corpo de Deus, comemorações natalinas: para além do significado religioso, as festas sacras ensejavam comemorações profanas com a explosão de fogos de artifício, iluminações nas casas, barcos e bailes públicos.

Mesmo as procissões eram pontilhadas de temas seculares. A de Corpus Christi, organizada pela municipalidade, contava com desfiles de dragões e serpentes demoníacas em cuja boca ia “um rapaz com uma lanterna e uma vela acesa para tornar a acender o fogo em caso que se apagasse”²¹³; gigantes, imperadores orientais e feiticeiros que faziam acro-bacias além de danças executadas por

grupos de jardineiros, toneleiros, regateiras, curraleiras (guardadoras de porcos) e colarejas (vendedoras de legumes). Nesses dias, o rei corria de um convento ao outro, onde distribuía largas esmolas.²¹⁴ No dia de São João — informam-nos as autoras de *Lisboa setecentista vista por estrangeiros* ²¹⁵, a população em massa saía às ruas para assistir aos fogos de artifício. O dinheiro era conseguido através de peditórios. Em noite de São Pedro, era a vez de soltar busca-pés e foguetes nas varandas das casas, bem como de queimar barris de alcatrão ao longo da praia de Setúbal. Os numerosos negros passavam o dia dançando para divertir-se ou ganhar algum dinheiro.

Iluminações e foguetórios explodiam no ar em ocasiões solenes ou de regozijo: nascimento de príncipes, assinaturas de tratados de paz, aniversários da família real.

Rui Bebiano²¹⁶, autor de um livro notável sobre os faustos e as festas durante o reinado de D. João V, não economiza informações ²¹² Idem, *ibidem*, p. 25.

²¹³ Rafael Bluteau. “Dragão.” In: *Vocabulário português e latino*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 304, vol. 3.

²¹⁴ Quem informa é Pietro Francesco Viganego em carta de 8 ago. 1713, *op. cit.*, p. 95.

²¹⁵ Piedade Braga Santos et al., *op. cit.*, ver o excelente mas curto capítulo “Práticas sociais, práticas religiosas e festas profanas”, pp. 63-72.

²¹⁶ Rui Bebiano. *D. João V: poder e espetáculo*. Lisboa: Estante, 1987.

77

sobre a pompa e o luxo de tais cerimônias. No casamento do rei com D.

Maria Ana de Áustria, por exemplo, do embaixador de Portugal ao mais ínfimo laçao, todos vestiam ouro e prata e eram carregados por cavalos ou coches ricamente ajaezados. Diante do arrebatamento popular e da soberba alegria da Corte queimou-se, então, no Terreiro do Paço, um vistoso fogo artificial, para o que se construiu complicada máquina re-presentando o vulcão Etna, com o seu penacho de fumo, lançando de quando em quando chamas que causavam, naturalmente, a maior impressão na multidão nada habituada a atos daquela natureza. “Um arco triunfal representava o palácio de Vênus, de onde, com a

utilização de numerosos figurantes, a deusa saiu num carro de triunfo puxado por cisnes que Cupido guiava, cercado por gênios amorosos e iluminado por centenas de archotes. Junto das janelas do Paço, onde se encontravam os reis, cantariam os componentes desse cortejo um epitalâmio, findo o qual Vênus e sua comitiva se dirigiram para junto do Etna. Quando a Deusa se apeou do carro, o monte abriu-se e dele saiu Vulcano, rodeado pelos Ciclopes, iniciando todas danças marcadas por música e canto.

Enquanto se bailava, forjava Vulcano um raio que havia de originar o fogo. Este começou num jardim artificial que se encontrava na base do monte. Em breve, tudo ardia feericamente, prolongando-se o divertimento por mais de duas horas com grande aplauso de todos”.²¹⁷

Nessas ocasiões não eram apenas investidos enormes esforços em preparativos no que diz respeito à indumentária de luxo usada pelos membros da Corte, à decoração de coches e à montagem de falsos cená-

rios idílicos: jardins artificiais com fontes das quais jorravam vinho e licores, arcos de triunfo pesadamente adornados. Era, também, necessá-

rio limpar as ruas imundas, dando-lhes um mínimo de fluidez para transformar o povo em observador do espetáculo que traria a vida palaciana para a praça pública. Bebianco lembra, contudo, que não faltavam críticos dos contrastes impostos pela Corte joanina à fisionomia de uma cidade, espelho de extremos: riqueza e pobreza. O embaixador Cunha Brochado foi um deles. Sempre mordaz, nada complacente com a pro-vinciana ostentação, cheia de opulência mas também de falta de um gosto realmente requintado — da falta da propalada *civilité* —, Cunha ²¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 96.

78

Brochado não desdenhava comentar o que ia vendo: “Esta função — no caso a entrada real — ainda não tem dia certo, porque os oficiais que trabalham nesta obra e em seus conducentes não têm conveniência em que se acabe o grande salário que vencem por dia. Como a fábrica e desenho dos arcos não têm mais direção que a fantasia de nossos pintores e arquitetos, sem exame público, tudo vai com muita indignidade e incoerência; porém, isto não parece de consequência, nem eu me interesso muito no remédio deste mal”. E draconicamente arrematava: A melhor nova é ter chegado ao Algarve o navio da

frota, o Falcão, que traz muito ouro e vem a tempo para se gastar com mão larga. E o mesmo caminho leva o mais que tem vindo, que não escapa à Casa da Moeda, donde se tira o próprio e o alheio em dano do interesse e da fé pública.²¹⁸

Rui Bebiano sublinha que o povo, bem como os demais membros da Corte, pareciam alheios aos custos e aos desmandos por trás de tais despesas. Os cronistas, por sua vez, pareciam querer dar uma representação mais harmoniosa dos contrastes entre a pobreza da população e o luxo da aristocracia. Por isso mesmo, em folhetos impressos sobre as festas, versos barrocos contavam invariavelmente uma história feliz:

“Era enfim tanta a festa, a variedade tal, tal a floresta, que os Deuses julguei quase arrependidos, de terem feito só cinco sentidos, pois para tanto brinco, dariam cinco mil, além dos cinco”.²¹⁹ Mas o olhar do ex-periente embaixador seguia analisando a situação com visível impiedade. Em 28 de dezembro do mesmo ano, escrevia ele ao conde de Viana: É escusado dizer a Vossa Excelência que na quarta-feira ardeu em fogo de artifício toda a praça do Terreiro do Paço, com grandes representa-

ções de música, instrumentos e bailes, dando-se fim, como em tudo, às festas do casamento de Sua Majestade. E tornamos aos feijões e bacalhaus.²²⁰

218 José da Cunha Brochado. “Cartas de José da Cunha Brochado escritas ao conde Viena”. In: *Investigador português em Inglaterra ou jornal literário, político, & etc.* Londres: T. C. Hansard, 1816, vol.

17, p. 20. (carta de 8/12/1708).

219 Luís Botelho Fróis de Figueiredo. *Touros reais... em que se festejão os felicíssimos desponsórios do muito alto e muito poderoso rei e senhor nosso D. João V.* Biblioteca da Ajuda, manuscritos, 50-I-6, fls. 1-51v, reproduzido por Rui Bebiano na obra citada.

220 José da Cunha Brochado, *op. cit.* , p. 22.

Outra forma de sociabilidade eram as corridas de touros, congre-gadoras de todos os grupos sociais. Dias antes do evento, um grupo de toureiros e picadores

mascarados saía a cavalo, num bando barulhento seguido de músicos, a fim de anunciar o espetáculo pelas ruas. No dia, as festas eram alardeadas por espetáculos de variedades, o desfile luxuoso da criadagem dos nobres cavaleiros, música e danças e desfile de carros alegóricos. Tais exibições — é Tinhorão quem informa²²¹ —

serviam para preparar o clima da festa destinado a culminar com a parte principal do espetáculo, que era a dos combates dos cavaleiros com os touros. E, para manter esse clima sempre crescente, os próprios nobres toureiros colaboravam com entradas de efeito na arena, como aconteceu com o conde de Atalaia em 1687, nas corridas realizadas no Terreiro do Paço: “Vestia o conde de Atalaia finíssimo filete preto, tão transparente que a tela do forro lhe reluzia através do fato. O chapéu era um riquíssimo crivo de diamantes, e a capa, ornada de delicados labores de ouro e prata, e de brilhantes, resplandecia.” Cada uma de suas entradas constituía um número à parte: “A segunda entrada veio à praça com 50 lacaios, trajados à turca, de tela branca, franjada de ouro. A terceira trouxe 50 armênios com opas de sedas várias, borze-guins, bandas, turbantes, alfanjes e terçados... À quarta apresentou 50

negros, semelhando estarem nus, ornados de braceletes, cordões e arrecadas de ouro”.

Os negros apareceram, inicialmente, como indicadores dos cavaleiros nobres ou como artistas intervaleiros. Contudo, a partir de 1708, começaram a participar diretamente dos eventos. Alguns anos antes do terremoto, segundo a “notícia das festas feitas no Terreiro do Paço” para comemorar o casamento de D. João V com D. Maria Ana da Áustria, em 9

de junho daquele ano, viu-se entrar o conde de Rio Grande com “24 criados vestidos de casacas de damasco com flores de ouro e dois pretos para darem as garrochas, vestidos carmesim e véstias de primavera branca”.

Na primeira metade do século XVIII, as corridas modificaram a fisionomia da cidade. O aumento das praças de touros vinha revelar a existência de transformações sociais provocadas pelo afluxo do ouro das minas brasileiras, que agora permitia, junto com a importação de 221 José Ramos Tinhorão, *op. cit.*, p. 223.

alguns bens de consumo, a vaga aproximação da população lisboeta de padrões de entretenimento correntes aos do restante da Europa. Assim, lembra Tinhoira²²², sob o pretexto de comemorar o vigésimo aniversá-

rio da princesa espanhola, D. Mariana Vitória, esposa de D. José I, foi construído um anfiteatro na Junqueira, em 1738. Ao longo do século XVIII foi edificada uma praça de touros na Estrela ou no Campo de Ourique, outra no Campo de Santana e, finalmente, uma próxima à rua do Salitre. Apesar do modismo, as mulheres eram raramente admitidas “aos Touros”, e seus protestos, bem como a sua vontade de distrair-se com tal espetáculo, foram celebrados em vários folhetos de cordel, como a “Relação da segunda parte das petições que fizeram as mulheres aos maridos, filhas aos pais, criadas às amas, pretas às senhoras, para as deixarem ir ver os segundos três dias dos Touros, já que não viram os primeiros”, folheto de 1752; ou a “Nova Relação da rezinga que teve uma moça com uma velha sobre a ver a função dos Touros na Praça do Rossio”. Segundo Marie-Hélène Piwnik²²³, os folhetos sobre o assunto são incontáveis!

Outra forma de romper com os ritmos diários da cidade era a execução de um “auto de fé”: espetáculo pomposo, pontuado por um cerimonial minuciosamente regulamentado. Os preparativos, segundo o especialista Antonio José Saraiva,²²⁴ começavam 15 dias antes, a tempo de construir o cadafalso e o anfiteatro, de confeccionar os sambenitos, espécie de hábitos com que saíam os condenados. Sobre os panos das vestes deviam ir pintadas as insígnias correspondentes às penas. Os que estavam condenados eram observados, sem ser vistos, pelo pintor escolhido pelo Tribunal do Santo Ofício, e tinham seus retratos com meio corpo metido entre chamas, pintado no sambenito. No dia de anúncio e publicação do auto, o palácio e prisão do Estaus organizava banquetes para o corpo de funcionários mais graduados onde toda a sorte de confeitaria e carnes finas era consumida. A dor de uns era a alegria de outros. A procissão com os acusados saía nas manhãs de 222 Idem, ibidem, p. 224.

223 O Anônimo, *Journal portugais du XVIIIe siècle (1752-1754)*, op. cit., p. 252.

224 Antonio José Saraiva é um clássico dos estudos sobre Inquisição. As informações abaixo emprestei ao seu *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Estampa, 1985; especialmente o capítulo VI: “O

que era um auto de fé?”, pp. 101-112.

domingo, percorrendo molemente as ruas da cidade. Com as nuca doloridas e baixas, os réus ouviam suas sentenças numa das praças cen-trais da cidade. A descrição de Saraiva é fotográfica: vinham à frente os frades de S. Domingos com o pendão da Inquisição — não eram eles os

“cães de Deus”? — onde se viam de um lado o retrato de São Pedro Mártir e do outro uma cruz entre um ramo de oliveira e uma espada com a inscrição *Justitia et Misericordia*. Seguiam-se os penitentes por ordem de gravidade das culpas, envergando cada um o seu sambenito, as cabeças cobertas por carochas, as mãos portando velas e os pés descalços. Após esse grupo, sucedia o dos “relaxados”, ou seja, os condenados à morte. Cercados de “familiares”, tinham que suportar ainda a presença de confessores jesuítas a lhes exortar o arrependimento dos pecados. Os que haviam fugido de Portugal ou da prisão eram representados por efígies. Os reconciliados com a Igreja católica traziam apenas uma cruz sobre o hábito. Fechava o solene cortejo o Inquisidor Geral, escoltado pela fina flor da nobreza; o conjunto era cenograficamente iluminado por tochas acesas levadas por portadores. As ruas enchiam-se com a multidão e os cantos das confrarias, tais como o *Veni creator Spiritus*, entoado quando os condenados chegavam ao cadafalso. Os sinos da catedral bimbalhavam histericamente. Gente subia aos telhados e pendurava-se às janelas e varandas. Um anfiteatro deveria ser armado na praça para dar lugar aos acusados, que muitas vezes somavam-se a dezenas ou centenas. O espetáculo prosseguia com um ruidoso sermão pregado do púlpito, sublinhando, via de regra, os riscos de se ter em Portugal tantos heréticos. Os castigos divinos, ameaçavam jesuí-

tas e dominicanos, não tardariam! As sentenças de heresia, bigamia, sodomia, bruxaria, pactos e coitos com o Diabo, prevaricação de padres com mulheres, eram lentamente lidas por padres escolhidos por sua excelente dicção. Depois de lidas as penas, os relaxados eram entregues à justiça secular, que, depois de executar algumas formalidades, enca-minhava-os ao lugar da execução.

Enquanto isso, o povo gritava em clamor: “Façam a barba aos cães! Façam a barba aos cães”. Tições acesos, cusparadas e palavrões eram arremessados em direção aos réus. Alguns voluntários encarregavam-se de carbonizar com os mesmos tições os rostos das vítimas.

Gritos de alegria acompanhavam a cena bárbara. Só depois de tantos 82

“regozijos”, diz Saraiva, o carrasco acendia a lenha aos pés do pelouri-nho. O botânico Merveilleux voltou a Lisboa, certa vez, para assistir a

“essa festa”. E explicava:

Chamo festa a essa horrível cerimônia por ela constituir para os portugueses um verdadeiro divertimento. Nesse dia podem as senhoras estar à janela adornadas com joias e enfeites como se fosse o dia do Corpo de Deus ou as procissões da Quaresma... mas como ia contando: consegui entrada no Palácio do Santo Ofício. El-rei foi ali antes que começasse o auto de fé e tive então ensejo de admirar a bondade desse príncipe, que falou aos maiores culpados exortando-os ao arrependimento.

E concluía, avisando:

Faz-se mister advertir os estrangeiros que vão a Portugal e desejem assistir a esta cerimônia a terem o maior cuidado, nos dias de auto de fé, em não dizerem nem fazerem qualquer coisa que possa escandalizar a superstição dos portugueses. Devem escolher pessoas de muita confiança para os acompanharem a assistir à procissão, porque os portugueses, nesses dias, estão tão excitados com a glória da Inquisição como noutros tempos estavam as bacantes com a glória do deus pagão. É difícil a um estrangeiro atravessar as ruas apinhadas de gente sem ouvir injúrias do povo miúdo, rosnadas entre dentes e que, de uma maneira geral, significam: “*também esses hereges deviam estar às contas com o Santo Ofício*”. Os desgraçados que vão a queimar são unanimemente amaldiçoados e se alguns dos assistentes têm ar compungido logo dizem que estão lamentando seus irmãos. Por toda a parte o que se encontra são zelosos com exclama-

ções deste gênero: *Que grande misericórdia! Bendito seja o Santo Ofício!*²²⁵

O auto de fé não era, apenas, um momento de punição normativa e de adesão puramente catártica por parte do povo. Por trás do espetáculo, havia rituais bem marcados e cuja função realimentava a onipresença do religioso nessa sociedade. A ideia de “bem morrer”, assunto de tantos tratados teológicos entre os séculos XVI e XVIII, constituía-²²⁵ Charles Frédéric Merveilleux. *Memórias instrutivas sobre Portugal*. Apud Castelo Branco Chaves, *op. cit.*, pp. 169-178. O texto do botânico francês não esconde seu antissemitismo, nem a simpatia pela Inquisição portuguesa, segundo ele mais suave do que outras congêneres europeias.

se, segundo Francisco Bethencourt,²²⁶ numa das engrenagens-chave do espetáculo. O comportamento do condenado face ao público deveria revelar sua opção definitiva pela misericórdia divina, ou pela alian-

ça com Satã. Arrepende-se no último momento significava o testemunho de resignação compatível com o ideal cristão; a remissão do pecador era interpretada como uma manifestação do poder divino e, logo, do sucesso da ação inquisitorial. A atitude dos espectadores revelava, por sua vez, um relativo consenso sobre a boa morte, importante, sobremaneira, ao nível das mentalidades. Além de serem acompanhados até o local do suplício pelo barulhento cortejo, os réus paravam diante de imagens e oratórios ao longo do percurso. Nesses momentos, os espectadores apelavam ao sagrado, tentando estimular a presença divina a manifestar-se através da vítima, já dividida entre o mundo dos vivos e aquele dos mortos. A irrupção do religioso em meio ao povo, diz Bethencourt,²²⁷ explodia no momento da execução civil dos condenados. A teatralização dos gestos e da palavra dos espectadores ajoelhados diante de condenados irreduzíveis, invocando os santos protetores, era a última fase de um rito, tal como ele era vivido pela população. Nessa fase, quer se consumava a exclusão dos impenitentes, quer o condenado cedia à pressão dos gritos dos espectadores e às admoestações dos confessores que o acompanhavam. Logo se criava um estado de intensa comunhão que se manifestava por uma eletrizante solidariedade, até entre vítima e carrasco: o último pedia perdão ao primeiro e todo o cortejo rezava com compaixão e em uníssono por sua alma. Demonstrando, ao contrário, resistência às manifestações de piedade e dor por parte do povo, bem como insensibilidade às exortações dos clérigos, o condenado veria seu sacrifício satisfazer às exigências comunitárias.

Antonio Manuel Hespanha²²⁸ explica que a fuga dos fiéis à ortodoxia foi tipificada e hierarquizada por forma e recebeu uma punição correspondente. De um modo geral, os males combatidos situavam-se em duas esferas distintas. Numa primeira estavam todos os pecados de incidência moral, possivelmente os mais numerosos, avultando aí o ²²⁶ Ver o seu *L’Inquisition à l’époque moderne, Espagne, Portugal, Italie, XXe. –XIXe siècle*, Paris: Fayard, 1995; especialmente o capítulo VII: “L’auto da fé”, pp. 241-312, p. 277.

²²⁷ *Op. cit.*, p. 278.

²²⁸ Antonio Manoel Hespanha. “A Igreja”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, p. 297.

adultério, a bigamia e a sodomia. Essa última, vale sublinhar, merecendo comentários irônicos na correspondência da época. Referindo-se a um auto de fé no mosteiro de São Domingos, no qual teriam saído “19

moços entre fanchonos e somitigos”, escrevia um aristocrata lisboeta a seu colega no ultramar:

um destes é filho de um homem de negócio; deste me não admiro porque hoje, pelo avesso e pelo direito, todos querem negociar; outro, filho de um homem que vende drogas; também não tenho reparo que como mais pobre quer furar por toda a parte para granjear os gostos da vida; saíram também uns poucos soldados; a estes acho alguma desculpa que como sempre andam em exercícios não é novo acharem-nos com as picas na mão.²²⁹

Na segunda esfera, temos as heresias. Primeiro as de judaizar, nessa época detectadas entre os cristãos-novos participantes de um suposto submundo criptojudaico. Depois, aquelas que iam desde a blasfêmia ao perjúrio, às visões, à feitiçaria e a pactos com o demônio, até as afirmações orais e escritas ou as que se liam e que punham em causa a unidade da fé ou os dogmas definidos pela Santa Madre Igreja.²³⁰

O auto de fé era um momento em que, além da diversão popular, a corte brilhava e o rei se destacava. Assistindo ao espetáculo sempre em companhia dos infantes, seus irmãos, D. João V colocava-se “nos sítios em que sua presença possa ser útil ao bem público”, como dizia Merveilleux, para dar o bom exemplo. E o já citado embaixador em Paris, Cunha Brochado, a sublinhar que nada detinha o rei de “ato tão apete-cido”; nem mesmo as sangrias que tomava para melhorar sua saúde, sempre adiadas nessas ocasiões. Junto aos favoritos, aproveitava a ocasião “para regalar-se com boa água de neve, enquanto se destinavam ao ²²⁹ Carta suposta que um amigo escreveu a outro para a Índia.... Apud A. G. da Rocha Madahil.

“Notícias de Lisboa no final do século XVII”. *Feira da Ladra*, n. 2, FGC, pp. 28-30, 1930.

²³⁰ Sempre presente, o Tribunal do Santo Ofício não descurava nenhum aspecto da vida social e comunitária. Em Évora, para dar o exemplo de outra cidade portuguesa, procederam-se a autos públicos de fé nos anos 1701, 1705, 1706,

1708, 1710, 1712, 1716, 1717, 1718, 1720, 1724, 1725, 1728, 1730, 1732, 1736, 1738, 1741, 1744, 1747 e 1749, com um total de saídos ultrapassando o milhar. Ver: Maria Benedita A. de Almeida Araújo. “Religião e superstição na sociedade portuguesa do tempo de D. João V”. In: *Portugal no século XVIII*, op. cit., pp. 191-195; especialmente p. 194.

85

fogo aqueles desgraçados filhos de Adão”.²³¹ No reinado josefino abrandaram-se os rigores do Tribunal, substituindo-se o queimadeiro por penas de degredo, de açoites e de galés.²³² Houve apenas uma exce-

ção de que trataremos mais tarde.

Além do auto de fé, a morte de hereges ou criminosos comuns se constituía num espetáculo saboreado até em folhetos de cordel. A

“Certidão do que passou Isaac Elliot²³³ com o Reverendo Padre Batista, no dia de sua morte”²³⁴ ilustra bem o olhar setecentista sobre esse mór-bido balé entre a morte, a violência e o corpo. O texto narra as lágrimas de arrependimento vertidas “assim no Oratório do Limoeiro, como no lugar do suplício”, no momento em que, contrito, o réu se arrepen-de de ter matado “inocentemente a própria mulher e a um Religioso, ofendendo com isto a Deus, à Sagrada Religião, a minha própria mulher e a seus parentes, escandalizando a toda essa Corte e a toda a Europa onde tiver chegado a notícia desse meu pecado”. Choro, pedia ainda “sufrágios” por sua alma, “para que Deus seja servido levá-

la ao eterno descanso de sua infinita misericórdia”, deixando que sua confissão feita aos ouvidos do padre Antônio Ferreira, da Companhia de Jesus, fosse transcrita por um tabelião de Sua Majestade. A morte, vale lembrar, era onipresente nas cidades modernas, expressando-se em epidemias, em acidentes pelas ruas ou na violência pura e simples.

Ela era tão manifesta quanto o espetáculo do sofrimento de condenados ou da desgraça física de mendigos, soldados aleijados pela guerra ou crianças deformadas, fazendo parte da vida cotidiana e de uma sociabilidade urbana fundada na legibilidade do corpo social. Ler a dor ou ler a morte nos corpos refletia a intimidade — mas não a indiferença que se tinha em face dela. Crimes como os cometidos por Isaac Elliot, médi-co de D. João V, apresentavam,

segundo Hespanha, estudo de características específicas no período: entre 1601 e 1800, uns anos pelos 231 José da Cunha Brochado, Cartas de José da Cunha Brochado escritas ao conde Viena. In: *Investigador português em Inglaterra ou jornal literário, político, & etc.*, Londres: T. C. Hansard, 1816, vol.

17, p. 50. (carta de 29/06/1709).

232 Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, vol. 6, pp. 130-133.

233 O texto não elucida se se tratava do médico de mesmo nome encarregado da aula de cirurgia no Hospital de Todos os Santos em 1731.

234 Folheto de cordel sem data de publicação mas referido à confissão do réu feita na casa professa de São Roque a 12/01/1733.

86

outros, foram feitas em Portugal duas execuções capitais por ano. Em 50% dos casos, a aplicação de tais penas correspondia a uma política de salvaguarda de bens públicos, ou seja, crimes políticos, crimes morais e crimes religiosos; a restante metade correspondia à salvaguarda de bens privados — a vida, a honra e o património.²³⁵

Bethencourt tem razão ao chamar atenção para a ligação que se estabelecia nessas circunstâncias entre a religião e as realidades humanas. A violência do tempo saturava de tal forma as consciências que elas só podiam ser controladas pela catarse da execução pública.²³⁶ A novidade na época moderna é que se projetava, no campo repressivo, a imagem barroca da paixão do Cristo. Cristo em sangue, cujos mistérios, carregados de potência simbólica, permitiam aos réus uma confissão pública e o arrependimento que os levaria à redenção. O esforço de Isaac Elliot em redimir-se não teria sido vão.

Mas a efervescente Lisboa em que se corriam touros, festejava-se Santo Antonio e queimavam-se heréticos, a Lisboa em que morava Jacome Ratton, nesse final do ensolarado outono de 1755, era uma cidade esgaravatada por múltiplas tensões. Tensões que tinham a ver com as frágeis estruturas económicas e políticas de Portugal, nessa primeira metade do século XVIII. Os 48 anos que antecedem o terremoto são marcados pelo reinado de D. João V, que subira ao trono aos 17 anos, em 1º. de janeiro de 1707, dando início a um governo longo e singular na história de Portugal.²³⁷ Nessa época, Luís XIV influenciava toda a

Europa e, particularmente, o jovem rei, que, ao ser coroado num clima de veneração absolutista, quis, sem sucesso, imitar o esplendor da corte francesa. A guerra de Sucessão de Espanha²³⁸ assombrava, por sua vez, a Espanha, “A Punição e a Graça”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, p. 241.

²³⁶ Sobre o tema da execução pública, é obrigatório o livro de Robert Muchembled. *Le temps des supplices: de l’obéissance sous les rois absolus. XVe-XVIIe siècle*. Paris: Armand Collin, 1992.

²³⁷ Preferimos endossar a opinião de Joaquim Veríssimo Serrão no seu *História de Portugal*, *op. cit.*, p. 234: “Não é ainda o momento de ajuizar a sua obra” *etc.* Emprestamos ao mesmo as informa-

ções acima.

²³⁸ A guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714) teve por motivo a ascensão ao trono espanhol de Felipe de Anjou (Felipe V, neto de Luís XIV) que Carlos II de Habsburgo, sem sucessores, havia escolhido para sucedê-lo, por testamento. O rei de França aceitou o testamento que englobava todas as possessões espanholas, mas recusava retirar a Felipe seus direitos de sucessão à Coroa de França. A abertura do império colonial espanhol ao comércio francês teve a oposição de Guilherme III de Orange, rei da Inglaterra, que formou uma vasta coalizão reunindo a Inglaterra, 87

vez, o horizonte político luso. Os filhos da melhor nobreza lusa aí encontraram a morte na terrível batalha de Almansa, enquanto outras centenas de soldados foram levados como prisioneiros para Baiona.

Não espanta que as falhas militares portuguesas ensejassem motins e mesmo a deserção das tropas na direção da Catalunha. Novamente o comentário é de Viganego:

Como há muito tempo não se paga os soldados, as deserções são em tão grande número e tão frequentes na fronteira... De Badajós escreveram a dizer que passaram a fronteira cerca de dois mil, entre os quais muitos oficiais e que a maior parte se incorporou ao exército do rei de Espanha. O resto dispersou-se pelas províncias, onde vive de seu trabalho. É extraordinário ver portugueses deixar o seu país para servir os castelhanos, mas como a maior parte destes desertores é de tropas vindas da Catalunha, que foram mais bem tratadas em Espanha que são no seu país, não é de estranhar que a necessidade e o

descontentamento os conduzam a tal novidade.²³⁹

“Acidentes capazes de arruinar desígnios concertados”

No início do reinado de D. João V houve grandes perturbações em Lisboa, pois a população era contra a participação na guerra. Uma grande fome atingiu as terras de Castela e Alentejo, fazendo-se sentir na capital e arremessando para cima os preços dos alimentos. Soares da Silva não parava de se lamentar:

Continuam as tormentas e chuvas como no ano passado e no mar e na terra se sentem os seus estragos, não menos sentem a gente a falta de pão [...] de cujo preço, em Lisboa, cuido que não há ninguém que se lembre; o que não esquece, porém, são os banquetes do palácio [...] e talvez que ignorando (o rei) semelhante despesa, e não lhe contando o miserável estado de todo o seu reino, que com uma guerra uiva e uma o Império, a Holanda, a maior parte dos principados alemães e, mais tarde, Portugal e a Saboia.

Para ampliar o assunto, ver o artigo de José Manuel Correia. “O discurso político nas cartas e tratados da guerra da Sucessão de Espanha”. In: *Portugal no século XVIII*, *op. cit.*, pp. 465-71.

²³⁹ P. F. Viganego, *op. cit.*, p. 120.

88

fome aberta bem pode temer o terceiro castigo, que já ameaça nas repetidas doenças e agudas que em toda a parte se sentem.²⁴⁰

Mas não era só a fome e o aumento de preços que açodavam a população. Havia a consciência, entre alguns, do absurdo da situação. Portugal, paupérrima, não podia fazer frente às despesas do reino em face das manobras militares. O arguto Viganego não deixava passar nada em suas anotações enviadas à Corte de Luís XIV: “a guerra mal começou e o tesouro do rei encontra-se, já, esgotado, fazendo-se necessário recorrer a empréstimos, taxas e impostos excessivos que esmagam a nobreza e o povo”. E alguns meses mais tarde, preocupava-o

a falta de luzes de nosso monarca [...] ao longo de seu reinado — explicava Viganego — ele não seguiu jamais que o mau partido, afastando-se, ele e uma parte de seus ministros, da justa razão. É visível, também, que Deus não deseja abençoar suas iniciativas, mergulhando-o onde está para puni-lo severamente das

desordens de sua vida cheia de desregramento [...] Esperemos tranquilamente que o exército inimigo adentre os campos e venha uma segunda vez arrasar as províncias e, quem sabe, até mesmo a capital.²⁴¹

Mesmo com a assinatura da paz de Utrecht, em 1713, e tantos esforços aí investidos, Portugal não tirou do episódio as devidas compensações, pois “a Inglaterra só cuida de sua paz”, queixava-se o conde de Tarouca, “sem consideração alguma aos interesses de seus aliados”.²⁴² A nação saiu exausta da guerra, com o tesouro exangue, várias regiões assoladas e arruinadas, o povo arrasado e empobrecido. Não é à toa que Viganego colhia nas impressões que enviava à França opiniões desfavoráveis à situação do país: “É inacreditável como as finanças estão esgotadas. Servem-se de tudo, mesmo dos depósitos e dos fundos destinados às obras pias, e nada resta para ninguém”.²⁴³

240 Gazeta em Forma de Carta, tomo I, p. 187. In: Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 238.

241 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, vol. 45, Carta de Viganego, 1/01/1705, p. 6.

242 Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 242.

243 Idem, *ibidem*.

89

Mas eis que no Brasil descobrira-se ouro e diamantes.²⁴⁴ João Lú-

cio de Azevedo lembra, contudo, que as despesas da Corte não cessa-vam: em 1711 iniciam-se aquelas com o convento de Mafra, cujo custo

“jamais se saberá exatamente”.²⁴⁵ Seguem-se as custosas bodas dos filhos de D. João V com a infanta e o príncipe herdeiro de Espanha. E o historiador termina por concluir que, “nesta época em que o orgulhoso D. João V, fingido Luís XIV, não se dignava, para extrair dinheiro aos súditos, de confessar pobreza, já nas finanças do Estado reinava certo desafogo. O ouro dos tributos afluía em cada frota; e dentro em pouco o calhau diamantino ia aparecer afogueando as imaginações na febre de riqueza. De 1730 em diante decorre o período áureo do reinado. As magnificências de Mafra, a majestade da Patriarcal, o plano grandioso das Águas Livres (o aqueduto), o luzimento das embaixadas, a

manutenção do régio decoro, manifestado em pompas e liberalidades, eis o que no espírito do monarca predomina e caracteriza o reinado.

Desafrontado de dificuldades monetárias, não padece a necessidade de recorrer aos povos para lhe votarem subsídios e liberta definitivamente o poder real da intervenção inoportuna do poder das Cortes, nunca mais convocadas”. No final de seu reinado e início do de D. José, ou seja, na época do terremoto, o concurso das riquezas brasileiras estava já em retração. Os impostos cobrados nas Minas Gerais afugentavam não só os que trabalhavam nas jazidas mas, também, a população. Os tributos não mais rendiam. O açúcar abarrotava os armazéns, sem pre-

ço, nem clientela. Do mesmo jeito o tabaco, que se pensou destruir pelo fogo. “Eram as consequências da governação descuidosa, exercida na embriaguez de uma prosperidade surpreendente, eterna a juízo dos que dela aproveitavam”.²⁴⁶

Enquanto duraram os auspícios do ouro das minas da América portuguesa, a economia da capital foi beneficiada, refletindo-se numa relativa prosperidade com desdobramentos para a economia do país.

Ocorreu a dinamização da atividade mercantil externa, visto que os parceiros de comércio atraídos pela presença do ouro intensificaram ²⁴⁴ Foi no governo de D. João de Lencastre (1694-1702) que se descobriu o primeiro ouro de

“beta” nas areias dos rios e os primeiros filões no rio da Casca, na América portuguesa.

²⁴⁵ *Épocas de Portugal econômico*. 4.^a ed. Lisboa: Clássica, s/d, p. 373.

²⁴⁶ Idem, *ibidem*.

90

suas atividades de trocas com Portugal. O comércio colonial adensou-se e o Brasil ganhou importância na cartografia de interesses internacionais. O ouro fez também aumentar a riqueza privada, quer diretamente, na presença de emigrantes que foram para o Brasil, quer indiretamente, por efeito da prosperidade econômica. Em terceiro lugar, diz José Vicente Serrão, houve uma grande disponibilidade de meios de pagamento ao exterior, o que permitiu ao comércio luso abdicar de algumas atividades menos rentáveis substituídas por

importações em proveito do reforço dos setores econômicos de maior vocação exporta-dora. Não se iluda, contudo, o leitor. Por trás da aparente tranquilidade do reinado joanino desdobravam-se motins populares: trabalhadores do Alentejo, membros das corporações de ofícios mecânicos, pescadores, mariolas, regateiras, padeiras e rendeiras são exemplos de grupos que se insurgiram contra impostos pesados ou pagamentos de salários atrasados. Até a falta de lenha e mato miúdo utilizados no fogo doméstico gerou tumultos, acentuando o caráter impertinente desses que foram chamados por um historiador de os “motins da fome”.²⁴⁷ Lisboa, vista de baixo, seguia pobre, suja e faminta.

Se tais informações servem para explicar o falso clima de prosperidade que gerou tantas construções postas abaixo pelo terremoto, servem também para sublinhar a estreita relação entre a marcha do ciclo do ouro e o declínio que já se processava, apressado, quando o cataclismo engoliu a lembrança do reinado que fora o de D. João V. Depois do terremoto, as convulsões econômicas fariam decair consideravelmente os níveis do comércio externo, a agricultura metropolitana experimentaria dificuldades sem fim e a indústria lusa seria incapaz de responder às necessidades internas num momento em que, por falta de meios de pagamento, o país não podia continuar a recorrer às importações.²⁴⁸ O

sistema colonial apresentava, nessa altura, sinais de crise, acompanhados de evidente enfraquecimento do papel do Estado.²⁴⁹ Além do contrabando internacional de grande volume, constatava-se, agora, o con-²⁴⁷ Luís Ferrand de Almeida. “Motins populares no tempo de D. João V”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias; Faculdade de Letras, pp. 321-343, 1984.

²⁴⁸ José Vicente Serrão. “O quadro económico”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, p. 72.

²⁴⁹ Sobre a crise do sistema colonial é obrigatória a obra de Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

trabando dentro da própria Alfândega metropolitana; contrabando administrado por e em proveito de franceses, ingleses e portugueses nas alfândegas

continentais. Nos últimos anos do reinado joanino, o que sempre existiu, ou seja, os descaminhos do tráfico, passou a aumentar.

As queixas de Alexandre de Gusmão juntaram-se à descoberta, já no reinado de D. José, de uma rede de contrabando de tabaco.²⁵⁰ Um ba-que enorme... Ao assumir o governo D. José, o conde de Baschi registrou, cauteloso, sobre o novo monarca: “Ele não tem dinheiro, tampouco tropas ou navios, e, poderia mesmo acrescentar, não possui crédito nem recursos que o permitam obtê-lo, caso isso se faça necessário”.²⁵¹

Esse pequenino Portugal orbitava em torno da Inglaterra, cujos representantes comerciais estabelecidos em Lisboa vampirizavam o cenário mercantil. O despreparo de seus pares portugueses — chamados por J. L. de Azevedo²⁵² de “comerciantes bisonhos” — só lhes tornava o trabalho mais fácil: “Para terem pessoas que lhes escrevesse uma carta (queixava-se Sebastião José de Carvalho e Melo) e lançasse uma conta que não excedesse as quatro espécies de aritmética, mandavam vir um moço de Viana ou de Guimarães”.²⁵³ Depois da guerra de Sucessão, a Inglaterra não hesitou em utilizar sua supremacia marítima para obter, ao longo do século XVIII, a força que lhe garantiu a hegemonia política. Confirmando tal diagnóstico, Viganego escrevia a seu correspondente no início do reinado joanino: “O comércio está quase todo nas mãos dos ingleses, cujo número é bastante grande; estes reco-lheram todo o ouro e toda a prata deste país, para não dizer que o não retiraram já, pois a prata já não se vê e não se sabe como trocar uma moeda de ouro”.²⁵⁴ A presença ostensiva da Grã-Bretanha no comércio setecentista, como bem diz José Vicente Serrão,²⁵⁵ obriga, contudo, a algumas explicações.

250 Informações extraídas do preciso artigo de Jorge Borges de Macedo. “Portugal e a economia pombalina”. *Revista de História*, Lisboa, n. 19, vol. 9, pp. 81-97, jul./set. 1954; destaque p. 85.

251 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 87, carta do conde de Baschi, 1604/1755, p. 21.

252 João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 429.

253 Idem, *ibidem*.

254 J. F. Viganego, *op. cit.*, p. 66.

255 José Vicente Serrão. “O quadro econômico”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, p.107. Conferir também: Kenneth Maxwell. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750 –*

1808. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

92

A base dessa preponderância foi estabelecida nos 60 anos que medeiam entre os tratados firmados depois da Restauração por D. João IV e 1703, quando da assinatura do tratado de Methuen.²⁵⁶ À quase inexorabilidade da aliança político-militar defendida pelos primeiros tratados vieram juntar-se, sobretudo a partir da última década do século XVII, as vantagens de uma certa complementaridade entre as duas economias e os respectivos mercados. Ou seja, a economia inglesa, o seu sistema de comércio e de navegação e seus homens de negócio estavam aptos a fornecer ao mercado e aos mercadores portugueses os produtos, alimentares ou manufaturados, os capitais e os créditos que esses necessitavam, mas em contrapartida abriam as portas às exportações agrícolas portuguesas. O êxito da aliança luso-britânica resultou precisamente dessa combinação. Todavia, prossegue Serrão²⁵⁷, apesar da complementaridade entre as economias, efeitos perversos engendraram uma relação profundamente desequilibrada. Desequilibrada devido à desproporção dos fluxos das trocas nos dois sentidos: as exporta-

ções eram largamente ultrapassadas pelas importações, com taxas de cobertura da ordem de 47% até cerca de 1720, reduzindo-se ainda mais nas décadas seguintes, quando oscilaram entre 25% e 30%. As relações entre os dois países eram igualmente desequilibradas no que respeita ao peso que cada um deles tinha no comércio do ouro.

Na perspectiva inglesa pesavam os benefícios indiretos extraídos da manutenção de relações privilegiadas, que passavam por participação nos fretes, seguros, créditos etc., até aquele que era seu principal objetivo — a apropriação do ouro brasileiro. Portugal representava, todavia, apenas 10% das exportações britânicas até 1760. Em contrapartida, na perspectiva portuguesa, a Inglaterra ocupava um lugar nuclear, fazendo dos lusos, mais do que parceiros, dependentes. Os produtos trocados eram muito menos diversificados do que os ingleses, ficando os portugueses amarrados a enviar aos primeiros apenas vinhos, frutas, azeite, lã, pequenas quantidades de cortiça, couros e pau-brasil. Do outro lado da Mancha

vinham têxteis de lã, linho, seda e algodão, cereais, farinha, bacalhau e outro peixe seco, laticínios, ferro forjado, ferragens, corda-256 Ver sobre o tema o clássico de João Lúcio de Azevedo. *Épocas de Portugal econômico*, em especial o capítulo “No signo de Methuen”, *op. cit.*, pp. 387-460.

257 Idem, *ibidem*, p. 107.

93

me, papel, vidro e outras manufaturas, além de pólvora, carvão, ferro e cobre. A complementaridade inicial das relações econômicas luso-britâ-

nicas, conclui Serrão, foi dando progressivamente lugar à dominação, quase asfixiante, do sistema econômico português pelos interesses britânicos. Aos aspectos já referidos deveríamos ainda acrescentar a apropriação, por parte dos circuitos europeus, do comércio externo português pelos mercadores e armadores britânicos, o seu envolvimento no comércio colonial, quer como financiadores, quer como provedores das exportações luso-brasileiras, o financiamento, através do crédito, das casas comerciais portuguesas, o envolvimento, ainda que modesto, na produção e no comércio interno ou até o condicionamento dos preços dos gêneros de exportação junto dos produtores nacionais.²⁵⁸

Foi graças a essas estratégias que, nos primeiros 60 anos do século XVIII, a Inglaterra exerceu um perfunctório controle sobre o sistema comercial português, garantindo uma participação na apropriação de toda a sorte de benefícios e na transferência da maior parte do ouro brasileiro para seu tesouro. Tais manobras não escapavam a alguns avisados lisboetas, queixosos de “que os estrangeiros hoje em Portugal são os que nos fazem a fome e os que negociam e com os mesmos mantimentos enriquecem e nos trazem debaixo de seus pés (...) toda a nação portuguesa atenuada e gemendo porém as nações estrangeiras blaso-nam e dominam e andam arrebatando de fartos com os nossos mantimentos e gêneros de fazendas de que são universais senhores (...) e queira Deus que não se empanturrem tanto que estourem, de sorte que sorverão todo o reino e suas conquistas”.²⁵⁹ De um jeito ou de outro, as tensões nascidas do empobrecimento de toda a pirâmide social traduziam-se em queixas e avisos bem diretos ao monarca:

Senhor, o dinheiro é o sangue das Monarquias; extraído do corpo delas,

enfraquece da mesma forma que acontece aos corpos humanos quando se lhes tira o sangue. A este modo de fraqueza se vai conduzindo Portugal, pois que tanto se trabalha em extrair a moeda que ela caminha para a pobreza e, por consequência, para a ruína. As causas notórias 258 Idem, ibidem, p. 108.

259 Antonio Machado de Faria e Pina. “Memórias históricas de Lisboa 1680-1716”. In: *Lisboa e seu tempo: Estudos e documentos*, 1948, pp. 11-98, vol. 2; p. 87.

94

deste dano têm muitos e diversos princípios; mas obram todos de conformidade. Pela extração da moeda do reino e como a pouca que nela entra não supre a muita que dele sai continuamente, se vai empobrecendo para perda de seus habitantes que sentem a este dano sem poder dar-lhe remédio!260

Mas se as coisas eram vistas assim do lado dos lusos, outros estrangeiros que não os ingleses sentiam-se, eles também, descartados no jogo comercial. Passado o terremoto, o sobrinho de Madame de Pompadour e substituto de Viganego na embaixada francesa em Lisboa, conde de Baschi, queixava-se da contínua e inabalável aliança luso-britânica, existente, segundo ele, em função das vantagens que ambos os países tiravam dos negócios, mas, também, do horror que, a seu ver, o povo português nutria pelos estrangeiros. “Esta palavra, informava Baschi, é uma grande injúria”, servindo para pôr de lado quem não interessasse.261 Era a vez de os portugueses manifestarem sua desconfiança em relação ao outro, francês. Desconhecido, o estrangeiro era considerado diferente e imprevisível. A xenofobia tinha ainda um viés religioso. A Igreja, fonte principal da vida intelectual que pudesse existir em Portugal, tendia a assimilar o termo “estrangeiro” ao de herético, sublinhando a clivagem entre católicos e protestantes, judeus ou mu-

çulmanos. Um manuscrito anônimo de larga circulação no final do reinado joanino dizia claramente que era preciso “atalhar ao reino a gente ociosa e estrangeira [...] que toda a pessoa que tiver raça de judeu deixasse o país em três meses, e que se os flamengos quisessem ser hereges, deixasse-os ir ao inferno”. Como se não bastasse, eram todos comparados a “sevandijas” ou vermes.262 O curioso é que essa associa-

ção era utilizada para jogar água na fervura de certas relações comerciais

internacionais. A França, por exemplo, mesmo sendo majoritariamente católica, não conseguia fechar acordos de porte com seus pares lisboetas. Na segunda metade do século XVIII, a Inglaterra, velho

“herege” e diabo conhecido, continuaria — como o fez até a chegada 260
Manuscrito anônimo sobre o reinado de D. João V, IHGB, L.03-D.19.

261 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, vol. 88, carta de Baschi de 18/05/1756, p. 147.

262 Manuscrito anônimo sobre o reinado de D. João V, IHGB, L.03-D.19.

95

das tropas de Napoleão — como grande patrão dos negócios em Portugal. Contudo, os ditos negócios e o convívio nas ruas de Lisboa tão somente mascaravam a desconfiança que habitava os corações.

No porto de Lisboa, em meio à “densa floresta de mastros [...] de dez mil embarcações”²⁶³, navios estrangeiros iam e vinham descarregando trigo, centeio, cevada, milho, bacalhau e produtos manufaturados, de biscoitos a fazendas, vindos da Terra Nova, Levante, Livorno, Irlanda, Saint-Malo²⁶⁴, etc. O comércio mais vultoso fazia-se, como já se disse, com a Inglaterra, aumentando a presença de ingleses em Lisboa, dentre os quais alguns foram testemunhas oculares do terremoto que estamos por narrar. O país dependia de seu aliado insular, como era reconhecido na correspondência do marquês de Angeja, a propósito do novo enviado de Londres, Thomas Lunley: “porque ainda que o tratado com os ingleses não pode ser pior que o que temos, não me parece que eles tentarão um novo para melhorarem... eles só preten-dem avantajarem as suas conveniências para as quais se oferecem mil razões na sua soberba e ambição”.²⁶⁵ Por seu lado, a agressividade dos comerciantes estrangeiros devia corresponder à profunda suspeita que se tinha dos locais.

Os franceses, por exemplo, lamentavam-se muito dos “de Lisboa, e dizem que lá não há senão trapaceiros”.²⁶⁶ E sobre trapaças, vale dizer que a reputação de Carvalho e Melo, ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra desde 1750, já fora atingida meses antes do terremoto. Em carta a Versailles, o conde de Baschi denunciava à Corte de Luís XV que o ministro de D. José era homem “cuja reputação” ia de mal a pior no que dizia respeito aos “pequenos negócios” e tudo o mais que passasse ²⁶³ *Uma descrição autêntica sobre o terremoto acontecido*

em Lisboa no memorável 1 de novembro de 1755, IHGB/RJ 5,1,16,p. 124.

264 Sobre os negócios entre a França e Portugal, ver Nuno Daupias de Alcochete. “Negócios da feitoria francesa em Lisboa no final do século XVII”. Comunicação apresentada no V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1965. São as observações de J. F. Viganego em várias cartas. Veja-se o exemplo da carta de 19/12/1713. In: *op. cit.* , p. 132. Lembrar, contudo, que essas miríades de mastros são incompatíveis com a crise que já se manifestava no porto de Lisboa, a partir de 1748, e que se agrava no início da governação pombalina. Conferir: Jorge B. de Macedo. “Portugal e a economia pombalina”, *op. cit.* , p. 86.

265 “Carta a Marco Antonio de Azeredo Coutinho”, 24 mar. 1721. *Boletim de Segunda Classe*. Lisboa: Academia das Ciências, vol. 11, p. 954. Apud J. V. Serrão, *op. cit.* , p. 401.

266 Carta de P. F. Viganego de 25 mar. 1715. In: *op. cit.* , p. 206.

96

pelos “direitos reais”. Exemplar disso era, segundo o mesmo narrador, sua participação na criação da Companhia do Maranhão, companhia cuja existência visivelmente não oferecia, segundo ele, “nenhuma vantagem para a Coroa”.²⁶⁷ A dita companhia fora criada por decreto real a 7 de junho de 1755. Estava-se a cinco meses da hecatombe em Lisboa.

Formada por um provedor e oito homens de negócios da capital, além de um secretário escolhido entre os artífices da Casa dos Vinte e Quatro, a Companhia tinha por objetivo a exclusiva comercialização de açúcar, cacau e algodão, cultivados na região norte brasileira para serem exportados para Moçambique, Índia e Macau. Nesse seleto grupo deviam existir conhecidos do ministro, caso contrário não haveria tanta boataria.

Contudo, o poder de Carvalho e Melo em reprimir discordâncias era tão eficiente quanto sua ambição. Um jesuíta que ousara, num sermão dominical na antiga catedral, criticar a dita companhia foi sumariamente exilado a 600 léguas de Lisboa, malgrado todos os rogos de seus superiores.²⁶⁸ O ódio contra o ministro era generalizado. “Isso é em toda a parte muito verdadeiro, posso assegurá-lo, monsenhor”²⁶⁹, escrevia Baschi a um atônito Rouillé, ministro das relações exteriores da França.

Mas afastemos um pouco a lupa, para entendermos que outros elementos emergiram por ocasião do sismo. Quem melhor captou os altos e baixos do reino, nos primeiros 50 anos do século XVIII, apontando seus desdobramentos no campo que nos interessa, o dos comportamentos e da cultura, é, sem dúvida, Rui Bebiano.²⁷⁰ Ele lembra, por exemplo, que se o enquistamento da aristocracia em torno do rei, gra-

ças ao ouro brasileiro, promoveu o surgimento de uma estrutura fortemente hierarquizada — confirmada, por exemplo, pela legislação sobre as formas de tratamento, pelas constantes polêmicas em torno de precedências em cerimônias públicas e pelo predomínio de uma incipiente estética e de uma ética de Corte — essa “definição criteriosa” de espa-

ços era, contudo, recorrentemente quebrada por situações de conflito.

267 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 87, carta do conde de Baschi, 27/07/1755, p.128.

268 Idem, 5/08/55, p. 142.

269 Idem, 30/09/1755, p. 184.

270 Rui Bebiano, *op. cit.*, especialmente o capítulo IV, “Uma época conturbada”, pp. 67-97.

97

Se aos olhos de tantos historiadores esse parecia ser um período tran-qui-lo e venturoso, imagem alimentada pelo alcance das “festas” políticas, capazes de esvaziar a tensão social e de emitir uma representação pacificadora do poder, Rui Bebiano desnuda-lhe a face irrequieta e violenta. A importância desses dados reside no fato de que eles são relevantes para se compreender as interpretações que serão dadas ao terremoto de 1755. Vamos a eles.

Uma primeira manifestação de violência, menos clara nos contornos e mais ruidosa que outras, exprime-se numa agressividade latente, não manifesta em atos políticos coletivos, mas presente no dia a dia, especialmente desenvolvida em épocas de centralização de poder. A vida lisboeta, como já dissemos, era cruzada por uma ameaça constante de agressividade à integridade física das pessoas, ameaça cuidadosa-mente anotada por D. Francisco Xavier de Meneses,

o conde de Ericeira: em Mafra não se tinham levantado, contra a falta de pagamento, os calceteiros que, não satisfeitos, deixaram morto o dono de uma quinta, amarrando sua filha e “fazendo-lhe a mais sensível violência?”²⁷¹ O

criado da rainha, Antonio de Abreu, brigara com Luís Pimentel, cosmó-

grafo-mor, que o esperou às portas de Santa Catarina, ferindo-o dentro de sua sege, maltratando seus acompanhantes, sendo a causa do qui-proquê “este dizer-lhe que uma freira a quem Antonio de Abreu tinha tratado se achava com mais anos do que dentes”²⁷²; um taberneiro tendo já acusado sua mulher por adúltera e achando-a, reincidente, “com o amante, lhe cortou com uma faca a artéria do peito e a ele as vias jugulares”;²⁷³ na audiência pública que costumava dar D. João V, “um doido” chegou-se com pouco respeito ao rei, pôs-lhe as mãos no peito e gritou que era uma das três pessoas da Santíssima Trindade. “Também na presença del-rei, tiveram uma questão áspera Rodrigo de Souza e D.

José da Gama, sobre quem iria abrir-lhe a cortina quando entrava na câmara, vindo da audiência”.²⁷⁴ Em pleno centro da cidade, na rua das Flores, se achou um “homem morto sem cabeça e com o peito cortado, 271 “Diário do ano de 1731 que faz o conde de Ericeira D. Francisco Xavier de Meneses e este ano é 1731... Diário de 10 a 24/07/1731”, *op. cit.*, p. 87.

²⁷² Idem, Diário de 18/9/1731, *op. cit.*, p. 92.

²⁷³ Idem, Diário de 9/10/1731, p. 99.

²⁷⁴ Idem, Diário de 16/10/1731, p. 103.

98

e com os braços e pernas cortados e cozidos dentro de uma sarapilhei-ra; no bairro da Cotovia, as partes de uma mulher esquartejada enfeitavam os gradis dos jardins”, concluindo o cronista que “cometem-se estes homicídios sem temor da justiça divina e também da humana, porque esta só se executa com o pobre e abatido e dando caso que estas atrocidades sejam executadas por ministros tão insolentes que por dinheiro cometam estas lamentáveis e violentas mortes”. Para concluir, compungido, “Deus nos perdoe a todos, amém”.²⁷⁵ Parecia difícil estabelecer o delicado equilíbrio que caracterizava as capitais modernas entre a ordem pública e a vingança privada.

Os mecanismos de polícia, como já foi sublinhado, eram, também, inócuos. Conheciam-se bem as rixas entre bandos de marginais ou entre nobres, os riscos das vielas escuras, os punhais que emergiam da noite e desciam nas costas dos passantes para lhes roubar do que tivessem. Multiplicavam-se as cenas de pancadaria nos dias de touradas, de feira ou de autos de fé. A insubordinação, a ameaça física não invadiram até mesmo os conventos de freiras? Num deles, o de Odivelas, uma jovem cristã-

nova fora ameaçada e perseguida por suas “irmãs” de véu, que se amotinaram contra as autoridades e as forças da ordem, chegando a apedrejar seus representantes das janelas da casa da condessa do Rio onde tinham se barricado. “Como ninguém tivesse podido persuadi-las a regressar a seu convento, o Rei ordenou que as conduzissem à força”.²⁷⁶ Em outro, o das freiras de “Santa Ana, vendo que a irmandade dos sapateiros tomara posse da casa de um capelão imediata ao coro, romperam a parede e se fortificaram na casa donde, por ordem del-rei, foram mandadas recolher pelos frades às onze horas da noite”.²⁷⁷ Mataram em Odivelas um religioso da ordem da Santíssima Trindade “estando o tal religioso falando a uma freira no ralo... e isto em dia de São Bernardo, em que no dito convento há festa solene”.²⁷⁸ Não era o mundo às avessas?

Não só. Nos dias de festas dos “santos populares”, de procissões, de te-deums, depois da ordem de falas e de gestos comedidos, danças e can-²⁷⁵ Antonio Machado de Faria e Pina, *op. cit.* , p.82.

²⁷⁶ É P. F. Viganego quem o conta na carta de 10/10/1713, *op. cit.*, p.113.

²⁷⁷ “Diário do ano de 1731 que faz o conde de Ericeira D. Francisco Xavier de Meneses e este ano é 1731... Diário de 16/10/1731”, *op. cit.* , p. 102.

²⁷⁸ Antonio Machado de Faria e Pina, *op. cit.* , p. 78.

99

torias invadiam os cenários até altas horas. Depois dos jejuns, as libações exageradas acabavam em desacatos e traulitadas. Nos entrudos invertiam-se os papéis de homens e mulheres, de senhores e escravos, de ricos e pobres. Folhetos de cordel ou o teatro de bonecos faziam do riso um instrumento de combate ao cenário de inversões, nos quais todos queriam “parecer” sem o ser, num reino onde a fortuna estava, basicamente, nas mãos do rei ou dos comerciantes estrangeiros. Chapéus de castor, telas de renda, ouro e prata, olandas e veludos

levavam para fora do país o patrimônio de muitos que não o tinham, mas que acreditavam que gastos exagerados no vestuário e a aquisição de produtos importados lhes permitiriam a construção de um capital simbólico capaz de nobilitá-los. O

Testamento e última disposição que de seus ornatos, enfeites e adornos faz uma França querendo reformar-se, deixar o mundo e entrar em religião, publicado em 1751, referia-se sarcasticamente à pragmática contra “aquelas superfluidades e excessos que tinham introduzido o luxo e a vaidade” entre brancos e negros, baixada por D. João V. Pragmática que acentuava o comportamento daqueles preocupados em lembrar-se de

cuidar da compostura/ Sem nunca me lembrar da sepultura./ Na rua só mostrava os aparatos,/ E a minha casa tão falta de ornatos;/ Na rua mostrava só o luzimento,/ E a minha casa, falta de alimento./(...) A Pragmática já me não espanta,/ Antes já me parece boa e santa,/ Porque a todos aco-de/ A não gastar ninguém mais do que pode:/ E já com ela as Franças Portuguesas/ Não fazem a seus pais tantas despesas/ Em galões, tissus, rendas de ouro e prata,/ Em que se consumia/ Tanta riqueza que no Reino havia,/
Assim que fica sendo a tal Pragmática/ Remédio prodigioso/ Para evitar este mal contagioso.²⁷⁹

As emendas deviam atingir, também, os “comeres”:

A segunda reformação se deve às comidas — invectiva um anônimo; esta não pode vir ao povo sem exemplo dos maiores; eu quisera que El-rei dera um exemplo aos fidalgos tirando a metade das iguarias de sua mesa para menos gasto e mais saúde e os fidalgos fizessem o mesmo e 279 Anônimo. *Testamento e última disposição que de seus ornatos, enfeites e adornos fez uma França (...) querendo reformar-se, deixar o mundo e entrar em religião, repartindo primeiro pelos conventos pobres as suas melhores galas, e fazendo outras obras pias*. Catalunha: Imprensa de Francisco Guevarz, 1751.

100

nós (os despossuídos) os imitássemos (...) se el-rei reduzisse os seus 18

pratos em 12, e o duque os seus 12 em 8; o conde, os seus 8 em 4 e eu que tenho um hei de guardar o terceiro para a ceia; e se o fausto tiver a mesma proporção, o

gasto será menos e far-nos-á menos prejuízo.²⁸⁰

A sátira social ou política era imbatível para vergastar os poderosos, aclarando as tensões entre os diferentes grupos: “Apareceu aqui há cerca de três meses uma sátira em versos portugueses, a qual, começando pelo rei e os príncipes, ultrajava cruelmente a Corte e os conselhos de Portugal”²⁸¹, denunciava Viganego. A crítica contra o luxo da Corte, contrastando com a pobreza da população, não se esgotava na pluma dos portugueses e contaminava os estrangeiros, sensíveis aos artifícios da aparência. Saussure, por exemplo, cioso do que considerava a falta de cultura dos portugueses, ria-se de “eclesiásticos, homens de leis, os médicos e outros, mesmo quando andavam nas ruas, a cavalo ou de coche, traziam óculos para mostrarem que a leitura lhes enfraquecera os olhos!”.²⁸² Já os textos de teatro de cordel incumbiam-se de vergastar costumes: o ridículo de peraltas e tafuis, os amores de criadas ladinas e de velhos namoradeiros, as barbáries cometidas por parteiras e físicos.²⁸³

Esse riso capaz de solidarizar os “de baixo”, os pobres e explorados, foi também utilizado por vários escritores de época para marcar o desrespeito que se votava a determinados valores, instituições e indiví-

duos. Mesmo a literatura que fazia parte do patrimônio e da tradição cultural explicitava a conotação burlesca e invertida. O vocabulário —

explica Graça Almeida Rodrigues —, que era geralmente erudito e de tom elevado, aparece vulgarizado, com termos grosseiros e, por vezes, mesmo obscenos. Os heróis eram tratados com irreverência, e os mitos, desmistificados. Numa carta, incluída no seu *Anatômico Jocosos*, publicado postumamente entre 1752 e 1758, frei Lucas de Santa Catarina parodiava a primeira instância do episódio de Inês de Castro, numa espécie de travestimento dos Lusíadas. A carta era dirigida a um amigo que não lhe devolvera um candeeiro:

280 Manuscrito anônimo sobre o reinado de D. João V, IHGB, L.03-D.19.

281 Viganego, em carta de 23/01/1714, *op. cit.*, p.150.

282 Joaquim V. Serrão, *op. cit.*, p. 413.

283 Sobre a crítica social no teatro de cordel, ver Albino Forjaz de Sampaio. *Subsídios para a história do teatro português. Teatro de cordel*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.

Estavas, ó Miguel, posto em sossego,
De carrasco colhendo o seco fruto,
O mocho ouvindo ali, o morcego
Que como cantam mal, cantaram muito,
Junto ao Tejo, perdoe-me Mondego
Cheio de inverno, e de verão enxuto
De cabelos mostrando ali as ervinhas,
Uma dor fera, que no peito tinhas.²⁸⁴

O nítido crescimento do fenómeno sebastianista, diz Bebiano, era também denunciador de um clima de tensão psicológica e social, decerto solicitada pelo abandono em que se encontravam as classes subalternas.²⁸⁵ As Trovas do Bandarra tinham sido acrescidas de seis novos sonhos apocalípticos capazes de aliviar a consciência humilhada dos que apenas pagavam mais e mais impostos, sem receber nada em troca.

As profecias de madre Leocádia, de madre Maria d'Assunção, do preti-nho do Japão, a vida do sapateiro Simão Gomes anunciavam, sem cansaço, “quando havia de vir el-rei D. Sebastião”.²⁸⁶ Utilizando as armas de sua própria cultura, os humildes esperavam a volta de um “bom rei”, monarca de uma velha ordem a restaurar, de uma idade de ouro a reencontrar. Foram esses anos em que se publicavam e eram lidos em praças públicas terríveis vaticínios:

Depois de mil o primeiro
e depois de 7, e um 4,
Duas quarentenas no meio
já o Encoberto veio
Ah! Portugal, Portugal!

Linda flor do Paraíso

E depois do grande quinto

Té a vinda do Encoberto

Te vejo bem destruído.²⁸⁷

284 Graça Almeida Rodrigues. “Anticonformismo na primeira metade do século XVIII”. In: *Pombal Revisitado*, *op. cit.*, pp. 249-255; p. 251.

285 Ver sobre o fenómeno Joel Serrão. *Do sebastianismo ao socialismo*. 4.^a ed. Lisboa: Horizonte, 1983.

286 *Portugal na época de D. João V*, *op. cit.*, p. 158.

287 *Duas quintilhas tiradas do livro impresso*, IEB/USP, Coleção Lamego, código 137.

102

A situação de tensões na qual submerge a época joanina manifesta-se, também, nas camadas mais altas da sociedade. Mesmo os meios mais conservadores reagiam às intromissões da nova nobreza de cariz mercantil. São referências recorrentes as querelas recendendo à mentalidade nobiliárquica, os problemas das precedências nas cerimônias, os pruridos dos aristocratas puritanos, os casos de degredo por desobe-diência ou desacato às ordens do rei.

Os ditos “estrangeirados”,²⁸⁸ homens que haviam viajado e convivido com ideias e com um mundo diferente daquele da Península, eram, eles também, olhados com desconfiança.²⁸⁹ Foi o caso de Luís Antonio Verney, o iluminista que, no seu *Verdadeiro método de estudar*, deixou uma crítica feroz da aristocracia lusa e de seus membros, tidos por grosseiros e ignorantes. Martinho de Mendonça não economizou imagens críticas sobre os hábitos mentais e sociais do país em seu *Teatro crítico*, seguido por Alexandre de Gusmão, o homem para quem a gente esclarecida em Portugal vivia “lutando contra as ondas do mar da superstição e da ignorância” e pactuando com grotescos aspectos da vida, que não eram “contos arábigos, mas fatos certos acontecidos dentro da Europa culta”; no estrangeiro, vivia-se, segundo Gusmão, “livre de animais” e se gozava “da liberdade que Deus conferiu ao homem, sem ofender

os preceitos de sua lei”. A seu ver, os ares nacionais eram irrespiráveis para quem não fizesse profissão de burro ou hipócrita.²⁹⁰

Havia ainda a figura de José da Cunha Brochado, acusador dos prejuí-

zos causados por “fradarias e bigoterias”, acusador desses “tempos de trevas e ignorância”, caricaturizador dos “cortesãos bem solícitos em inculcar o chapéu com pluma e a cabeleira com anéis”, que afirmavam que sem “relógio de repetição não se pode viver na Corte”. A eles se poderiam somar figuras destacadas de diplomatas como D. Luís da Cunha ou o conde de Tarouca, o diletante e menos brilhante Cavaleiro de Oliveira, Antonio Freire de Andrade Encerrabodes, entre outros que 288 Historiadores como Joaquim V. Serrão, Antonio Banha de Andrade, Gonçalves Rodrigues e Jorge Borges de Macedo recusam a expressão “estrangeirado” como definição para intelectuais que teriam tido uma visão salvadora do país em contrapartida ao obscurantismo no qual Portugal teria mergulhado depois da Restauração. Segundo eles, o país manteve uma cultura autônoma sem com isso desconhecer as correntes mentais que sopravam além dos Pirineus.

289 É essa a ideia de Rui Bebiano a quem empresto a seguir várias informações, *op. cit.*, pp. 72-73.

290 José Sebastião da Silva Dias. “Portugal e a cultura europeia”, *op. cit.*, p. 323.

103

lutaram contra correntes profundas de tradicionalismo, arraigadas na cultura autônoma e peculiar que era a lusa.

É bom que se esclareça, todavia, que esse grupo não era homogê-

neo, nem detentor de um saber acima daquele de seus contemporâ-

neos, menos inclinados às aventuras e viagens. O cardeal da Mota pouco conhecia do exterior, mas era um profundo entendido das atividades econômicas que se desenvolviam em outros países da Europa. Sublinhe-se que a percepção dos problemas enfrentados pelo Reino, na primeira metade do século, era visível tanto entre os nacionais quanto entre o grupo de portugueses que se encontravam no exterior. Deve-se, pois, procurar em outro lugar as diferenças e idiosincrasias

que cin-diam os grupos de cortesãos à volta do trono.²⁹¹

No campo militar, não só a exaustiva e estéril guerra de Sucessão de Espanha, entre 1704 e 1717, como a tensão contra o império otomano, vencido na batalha naval de Matapão, representavam, igualmente, sobressaltos permanentes. O constante pânico nas regiões de fronteira alimentava, em largas parcelas da população, a ideia de novos e inevitáveis conflitos. Conflitos dos quais a nobreza se protegia ao som da ópera de Caparelli, pois, no que lhe tocava, “a guerra, a paz ou tudo o que possa acontecer em todas as partes do mundo, a Corte continua, assaz indiferente”, registrava, chocado, o embaixador francês.²⁹²

Piorando essa situação, as relações com o Papado passavam por momentos de perturbação. Quando, em 1747, a Cúria Romana concede ao rei de Portugal o título de “Fidelíssimo”, como era de seu desejo e como já fora feito com os monarcas de Espanha e França, projetou-se uma representação “largamente falsificada”, como diz Bebião²⁹³, do comportamento de D. João V e da sua relação com o sucessor do apóstolo Pedro. O comportamento moral do monarca, “freirático-mor, loca-tário clandestino do convento de Odivelas e usufrutuário de seus prazeres”, a utilização da liturgia para efeitos de propaganda régia, as infidelidades perpetradas contra Roma²⁹⁴, ajudavam a modelar imagens ²⁹¹ Jorge Borges de Macedo. “Estrangeirados, um conceito a rever”. *Bracara Augusta*. Actas do Congresso, tomo III, vol. 28, n. 65-66 (77-78), pp. 179-202, 1974.

²⁹² Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 87, carta do conde de Baschi, 29/04/1755, p. 26.

²⁹³ Idem, ibidem, p. 74.

²⁹⁴ Ver sobre o tema o trabalho de Eduardo Brazão. *D. João V e a Santa Sé*. Coimbra: Coimbra Editora, 1937.

104

que não correspondiam à realidade. A realidade estava, mais uma vez, no campo minado das tensões ou dos acordos: aliança com Roma para robustecimento da imagem externa de Portugal. Aliança na luta contra os heréticos muçulmanos representados pelo turco ameaçador. Mas crise, quando da luta do rei pela elevação do núncio Bichi ao cardina-lato, chegando-se, então, a expulsar todos os súditos do papa e dar ordem de regresso a Portugal ao embaixador André de

Melo e Castro, do cardeal Pereira de Lacerda e de outros membros da representação diplomática, tendo ainda sido proibida a deslocação de qualquer nacional a Roma, bem como o envio de joias ou dinheiro àquela Corte.²⁹⁵

Rui Bebiano aponta, ainda, outros conflitos a vergastar a própria estrutura da Igreja católica, açodando o caráter instável do período joanino.

Pense-se na espiritualidade austera dos grupos jacobeus, em seu caráter rigorista, clandestino e conspirativo a esbarrar no controle político e religioso das instâncias de poder, inspirando instabilidade no seio da própria Igreja católica. Some-se a isso luta silenciosa e sub-reptícia entre oratorianos e jesuítas, ou entre as classes médias e as elites, pelo controle do sistema de ensino em Portugal. Pense-se nas recentes rachaduras que aparecem no robusto e cevado aparelho do Santo Ofício da Inquisição, agora à mercê das críticas de homens como os já citados Luís da Cunha, Gusmão ou Ribeiro Sanches, enquanto acirrava sua caça aos hereges ou adensava a censura intelectual. Leiam-se as notícias sobre padres ladrões, beberrões e mulherengos compiladas pelo conde de Ericeira e, mais tarde, por um chocado Costigan²⁹⁶ de passagem por Portugal! É toda essa fragilidade e sua constelação de tensões que serão engolidas pelo terremoto. Mas não só.

Bebiano aponta, igualmente, outros focos de tensão, ligados ao mundo das ideias e do imaginário. Como se tanta insegurança ou violência não fossem suficientes para definir o reinado joanino como uma época conturbada e difícil, com ele se cruza e dele se alimenta um universo povoado de fenômenos extraordinários ou místicos, de medos de origem fantástica, de fabulações e de visões idílicas ou catastróficas. Essa tendência — diz ele — é detectável na proliferação de bruxas e feiticeiros, de visões e aparições, de milagres e curas mágicas. Baschi não fora

²⁹⁵ Quem informa é Rui Bebiano, *op. cit.* , p. 74.

²⁹⁶ Suas cartas escritas 24 anos depois do terremoto trazem passagens cômicas sobre o assunto.

Veja-se, por exemplo, XXXVI ou XLI. In: *op. cit.* , respectivamente pp. 78-109.

105

espectador de um, entre outros, auto de fé, composto, em sua maioria por “gente que falava com almas do outro mundo?”.²⁹⁷ Nas cidades e especialmente em Lisboa, os folhetos de cordel nutriam tais formas de pensar. Relações de terríveis

monstros²⁹⁸, de viagens impossíveis e de ilhas inatingíveis, de novelas de cavalaria, inúmeros autos e entremezes, facécias, paródias e sátiras, testamentos da velha, relações de festas e entradas reais, descrições de desastres, incêndios, tremores de terra e inundações, pestes, sacrilégios e batalhas, invasões turcas e pilhagens de mouriscos eram geralmente ilustrados por deliciosas estampas e tinham seus textos lidos em voz alta, para um público faminto de tal literatura.²⁹⁹ Os textos eram corriqueiramente eivados de alusões ao providencialismo divino, às relações entre o sacro e o profano ou entre o pecado e a redenção, enfim, as eternas ligações entre Deus e Portugal. As mencionadas Trovas do Bandarra “propagavam-se como andorinhas”.³⁰⁰

Um certo clima de terror espalhava-se também na literatura de gosto erudito, copiada das gazetas internacionais, que circulava entre as classes letradas anunciando “aparições e sucessos espantosos”³⁰¹, “avisos celestes”, repetidos “fenômenos e portentos”, além de “prodígios da natureza”, em várias partes do mundo: em Filadélfia, Nova Inglaterra...

uma árvore da qual caía tanta água que regava uma enorme quantidade de terra...
um terremoto em Argel em que pereceram 900 pessoas...

animais bizarros, nem lobos, nem lince tinham atacado a Sardenha...

Em Gênova, uma chuva grossa cor de sangue... Na costa da Sicília,

“vários monstros marinhos e peixes desconhecidos”. Em Nápoles, a erupção do Vesúvio. Nas costas da Dalmácia, um tritão de “15 pés e cabeça extraordinariamente grossa” passeou pelas praias soltando formidáveis urros enquanto no céu brilhavam “sinais de fogo”, um prenúncio certo de calamidades. Na Hungria, batalhas de aves no ar. Na 297 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 87, p. 128.

298 Cf. *Relação verdadeira da espantosa Fera que há tempos a esta parte tem aparecido nas vizinhanças de Chaves; os estragos que tem feito e diligências que se fazem para a apanharem*. Lisboa: Oficina de José Felipe, 1760.

299 Rui Bebiano, *op. cit.*, p. 77.

300 É José Veiga Torres que informa em “Um exemplo de resistência popular: O sebastianismo”.

Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 2, pp. 5-33, set./dez. 1978; p. 28.

301 Informações a seguir extraídas de J. F. M. Mascarenhas. *Prodigiosas aparições e sucessos espantosos vistos no presente ano de 1716. E nos fins do passado em várias partes do mundo*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, Impressor de sua Majestade, 1716, pp. 1-12.

106

Polônia, discos voadores *avant la lettre*, pois “se viram 13 globos de fogo dos quais um lançava uma luz extraordinária”. Na Prússia, “uma nuvem muito negra que lançava de si raios de fogo e se viram sair dela uns corpos lúcidos de várias cores que se tornaram logo a recolher”. Em Amsterdã, um cometa. Em Perpignan, na França, “apareceu uma ave desconhecida, semelhante na cor à águia, nas asas, ao avestruz, no pescoço e cabeça, ao cisne, e nos pés, ao peru. Tinha o bico muito largo e aspecto feroz, o passo grave e a altura de mais de dois pés. Viu-se primeiro na praça e percorreu por todas as ruas comendo tripas e intestinos que nelas se achavam sem fazer mal a ninguém; e só se mostrava inimiga dos cães... Neste mesmo tempo, se levantaram ventos também impetuosos que ocasionaram um grande número de naufrágios e se referiu haverem perdido mais de 50 navios nas costas da Provença”.³⁰² Não ficando atrás e numa mostra panorâmica de “sucessos memoráveis” do ano de 1717, o precoce jornalista José Freire Montarroio Mascarenhas³⁰³ reportava, por sua vez, o nascimento de uma criança monstro com “olhos de gato, boca de boi, tromba de elefante, cabelo de cão, mãos, pés e unhas de bugio”, e a erupção do Vesúvio interrompida graças à intercessão da cabeça do “glorioso São Januário”, levada em procissão pelas ruas de Nápoles.³⁰⁴ Para que não faltasse o onipresente clima mágico religioso, Mascarenhas descrevia os prodígios admiráveis vistos e examinados durante a consagração da hóstia em certa cidade italiana: No ato de adoração que se lhes fez na quinta-feira, 11 de setembro de 1732, se reparou que no corpo da Sacrossanta Hóstia se divinizava um monte, e sobre ele uma cruz, ambos de cor escura. Referido este reparo pelas pessoas que o fizeram, se observou no dia 18, mais exatamente, esta aparição; e se notou com maior número de circunstantes que não só se via o monte e a cruz como no primeiro dia, mas no meio da cruz uma pequenina nuvem lúcida que depois de um algum espaço ³⁰² Idem, *ibidem*, p. 10.

³⁰³ Mascarenhas (1670-1760) concluiu estudos de Humanidades em Portugal, passou dez anos viajando pela Europa, serviu como capitão de cavalaria na

guerra de Sucessão de Espanha e pertenceu às Academias dos Generosos e Anônimos, além de dirigir, por mais de 40 anos, a *Gazeta de Lisboa*.

304 *Brados do Céu à insensibilidade dos homens ou casos formidáveis e horrorosos sucedidos em diferentes partes do mundo*. Lisboa Ocidental: Oficina Pascoal da Silva, 1718.

107

de tempo mudou de cor, tornando-a de sangue; e na mesma expôs à vista de todos o concurso de tormentos todos da sacrossanta paixão.

Passados alguns dias, a única nuvem multiplicou-se em três.

Sobre o montículo apareceram grinaldas de flores e nele via-se Nápoles reduzida a ruínas. Seguiu-se a tais visões miraculosas a imagem de uma haste negra com estrelas sobrepostas e de tudo o mais quanto a imaginação religiosa e a fé pudessem fertilizar na crença doutrinal e na experiência intuitiva dos piedosos portugueses.³⁰⁵

Prodígios ou acontecimentos considerados fora do comum eram interpretados, pela maioria, como signos da liberdade criadora do Todo-Poderoso. Para o católico, que é o português do século XVIII, nada era vão. O importante era aprender a ler o texto divino que eram o mundo e a natureza! No livro maravilhoso, signos autênticos ou controversos, mas sempre signos, pediam explicações.

Pois o que Jacome Ratton enxergava da janela — Lisboa e seu povo, mais todas as tensões políticas, econômicas e, no campo das ideias e do imaginário, tensões que tão fortemente abalaram Portugal nos últimos 50 anos — iria agora desaparecer no rugido medonho do terremoto. A terra, de fato, engoliu a violência, a sátira, os fenômenos sebastianistas, as tensões bélicas. Mas engoliu para vomitá-los, depois, num jor-ro formidável. Esse terremoto, como veremos adiante, também foi visto como um signo, um sinal cheio de interpretações. O mesmo terremoto que Ratton viveu debaixo do telhado à espera do cliente, que não sabemos se chegou ou morreu no caminho. Esse mesmo sismo que, doravante, passa a ser nosso personagem; nosso objeto. Sismo que irá nos permitir desvendar as diversas formas pelas quais o corpo urbano e seus metabolismos seculares engendraram fatores de reação visíveis na história material, religiosa e cultural da cidade arruinada. Sismo sobre o qual os

documentos de época, na sua maneira singular de descrever e narrar, nos permitem ler um objeto coerente, capaz de fabricar fenômenos de ação, de pensamento e mesmo de tensão, interagindo com a trama de continuidades e descontinuidades que eram aquelas da vida cotidiana de Lisboa em meados do século XVIII.

305 J. F. M. Mascarenhas. *Prodígios admiráveis vistos na hóstia....* Lisboa Ocidental: Oficina de Pedro Ferreira, 1733.

108

CAPÍTULO II

DURANTE O TERREMOTO: O FUROR DA TERRA

Passei pelas ruínas das partes principais da cidade e são, de fato, terríveis de observar; creio que uma destruição tão completa dificilmente terá atingido algum lugar sobre a terra desde a destruição de Sodoma e Gomorra.

“Um relato dos horríveis terremoto e incêndio que destruíram recentemente a cidade de Lisboa, metrópole de Portugal.

Numa carta de um mercador ali residente

ao seu amigo na Inglaterra — 1755”.

*Asflavit Deus et dissipatur — Deus soprou e dissipou tudo.*³⁰⁶

Jacome Ratton costumava assistir missa na igreja do Carmo, cujo teto ou dorso de animal correspondia à pesada abóbada de pedra. “Na manhã desse dia fatal”, ele não foi. Nas águas-furtadas de sua casa, via da janela que “achava-se o céu risonho como quase sempre é nas felizes regiões da Europa do sul; nem o ar se agitava lentamente”.³⁰⁷ Aguardava tranquilamente um comprador para certa partida de papel avaria-do que ali se tinha posto a enxugar.³⁰⁸ Não percebeu a agitação dos animais de tração, os cães em disparada pelas ruas, os ratos que deixavam suas tocas, os pássaros em louca revoada. “Três minutos porém antes das 306 Palavras impressas na medalha que mandou fazer Isabel da Inglaterra quando derrotou a

“Invencível Armada”. A medalha foi cunhada em 1588 na Holanda.

307 “Uma descrição autêntica sobre o terremoto acontecido em Lisboa no sempre memorável dia 1º. de novembro de 1755”, IHGB, 5,1,16. In: *Folhinha para os bons costumes para o ano de 1855*. Rio de Janeiro: Tipografia Lemmertz, 1855.

308 *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal (de 1747 a 1810)*. Londres: H.

Bryer, Bridgestreet, Blackgraes, 1813, p. 23.

109

dez horas ouviu-se um ruído como se corressem por elas numerosas carroças; ao mesmo tempo estremecia a terra com um movimento violento, ondulante. Estremece a terra e em menos de um minuto ela sorve o cais (da alfândega)... Na cidade levantavam enormes colunas de poeira ao pé das ruas que caíam das ruínas”.³⁰⁹ A poeira, “à maneira de denso nevoeiro que impedia a vista a duas braças de distância”, era intensa também na casa de Ratton, ou no que sobrara dela.³¹⁰ “Ao sentir o primeiro abalo”, diz ele, “me ocorreram muitas reflexões a salvar a minha vida e não ficar sepultado debaixo das ruínas da própria casa ou das vizinhas, se descendo as escadas fugisse para a rua; mas tomei o partido de subir ao telhado nas vistas de que, abatendo a casa, eu ficasse superior às ruínas.” Ratton era jovem; tinha 19 anos. Razão suficiente para ter suportado ser jogado contra os molhos de papel úmido antes de cair junto com o teto e as paredes que sustentavam a lucarna.³¹¹ Arrastando-se por onde podia, afastando com as mãos os obstáculos que o retinham, pulou para o jardim vizinho, fugindo em corrida cega. Teve o tempo de evitar uma rachadura que engoliu uma carroça e seus cavalos aos relin-chos, até que o cheiro fétido de enxofre, vindo do Tejo, o paralisou. O

rio, “um mato confuso de mastros entrelaçados, e um horroroso cemité-

rio de cadáveres”³¹², ululava. Gania. Foi assim, com a garganta sufocada de fumaça, arranhões e machucados por todo o corpo e as vestes em pedaços, que discerniu, por entre nuvens de fumaça e poeira, o rosto de ensanguentados familiares. A seus pés, uma jovem mulher soluçava, empurrando para o seio sujo uma criança morta.

Ratton não foi o único a entender o que estava acontecendo. Houve vários observadores do fenômeno entre os membros da próspera comunidade

britânica.³¹³ Existiam cerca de 102 escritórios de comércio, cujos associados e caixeiros eram igualmente ingleses. Havia médicos e cirurgiões, boticários e pequenos lojistas, numerosos o bastante para garantir o sustento independente da comunidade, transformando-a nu-309 Idem, ibidem.

310 Idem, ibidem.

311 Informações extraídas de Suzanne Chantal. *La vie quotidienne au Portugal après le tremblement de terre de Lisbonne de 1755*. Paris: Hachette, 1962, p. 13.

312 Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo. *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa e todo o Portugal no I de novembro de 1755*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1756, p. 30.

313 Quem afirma é J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 422.

110

ma cronista avisada do que ocorreu.³¹⁴ Com a tradicional fleuma que os caracteriza, um deles assim ressentiu os furores da terra, narrando numa torrente de palavras a história de um horror, passado ao vivo e em cores: Eu vivia numa casa próxima ao centro da cidade, numa pequena elevação ao sopé da colina para o seu lado oriental. A casa tinha quatro andares, contando com o piso térreo, dos quais os dois mais altos, como é habitual nesta cidade, serviam para a acomodação de nossa família, estando os inferiores destinados ao negócio, estábulo *etc.* O meu quarto ficava no terceiro andar e era um dos mais exteriores, junto à rua, dos sete quartos que existiam nesse andar. Aí estava sentado no primeiro dia do corrente mês, por volta das dez horas da manhã (fazia um tempo sereno e o céu não tinha uma nuvem) quando senti a casa começar a tremer com suavidade, aumentando gradualmente com um barulho precipitado, como o som de carruagens conduzidas com violência a alguma distância; e foi isso o que eu de início imaginei ser a causa do barulho e tremor que ouvia e sentia. Mas ao aumentarem ambos gradualmente, e ao observar os quadros no meu quarto a bater contra as paredes, levantei-me e percebi logo que era um terremoto; e nunca tendo antes sentido o seu tremor, fiquei um bocado a observar as suas convulsões com muita serenidade; até que, por causa do tremer, julguei que o quarto começasse a ondular, o que me fez correr para outro interior, mais para o centro da casa; mas, nessa altura, o movimento era tão violento que eu me mantinha em pé com dificuldade. Toda a casa rachava a minha volta, as telhas

chocalhavam lá no cimo; as paredes despedaçavam-se por todos os lados; as portas de uma estante bastante grande que havia no meu quarto, e que estavam fechadas a chave, abriram-se violentamente e os livros caíram das prateleiras, mas eu já estava no quarto contíguo; e ouvi aterrorizado os gritos e choros de pessoas vindos de todos os lados. Finalmente, começando tudo a retornar a acalmia, entrei em três ou quatro quartos do piso em que me encontrava à procura de criados, mas não encontrando nenhum, conclui que todos eles tinham abandonado a casa. Então, voltando ao meu quarto, resolvi mudar de roupa (pois estava de roupão, de barrete e de chinelos) e sair também.

Tinha me vestido até a cintura e estava a enfiar o casaco e o colete (tendo primeiro colocado meus livros na estante e fechado as portas a chave) quando senti começar o segundo abalo; por isso, agarrei meu chapéu 314 Idem, ibidem, p. 428.

111

e tirando a minha cabeleira de um suporte, desci dois lanços e meio de escadas, mas parei de repente ao ouvir cair telhas e grandes pedras do cimo da nossa casa e de outra para um pequeno pátio por onde eu deveria passar. Isto fez-me refletir que, ao fugir de uma casa a cair, corria o risco de ficar sepultado sob as ruínas de muitas outras nas ruas estreitas por onde era obrigado a passar até conseguir chegar a algum local de maior segurança; por isso, resolvi ficar onde estava, numa escadaria de pedra em caracol, na qual cada degrau era uma pedra inteira com cerca de uma jarda e meia de comprimento; e escolhi este sítio preferívelmente a qualquer outro porque, se a casa caísse, as pedras por sobre a minha cabeça poriam um fim imediato à minha vida e impediriam o destino mais miserável de ser sepultado vivo sob as ruínas. Enquanto aqui permaneci, os degraus sobre os quais eu estava, bem como aqueles que ficavam por cima da minha cabeça, ergueram-se a um nível impressionante e eu esperava morrer esmagado a todo o momento. Durante este período ouvi uma voz triste, de qualquer parte do prédio por baixo de mim, gemendo e chamando por socorro com bastantes pausas de permeio, pelo menos uma dúzia de vezes, até que o tremer da casa e o cair das pedras permitissem que procurasse oferecer o meu auxílio, o que fiz assim que tive uma oportunidade e descobri que a pessoa em aflição era a nossa própria governanta que tinha tentado fugir de casa com um criado logo ao primeiro abalo, sendo porém surpreendidos à porta da rua pela parede de uma casa a cair no lado oposto do caminho, que os feriu a ambos, mas principalmente à pobre mulher, e os deixou meio soterrados nos destroços. Ao

juntar agora todos esses pormenores de observação e ocupação, deixo ao vosso julgamento se eles podiam ter ocorrido em menos de um quarto de hora; e, na verdade, ao comparar o meu cálculo com alguns outros, vejo a minha opinião confirmada em relação ao tempo que duraram os abalos do terremoto e ao intervalo entre eles. Também tem havido aqui outra disputa acerca da hora exata a que o primeiro tremor começou. Alguns pensam que foi antes, outros depois das dez horas, mas a maior parte afirma que a hora não havia soado.³¹⁵

O sismo: um arrepio que percorrera a terra. Eis o que viveram os observadores estrangeiros entre tantos habitantes de Lisboa. Os suaves ³¹⁵ “Um relato dos horríveis terremoto e incêndio que destruíram recentemente a cidade de Lisboa”. In: *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos*, op. cit., p. 37.

112

tremores que “aumentavam gradativamente”, na descrição do britânico, correspondiam às vibrações que se propagavam pelo solo tal como uma pedra que jogada à água dá origem às vagas que se distanciam do ponto de impacto. O furor da terra se originara de um deslocamento brusco entre dois blocos rochosos adjacentes, gerando ruptura e um emissor de ondas.³¹⁶ O caráter rigoroso e implacável das fúrias do dragão gerara “uma horrível catástrofe”, revirando toda a costa marítima e reduzindo a opulenta cidade a um monte de destroços.³¹⁷ Sob os destroços, o cataclismo paria eloquentes narradores como o jovem aniver-sariante Thomas Chase:

Cerca de três quartos depois das nove horas da manhã, no sábado, dia em que fiz 26 anos de idade e na própria casa em que nasci, no 1º. de novembro de 1755, estava eu sozinho no meu quarto, quatro andares acima do solo, ao abrir uma escrivaninha, quando uma agitação ou tremor de terra, que eu soube imediatamente ser um terremoto, suave a princípio, mas aumentando gradualmente, para maior violência, me alarmou tanto que, voltando-me para olhar as janelas, os vidros pareciam estar a cair. Surpreendido ante a sua continuação e lembrando-me imediatamente do destino miserável de Callao, nas Índias Ocidentais espanholas, supus que o mesmo fosse acontecer então; e lembrando-me, também, de que a nossa casa era tão velha e frágil que qualquer carruagem a passar a fazia tremer toda, corri imediatamente para o eirado. Este local, conforme o costume em muitas casas, era um quarto único no cimo da casa com janelas a toda a volta; pilares de pedra suportavam o telhado. Ficava apenas um andar acima do meu quarto e oferecia um panorama de parte da

cidade desde o palácio do rei até ao castelo, e eu estava ansioso por ver se as casas vizinhas se agitavam com a mesma violência. Mal cheguei ao cimo das escadas apareceu ante aos meus olhos o mais horrível panorama que a imaginação pode conceber. A casa come-

çou a erguer-se ao ponto de, para não ser atirado ao chão, ser obrigado a pôr o meu braço fora de uma janela e apoiar-me à parede. Cada pedra das paredes a separar-se e a ranger, como todas as paredes das outras casas, umas contra as outras com uma variedade de diferentes movimentos, provocava a mais terrível confusão de sons que os ouvidos 316 Definição dada por Claude Allègre em *Les fureurs de la terre*. Paris: Odile Jacob, 1987, p. 53.

317 São as impressões de um dos testemunhos britânicos publicados em *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos*, *op. cit.*, p. 73.

113

jamais escutaram. A parede adjacente ao quarto do senhor Goddard caiu primeiro; seguiu-se, então, toda a parte superior da sua casa e de todas as outras, até onde eu podia ver em direção ao castelo; quando olhando de repente para a frente do quarto — pois eu pensava que toda a cidade estava a fundar na terra — vi o cimo de dois pilares tocar-se; e nada mais vi. Tinha decidido atirar-me ao chão, mas creio que não o fiz, pois sentime imediatamente a cair, e então, não sei quanto tempo depois, mas como que a acordar de um sonho, percebi que tinha a boca cheia de qualquer coisa, que tentei tirar com a mão esquerda; e não conseguindo respirar livremente, lutei até a minha cabeça estar totalmente desembaraçada dos destroços.³¹⁸

A geografia local amplificava o desastre. As faldas rochosas sobre as quais repousava o casario da cidade, os meandros estreitos a recortar, aqui e lá, as colinas, em cujas dobras e cimos intercalavam-se igrejas e conventos, aguçavam a vulnerabilidade sísmica de Lisboa. Não foi só a energia do cataclismo que se abateu sobre a cidade. As estruturas sísmicas somadas àquelas arquitetônicas permitiram que telhados e paredes ondulassem como um trigal ao vento. O pavor do primeiro choque do terremoto marcava as lembranças. Nos documentos da memória de vários sobreviventes se lê física e moralmente como se sentiram as pessoas. Lê-se as etapas de seus sentimentos: primeiro, o diagnóstico da situação; a seguir, uma tentativa de autocontrole; depois o pânico animal, com sua coorte de odores e gritos empurrando-os para “os movimentos cegos do

medo e de seu horror”³¹⁹, fazendo-os “temer a morte, desejando a morte”.³²⁰

O irmão de Joseph Fowke conversava com dois amigos portugueses em seu escritório na rua das Mudanças, entre a rua do Selvagem e a rua da Pichelaria, na freguesia de São Nicolau, na “bela manhã calma”, a mesma já descortinada por Ratton.

De repente demos pela casa a tremer e por um grande barulho como uma carruagem a seis cavalos a passar por nós; olhávamos uns 318 “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: idem, ibidem, pp. 87-89.

319 É a reação do autor de “Supplément aux réflexions sur le desastre de Lisbonne, avec un journal des phénomènes”. In: *Lettres sur Lisbonne*. Paris, 1757, p. 5.

320 Idem, ibidem, p. 6.

114

para os outros: eles disseram que era uma carruagem: eu respondi que não vinha nenhuma pela nossa rua; que estávamos todos perdidos: era certamente um violento terremoto e pedi-lhes que me seguissem.

Tomou-me o pensamento imediato de que era a perdição geral, ou talvez o último dia; mas a haver segurança seria sob o arco de pedra... Eu corri, eles seguiam-me, casas e ruas como que a dançar sobre nós...

telhas e pedras etc., caindo abundantemente; mas Deus quis transportar-me e a José Alves a salvo até o arco; o pobre Francisco, todavia, sendo o último, pereceu no terremoto.³²¹

O gentil-homem francês, certo G. Rapin, dizia não ter perdido nenhum segundo em detectar o terremoto ao ver sua xícara de chá elevar-se, junto com o conteúdo dourado, a alguns centímetros da mesa onde o serviço de louça fora colocado. Seu único pensamento: a mulher, grávida de sete meses, que encontrou, desmaiada, a algumas quadras na rua.³²²

As casas derrubadas, os muros amputados, as ruas interrompidas, os buracos e valas profundas escavadas no chão por mão demoníaca, montes de poeira, lama e terra acumuladas, prédios abalados escorados, como equilibristas, em vigas de

madeira, fragmentos de parede e arcos inacabados; as línguas de fogo, contudo, ainda não rugiam. O céu, antes azul e sem nuvens, fechara-se em negrume: “estava mais escuro do que a noite mais escura que jamais vi e assim continuou por cerca de um minuto, devido às nuvens de pó provocadas pela queda de casas de todos os lados”.³²³ Havia, como disse o poeta, som e fúria: “um estranho e terrível ruído subterrâneo, semelhante a um estrondo profundo e distante de trovoadas”;³²⁴ ou “lembrei-me instintivamente que o ruí-

do poderia ser precursor de um tremor de terra... Nessa altura larguei a pena e levantei-me, mantendo-me uns momentos hesitante se deveria ficar no apartamento ou fugir para a rua... mas de repente acordei do ³²¹ Carta genuína ao Sr. Joseph Fowke, do seu irmão perto de Lisboa, datada de novembro de 1755, na qual é feita uma descrição minuciosa e impressionante do recente terremoto. In: *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos*, op. cit., p. 135.

³²² *Le tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur*, 1756, p. 8.

³²³ Carta anônima, Porto de Lisboa, 19 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos*, op.

cit., p. 149.

³²⁴ Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: idem, ibidem, p. 163.

115

sonho ao ficar, de súbito, atordoado com um terrível estrondo, como se todos os edifícios tivessem ruído de repente”.³²⁵ De toda a parte escapavam “continuados gritos de desolação, e não havia peito que não sentisse os horrores de uma morte cruel, cuja imagem se representava por mil formas e debaixo de mil aspectos medonhos”.³²⁶

O embaixador da Corte de Fernando VI de Espanha, o conde de Peralada, também se assustara com os rugidos da terra e do rio. Há pouco desperto, tivera seus pensamentos interrompidos pelo anúncio da chegada do barbeiro, suas bacias e toalhas, único personagem capaz de tirá-lo do mau humor em que se encontrava. Crítico da Corte portuguesa, tinha horror ao ambiente em que servia: as intrigas dos velhos cortesãos do tempo de D. João V, o excesso de

alambicamentos e beatice, as insolências de D. José e de seu homem de confiança, Carvalho e Melo, em sua opinião a soldo dos ingleses. A intimidade com o rei e os grandes de Espanha contrastava com a vida piegas e modesta a que estava obrigado na corte josefina. Touradas de má qualidade, poucas festas e sociabilidade reduzida às missas ao som de *castrati* e novenas no palácio, que detestava. Com tantas igrejas em Lisboa, transtornava-o a obrigação de ouvir a missa de Todos os Santos em Belém. Ao ver, contudo, pela janela, a cidade de ponta-cabeça, gritou por sua bengala e uma capa para cobrir-lhe as vergonhas. Em direção à porta da rua cru-zou com o barbeiro caído por terra junto com os bustos tombados dos nichos. Quando ultrapassou o pórtico da entrada, o maciço brasão de pedra dos Meneses que ornamentava a fachada despregou-se. A lama quente e pestilencial que fluía das calçadas cobriu Peralada: já massa sangrenta de carne e ossos.³²⁷ Morreram, também, seu capelão e nove criados. Graças à ação do embaixador francês Baschi, salvou-se seu filho, posteriormente premiado com o cargo de gentil-homem da Câ-

mara e uma pensão de 500 dobrões anuais por Sua Majestade Católica.³²⁸ Baschi conseguiu fugir com a mulher e os filhos para uma ³²⁵ Idem, ibidem, p. 163.

³²⁶ *Uma descrição autêntica sobre o terremoto acontecido em Lisboa no sempre memorável dia 1 de novembro de 1755*, IHGB/RJ, 5,1,6, p. 127.

³²⁷ Todas as informações deste parágrafo extraídas de Suzanne Chantal, *op. cit.*, p. 15.

³²⁸ *Breve compendio de las innumerables lamentables ruinas y lastimosos estragos que à la violencia y conju-ración de todos quatro elementos experimentó la Gran Ciudad y Corte de Lisboa*. Barcelona: Imprenta de Teresa Piferrer, s/d, p. 4.

116

casa nos arredores de Lisboa, onde abrigou, além do pequeno Peralada, os restantes espanhóis sobreviventes. Outro membro do corpo diplomático, vítima fatal dos tremores, foi o cônsul sueco Arvid Arvidson.³²⁹

Com mais sorte do que seu colega, o enviado britânico, conde de Drumlanrig, ouviu uma última e fleumática frase de seu médico antes do estrondoso desabamento das paredes do quarto: “Meu caro *lord*, siga-me, é um

terremoto!”.³³⁰ O obscuro personagem Bosc de la Calmette, embaixador das Províncias Unidas, preferiu esconder-se

“com resignação” na “parte mais baixa da casa”, de onde, impotente, assistiu ruir sua casa e desaparecerem todos os seus bens.³³¹ O italiano Fernando Aniceto Viganego, filho do antigo correspondente de D. João V, viu-se reduzido com os seus três “filhinhos à mais extrema pobreza e sem nenhum recurso”; nem as camisas conseguira salvar! Sobre a comunidade italiana registrava desolado: “A nossa igreja de São Loreto foi também incendiada, assim como as casas de todos os nossos nacionais”.³³² Já o cônsul de Hamburgo, Stoqueler, escapou de ser engolido pela terra, pois tinha saído para sua quinta perto de Lisboa.³³³

“Depois do fogo, um murmúrio doce e leve”

Aos que escaparam do primeiro abalo, muito mais estava reservado. O tremor de terra provocara um maremoto de grandes proporções: este funesto terremoto teve uma tal influência sobre o mar e o rio que a água subiu várias jardas na perpendicular, em cerca de dez minutos; nessa altura voltei a correr ao meu quarto, apanhei a cabeleira e a capa, fechei as portas a chave e regressei para onde estava; mas alarmada pelo

329 “Relation du désastre de Lisbonne, et des autres phénomènes qui ont éclaté en Portugal au premier novembre 1755”. In: *Lettres sur Lisbonne, op. cit.*, p. 7.

330 Idem, ibidem.

331 É a informação de Luís Crespo Fabião. “O terremoto de Lisboa de 1755”. In: J. Evareart e E.

Stols (dir.). *Flandres e Portugal*. Lisboa, Inapa, 1991, pp. 289-304.

332 Relazione del Consul Viganego alla Signoria Genovese. In: Guido Batelli. “Il terremoto de Lisbona nelle memorie degli scrittori italiani contemporanei”. *Biblos*, vol. 5, pp. 541-553, 1929; p. 553.

333 Emil Grüneberg. “Hamburgo e o terremoto de Lisboa”. *Instituto*, Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. LI, pp. 53-59, 1904; p. 55.

grito de que o mar estava avançando, toda a gente irrompeu em direção às

colinas³³⁴,

relatava uma vítima. O manso mar embraveceu, esbravejou, rugiu pela foz do Tejo, e, como um imenso lençol de tafetá cinzento, abateu-se sobre as praias. Roncava mais e mais à medida que subia. “Os barqueiros, ao serem sacudidos dos barcos para a terra pelo súbito avanço da água, saltaram para a margem para se salvarem, sendo os seus barcos imediatamente levados pelo mar em retirada, que vazou e encheu em quatro ou cinco minutos. Os navios perto da margem e que numa maré baixa tocam no fundo ficaram, num instante, a flutuar, num minuto ou dois deixados em seco e de novo postos a flutuar, sendo arremessados uns contra os outros... foi surpreendente observar vários navios grandes, que estavam a seco na Boavista, a desencalhar e serem levados rio abaixo. Todo o rio estava coberto de barcos, navios, madeira, mastros, objetos domésticos, pipas *etc.* Nenhuma coisa resta no estaleiro do rei ou Arsenal, e a madeira que não foi levada pelas águas junca as ruas de tal forma que as torna intransitáveis”.³³⁵

O momento mais terrível, em que tudo se julgou perdido, foi, segundo observadores, aquele em que as águas saindo de seus limites naturais investiram, gorgolejando, em vertiginoso turbilhão contra a terra, querendo submergi-la. Muitos morreram arrastados e afogados na res-saca. Um grande número de embarcações afundou ou se estrçalhou, e do formoso cais da Pedra, que ia do Terreiro do Paço, desde os armazéns da alfândega, até quase o Forte da Vedoria, nada restou. Nos ouvidos de outra testemunha ainda ecoavam os gritos de “o mar está a subir, vamos todos morrer”. E o povo entalado entre os cimos, por entre paredes que tombavam em tumulto, em desordem, caindo aqui, espezinhado pelo que vinha atrás, ficara à beira-mar, fascinado, estúpido, a gritar e a chorar, a pedir socorro aos navios do largo de mastros partidos, agitados e arremessados uns contra os outros, erguendo-se ao alto, afogando-os e atirando-os contra a praia onde morava a desolação.³³⁶ “Ao escutar isso”, 334 Carta anônima, Porto de Lisboa, 19 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 207.

³³⁵ Idem, *ibidem*, p. 209.

³³⁶ Parafraseio, aqui, o padre José de Castro, em relatório da Nunciatura de Portugal existente no Arquivo do Vaticano no vol. 110 e 111. In: *O cordial nacional*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Geral das Colônias, 1943, pp. 212-217.

— conta o anônimo narrador do evento — “dirigi o olhar em direção ao rio, que naquele lugar tem uns seis ou oito quilômetros de largura, pude observá-lo a ondear e a elevar-se de uma maneira inexplicável, pois não havia a mais leve brisa. De repente, apareceu a uma pequena distância uma enorme massa de água a erguer-se como uma montanha, aproxi-mando-se espumando e rugindo, precipitando-se em direção à terra tão impetuosamente que, não obstante termos imediatamente fugido com a maior rapidez para salvar as nossas vidas, muitos foram arrastados para o largo. Os restantes ficaram com água acima da cintura, a boa distância das margens. No que me diz respeito, escapei por pouco e teria certamente perecido nessa altura se não me tivesse agarrado a uma grande trave caída por terra, até a água ter regressado ao seu leito, o que aconteceu quase de imediato e com igual rapidez...³³⁷ Como agora parecia haver pelo menos tanto perigo do mar como da terra, e quase não sabia onde me refugiar para me abrigar, resolvi de repente voltar para trás, para a zona de São Paulo, com a roupa completamente encharcada. Aí fiquei algum tempo a olhar para os barcos que balouçavam agitando-se como se estivessem num temporal violento. Alguns tinham ficado com as suas amarras quebradas e foram arrastados para a outra margem do Tejo. Outros rodopiavam com incrível rapidez e vários grandes voltaram-se ficando com a quilha para o ar, tudo isso não havendo vento nenhum, o que muito me surpreendia. Foi nesta altura que o novo e magnífico cais, todo construído em mármore bruto a um custo muito elevado, foi completamente engolido, com todas as pessoas que estavam em cima, e que para lá tinham fugido para se protegerem, pois tinham razões para pensar que naquele local estariam fora de perigo. Ao mesmo tempo, um grande número de barcos e embarcações ancorados perto dele e igualmente cheios de gente, que ali se tinham refugiado com a mesma finalidade, foram engolidos como num redemoinho e nunca mais apareceram.

Não vi este último e horrível incidente com os meus próprios olhos, por ele ter ocorrido a uma grande distância do sítio onde me encontrava na altura, mas a descrição que aqui lhe envio foi me dada por vários capitães de navios ancorados a 200 ou 300 metros do cais, ³³⁷ Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 171.

119

que viram toda a catástrofe. Um deles em especial informou-me de que, quando se deu o segundo abalo, ele pôde observar toda a cidade a oscilar, como o mar quando o vento começa a levantar-se; que a agita-

ção da terra era tão grande, mesmo no fundo do rio, que arrancou da amarração a sua grande âncora, de tal forma que esta ficou flutuando à superfície da água; que, logo após este tremendo abalo, o rio subiu imediatamente perto de seis metros e num instante baixou; nessa altura viu o cais com uma multidão de gente em cima afundar-se, e ao mesmo tempo todos os barcos e embarcações perto dele foram arrastados para dentro de um fosso que o capitão supõe ter-se fechado imediatamente sobre eles, de tal maneira que nunca mais foram vistos quaisquer vestígios de naufrágio. Pode acreditar plenamente neste relato, pois quanto à perda das embarcações foi confirmada por toda a gente, e quanto ao cais, fui lá, dias depois, para me convencer da verdade, e nem consegui encontrar o sítio onde tinha dado tantos passeios tão agradáveis, visto ser o lugar habitual de encontro dos comerciantes ingleses radicados em Lisboa, na frescura do anoitecer”.³³⁸

Depois da água, o fogo, contra o qual as escadas ferradas e calões importados da Holanda pouco sucesso tiveram. Um dos narradores da cena descreve a reação apavorada dos lisboetas aos gritos de: “Oh! O

que será de nós! Nem água nem terra nos protegerão e o terceiro elemento, fogo, parece agora ameaçar a nossa destruição total! Como aconteceu com efeito”.³³⁹ Tudo devia lembrar-lhes as passagens da Bíblia: Amós, Zacarias, Mateus ou ainda o Apocalipse: “E o anjo tomou o turíbulo, encheu-o com o fogo do altar e jogou-o sobre a terra.

Ouviram-se vozes, trovões, raios e um terremoto”.³⁴⁰ Depois da abertura do sexto selo, com o sol negro, a lua em sangue, as estrelas derra-mando-se sobre a terra, montanhas e ilhas dançariam ao som do sismo terrível. Ao anoitecer, outra cena, não menos chocante do que as anteriores, transformou o que restava de Lisboa. As chamas, ardendo em pontos diferentes, eram tão fortes “que à sua luz” se podia ler. A cidade queimou por seis ou oito dias. O fogo “foi avançando e consumindo tudo o que o terremoto tinha poupado; e as pessoas estavam tão desa-³³⁸ Idem, ibidem.

³³⁹ Carta anônima, Lisboa 19 de nov. 1755. In: idem, ibidem, p. 211.

³⁴⁰ Apocalipse, versículos 41 e 42.

nimadas e aterrorizadas que poucas ou nenhuma se aventuraram a descer para

salvar ao menos parte de seus haveres. Todos tinham os olhos postos nas chamas, em silêncio doído que só era interrompido pelos choros e gritos das mulheres e crianças pedindo socorro aos santos e anjos sempre que a terra começava a tremer... Nunca consegui saber se este terrível fogo se devia a qualquer erupção subterrânea, conforme relatado por alguns, mas sim a três causas que, ocorrendo ao mesmo tempo, naturalmente explicam a tremenda devastação que fizeram. Sendo o 1º. de novembro o dia de Todos os Santos, uma festa importante para os portugueses, como de costume, todos os altares de todas as igrejas e capelas (algumas das quais têm mais de vinte) estavam iluminados com velas e lamparinas, e estas por sua vez pegaram fogo às cortinas e madeiras que caíram com o sismo, e o incêndio alas-trou-se em pouco tempo às casas vizinhas. Uma vez aí, se juntou aos fogos das chaminés das cozinhas e aumentou de tal maneira que seria o suficiente para destruir toda a cidade, mesmo que não tivesse havido qualquer outra causa interveniente, e principalmente porque não encontrou qualquer obstáculo”.³⁴¹ Com o forte vento, as fagulhas propagavam-se de uma rua à outra, lavrando, lambendo e devorando as partes mais densas da cidade.

Tendo as pessoas fugido para os campos meio despidas, o incêndio consumiu todos os tipos de mercadorias, artigos domésticos e vestuário, de forma que mal sobrou alguma coisa para lhes cobrir a nudez, restando-lhes viver em tendas nos campos. Se o incêndio não tivesse ocorrido, as pessoas teriam recuperado seus bens das ruínas, mas este deixou um cenário de desolação e miséria indescritível por palavras. Os palácios do rei, na cidade, estão totalmente destruídos. O armazém de tabaco e outros, com as cargas das três frotas do Brasil, partilharam o mesmo destino; em resumo, poucas mercadorias sobraram em toda a cidade.³⁴²

No cenário da cidade outrora risonha, as marcas do horror estavam em toda a parte. Queimou a Igreja de São Domingos, ou da Inquisição, onde se julgavam judeus, hereges e bruxas, cujos retratos ³⁴¹ Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 179.

³⁴² Carta anônima, Porto de Lisboa, 19 nov. 1755. In: *idem, ibidem*, p. 151.

pendiam da nave, no seu lado oeste. Queimou o convento de frades dominicanos junto a ela. Ardeu o convento da Boa Hora, situado na ex-tremidade inferior da

rua Nova da Almada, relativamente perto do Paço da Ribeira. O incêndio consumiu o Rossio e, desde aí, até as margens do rio, alargando a este e a oeste, para as galés e para baixo até a igreja de São Paulo³⁴³, em que jaziam, soterradas pelo terremoto, 60

pessoas, incluindo dois padres.³⁴⁴ O convento irlandês do Corpo Santo desmoronou, enterrando e queimando um grande número de pessoas, entre elas alguns frades que estavam a ouvir missa.³⁴⁵

O fogo arrasou de uma forma ou de outra toda a cidade, pelo menos tudo aquilo que nela era grandioso e de valor. Não se podem avaliar os prejuízos causados nessa ocasião, mas como poderá concluir (o leitor) a partir destes pequenos pormenores, devem ter sido imensos. Todas as tapeçarias raras, pinturas, pratas, joias, mobílias do palácio do rei que valiam muitos milhões, com os ricos paramentos e valiosos ornamentos da igreja Patriarcal anexa, onde se realizavam as cerimônias religiosas, não sem menos pompa do que na própria capela do papa. Todas as riquezas do Palácio Bragança, onde estavam guardadas as joias da coroa, baixelas de valor inestimável, com vastas quantidades das mais raras tapeçarias de seda, algumas entretecidas com fios de ouro e prata, cortinados de veludo e damasco. Todos os valiosos bens e especiarias nos armazéns da Índia, por baixo do palácio, os que pertenciam a comerciantes das várias nações, na casa da alfândega, em frente, bem como os que se encontravam nas casas dos próprios comerciantes ou dispersos pelas numerosas lojas, arderam ou perderam-se completamente. Mesmo aqueles poucos objetos que tinham tido a sorte de escapar às primeiras chamas não encontraram segurança nos espaços abertos para onde foram levados, tendo ali ardido com as fagulhas que caíam por todos os lados.³⁴⁶

Todo o coração da cidade, a sua parte mais rica, ficou queimado, mas os subúrbios, que eram muito grandes, escaparam. A cidade toda ardia em chamas sem que quem quer que fosse sonhasse em socorrer o que quer que fosse. Um francês explicava que poucos poderiam ³⁴³ “Carta genuína ao Sr. Joseph Fowke”. In: idem, ibidem, p. 141.

³⁴⁴ João Batista de Castro. *Mappa de Portugal*, vol. 3, p. 233.

³⁴⁵ Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 175.

346 Idem, ibidem, p. 181.

122

deixar de se tocar por um espetáculo tão horrendo e que em outros tempos faria tremer os mais intrépidos.³⁴⁷

Efeitos da Providência

Mas e as gentes? Que informações existem sobre os habitantes que davam ritmo ao cotidiano da cidade? Onde estavam comerciantes, escravos, nobres, padres, homens, mulheres e crianças? A hora do terremoto, no entender de algumas testemunhas, foi um pormenor

“muito infeliz”, sendo aquele o momento em que a maior parte dos fiéis ia para as suas devoções, que o dia tornava necessário prestar em todos os altares.

“Assim as igrejas estavam repletas de um número de pessoas, que continuaram dentro delas por um tempo inusitado; e tendo ocorrido na hora do dia mais conveniente para a generalidade das pessoas assistir ao serviço divino, provocou uma mortandade terrível, pois rara era a igreja ou capela da cidade cujo telhado não tivesse caí-

do com o terremoto, e nessa altura não havia quase nenhuma que não estivesse bastante cheia. Se acrescentarmos a estes números aqueles que pereceram dentro de portas e fora delas devido à queda das casas, aqueles que mais tarde morreram queimados por estarem feridos e soterrados sob ruínas e aqueles que morreram a seguir de doenças e feridas provocadas por esta terrível calamidade, a perda de vidas deve ser imensa”.³⁴⁸

O ruído do sismo, amplificado pelo ruído dos desmoronamentos, as colunas de poeira e cinzas, os corpos escuros, enormes, monstruosos dos edifícios derrubados compunham o cenário em que jaziam “os silos do mercado público de trigo, o enorme Hospital Real, no Rossio, o da Misericórdia que dava abrigo às raparigas órfãs pobres, a maior parte das quais sucumbiu; a bela igreja do convento de São Domingos, que continha uma das maiores e mais notáveis bibliotecas da Europa; a ³⁴⁷ Anônimo. *Relation abrégée du tremblement de terre et de l’incendie arrivé à Lisbonne le 1er novembre 1755*. Apud Fernando Guedes. *O livro e a leitura em Portugal, subsídios para a sua história*. Lisboa: Verbo, 1987, p. 253.

348 “Um relato dos horríveis terremotos e incêndios que destruíram recentemente a cidade de Lisboa... Numa carta de um mercador ali residente ao seu amigo em Inglaterra”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 47.

123

grandiosa igreja dos Carmelitas, apoiada em duas fileiras de colunas de mármore com a imagem milagrosa de Nossa Senhora do Carmelo (leia-se do Carmo), que não conseguiu salvar da ruína o templo da sua invocação, a velha catedral de paredes extremamente espessas (ou igreja de Santa Maria), a magnífica igreja dos cônegos de Santo Agostinho (o mosteiro dos Jerônimos)... considerada por especialistas como a mais grandiosa obra arquitetônica da Europa e onde jaziam os corpos do falecido rei D. João e vários membros da família real; estas obras funerárias ficaram esmagadas pelo desabamento da cúpula; o castelo ou cidadela onde estavam depositados os antigos arquivos e registros³⁴⁹, as prisões da Inquisição ou Santo Ofício, como é chamada, e o Limoeiro, onde o Supremo Tribunal de Justiça se reunia para julgar criminosos”.³⁵⁰

Mas, ainda, o que acontecera às pessoas? Suas anônimas singularidades desapareceram sob os escombros da sorte comum. Suas diferentes temporalidades e maneiras de ser, a aspereza de suas vidas, a rugosidade de seus destinos submergiram sob as mesmas pedras, terras e chamas: “Quanto às pessoas que perderam a vida nesta ocasião, não falando daquelas que morreram esmagadas nas suas próprias casas (numa das quais não menos de 40 pessoas morreram, visto que em cada andar vivia uma família), ou tiveram morte instantânea ou ficaram com os braços e pernas partidas; pela queda de pedras na rua se poderá facilmente avaliar o número enorme de pessoas que morreu em igrejas e conventos... No grande convento de São Francisco, onde viviam perto de 300 frades, o teto desabou enquanto cantavam no coro, situado na galeria superior sobre a porta ocidental, em frente do altar-mor, e enterrou quase toda a comunidade, pois escaparam apenas 18, assim como também os numerosos fiéis que assistiam à missa. No mosteiro de Santa Clara pereceram 150 freiras com as suas camareiras; no do Calvário, que está situado na rua que vai dar a Belém, a maior parte das freiras que se encontravam na altura do coro, bem como uma parte dos fiéis, partilharam do mesmo destino... Tive informação fide-digna de que no convento da Trindade morreram mais de 1.500

349 O Tombo do Reino tinha passado pouco antes do terremoto para a catedral, sob a direção de Manuel da Maia.

350 Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 183.

124

pessoas... Na prisão do Limoeiro, quase 400 pessoas foram esmagadas pela queda brusca de uma parede; embora os piores malfeitores ali encerrados tenham fugido, decerto para praticarem mais malefícios...”

Lisboa, no entender desse observador, não passava de “um imenso monte de ruínas” no qual ricos e pobres se igualavam. Horror e morte definiam a situação de isonomia entre os grupos sociais.³⁵¹

Mas como terá sido ficar debaixo das pedras, sufocado, soterrado?

Uma freira do convento de Santa Clara fora descoberta entre os escombros, cinco dias depois do terremoto. Faminta e emocionalmente abalada, só pedia para voltar para sua “clausura”, ou seja, o estreito buraco de onde fora retirada.³⁵² Uma mulher “que ia muito ornada de ricas peças de diamantes porque ia ou vinha da igreja” encontrou-se soterrada, mas sentiu “que passava gente por cima e começou com muitos prantos a pedir que a tirassem dali que daria tudo o que levava em si”; alguém lhe tomou as joias e terminou por “lançar mais pedras e entu-lhou mais a mulher”.³⁵³ Outra, passados dez dias, coveiros ouviram-lhe os “ais e foram desentulhando a parte donde saía a voz, e acharam a dita moça abraçada a uma imagenzinha de Santo Antonio, a cuja se tinha apegado na aflição do terremoto”.³⁵⁴ Resistiu graças aos suculentos cachos de uma parreira que, por “milagre”, caiu junto com ela.

Um outro sobrevivente deixou-nos um relato impressionante:

“lutei até a minha cabeça estar totalmente desembaraçada dos destro-

ços. Ao fazer isso vim a mim e, lembrando-me do que tinha acontecido, pensei que o terremoto tivesse terminado. Do que tinha visto até aí julgava encontrar toda a cidade por terra e eu em cima das ruínas, quando, ao tentar olhar à volta, vi quatro paredes altas quase 50 pés acima de mim. O local onde eu jazia tinha cerca de 10 pés de comprimento e quase 2 de largura; não conseguia descortinar nem porta nem janela em qualquer das paredes. Surpreendido ao mais alto grau pela minha situa-³⁵¹ Idem, *ibidem*.

352 *Breve compendio de las innumerables lamentables ruinas y lastimosos estragos que à la violencia y conju-ración de todos quatro elementos experimentó la Gran Ciudad y Corte de Lisboa...* Barcelona: Imprenta de Teresa Piferrer, s/d, p. 3v.

353 Manuscrito anônimo da livraria do conde de Arrochela: ‘Memórias del-rei D. José’. Apud Caetano Beirão. “O terremoto de 1755: novos documentos”. *Panorama*, n. 1, III série, pp.16-26, 1956.

354 Idem, ibidem. Segundo Caetano Beirão, esta menina devia ser certa Maria Rosa a quem se refere o padre Teodoro de Almeida, 45 anos depois, em seu poema *Lisboa Destruída* (estância XXIV do canto VI).

125

ção, lembrei-me finalmente de que havia um tal espaço entre as casas; mas não tendo visto a parte superior da ambas cair, concluí que, ou os habitantes deveriam estar todos mortos, ou, pelo menos, não havia nenhuma possibilidade de eles olharem lá para baixo de novo a tempo de minha salvação; de forma que, horrorizado perante o pensamento chocante de morrer de fome, isolado de maneira tão desesperada, per-maneci em estado de estupefação até que as telhas e destroços que ainda caíam me fizeram procurar abrigo debaixo de um pequeno arco numa parede estreita, defronte da minha cabeça. Enquanto eu perma-necia no fundo desta, parecia haver um pequeno buraco mesmo através dela; ao aproximar-me, e arrastando-me com dificuldade para fora dos destroços, verifiquei que a abertura era muito mais larga do que imagi-nara; e fazendo entrar primeiro a cabeça e o braço, a pouco e pouco puxei todo o corpo atrás e caí de cerca de dois pés de altura num pequeno lugar escuro arcado no cimo, que eu supunha ser só um suporte para ambas as paredes; até que, Tateando à volta, encontrei num lado uma passagem estreita, que me levou, contornando um lugar parecido com um forno, a uma salinha onde estava um português coberto de pó que recuou assim que me viu surgir daquele lado e, persignando-se, gritou, como é costume quando muito surpreendidos: “Jesus, Maria e José!

Quem é você? De onde vem?”, e, informado disso, sentou-me numa cadeira; e, juntando as mãos imediatamente, ergueu-as, bem como os olhos, para o teto em sinal de maior angústia e preocupação. Isto fez-me examinar-me a mim próprio, o que ainda não tivera tempo de fazer. O

meu braço direito pendia inerte à minha frente, como um grande peso morto, o ombro estava deslocado e o osso partido; as minhas meias estavam rasgadas e as pernas cobertas de feridas, o tornozelo direito inchava até um tamanho descomunal com uma fonte de sangue a jorrar dele; o joelho também estava muito ferido, o meu lado esquerdo parecia que tinha sido sovado, de forma que eu mal podia respirar; todo o lado esquerdo da minha cara estava inchado, a pele raspada, o sangue a correr dela, com uma grande ferida por cima e uma pequena por baixo do olho e várias feridas nas costas e na cabeça. Mal tinha percebido estar nesse estado de dilaceração, veio outro abalo mais ameaçador do que o primeiro; o pobre homem voou imediatamente porta afora; a violência do choque e a queda das casas, juntas aos gritos das pessoas, fizeram-me 126

procurar abrigo outra vez no arco por onde tinha entrado, para onde, esperando que o horror diminuísse, voltei de novo; e não aparecendo ninguém, saí pela mesma porta por onde vi o homem sair, na esperan-

ça de o encontrar, ou de encontrar qualquer pessoa; mas em vez de uma sala como eu esperava, tratava-se apenas de uma escada estreita com alguns degraus apontando numa direção; quando para surpresa minha me conduziu à rua, não me imaginando tão próxima dela. As pessoas estavam todas em oração, cobertas de pó, e a luz aparecia como se estivesse estado um dia muito escuro; aqui, crendo que a minha perna pudesse me suportar até a margem do rio, voltei-me e vi a rua abaixo, que era muito estreita, cheia de pedras caídas, onde o piso atingia agora o topo das restantes. Então, na esperança de alcançar o campo, trepei um pouco pela encosta, até o mesmo triste panorama se apresentar acima de mim; e, numa rua para a direita, tudo desaparecera! Não sabendo o que fazer, as forças faltaram-me e caí prostrado, exatamente onde as três ruas se juntavam...”.355

Outra cena: um inglês vivera o terremoto paralisado à sua escrivaninha, esperando ser mortalmente esmagado pela queda de vigas e paredes. Findo o tremor, entre “trevas egípcias e emanções sulfurosas”, distingue, sentada no chão de sua sala, uma mulher, com uma criança nos braços, toda coberta de pó, pálida e trêmula, perguntando-lhe insistentemente se não era chegado o fim do mundo. O diálogo prossegue: ela lhe pede água; “disselhe que não devia a essa altura pensar em matar a sede mas sim em salvar a vida, pois a casa come-

çava a desabar sobre nossas cabeças”. A história prossegue em lances, para nós, hoje, cinematográficos: “...naquele instante caiu uma enorme pedra de uma

parede oscilante que desfez ambas em pedaços, a ela e à criança”; e, com pragmatismo, conclui: “tenho de admitir que em qualquer outra ocasião um espetáculo tão lúgubre me teria afetado extremamente, mas o medo com que estava de eu próprio partilhar a mesma sorte e os vários incidentes do mesmo gênero que se apresentavam por todo o lado à minha volta eram demasiadamente chocantes para que eu me debruçasse unicamente sobre este caso”³⁵⁶: palavras 355 “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 91.

Pouco se sabe sobre o narrador, salvo que nasceu em Lisboa em 1729 e faleceu em 1788.

356 Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *idem, ibidem*, p. 165.

127

que não se encontram nas narrativas oficiais, que explodem no destino redivivo dos ritmos de vida hoje reencontrados nos documentos de época e que nos contam do absurdo e da obstinação de viver em meio à tragédia. Um homem que, à janela, vê duas pessoas serem enterradas sob as paredes da casa vizinha lamenta-se, em desespero: “vi minha mulher e filha, que tinham corrido para a rua ao primeiro abalo, mor-rerem esmagadas... apressei-me, imediatamente, para o local com o desejo terno de as ajudar. Mas, ai de mim! Era demasiado tarde!”.³⁵⁷

A máquina geológica que pusera em funcionamento o sismo apa-vorava os moradores, impotentes diante das convulsões da natureza.

As perdas humanas foram incontáveis, e feridos arrastavam suas dores sobre os destroços da cidade, chaga aberta com as entranhas expostas: Seria uma tentativa vã procurar descrever as inúmeras misérias e terrí-

veis aflições de todo o tipo ocasionadas por esta horrível calamidade, bem como os efeitos chocantes que teve nos espíritos de toda a gente.

Foram infinitos os números de pobres pessoas com membros partidos que tiveram de ser abandonadas, mesmo por aquelas que mais as amavam, e deixadas à miserável tortura de ser queimadas vivas. Mulheres grávidas deram à luz em campos amplos e praças, entre gemidos e gritos de multidões tiritantes... muitas pessoas desamparadas morreram queimadas, enquanto outras foram

transportadas às pressas de um lado para o outro com os membros partidos, para cujo tratamento não tinham podido obter nenhuma assistência, e todos perturbados por terrores ou cedendo à angústia do desespero. Nesse local e no meio destas aflições, uma pobre senhora deu à luz a gêmeos; os que se encontravam à sua volta fizeram o possível para ajudar, até conseguirem encontrar meios de fugir, como me foi dito por um que continuou por lá por três dias.³⁵⁸

Nas ruas, em meio aos escombros da terra que fermentara e cujas aberturas mergulhavam nas profundezas do solo, jaziam inúmeros mortos. Entre os mortos, os semimortos, “tão feridos e magoados” que

“nem sequer se podiam mexer para se ajudarem a si próprios e aos outros... só desejava que o meu fim chegasse de imediato e que não fi-³⁵⁷ Idem, ibidem, p. 237.

³⁵⁸ “Um relato dos horríveis terremoto e incêndio que destruíram recentemente a cidade de Lisboa...

Numa carta de um mercador ali residente ao seu amigo em Inglaterra”. In: idem, ibidem, p. 53.

128

casasse com as pernas e braços partidos, caso em que nada mais poderia esperar do que ficar ali arrastando o sofrimento com aqueles pobres e infelizes desgraçados, sem receber o mínimo socorro de ninguém”.³⁵⁹

Na porta das igrejas, frades arrumavam cadáveres em pirâmides.

Alguns feridos ficavam ao sabor das chamas até serem retirados por uma alma caridosa, enquanto os sobreviventes caminhavam sob uma chuva fina de cinzas. Os arreios de mulas, à solta, funcionavam como rastilhos levando as labaredas ao dorso dos animais que galopavam cheios de pânico e dor. Ardiam, também, os embrulhos daqueles que tinham conseguido salvar alguma coisa de suas casas. Os queimados,

“gritando na mais terrível agonia”, imploravam desesperadamente por água, que não havia.³⁶⁰ Alguns se defendiam da sede e do ressecamento da boca chupando “balas de chumbo”, distribuídas pelos soldados.³⁶¹

Lisboa ruiu cedo, pela manhã. Muitos ainda se vestiam. O acidental, o inesperado, o aleatório da situação deixou vários sobreviventes de calças curtas: “O fato de estar despido nessa altura será sempre por mim encarado como uma especial proteção divina, pois se me tivesse vestido para tomar o pequeno almoço com um amigo, como tencionava fazer quando saí da cama, teria muito provavelmente fugido para a rua no início do abalo, como o fizeram as restantes pessoas que estavam no prédio, e teria, portanto, ficado com o cérebro esmagado como todos ficaram. Contudo, o perigo iminente em que me encontrava não me impediu de considerar que o meu vestuário, naquele momento, apenas de robe e pantufas, me tornaria quase impossível galgar as ruínas... ainda tive suficiente presença de espírito para calçar um par de sapatos e vestir um fato, o primeiro que me veio à mão (que foi tudo o que sal-vei)...”³⁶², exclamava o comerciante inglês. O mesmo se pode dizer de um cirurgião, seu patrício, que, vagando pelo Rossio, vestia apenas uma camisa, uma capa e um par de chinelos. Uniforme dos estrangeiros sobreviventes, chinelos e robe de chambre, foi também o guarda-roupa que restou aos companheiros de Ratton, os senhores Gendron e 359 Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: idem, ibidem, p. 165.

360 “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: idem, ibidem, p. 103.

361 *Tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur, op. cit., p. 16.*

362 Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit., p. 165.*

129

Reycend, cobrindo-os por alguns dias.³⁶³ “Cavalheiros vestiam-se como camponeses, senhores como criados, eclesiásticos como seculares, seculares como frades; mulheres vestiam-se como homens, senhoras vestiam-se como freiras e freiras como senhoras; todos procuravam cobrir sua nudez. O que noutros tempos era motivo de carnaval, de riso e de alegria, nesta ocorrência serviu de aflição, de aviltamento e de pranto”, descrevia um observador.³⁶⁴

Grandes quantidades de baixelas e joias que decoravam igrejas foram destruídas; particularmente na de São Paulo, uma grande cruz de diamantes num baú de

pórfiro, de valor inestimável. Muitas senhoras ficaram reduzidas a um saiote e capa, dando-se por felizes, umas em se abrigarem nos navios, e outras por se encontrarem em jardins ou no chão. E, embora pareça estranho, não é menos verídico que, devido ao terror, o cabelo da tua cunhada, de um bonito ruivo, tornou-se completamente grisalho³⁶⁵,

aduzia James O'Hara, filho ilegítimo do barão Tirawley, embaixador em Lisboa de 1728 a 1741. A promiscuidade dos corpos, a difícil separação da vida privada com a vida pública expunham-se, literalmente, até a ponta dos cabelos.

Um sobrevivente conta sobre as cenas de terror que, segundo ele, excediam qualquer descrição. O ar rasgado por gritos e gemidos daqueles que lamentavam seus mortos ou a perda de seus bens: “Quase não se podia dar um passo sem pisar um morto ou um moribundo”. Corpos mutilados pelos cães estendiam-se ao lado de outros, “assados” e queimados. Coches, cavaleiros e cavalos, num abraço mortal, espalhavam-se pelo que sobrara das ruas. Mães com filhos nos braços, damas ricamente vestidas, padres, frades, senhores, artesãos entrelaçavam as mãos na dança da morte, alguns com pedras em cima dos peitos, outros enterrados nos entulhos; alguns gritando, em vão, por socorro aos transeuntes:

363 *O livro e a leitura em Portugal, op. cit.*, p. 245.

364 Arquivo Secreto do Vaticano – Nunciatura de Portugal, vol. 110 e 111. Apud padre José de Castro.

O cordial nacional. Lisboa: Divisão de Publicações; Agência Geral das Colónias, 1943, pp. 216-217.

365 Carta de James O'Hara, Lisboa, 12 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 223.

130

um jovem... seguia numa rua perto da porta principal de uma igreja paroquial quando deu o primeiro abalo, tendo ficado com ambas as pernas partidas pela queda de uma enorme pedra. Nesse estado lamentável ficou estendido largo tempo, pedindo aos transeuntes apavorados que tivessem um pouco de piedade. Finalmente, um português com bom coração, impressionado com os seus gritos, levantou-o nos seus braços e levou-o para dentro da igreja, pensando que seria

um sítio mais seguro do que o ar livre. Nesse momento o segundo abalo bloqueou completamente a porta, o corpo da igreja começou em breve a arder totalmente e o rapaz e seu generoso benfeitor foram aí queimados vivos, bem como outros desgraçados que pensaram ali ter encontrado abrigo seguro.³⁶⁶

Na história do terremoto, os quadros de horror transbordam dos documentos. As cenas macabras irrompem no cenário da descrição histórica, sem lhe dar sossego. Com as narrativas do desastre ocorre uma invasão, uma entrada brusca e inesperada de imagens das quais se des-prende a precariedade e, ao mesmo tempo, a força dos que ficaram depois que a terra se fechou sobre os vivos. Viver e morrer foram verbos que, então, se conjugavam sem descanso aos olhos dos cronistas e que o historiador tenta acompanhar. Sob as palavras do relato gira o caleidoscópio do medo, da dor e da descoberta da morte. Morte com o seu cortejo de sinais, pois os que procuravam seus entes queridos tinham que enfrentar “restos pútridos, partidos e dispersos”, bem como “o mau cheiro de cadáveres, de tal maneira insuportável... e um cheiro tão nau-seabundo que as pessoas começavam a temer infeções”.³⁶⁷ Viveu-se o horror da morte para concluir cartesianamente como G. Rapin, depois de ver expirar, ao pé de um limoeiro chamuscado, sua adorada esposa:

“E penso ouvir o leitor filósofo a dizer-me que o sábio deve chorar, porque ele é homem; mas, também, que deve enxugar suas lágrimas, pois é racional”.³⁶⁸

Das ruínas não escapavam apenas gritos e feridos. Escapavam também malfeitores.

366 Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *ibidem*, *ibidem*, p. 185.

367 *Idem*, *ibidem*, p. 187.

368 *Tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur, op. cit.*, p. 14.

Para cúmulo da desgraça, a enorme malta de criminosos! Estrangeiros fugidos de suas pátrias e condenados das cadeias públicas e das galés, em liberdade e sem temor da ira divina e ainda menos da justiça humana. Todos ao saque de uma praça inimiga, tomada de assalto a ferro e fogo [...] escancarados os templos, as

sacristias, os palácios e as casas.

Incendiaram portas, forçaram casas, abriram cofres, cheios de dinheiro, de prata, de ouro e de pedras preciosas.³⁶⁹

Durante três dias, enquanto a cidade queimava, a rapina e o assassinio foram frequentes. Os sacrilégios também, uma vez que “os insolentes temerários” não faziam cerimônia em roubar as ricas sacristias dos templos lisboetas.³⁷⁰ Chusmas de bandidos roubavam e estuproavam quem cruzasse seu caminho. Desertores espanhóis percorriam o que sobrara das casas, arrancando das pedras e paus o que servisse para vender.³⁷¹ Os famintos ameaçavam atacar os que porventura tivessem qualquer alimento, de forma que esses eram sempre consumidos às escondidas. O rumor de assaltos e roubos em toda a parte criava um clima de total insegurança entre os sobreviventes. Os relatos dão conta da revolta dos moradores:

Mas o que lhe poderá parecer incrível — conta em carta um inglês

— foi o fato, menos público e notório, de que uma quadrilha de bandidos endurecidos que estavam presos e fugiram da prisão, quando as paredes desabaram com o primeiro abalo, ocuparam-se ativamente a deitar fogo àqueles edifícios que tinham alguma hipótese de escapar à destruição geral. Não posso conceber o que os levou a atuar de maneira tão diabólica, exceto quererem aumentar o horror e a confusão para assim melhor terem oportunidade de saquear em segurança. Mas não havia necessidade de se darem esse trabalho porque poderiam muito bem tê-lo feito na mesma, visto a cidade inteira estar tão deserta antes do anoitecer que penso que nem viva alma lá ficou, exceto aqueles execráveis bandidos e outros de sua laia. É possível que alguns de entre eles tenham tido outros motivos para além de roubar. Como um, em particular, que estava preso ³⁶⁹ Pe. José de Castro, *op. cit.*, p. 215.

³⁷⁰ José de Oliveira Trovão e Souza. *Carta em que um amigo dá notícia a outro do lamentável sucesso de Lisboa*. Coimbra: Oficina de Luís Seco Ferreira, 1755, p. 12.

³⁷¹ “Carta do Ilmo. Sr. Abraham Castres”. In: *O terremoto de 1755*, *op. cit.*, p. 77.

(dizem que era mouro) e que tinha sido condenado às galés. Confessou, quando já na forca, ter deitado fogo ao palácio do rei com suas próprias mãos e, ao mesmo tempo, vangloriou-se do ato, exclamando, ao dar o último suspiro, que gostaria de ter queimado toda a família real.³⁷²

Forma inerente ao sistema urbano, o bandido, o ladrão e o assassino eram uma das preocupações dos governantes modernos. Eles significavam a contradição, por excelência, de uma coletividade laboriosa, fiel, submissa e receptiva às ordens vindas do alto. Coletividade que deveria ser o espelho da Corte nas monarquias centralizadas, nas quais o rei era o único a poder gozar do monopólio da violência. Ordens de prisão aos “patifes” e bandidos foram imediatamente expedidas às for-

ças da ordem, e seus consequentes desdobramentos transbordam, eles também, das narrativas de época:

Mal o tremor tinha cessado, um bando de patifes sem remorso começou a pilhar as casas que estavam desertas, pois os habitantes fugiram não sabiam eles para onde, com receio de que os edifícios caíssem sobre suas cabeças; tão cedo quanto possível, guardas adequados receberam ordens para capturar saqueadores e disparar contra eles em caso de resistência. Aconteceu ir eu passar na altura em que os oficiais estavam a entrar numa casa para capturar um bando que ali roubava tudo aquilo a que podia deitar a mão; os ladrões ficaram alarmados com a aproxima-

ção dos oficiais e um deles, vindo à janela do quarto, exibiu uma espécie de bacamarte, praguejou violentamente que a primeira pessoa que se atrevesse a entrar era um homem morto nesse momento.

Houve troca de agressões em que um oficial foi fuzilado e outro gravemente ferido no peito. Com dificuldade, o bandido foi feito prisioneiro, seu comparsa, então escondido “debaixo de uma grande mesa”, encontrado e ambos sumariamente executados.³⁷³ Registraram-se casos em que os assaltantes foram encontrados com os bolsos cheios de dedos e orelhas decepados, guarnecidos de anéis ou brincos de brilhantes, arrancados aos moribundos.³⁷⁴ A punição sumária, num mundo em ruí-

372 Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: idem, ibidem, p. 181.

373 “Um relato minucioso do recente e horrível terremoto”. In: idem, ibidem, p.

374 Isabel Maria Barreira de Campos. *O grande terremoto: 1755*. Lisboa: Parceria, 1998, p. 196.

nas, colocava-se a serviço da defesa da normalização social e moral, constituindo-se na arma mais fina de controle sobre os comportamentos considerados desreguladores. Tais situações só foram contrabalançadas pela ação de heróis como um oficial subalterno que permaneceu, três dias e três noites, frente à Casa da Moeda. De baioneta em riste e com uma assombrosa intrepidez, desafiava os que, porventura, aí quisessem entrar.

Segundo folhetos que circularam contando a peripécia, “ninguém o in-cumbira de semelhante encargo, mas tal coragem demonstrou que impediu inúmeros bandidos de lançarem fogo à Casa da Moeda, pelo que, gra-

ças a esse feito, pôde ser salvo, ainda, o que nela se encontrava. Daí, logo o rei o promoveu a coronel e lhe fixou uma pensão considerável”.³⁷⁵

Se houve os maus, houve, como se viu, os bons. A solidariedade era uma maneira de reconstituir as teias de relação que antes davam sentido à cidade. Das ruas que serpenteavam, cortando as colinas de Lisboa, no Rossio ou no Terreiro do Paço, das vielas apertadas onde os comerciantes expunham seus artigos, das igrejas onde se reuniam frades e devotos pouco restara. Mas os conhecidos lá estavam e, sobreviventes que eram, ajudavam-se mutuamente. A caridade cristã, praticada por católicos ou protestantes, a assistência ao próximo por motivos de benemerência ou fé, multiplicavam os poucos socorros com que a população lisboeta se viu atendida nas primeiras horas do sinistro. A nobreza, se bem que combalida, segundo alguns testemunhos, tinha mais recursos do que “as criaturas mais miseráveis da classe mais baixa dos súditos de Sua Majestade” que se espalhavam pelos jardins das casas patrícias ainda de pé, em busca de guarida e comida.³⁷⁶ “Ajudei-os a todos até agora e continuarei a fazê-lo enquanto as provisões não nos falharem”, afirmava um comerciante.³⁷⁷ Feridos recebiam cuidados daqueles que os reconheciam, por terem convivido com seus familiares, e empoeira-dos pedaços de pão ou suculentas fatias de melancia constituíam-se em repastos nos quais as pessoas compartiam, mais do que alimentos, a alegria de terem sobrevivido e a apreensão pelo que estava por

vir.³⁷⁸ As exclamações de júbilo ao reencontrar amigos, tidos por mortos, pontuam vários dos relatos carregados de sincera emoção: “surpreendido ³⁷⁵ Idem, *ibidem*.

³⁷⁶ “Carta do Ilmo. Sr. Abraham Castres”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 75.

³⁷⁷ Idem, *ibidem*.

³⁷⁸ “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: idem, *ibidem*, p. 105.

134

por ouvir a voz de quem julgava morto ou moribundo, como havia sido informado no dia precedente, bradou na maior surpresa para avisarem a seu pai e seu irmão e veio ter comigo a correr... Receberam-me da maneira mais afetuosa possível, o que me encheu de muita alegria por me encontrar alvo de tanta atenção...”.³⁷⁹

O enviado britânico, conde de Drumlanrig, em férias na cidade, para recuperar a saúde, foi salvo por um pobre relojoeiro português que o carregou nas costas prometendo-lhe solenemente “que iriam viver ou morrer juntos”.³⁸⁰ “A nobreza do coração de sua senhoria” e, sem dúvida, o alívio de ter escapado com vida fizeram-no distribuir óbolos a mancheias. O auxílio ou a solidariedade nascida da preocupação de ajudar o próximo faziam com que muitos pensassem como um jovem que, ao ver-se livre do perigo de morrer queimado, se encontrou imobilizado por inúmeras fraturas: “eu tinha desistido de todas as ideias de auxílio; isto (a ajuda que recebeu) levantou-me o ânimo a um tal grau que agora, pela primeira vez, não obstante a grande dor em que me encontrava, comecei a alimentar uma esperança de que era ainda possível viver”.

Há testemunhos de maridos que voltam, “arrastando-se”, às suas casas, para resgatar mulher e filhos, e os encontram entre os escombros, inclusive um pequenino, enterrado até à cabeça nas ruínas, dizendo-lhes que “havia caído na poeira”: “Tiramo-lo ferido nas pernas, o seu corpo e a cara magoados, mas com todos os ossos inteiros, graças a Deus!”.³⁸¹ Ou o patrão que encontra, pelos gemidos, os seus empregados:

... ouvi uma voz triste, de qualquer parte do pátio por baixo de mim, gemendo e

chamando por socorro com pausas de permeio, pelo menos uma dúzia de vezes, até que o tremer da casa e o cair das pedras permitissem que procurasse oferecer o meu auxílio, o que fiz assim que tive uma oportunidade e descobri que a pessoa em aflição era nossa própria governanta, que tinha tentado fugir da casa logo do primeiro abalo.³⁸²

379 Idem, ibidem, p. 111.

380 “Carta de James O’Hara”, Lisboa, 12 nov. 1755. In: idem, ibidem, p. 223.

381 “Carta genuína ao Sr. Joseph Fowke, do seu irmão perto de Lisboa, datada de novembro de 1755, na qual é feita uma descrição minuciosa e impressionante do recente terremoto”. In: *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos, op. cit.*, p. 135.

382 “Um relato dos horríveis terremotos e incêndios que destruíram recentemente a cidade de Lisboa... Numa carta de um mercador ali residente ao seu amigo em Inglaterra”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 43.

135

Pais encontravam seus filhos pequenos nos braços de desconhecidos ou de vizinhos. Havia os que descobriam os seus “miúdos” por milagre. Um ex-voto pintado, oferecido por Leonardo Rodrigues a Nossa Senhora da Estrela, explicava nas margens que apenas a intercessão da poderosa Virgem permitira que se achasse, depois de sete horas sob os escombros, sua filhinha, de apenas três anos.³⁸³ A apreensão com o destino de aprendizes, escravos e empregados era uma constante, pois, como já dissemos anteriormente, relações quase que familiares costuravam o dia a dia entre os que mandavam e os que obedeciam.

Não foi à toa que, em meio ao caos, o comerciante ponderou sobre seus dois jovens caixeiros: “ao mesmo tempo, apercebo-me de uma lágrima de preocupação a espreitar neles — que o céu guarde meus dois rapazes; espero que vivam e sejam tão bem servidos por outros como me servem a mim”³⁸⁴. O alívio de ter escapado à morte fazia dos sobreviventes homens e mulheres melhores, mães e pais devotados, amigos e patrões solidários. As estratégias de confiança e de responsabilidade se acentuavam, valorizando os laços tantas vezes puídos no desgaste e na tensão que atravessava as relações cotidianas. É como se todos tivessem compreendido que o auxílio mútuo era o mecanismo básico de sobrevivência de cada um, mas, sobretudo, da coletividade.

No avesso dessas histórias de amor familiar, existiram, contudo,

“pais que deixavam os filhos, estes os pais, os irmãos às irmãs, os maridos às mulheres”³⁸⁵, gerando os angustiados versos “Pelas ruas, pelos cantos *Se conhecem também entre os espantos* as fomes, desnudez, impiedades / desarranjos, viuvezes, orfandades”.³⁸⁶ Houve os que se encontraram com um grito preso na garganta, os nomes dissolvendo-se

“na boca, tão logo aí começavam a se formar”.³⁸⁷ Momentos de desen-³⁸³ Informação extraída de Bernard Vincent. “Les tremblements de terre en Espagne et au Portugal”. In: B. Benassar (org.). *Les catastrophes naturelles dans l’Europe médiévale et moderne*.

Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1996, pp. 77-94, em citação p. 90.

³⁸⁴ “Carta genuína ao Sr. Joseph Fowke, do seu irmão perto de Lisboa, datada de novembro de 1755, na qual é feita uma descrição minuciosa e impressionante do recente terremoto”. In: *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos*, op. cit., p. 139.

³⁸⁵ José de Oliveira Trovão e Souza, op. cit. , p. 3.

³⁸⁶ Antonio da Silva Figueiredo. *Descrição antilógica físico-moral do Terremoto e lamentável estrago de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1756, p. 23.

³⁸⁷ “Supplément aux réflexions sur le désastre de Lisbonne, avec un journal des phénomènes”. In: *Lettres sur Lisbonne*, op. cit., p. 7.

136

contros registrados por todos os observadores, momentos de desfibramento dos laços afetivos ou familiares, deixaram registros em todas as línguas: “*ali el padre, depuesto el paternal amor, desamparaba al hijo que via falecer; acá el marido que via a sua amada esposa agonizando entre ruínas, huía de ella por no imitar-la en la desventura; ali el querido hijo aban-donaba a el padre que, submergido entre cascotes y ripios hecho un Lázaro, clamaba*”.³⁸⁸ Horror tão formidável, dizia uma testemunha, não se pinta ou descreve, só se sente. Como pode haver termos próprios para exprimir a desumana impiedade com que os pais deixavam os filhos, os amigos aos amigos, os maridos às mulheres para

serem sepultados vivos debaixo dos edifícios que se precipitavam? Surdos a tantos ais, respondiam com a fuga.³⁸⁹ O historiador não dá conta da dor que secretam os documentos. São relatos aterrorizados do fato histórico mais surpreendente: aquele que não é provocado pelo homem, mas que o revela em toda a sua bestialidade. A catástrofe multiplicou seus sentimentos e reações, obrigando-o a ser outro, diferente daquele que jamais sonhara ou quisera ser.

“O Eterno não estava no terremoto”

Nas minuciosas anotações dos comerciantes ingleses, a ajuda vem diretamente do rei. A atitude do monarca impressionou vivamente, também, a pluma dos observadores germânicos: um deles dedicou-lhe um pequeno poema em que dizia: “mas acolheu-os, com compaixão, Deus e o fiel desvelo de seu soberano; este chamou de braços abertos, vinde meus filhos, vinde até mim! Vinde, que vós tanto haveis padecido, eu vos recebo com lágrimas minhas, e onde eu estiver aí vós estareis”. A historiadora Isabel Barreira de Campos³⁹⁰ analisou dezenas de opúsculos escritos por autores estrangeiros em que a coragem e a determinação de D. José são consagradas. A impressão causada por sua atua-

ção, diz ela, “num jeito de amar e servir”, e que se reflete nesses folhe-³⁸⁸ *Breve compendio de las innumerables lamentables ruinas y lastimosos estragos que à la violencia y conju-ración de todos quatro elementos experimentó la Gran Ciudad y Corte de Lisboa...*, *op. cit.*, p. 1v.

³⁸⁹ José de Oliveira Trovão e Souza, *op. cit.* , p. 3.

³⁹⁰ Isabel Maria Barreira de Campos, *op. cit.*

137

tos, é, aliás, tanto mais compreensível quanto, à época, o bem-estar geral da população dos pequenos Estados germânicos ocupava uma modesta parcela na preocupação dos seus governantes. Os franceses não hesitaram, igualmente, em louvar o “herói sensível, generoso e humano”, em contraste com outros monarcas europeus, cujos ouvidos seguiam surdos às dores dos seus súditos.

Na documentação examinada, a figura que, hoje, a historiografia associa ao terremoto, ou seja, o futuro marquês de Pombal, pouco aparece no comando da situação. Figura cuja visibilidade, frente aos moradores de Lisboa, ainda não era tão forte, ele só é mencionado por Abraham Castres, diplomata, que atribuiu ao

“senhor Carvalho” a eficiente distribuição de alimentos na cidade sinistrada. Sobre esse personagem, jogaremos mais luz no próximo capítulo, embora valha a pena lembrar que o historiador Borges de Macedo³⁹¹, ecoando o testemunho acima, discorda da valorização excessiva, se não mesmo quase exclusiva, do marquês de Pombal em detrimento do papel do meio, da engrenagem administrativa e da sociedade portuguesa no decorrer da catástrofe. No mais, as anotações referem-se à rapidez com que Sua Majestade, o rei, mandou chamar suas tropas das guarnições de Cascais, Peniche, Setúbal e Alentejo, “à chegada das quais a ordem foi restaurada e os talheiros e padeiros foram dispersos para abastecer as pessoas [...]

a gente do povo foi imediatamente forçada pelos soldados, de espadas desembainhadas, a enterrar os cadáveres, tendo-se o mau cheiro tornado tão fétido que se temiam más consequências. Os juízes foram igualmente distribuídos por diferentes partes da cidade, com ordens para executar no local todos os que fossem julgados de assassinio e roubo

[...] havia acima de 80 corpos pendurados em forcas por todo o lado da cidade”.³⁹² Tais forcas tinham função exemplar: espalhadas às principais portas de Lisboa, nelas apodreciam os corpos dos condenados. Mas, diante de ordens tão sumárias, houve alguns equívocos.

Empregados enviados por seus patrões para recuperar bens misturados aos destroços foram confundidos com meliantes. Foi o caso do

“doméstico do capitão da Guarda, preso com a prataria e outros objetos ³⁹¹ Ver o seu *A situação econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989; especialmente o capí-

tulo I, “O marquês de Pombal e seus historiadores”, p. 39 e passim.

³⁹² “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 121.

138

que retirara do local indicado por seu mestre; ele gritou contra a injustiça e foi supliciado. O oficial prestou queixa, seus bens foram devolvi-dos, o juiz ouviu uma reprimenda”, mas, conclui um desolado observador, “o empregado não ressuscitou!”³⁹³

O monarca agiu: mandou socorrer toda a gente que estava no Terreiro do Paço, rodeada por escombros e fogo, fazendo-as transportar em embarcações até Belém. Deu ordens para que fossem mortas as feras que se encontravam no Pátio dos Bichos — leões, ursos, leopardos e tigres —, com receio de que se soltassem e causassem maior aflição. Determinou que se despejasse o vasto picadeiro de Belém e que nele se recolhessem os feridos, os aleijados e os desamparados, fornecendo-lhes camas, roupas e vários gêneros, mandando, ainda, dar “ração a todos que concorriam às portas de sua Ucharia, e estas rações eram de parcimônia e de comer rústico”, e nada delicadas como “arroz e bacalhau”, informam as anônimas *Memórias do Reinado del Rei D. José*.³⁹⁴ Outros comentaristas descrevem as milícias limpando as ruas, a isenção da dízima, siza e demais tributos sobre o bacalhau, o peixe fresco vendido desde o cais de Belém ao de Santarém e outras provisões como o arroz, o trigo e a manteiga, fartamente distribuídos pelos ingleses, ou dão detalhes mais finos sobre a ordem que se tentava estabelecer, depois do desastre.³⁹⁵ Quanto aos víveres que “salaios e pessoas dos termos” conduziam para a cidade, a distribuição era feita nas duas praças e no Rossio.³⁹⁶

Ao quarto dia, o rei deu ordens para que fossem colocados soldados em todas as vias transitáveis da cidade para impedir pessoas de roubar as casas desertas, e deram-se ordens para permitir aos donos das casas salvarem o que pudessem; e ao sair, cada um era examinado e revistado rigorosamente: cavalaria e dragões foram colocados nas estradas a fim de parar alguém que parecesse disposto a fugir para as regiões vizinhas, particularmente trabalhadores e artífices... foram dadas ³⁹³ *Tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur, op. cit., p. 28.*

³⁹⁴ “Manuscrito anônimo da livraria do conde de Arrochela: ‘Memórias del rei D. José’”. In: Caetano Beirão, *op. cit.* p. 24.

³⁹⁵ “Carta genuína ao Sr. Joseph Fowke, do seu irmão perto de Lisboa, datada de novembro de 1755, na qual é feita uma descrição minuciosa e impressionante do recente terremoto”. In: *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos, op. cit., p. 141.*

³⁹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* , vol. 6, p. 28.

ordens para pôr todos os moinhos a trabalhar, mandou-se abrir novos açougues, sendo enviados bois e ovelhas de todas as partes do país. Os navios foram detidos até ser feita uma busca rigorosa e os capitães jurarem não ter recebido mercadorias que não as pertencentes aos mercadores ou proprietários.³⁹⁷

No momento do terremoto, D. José e sua família estavam no

“campo real” de Belém, quinta que seu pai adquirira em 1726 do conde de Aveiras. Naquela zona, o sismo não teve maiores desdobramentos. Segundo um testemunho inglês, uma pedra teria roçado o pesco-

ço da rainha quando ela vinha a descer as escadas, mas ninguém ficara ferido.³⁹⁸ Passaram o dia do terremoto dentro de carroças e os subsequentes em tendas ou numa parte escorada do palácio.³⁹⁹ Anos mais tarde um viajante estrangeiro diria que o horror do terremoto tinha afetado tão profundamente D. José que este preferia viver nas ditas tendas pelo receio de ficar soterrado em edifícios de pedra.⁴⁰⁰ Sobre o dia do sismo, um cronista relatou que o monarca deixara atropelada-mente o palácio, “pedindo a vozes misericórdia, abjurando seu domí-

nio, confessando-se sua humildade e fugiu para um monte próximo”.⁴⁰¹ Essa fuga ou desabalada corrida teria ocorrido depois que D.

José fez trazer um missionário do convento de São Francisco de Sobreira. O rei pediu-lhe um sermão, que ouviu, junto com a mulher e os demais membros da família, com a boca colada à terra, findo o qual se despojou de suas vestes, percorrendo, descalço, os caminhos à volta do palácio e tentando excitar “com seu exemplo os poucos que o notavam”.⁴⁰² Teria dito aos que os cercavam: “são vossos os meus bens, tal como é vosso o coração meu. Não é o povo que vive para mim

— o príncipe é que vive para seus povos”.⁴⁰³ Abandonada por seus lacaios, a família real fez jejum de 24 horas, uma vez que não havia alimentos. Segundo testemunhos, à vista de Lisboa completamente des-³⁹⁷ Carta anônima, Lisboa, 19 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 213.

³⁹⁸ “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: idem, ibidem, p. 121.

³⁹⁹ “Um relato minucioso do recente e horrível terremoto”. In: idem, ibidem, p.

243.

400 Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* , vol. 6, p. 28.

401 *Breve compendio de las innumerables lamentables ruinas y lastimosos estragos que à la violencia y conju-ración de todos quatro elementos experimentó la Gran Ciudad y Corte de Lisboa...* , *op. cit.*, p. 1.

402 Idem, *ibidem*, p. 1v.

403 Isabel Maria Barreira de Campos, *op. cit.* , p. 198.

140

truída e de seus habitantes em farrapos, D. José “teria feito correr uma torrente de lágrimas; seus soluços acompanhavam-se de queixumes, os mais lamentosos, de expressões as mais tocantes, encorajando, por piedosas exortações a todos que o escutavam, que se resignassem à vontade do Céu”.⁴⁰⁴ Na carta que enviou à sua irmã — a infanta Maria Bárbara, rainha de Espanha — confessava:

Estou possuído da mais viva dor; mas o que mais me constrange ao contemplar o espetáculo da minha capital devastada é a morte dos meus pobres súditos e a desolação daqueles que foram poupados a esta triste sorte, a quem procuro levar todo o auxílio que um tão horrível sucesso possa permitir.⁴⁰⁵

O fato de estar a salvo regozijava, contudo, os vassalos. O “infeliz príncipe” teria, doravante, que substituir o “doce governo de sua tranquila possessão para ocupar-se de calamidades extremas que esperavam dele socorros mais do que humanos... doloroso exercício para um bom rei, da porção que possui nas prerrogativas de sua divindade”.⁴⁰⁶ A julgar por alguns cronistas, não havia, entre os sobreviventes, quem não bendissem os Céus por sua conservação, uma vez que esse não faria outra coisa do que tentar bondosamente socorrer seus súditos!⁴⁰⁷

Sim. O socorro aos súditos era a obrigação mais forte no plano político.

Na tradição das fontes cristãs, a caridade com os pobres e oprimidos (a misericórdia) não era apenas objeto de práticas do bom cristão, mas, sobretudo, do bom rei. O não cumprimento desse princípio podia conduzir a pecado mortal, além de ser admitido por ser motivo de tutela jurídica. O atributo do rei

misericordioso era objeto das mais surpreendentes interpretações, informa-nos Ângela Barreto Xavier.⁴⁰⁸ Os pro-gressos portugueses na guerra de Sucessão de Espanha não foram debitados às muitas doações, obras pias e esmolas menores, feitas pelo 404 *Tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur, op. cit.*, p. 22.

405 Isabel Maria Barreira de Campos, *op. cit.* , p. 194.

406 *Supplément aux réflexions sur le désastre de Lisbonne, avec un journal des phénomènes*” In: *Lettres sur Lisbonne, op. cit.*, p. 10.

407 Idem, *ibidem*, p. 4.

408 Ângela Barreto Xavier & Antonio Manuel Hespanha. “As redes clientelares”. In: José Mattoso (dir.), *op. cit.*, pp. 388-389.

141

monarca? Por outro lado, D. José só tinha a consolidar seu poder, no imaginário popular, sobrepondo-o à imagem do rei que se adequava aos valores mais caros de seu povo. Não faltaram cronistas a consagra-

lo nesse papel: “El-Rei foi o primeiro que exercitou tal caridade...”⁴⁰⁹, informava o autor das *Memórias do Reinado*. “Seu povo não perdeu jamais de vista a ideia de que ele iria reparar tantas perdas, por assim dizer, irreparáveis”, acrescentava um sobrevivente francês.⁴¹⁰

No dia 4 de novembro, em correspondência com a rainha sua mãe, D. Mariana Vitória dava conta de detalhes do episódio: corri para fora com a maior dificuldade, pois mal conseguia ficar de pé, tamanho o meu pavor, (saí) pela escadaria árabe onde, certamente, sem a ajuda de Deus teria quebrado a cabeça ou as pernas... estava apavorada pois acreditava que minha última hora tinha chegado. O rei veio ter comigo mais tarde pois ele tinha fugido para outro lado. Minhas filhas ficaram no oratório e vieram, depois, nos encontrar... seus aposentos ficaram um pouco arruinados embora elas não tenham sofrido nada; depois disso estamos em tendas no jardim... Se Deus tiver piedade de nós, estamos salvos e que ele seja louvado mil vezes. Há desgraças terrí-

veis e a desolação é universal. Peço-lhe, muito humildemente, que reze a Deus para que continue a nos acordar misericórdia e nos preserve se essa for Sua vontade.⁴¹¹

No dia 11, a rainha voltava à carga sobre o temor de todos os moradores do palácio, que era de voltar a viver entre paredes tão abaladas; confirma estarem sob tendas vulneráveis ao frio da noite, refere-se ao “pavor medonho” de ter vivido outros sacolejos sísmicos e informa que retirara das ruínas e do fogo todo o seu dinheiro “graças a Deus; sem isso estaríamos numa grande miséria sem poder aliviar tantos infelizes que tudo perderam”.

No domingo, uma procissão à Nossa Senhora das Necessidades, a que todos os cortesãos compareceram humildemente a pé, confirmava a necessidade alucinada de segurança. A imagem de seu grande manto ⁴⁰⁹ “Manuscrito anônimo da livraria do conde de Arrochela: ‘Memórias del rei D. José’”. Apud Caetano Beirão, *op. cit.*, p. 20.

⁴¹⁰ *O livro e a leitura em Portugal, op. cit.*, p. 257.

⁴¹¹ Caetano Beirão. “O terremoto de 1755: novos documentos”, *op. cit.*, p. 25. A tradução é minha.

142

protetor acrescida das armas espirituais de praxe — escapulários, ora-

ções e penitências — sublinhava o temor de perecer no fatalismo e na insegurança: “Espero que ela interceda por nós, junto a seu Filho”, gemia a aterrada rainha.⁴¹²

D. Mariana Vitória certamente daria razão ao historiador Borges de Macedo. A seus olhos, a presença do rei, e não a de Carvalho e Melo, teria sido nevrálgica durante o cataclismo. Segundo ela, D. José cuida-ria da família (“o rei quer fazer construir um pequeno palácio de madeira perto de nossa casa de Belém”), mas, sobretudo, do povo: “Algumas pessoas recomendam ao rei de ir para Mafra, onde o palácio pouco sofreu, mas ele não quer, pois não julga correto distanciar-se tanto de Lisboa.” Panegíricos de época confirmam que ele “converteu a deliciosa simetria de seus jardins num largo hospital”, tirando os móveis preciosos dos aposentos reais para servir de leito aos doentes e ordenando aos seus oficiais que descessem para servir na cura de necessitados; “não querendo

Vossa Alteza que houvesse ali outro príncipe para servirem, se não o Cristo na pessoa daqueles miseráveis”. Com seus irmãos, como “príncipes pios” que eram, D. José percorria diariamente as ruas da cidade, ajudando a enterrar os mortos, consolando e ajudando os “maltratados das ruínas”. O gesto emblemático da caridade real veio no dia em que se despiu para vestir um maltrapilho: “tal como um Martinho, deixava a capa na mão dos pobres!”⁴¹³ Continuamente ocupado em ajudar seus desditosos súditos, encontrava-se, segundo um folheto de época, “fatigado em extremo”.⁴¹⁴ Era a imagem de um rei amigo e protetor de seu povo essa que vemos nascer dos documentos.

Enquanto isso, na América portuguesa, menos de um mês depois do fato, começou a correr o boato de que “El Rei, nosso senhor, cuidava em ir estabelecer-se no Brasil, na parte do Maranhão”. A fonte de tal

“disparate”? Um pobre frade. A notícia chegou por carta enviada de Viana por Manuel Teles da Silva ao “amigo e senhor de seu coração”, Sebastião José de Carvalho e Melo.⁴¹⁵ O dado certamente contaria, ⁴¹² Idem, *ibidem*.

⁴¹³ Sebastião Leite de Faria. *Panegírico ao Sereníssimo Senhor D. José, Inquisidor Geral destes Reinos e seus Domínios, no dia de sua augusta posse*. Lisboa: Oficina de Miguel Menescal da Costa, 1758.

⁴¹⁴ Isabel Maria Barreira de Campos, *op. cit.* , p. 196.

⁴¹⁵ Eugênio dos Santos. “O Brasil pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeiro”.

Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II série, vol. 8, pp. 75-108, 1991, destaque p. 87.

143

mais à frente, para o saldo negativo que a ordem dos jesuítas teria nas suas contas com Pombal.

E o restante da família real, onde estava? Como escapou da catástrofe? São as *Memórias do Reinado* ⁴¹⁶ que respondem: os irmãos bastar-dos de D. José, os infantes D. Antonio e D. Manoel, conhecidos como os Meninos de Palhavã, e maldosamente apelidados de São Crispim e Cris-piano pelo conde de São Lourenço, estavam na Corte. O primeiro, ainda na cama quando tudo começou,

“e com muito custo conseguiu fugir para o mar”; D. Manoel no Palácio das Necessidades, mas não “teve ruí-

na”. Ambos “fugiram e meteram-se em um barco, ao mesmo tempo veio um mar furioso e os inundou de água que milagrosamente escaparam!” O outro meio-irmão do rei, o patriarca D. Gaspar, que se encontrava enfermo no palácio junto à igreja de São Roque, foi colocado pelos criados em “uma cadeirinha portátil e apenas saiu de seu quarto... todo o palácio abateu.” Morreram-lhe cinco capelães e alguns servidores.⁴¹⁷

Entre os funcionários próximos, Diogo de Mendonça Corte-Real, assustado com o terremoto, não apareceu a el-rei por algum tempo, o que, segundo Ratton em suas *Memórias*, diminuiu seu valimento. O desembargador do Paço, Antonio da Costa Freire, administrador da Alfândega e valido do rei, com grande influência nos negócios, fugiu para Santarém, abandonando seu senhor; “foi mandado ali ficar até morrer, para não ter mais sustos”. Carvalho e Melo apresentou-se desde as primeiras horas em Belém.⁴¹⁸

Signos invisíveis de pecado

Sete minutos. Os mais longos da vida de muitos que sobreviveram, mas sete minutos do primeiro abalo, seguido de fortes vibrações, à calma que sobrevém às tempestades. A precisão na cronometragem desses horrendos segundos veio dos relógios britânicos que tinham inaugurado, em 1676, o Observatório de Greenwich, espécie de gigan-⁴¹⁶ Caetano Beirão, *op. cit.*, p. 23.

⁴¹⁷ Ver as informações sobre os “Os meninos de Palhavã” em “D. João V e seus amores”. *Arquivo Nacional*, ano III, Livro IV, 154, pp. 1620-1621, 21 dez. 1934.

⁴¹⁸ Jacome Ratton, *op. cit.*, p. 183.

144

tesco relógio lunar capaz de dar as horas das capitais europeias. Depois desses fatídicos sete minutos, impunha-se pôr ordem em meio ao caos.

Nesse mesmo dia, o rei foi aconselhado por D. Pedro de Almeida, marquês de Alorna, a “enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos”. Foi porém o secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, quem, na medida do possível, orientou a rápida intervenção realizada pela coroa. A historiografia é

quase unânime em atribuir-lhe os louros quanto às enérgicas providências postas em execução para reconstruir a cidade e atender às carências da população.⁴¹⁹

Segundo Veríssimo Serrão, a Belém compareceram o ministro e altos dignitários e membros dos Conselhos, a fim de receberem instru-

ções do monarca. Ainda no “fragor da geral calamidade”, o secretário de Estado pedia à Câmara de Lisboa para utilizar os meios em gentes e dinheiro que a coroa punha à sua disposição, e informava que as tropas de artilharia estavam prontas a executar quaisquer tarefas de socorro.

Logo chegaram mantimentos a distribuir pelos 12 bairros da cidade de acordo com a necessidade geral. Chamaram-se pessoas válidas para desobstruir as ruas e cuidar dos mortos, evitando mal maior: uma epidemia ou “antes que sua corrupção em toda a cidade produza outra calamidade igual à que pela misericórdia divina parece estar suspensa”.⁴²⁰

No dia 2 de novembro, Carvalho e Melo consultou o cardeal-patriarca sobre o destino a dar aos corpos que jaziam nas vias públicas, decidindo-se que seriam atados a pedras e jogados ao mar. Sabedores da característica religiosidade do povo lisboeta, podemos avaliar a dificuldade dessa terrível decisão que privava os vivos dos habituais rituais de luto em torno de seus mortos. É sabido por historiadores que a morte, e todas as atitudes que a cercam, é a grande reveladora das atitudes coletivas de uma cultura. Ora, nessa sociedade, explica Ana Cristina Araújo, atravessada por sinais desmedidos de tensão escatológica, a “arte de bem morrer”, assim como o tempo sagrado de ritos que pacificavam e encomendavam os defuntos, era uma das marcas relevantes. A ruptura com as práticas e os gestos tradicionais referidos aos mortos, em função ⁴¹⁹ Ver as observações de Joaquim Veríssimo Serrão sobre o terremoto. In: idem, *ibidem*, p. 27 e *passim*. O autor recomenda para uma visão de conjunto da atuação governativa de Pombal, o catálogo da *Exposição iconográfica e bibliográfica comemorativa da reconstrução da cidade depois do terremoto de 1755*. Lisboa: Câmara Municipal, 1955.

⁴²⁰ Aviso circular de 2 nov. 1755. In: J. V. Serrão, *op. cit.*, p. 28.

das medidas de urgência tomadas para o enterro da maioria, os privaria do que a autora chama de a memória da morte: a ostentação do cadáver com a opa da

irmandade, as aventuras do corpo no esquife entre o domicílio, a passagem pela Santa Casa de Misericórdia até a chegada ao cemitério, a participação de confrarias e ordens mendicantes entoando, ao som de campainhas, cânticos e ladainhas, no cortejo público...

Enfim, todo o ritual que lhe garantiria um bom passamento.⁴²¹

Para a maior parte da população, esse arsenal de comportamentos propiciatórios foi quebrado pela chegada da morte abrupta e a certeza do fim dos tempos, sentimento de perda que se agravava com o enterro inusitado nas profundezas do mar. Para comandar essas providências, José Seabra da Silva, desembargador da Casa de Suplicação, foi nomeado superintendente dos transportes. Coube ao duque de Lafões a jurisdição em matéria de desentulhos e segurança das ruas e edifícios.

O Senado convocou a Casa dos Vinte e Quatro para os vários mesteres concorrerem nas “obras de misericórdia e de indispensável necessidade pública”, dando sepultura aos mortos que escapavam de ser dados de comer aos peixes e preservando os vivos do contágio de que se viam ameaçados.

Os moradores que haviam fugido para as cercanias da cidade foram intimados a voltar, enquanto exigiu-se dos comerciantes de alimentos básicos o abastecimento regular da população. Às vilas das duas margens do Tejo, segue informando Serrão, ordenou-se o envio de farinha e outros comestíveis para o Senado de Lisboa, nenhuma podendo se furtar ao cumprimento dessa ordem. Mas, aproveitando a grave situação, houve artífices e tendeiros que começaram a vender seus produtos com exorbitância, pelo que o secretário de Estado, atendendo a

“que obravam em tudo contra a lei de Deus e do Reino”, logo exigiu a contenção dos preços tendo como referência os preços do mês corrente e condenando os faltosos às galés por meses, e a servirem depois nas obras de recuperação da cidade.

Os comerciantes ingleses, minuciosos nos detalhes que deram sobre as horas que transcorreram depois do sismo, não deixaram de mencionar a exploração a que foram sujeitos, embora muitas vezes ⁴²¹ *A morte em Lisboa, atitudes e representações*. Lisboa: Notícias, 1997.

feridos, por barqueiros, galegos e escravos de ganho. Thomas Chase, a quem já nos referimos, teve que negociar duro com um desses escravos para que o transportasse, gravemente machucado, até a casa de um amigo, próxima a um convento. Os barqueiros não perderam a oportunidade de faturar sobre a infelicidade alheia. Alugavam espaços, pagos adiantado e, muitas vezes, em moeda inglesa, sem contar que expunham seus pobres passageiros a toda a sorte de humilhações: Aqui os passageiros foram todos postos em terra e, para minha grande surpresa, preparavam-se para me largar também. Vexado até o último grau pelo meu desapontamento, empreguei todo o ânimo que me restava e disselhes que podiam ver que, na minha condição, era despropositado deixar-me ali na margem; se eles não cumprissem o seu acordo, eu preferia ser transportado de volta ao lugar de onde tinham me trazido e onde o incêndio estava quase extinto, do que ser colocado ali, sujeito a encontrá-lo outra vez. Um deles disse que não sabia nada de um tal acordo; que o seu sócio tinha feito mal em o fazer, uma vez que eles pertenciam a uma vila do outro lado do rio e não teriam maré suficiente; então pedi que me levassem tão longe quanto pudessem...

Quando chegamos aos guardas a cavalo, no extremo da cidade, o barqueiro afirmou que a maré estava a mudar; e, resmungando juntos, cha-maram-me *h e rege* e aos negros, *diabos!* Pelo que fiquei contente de me ver livre deles de qualquer modo; fui finalmente colocado com brutalidade na margem, onde não querendo que eles soubessem que eu tinha mais dinheiro comigo que a moeda de 36 xelins, com medo das consequências, preferi enviar os negros com um dos barqueiros a buscar troco e fiquei eu próprio deitado no chão perto da água. Durante este intervalo um carregador galego veio e ofereceu-se para me levar onde eu quisesse por 18 xelins — uma moeda de ouro nesse valor; mas, como a noite se aproximava, eu não tinha confiança suficiente para acreditar nele.

Quando os meus condutores regressaram, o que pareceu demorar muito, o barqueiro perguntou-me se não pensara que ele havia fugido com o dinheiro: depois disse que não era dinheiro bom e falou de uma maneira estranha, sem que eu tenha replicado; os negros não manifestavam inclinação de ir adiante, dizendo que não podiam regressar aos seus senhores de noite, a não ser que os barqueiros esperassem por eles como tinham prometido inicialmente no seu acordo. A isto os barqueiros disseram que talvez ainda aquiescessem, se os negros se apressassem 147

de volta; ao que eles se puseram a caminho levando-me nos ombros e depositando-me frequentemente para descansarem, pois eram tão fracos que eu

esperava que caíssem a cada passo...⁴²²

Muitos, vencida a batalha de arranjar um meio de transporte para sair da cidade, ou do que restara dela, foram roubados: “Finalmente ar-ranjei (um barco), oferecendo um preço alto, mas só consegui pôr a bordo uma maleta com livros, papéis e algumas outras coisas, deixando todo o resto à Providência; fomos para bordo de um navio português. Aluguei nessa altura o bote do navio, mandei apanhar as minhas coisas que na maioria me foi trazida; parte delas, porém, foi roubada... tendo embarcado perto de 30 pessoas, na terça-feira à noite, várias foram obrigadas a permanecer sentadas toda a noite, e algumas à umidade e ao frio”.⁴²³

Era preciso pôr um fim à desordem, à prevaricação. Carvalho e Melo não perdeu tempo em punir culpados de furtos e crimes cometidos em casas e igrejas nos dias que sucederam ao terremoto. Considerando tais delitos “torpes” e “indignos”, o secretário de Estado entendia que eles se “traduziam em escândalo da religião e da humanidade”. Por tal motivo não havia complacência com os réus, que, como já informa-mos, eram sumariamente julgados e executados nas forcas erigidas nas partes mais visíveis da cidade. Pensava-se assim, diz Serrão⁴²⁴, pôr cobro aos desmandos em curso e que causavam justificado temor aos moradores da cidade, ganhando o secretário, com isso, a confiança de lisboetas e estrangeiros.

Moribundos e enfermos ressentiam-se de não poder receber os sacramentos, devido ao estado lamentável das ruas, o que logo gerou protestos dos párocos acostumados a estarem à cabeceira dos moribundos para confessá-los, consolá-los e ungi-los.⁴²⁵ Sebastião de Carvalho logo deu ordem ao capitão Eugênio dos Santos e ao mestre pedreiro Patrício da Silva para visitarem as igrejas atingidas, em especial a de Santo Antonio, a fim de remediar os estragos, facultando aos fiéis o aces-⁴²² “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, pp. 109-111.

⁴²³ Carta anônima, Porto de Lisboa, 19 nov. 1755. In: *idem, ibidem*, p. 151.

⁴²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p.30.

⁴²⁵ Ver detalhes em Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, especialmente o capítulo “Os gestos do bem morrer”, p. 182 e *passim*.

so aos templos menos abalados. Os artífices, trabalhadores e forçados que desobstruíram as principais artérias foram imediatamente pagos, agilizando o trabalho de limpeza de ruas e calçadas. Serrão informa ainda que os efeitos do terremoto impressionaram a tantos, e durante tanto tempo, que pouco registro se fez da destruição que causou em outras zonas do país.⁴²⁶ A Extremadura foi particularmente atingida, numa zona da costa até Peniche, Leiria, Alcobaça e Ourém, e, no curso terminal do Tejo, as vilas de Santarém e Benavente. Também a foz do Sado sentiu efeitos em toda a península, de Setúbal a Sines. Cidades como Torres Vedras, Alenquer, Cascais, Alcácer do Sal e Grândola sofreram fundos abalos. A zona da costa até o cabo de São Vicente e a franja marítima do Algarve tiveram muitas ruínas.

Mas as consequências do terremoto não foram apenas de ordem econômica, social e demográfica. As marcas deixadas nos espíritos, nas ideias, nos sentimentos foram igualmente penetrantes. Como bem diz Maria Leonor Machado de Souza, o terremoto de 1755 foi o assunto português de mais imediata e generalizada repercussão na Europa. As dimensões catastróficas do fenômeno provocaram as emoções habituais perante grandes calamidades, mas também uma movimentação em nível científico, religioso e filosófico de influência duradoura.⁴²⁷ Não tinham sido frequentes os sismos fortes na história recente da Europa, e as descrições de desastres desse tipo ocorridos em países longínquos, como o da Jamaica, em 1692, e o do Peru, em 1746, não permitiam uma noção muito clara do que realmente significavam. Mas agora o cenário da tragédia pertencia ao próprio continente e podia ser facilmente visitado. Era possível ouvir e ler, poucos dias depois dos acontecimentos, descrições feitas pelos sobreviventes. Tudo isso e o fato de a terra continuar a tremer durante alguns meses suscitaram o interesse de cientistas, que procuraram estabelecer causas, relações e efeitos no sentido de melhor compreenderem fenômenos de um domínio mal-conhecido e que tão trágica consequência podia ter para os homens.

Mas outras interpretações foram procuradas em nível religioso. E o religioso não pode ser considerado sem levar em conta o medo instintivo-⁴²⁶ Idem, ibidem, p. 31.

⁴²⁷ Leia-se a sua Introdução a *O terremoto de 1755: testemunhos britânicos*, op. cit.

vo, irracional, diante da natureza ensandecida. Apavorados e totalmente indefesos, os homens ficaram particularmente sensíveis às implica-

ções de caráter sobrenatural que muitos pregadores em diversos países não deixaram de aproveitar. É nessa área que se situa a maior parte da literatura inspirada pelo terremoto de Lisboa e que atingiu grande volume, sobretudo em Portugal, na França e na Inglaterra. As suposições imediatas apontavam para um castigo divino. O Deus vingador que destruíra Sodoma e Gomorra demonstrava mais uma vez a sua cólera perante os pecados dos homens. A Europa recordava a orgulhosa Lisboa que dominara o comércio mundial e via-se agora castigada pelo mau uso que fizera de sua riqueza.

Em Portugal — diz a mesma autora — esse tipo de aproveitamento teve particular incidência, como facilmente se compreende, dada a vivência direta da situação e o forte sentimento religioso que impressionou todos os viajantes independentemente das conotações positivas ou negativas que lhe atribuíam. Sucederam-se os atos de desagravo e as o

procissões. “No dia 1 de novembro, os sacerdotes que serviam aos altares e puderam fugir ao perigo... se viam com as mesmas sacras vestes de seus ministérios absolvendo uns e esperando ser absolvidos por outros, todos espavoridos pediam a Deus misericórdia.. Clamavam fortemente pela emenda das vidas, para que esta suspendesse o novo golpe da espada da divina justiça... faziam-se confissões públicas, perdoavam-se injúrias passadas. Invocava-se o efficacíssimo patrocínio de Maria Santíssima com a mais fervorosa ânsia”.⁴²⁸ O sentimento de culpa pelo acontecido era generalizado: “O povo ficou gelado e estúpido de espanto. Julgaram uns que o castigo fosse particular da sua pessoa ou da sua família e quedaram-se de joelhos, mãos cruzadas no peito, cabe-

ça inclinada como réus num patíbulo”.⁴²⁹ Mas houve quem quisesse tirar maior partido da vulnerabilidade da situação e conseguir dividendos políticos. O caso mais notório é o do padre Malagrida, como veremos mais adiante.

Não foi, contudo, esse o primeiro terremoto que Portugal conheceu. Por mais de uma vez a capital do reino padecera abalos subterrâ-

⁴²⁸ Instruções inéditas de D. Luís da Cunha a Marco Antonio de Azeredo Coutinho. In: Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 56.

neos, e, desde séculos remotos, encontramos nos cronistas a notícia desses tremores de terra; algumas das vilas que rodeavam Lisboa, e que depois a grande cidade absorveu no seu vasto desenvolvimento, Vila Nova de Gibraltar, Vila Nova d'Andrade, Vila Quente etc., foram destruídas pelos terremotos que sacudiam o solo vacilante das margens do Tejo.

Eram, contudo, esses incidentes algo frequentes nos países meridionais da Europa, onde, segundo a velha mitologia, os terrenos estariam sujeitos à agitação dos titãs soterrados. O terremoto como catástrofe fora, todavia, reservado para o reinado del-rei D. José.⁴³⁰ Estava-se no ano de 1755, que desde o princípio se anunciava fértil em abalos desse gênero.

No dia 25 de abril houvera um terrível terremoto na cidade de São Francisco da América; no dia 24 de agosto sentiu-se um violento tremor de terra nas cidades d'Orgaz e Mora, na Espanha, e em alguns pontos das províncias do Alentejo e Algarve. Em setembro e outubro, iguais abalos se repetiram na Groenlândia e na Islândia. Lisboa porém não sentira o mais leve tremor que lhe prognosticasse o imenso desastre que a estava por fulminá-la. O mês de outubro correria plácido e severo, um pouco mais quente do que é uso nessa estação. Alvoreceu enfim o fatal 1º. de novembro de 1755, sossegado e radioso, que terminaria em fogo, dor e morte. Novidade esse misto de horrores? Não. A Europa já conhecera outras catástrofes mortais.⁴³¹ Evoquemos, por exemplo, a acumula-

ção de agressões que atingiram as populações do Ocidente, da Grande Peste ao alvorecer da Revolução industrial. Jean Delumeau não hesita em empregar a expressão “país do medo”⁴³² para designar a área atingida pelo horror: medo das epidemias, medo dos incêndios, medo da fome, das pilhagens... mas também medo da noite, dos monstros, do diabo... “A empresa do medo era de tal ordem”, diz Delumeau, “que ela podia causar uma durável regressão do pensamento e da afetividade; ela arriscava, ainda, desagregar a sociedade por inteiro, introduzindo nela uma dose insuportável de negativismo e desespero”.⁴³³

⁴³⁰ *História de Portugal composta em inglês por uma sociedade de literatos transladada em vulgar com as notas da edição francesa e do tradutor português Antonio de Moares da Silva*. Londres, tomo I, 1809, p. 13.

431 Passo a emprestar aqui informações extraídas do artigo de Jacques Theys. “La société vulnérable.” In: Jean-Louis Fabiani & Jacques Theys (org.). *La société vulnérable: évaluer et maîtriser les risques*. Paris: Presses de l’École Normale Supérieure, 1987, p. 313.

432 Jean Delumeau. *La peur en Occident*. Paris: Fayard, 1978.

433 Idem, *ibidem*, p. 207.

151

Temida quando na combalida Lisboa os mortos começaram a apodrecer, em montes de seis ou sete⁴³⁴ pelas ruas, a peste era o símbolo por excelência da catástrofe “repetida” da época. Entre 1348-1350 e 1720, a Europa conhecera 40 surtos da epidemia — um a cada dez anos

— em episódios nos quais algumas cidades chegavam a perder de 20%

a 60% de suas populações. Inúmeros são também os registros sobre o grande incêndio que arrasou Londres em 1666. Sabemos igualmente que um ano antes 70 mil pessoas aí morreram de peste, 300 mil foram obrigadas a fugir, e quatro anos antes dessa “grande peste” a cidade fora varrida por uma “grande fome”. Paradoxalmente, as catástrofes, pestes, terremotos, incêndios ou fomes, se bem que fenômenos onipresentes, eram melhor suportados do que são hoje, pois neles percebia-se uma manifestação da providência divina, “um decreto de Deus”, como dizia Lutero referindo-se à peste. As catástrofes integravam-se, pois, perfeitamente na visão de mundo então dominante.

Em Lisboa não foi muito diferente. Lá também a catástrofe foi lida como um sinal divino. Um aceno frenético participando a todos a existência de um complô fúnebre ou uma morte anunciada:

Parece que a população estava toda absorta com a ideia de que era o Dia do Juízo Final; e desejando, portanto, empregar-se em boas ações, tinham-se coberto de crucifixos e santos; homens e mulheres sem distin-

ção, durante os intervalos estavam quer a cantar ladainhas, quer, num fervor de zelo, a atormentar os moribundos com cerimônias religiosas; e sempre que a terra tremia, bradavam: Misericórdia! Todos de joelhos, nos tons de voz mais dolorosa que se possam imaginar.⁴³⁵ Aos olhos de um morador estrangeiro, os

portugueses estavam “completamente entregues a uma espécie de loucura religiosa, arrastando santos sem cabeças ou braços, dizendo uns aos outros, de uma maneira bastante lastimável, como sentiam tais infortúnios; e todo o seu clero afirmando tratar-se de um julgamento sobre eles pela sua maldade. Alguns diziam mesmo que era por terem mostrado tanta generosidade com os hereges, e indo de maneira tumultuosa à Corte, declararam ser esta a causa do sofrimento do povo. Pensavam eles que era quase ímpio tentar tratar de si e muitos chamavam-lhe *lutar contra o Céu!*... Finalmente um milagre 434 Carta anônima, Lisboa, 19 nov. 1755. In: *O terremoto de 1755, op. cit.* , p. 211.

435 “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: *idem, ibidem*, p. 109.

152

trouxe a população razoavelmente a si própria, levado a efeito, segundo supomos, por uma ordem secreta da Corte. A meio da noite, a Virgem Maria foi vista sentada entre as chamas de fogo das ruínas, acabadas de ser deitadas abaixo pelo terremoto, de uma igreja pertencente a um famoso convento a ela dedicado, do nome de Nossa Senhora da Penha de França, situado sobre o cimo de uma colina muito alta, acenando com um lenço branco para o povo. Isto foi imediatamente declarado ser um perdão por todas as suas ofensas passadas e uma promessa de vida.⁴³⁶

Naqueles abençoados tempos, diz José Saramago, não eram nunca gratuitos ou enganosos os avisos celestiais.⁴³⁷ Horror e tensão alimentavam, contudo, as controvérsias entre as vítimas do terremoto.

Se, por um lado, a convivência entre protestantes e católicos, desde a assinatura do tratado de Methuen, fazia com que os primeiros se tor-nassem fáceis bodes expiatórios na explicação dos desregramentos do mundo (os *hereges* atraíam a cólera de Deus), por outro os milagres católicos eram lidos pelos seguidores de Lutero como uma forma eficiente de o rei apaziguar as angústias de seus vassalos. A imagem, contudo, convencia os lisboetas: em face da desolação dos fiéis, a Senhora emitia majestosamente um novo sinal ao coração dessa gente despossuída e prisioneira de tentacular medo: já estavam perdoados. E meio mortos! Afinal, as pedras do convento dos agostinianos que ela escolhe-ra como quadro para sua aparição enterraram 300 deles. A intervenção realizada de forma aparentemente desinteressada por parte do ser celestial, sem mediar petições

prévias e com o único fito de ajudar a comunidade, fortalecia, aos olhos dos católicos, a participação da esfera celestial, dos desígnios do Todo-Poderoso, no mundo terreno.⁴³⁸ Do lado dos protestantes, e não à toa, Thomas Chase, coberto de escoria-

ções e com ossos fraturados, ruminava, em meio à dor: “O receio de que meu estado pudesse incitar a sua piedade numa altura como esta, em que todo o governo se achava paralisado e era possível adivinhar ⁴³⁶ Idem, *ibidem*, p. 123.

⁴³⁷ A conclusão é de José Saramago, no seu *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 21.

⁴³⁸ Milagres desse tipo foram estudados por José Maria Miura Andrades em “Milagros, beatas y fundaciones de conventos”. In: C. Alvarez Santaló *et al.* (org). *La religiosidad popular: vida y muerte*

– *la imaginación religiosa*. Barcelona: Antrophos, 1989, pp. 443-460.

153

que viragem o seu zelo furioso podia tomar contra esse pior dos criminosos, o *Herege!*”.⁴³⁹

Na cidade em ruínas, no mundo soterrado, mas não de todo morto, cujas pulsações letárgicas anunciavam a maldição de Deus, correntes profundas de tradicionalismo religioso reagiam ao desastre e à dor.

Como já dissera Bebiano, o imaginário povoado de fenômenos extraordinários, resultante da tensão social e psicológica em que se encontravam as abandonadas camadas subalternas, acabou por contaminar os demais grupos da sociedade lisboeta. Foi Deus! Fora um castigo divino!

“Eu tenho um pormenor a relatar”, escreveu o inglês, provavelmente um protestante; “a cruz no meu gabinete foi o único objeto móvel em toda a casa que não foi deslocado. Suponho que concluireis, como eu, que há algo de milagroso na sua preservação, já que todos os outros utensílios se encontram, por assim dizer, destruídos”.⁴⁴⁰ O clima nas ruas não permitia ilusões. Apavorada, com as tripas reviradas ou soltas e o coração apertado na garganta, uma população de perplexos lamentava-se, pedindo perdão e abraçando-se uns aos outros, “amigo, irmão, irmã! Oh! O que será de nós!”.⁴⁴¹ Nas praças abertas,

torciam as mãos, puxavam cabelos e gritavam que o mundo estava a acabar.⁴⁴² Hipno-tizadas pela forma das chamas dançarinas por entre as ruínas da cidade informe, mulheres e crianças choravam e gritavam pedindo socorro aos anjos e santos.⁴⁴³

Os constantes sismos na Península Ibérica tinham contribuído para o intenso diálogo entre fiéis e santos protetores. Alguns exemplos: em Almeria, depois do terremoto de 1658, invocava-se Nossa Senhora do Mar; em Málaga, Nossa Senhora da Vitória; em Córdoba, São Rafael. Em Lisboa, rezava-se a 15 deles, de Santa Martinha a Santa Eugênia, considerados “especiais advogados contra os tremores de terra”.⁴⁴⁴ Desse lote de mediadores, destacavam-se os nomes de Felipe

440 “Um relato minucioso do recente e horrível terremoto”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 239.

441 Carta anônima, Lisboa, 19 nov. 1755. In: *idem, ibidem*, p. 211.

442 *Idem, ibidem*.

443 Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: *idem, ibidem*, p. 179.

444 Empresto aqui informações a Bernard Vincent. “Les tremblements de terre en Espagne et au Portugal”. In: B. Benassar (org.). *Les catastrophes naturelles dans l’Europe médiévale et moderne, op. cit.*, p. 87.

154

Néri, morto em 1595, beatificado em 1615 e canonizado em 1622; Francisco de Bórgia, morto em 1572 e canonizado em 1671, e Emídio, cuja história de vida, publicada na primeira metade do século XVIII, exaltava suas qualidades de defensor contra sismos. Depois do terremoto que abalou Málaga, um outro nome foi incorporado a esse eficaz panteão: Denis, o areopagita. O bispo malaguenho, então, não deixara de sublinhar que Denis, um astrônomo conhecido, defendera, diante do Areópago de Atenas, que o terremoto registrado quando da morte do Cristo tinha uma causa sobrenatural.⁴⁴⁵ O quarteto extrapolava as fronteiras lusas e tinha uma relação porosa com os demais países europeus, cenário, eles também, de pavorosos sismos. Nápoles, Valença, Córdoba, Roma, Granada ofereciam suas ruas para procissões e cultos contra as cóleras da natureza e o perigo potencial que ameaçava a vida cotidiana de seus habitantes. A

reincidência dos fenômenos fazia com que a lembrança dos terremotos marcasse duradouramente os espíritos, e essa evocação, na forma de orações ou na reprodução dos santinhos, era a melhor maneira de defender-se. Em 100 anos, Portugal vira passar, como contas de um rosário, sismos em Porto Alegre (1665), em Lisboa (1699), em Portimão (1719), em Tavira (1722), novamente em Lisboa (1724), no Porto (1726), em Vilanova de Portimão (1736) e, o fatal, em Lisboa (1755).⁴⁴⁶ Várias obras publicadas depois de passado o susto evocam, em sua iconografia, a presença tranquilizadora dos santos protetores e, em particular, de Santo Emídio, recolhido em oração, mitra à cabeça e cercado de anjos. Aos seus pés, a cidade arrasada, torres caídas, edifícios destruídos e indivíduos que levantam, com eloquência, seus braços ao céu. Não havia muita distância entre o tipo de devoção que registrara o protestante, desdenhoso das “superstições católicas”, e a representação na iconografia de época.

Medo e devoção caminhavam de mãos juntas. Eis por que, em carta a um amigo, um outro protestante registrou o impacto em face do fervor religioso: “encontrei um ajuntamento prodigioso de pessoas de ambos os sexos e de todas as condições sociais, entre as quais reparei em alguns dos principais cônegos da igreja Patriarcal”, ou seja, da capela ⁴⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 88.

⁴⁴⁶ Bernard Vincent, no artigo supracitado, faz uma lista minuciosa dos terremotos ocorridos na Península Ibérica e ilhas Baleares entre 881 e 1798. Cf.: *idem, ibidem*, pp. 91-94.

155

Real, “com as suas púrpuras vestes episcopais, vários padres que fugiram dos altares no meio da celebração da missa vestindo os seus paramentos sacerdotais. Senhoras meio despidas e algumas sem sapatos, todos os que, devido aos perigos comuns, se tinham ali reunido por ser um lugar com alguma segurança. Estavam de joelhos a rezar, com o terror da morte estampado no rosto e gritando incessantemente —

‘Misericórdia, meu Deus’. Entre a multidão não pude deixar de reparar num velho e venerável padre, com sua estola e sobrepeliz, que me apercebi ter escapado da igreja de São Paulo. Andava incessantemente de um lado para outro entre as pessoas, exortando-as ao arrependimento e tentando confortá-las. Dizia-lhes, chorando copiosamente, que Deus estava profundamente ofendido com os seus pecados, mas, se imploras-sem à Virgem Maria, ela intercederia por eles.

Juntaram-se todos à sua volta, suplicando-lhe sinceramente a sua bênção, e bem feliz se sentia aquele que dele se podia aproximar suficientemente para tocar na orla de suas vestes. Reparei que muitos tinham pequenos crucifixos de madeira e imagens de santos nas mãos que me ofereceram a beijar, e lembro-me de um pobre irlandês que me estendeu um Santo Antonio com essa finalidade. Quando delicadamente empurrei o seu braço, dando-lhe a entender que desejava ser dispensado deste gênero de devo-

ção, perguntou-me com alguma indignação se eu acreditava na existência de Deus. Acredito plenamente que muitas destas criaturas fanáticas salvaram aqueles pedaços de madeira inútil, deixando perecer os seus próprios filhos. Não quero, porém, que suponha ter eu neste caso a menor intenção de trocar de suas superstições; tenho sincera pena deles e devo admitir que espetáculo mais comovente nunca foi visto. As suas lágrimas, os seus suspiros amargurados e lamentações teriam sensibilizado o coração mais duro. Ajoelhei-me entre eles e rezei com fervor idêntico ao deles, mas a um Ente muito mais apropriado, o único Ente que poderia ouvir minhas orações ou prestar-me socorro”.⁴⁴⁷

As diferenças religiosas não tinham importância em face do perigo. A associação do fim do mundo com a hecatombe não deixava dúvidas. Morrer em oração garantia minimamente a salvação, razão pela qual Claude du Beaux, correspondente de frei Manuel do Cenáculo, 447 Carta anônima. In: *O terremoto de Lisboa, op. cit.*, p. 167.

156

descrevia as vozes confusas e o lamento dos lisboetas pedindo a Deus misericórdia, acreditando-se em meio ao fim dos tempos e do mundo⁴⁴⁸: “Entre tão lamentável conflito, a lembrança da Religião só podia excitar a memória de que havia Deus e Maria Santíssima. Sim, se invocavam pedindo-lhes misericórdia; mas, ai! que aquelas vozes as sofreria o costume”, denuncia um português⁴⁴⁹, “e não a devoção; ditava-as o perigo, e não o afeto”. E jogando água no moinho da culpabilização dos pecados e do terremoto como castigo divino, por esses, prosseguia:

“A preocupação do repentino acaso impelia o coração para a ternura.

Lembrava escapar à morte, e era o que mais bem lembrava. Contudo, do modo que cada um podia, invocava a Divina clemência e se esfor-

çava para repetidos atos de contrição. Os sacerdotes, que nas sagradas funções serviam os altares e puderam fugir ao perigo das ruínas iminentes dos templos, se viam com as mesmas sacras vestes dos seus ministérios, envolvendo a uns e esperando ser absolvidos de outros.

Todos espavoridos pediam a Deus misericórdia.

No meio desse ruidoso assombro, vários ministros do Evangelho se puseram em campo a semear a palavra de Deus, pregando penitência.

Clamavam fortemente pela emenda das vidas. Só os bons costumes poderiam suspender o novo golpe da espada divina, que na repetição dos terremotos ameaçava um último estrago. Como o susto já tinha dado lugar ao uso dos sentidos, não eram frustradas as persuasões. Todos cui-davam de afogar as culpas em copiosas lágrimas, ardentes soluços e internos suspiros. Faziam-se confissões públicas, perdoavam-se injúrias passadas, depunham-se ódios antigos, erros mereciam graça, e cada um cuidava de aplacar a cólera de Deus. Invocava-se o santíssimo patrocínio de Maria Santíssima com a mais fervorosa ânsia. “Converteram-se muitos hereges, pedindo o santo batismo e, detestando os antigos erros, mereceram renascer na graça. Então se viu um povo todo católico”.⁴⁵⁰

Todo? Na tentativa de “afogar as culpas” não faltaram os que quiseram converter à força os pobres “hereges. E não faltaram tampouco situações em que o mal-entendido beirou o riso. Vejamos o caso a 448 Fernando Guedes. *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para sua leitura, séculos XVIII-XIX.*

Lisboa: Verbo, 1986, p. 244.

449 José de Oliveira Trovão e Souza, *op. cit.* , p. 4

450 Idem, *ibidem*, p. 4v.

157

seguir, contado por um desses supostos alvos da cólera de Deus: o dia 1º.

de novembro era “um dia religioso para a Feitoria inglesa; o clérigo que deveria ter oficiado o serviço divino chegara apenas poucos dias antes da Inglaterra para a recuperação de sua saúde. Como forma de exercí-

cio físico, este cavalheiro passeava sobre a plataforma do Castelo (de São Jorge) quando o terremoto começou, e tinha, para sorte sua, alar-gado ao máximo o seu tempo de permanência no local em virtude da esplêndida manhã. Mas tal como a sua situação o salvou então do perigo de edifícios a ruir ou, pelo menos, do horror de os ver cair à sua volta, também o envolveu acidentalmente noutras apreensões, as quais pela sua natureza singular me encarrego de vos relatar: Tendo acabado de chegar, este pobre cavalheiro não podia certamente conhecer nada da língua do país; e sendo a pronúncia portuguesa do latim tão diferente da usada em Inglaterra, os povos de ambas as nações não se podem conhecer mutuamente, mesmo a falar aquela língua. Depois dos grandes abalos do terremoto terem terminado, as pessoas que se encontravam naquele local e que para lá tinham fugido começaram a praticar atos de penitência e devoção; pode-se supor que um clérigo solitário, cuja função e religião ele tinha razão para concluir serem particularmente detestadas, e que não podia fazer-se compreender ou compreender os outros, se imagine numa situação perigosa. E quer ele mostrasse alguns sinais de preocupação que pudessem chamar atenção sobre ele, quer alguém os informasse quem ou o que ele era, quer a multidão naquele local tivesse fervor incomum ou, em resumo, juntou-se-lhe à volta julgando ele que para pôr termo à sua vida; mas estava muito enganado, visto que era de boa vontade para salvar a sua alma, pois os padres que estavam com ele batizaram-no convenientemente, sem que soubesse o que lhe faziam, até chegarem ao uso da água da cerimônia, e então era inútil resistir. Depois de terem executado o seu trabalho, os pobres fanáticos desencaminhados manifestaram tão maravilhosa consideração e afeto pelo seu imaginado prosélito que até os padres se ajoelharam diante dele, e mais, abraçaram-lhe pelo joelho e quase lhe beijaram os pés [...]

este ato de afeição terna, pois o que movia aquelas pobres criaturas ignorantes (incluo padres e tudo) outra coisa não era senão um desejo de salvar, através de um ato de coerção amável, uma alma que eles 158

pensavam que de outra forma poderia estar irremediavelmente perdida”.⁴⁵¹ A comédia de erros não parou aí, pois a abadessa de um convento escreveu uma carta de felicitações ao enviado britânico por sua conversão, pedindo, como testemunho de seu verdadeiro catolicismo, uma esmola adequada para a irmandade a seu cuidado!⁴⁵²

Tanto para o autor do texto acima quanto para seu personagem, o clérigo, faltavam, todavia, algumas explicações sobre o que estavam vivendo ou vendo: a

sociedade portuguesa, como é sabido, concedia valor preponderante à religião, sob cujo manto e de cuja perspectiva se desenvolvia grande parte da vida e das ações coletivas ou individuais. A mentalidade⁴⁵³ de todas as camadas da população estava fortemente imbuída da religiosidade dominante, e só desse ponto de vista se podia compreender a atitude dos homens diante da morte. Desta morte que, com a horrenda irrupção do terremoto, passa a estar em toda a parte, atingindo velhos e moços, homens e mulheres, indistintamente. A morte significava para os portugueses, sim, o desaparecimento das vivências, afetos e pecados experimentados ao longo da existência, mas, sobretudo, o fim do tempo concedido ao homem para ganhar a glória eterna para que fora criado.⁴⁵⁴ Assim sendo, o indivíduo, nos últimos instantes de sua vida, deveria sintetizar apressadamente temores, cren-

ças, pânicos e esperanças presidindo um trânsito organizado.⁴⁵⁵

No quadro de intimidade com a morte em Lisboa, sobre o qual já falamos, não faltavam despertadores: sermões pregados de caveira na mão como fez, até morrer em 1710, o padre Manoel Bernardes. Eles lembravam aos fiéis a fugacidade da vida, a crença em espaços sobrena-⁴⁵¹ “Um relato dos horríveis terremotos e incêndios que destruíram recentemente a cidade de Lisboa... Numa carta de um mercador ali residente ao seu amigo em Inglaterra”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, pp. 43; 237. Conferir também: Carta anônima, Lisboa, 18 nov. 1755. In: idem, ibidem, p. 165;

⁴⁵² Idem, ibidem, p. 51.

⁴⁵³ Embora “fora de moda”, parece-nos adequada a definição de Michel Vovelle para o que chamamos aqui de “mentalidades”: “as mediações e a relação dialética entre as condições objetivas da vida dos homens e a maneira como esses a contam ou vivem”. In: *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁵⁴ Aproveito aqui ideias desenvolvidas por Máximo Garcia Fernández. “*Vida y muerte en Valladolid: Un estudio de religiosidad popular y mentalidad colectiva – los testamentos*”. In: C. Alvarez Santaló *et al.* (org.), *op. cit.*, p. 224 e passim.

⁴⁵⁵ Empresto aqui uma tese de Ángel Rodríguez Sánchez em seu *Morir en Extremadura: Una prime-ra aproximacion. Morir en la horca a finales del Antiguo Régimen (1792 – 1909)*. Cáceres, 1980, p. 11.

turais e sua coorte de habitantes, anjos ou demônios, a crença em almas do outro mundo.⁴⁵⁶ Invocações achadas no mais das vezes em livros de oração ensinavam a bem morrer: “Ó morte! Vós podeis vir-me despojar desta carne mortal... Ó morte! Vinde! Não vos demoreis! Ó cinzas! Ó

bichos! Ó podridão”.⁴⁵⁷ As receitas salvíficas postas às mãos dos pecadores eram, contudo, de várias ordens: a oração aos protetores sobrenaturais como a Virgem ou São José, patronos da boa morte, ou ao anjo de guarda, em particular a confissão e o arrependimento, a recepção dos últimos sacramentos da extrema-unção e o santo viático, as últimas disposições testamentárias e a celebração de missas *post-mortem* pela alma do morto. Enfim, toda essa parafernália, colocada em uso para assegurar uma bela passagem e a vida eterna entre os justos, fora usurpada aos fiéis pela violência e pelo inesperado do cataclismo. Respeitada até quando estendida aos réus da Inquisição, a fórmula de salvação fora, aqui, roubada por um fato que se abatera sobre suas cabeças com a for-

ça e a rapidez de um machado. De forma atabalhoada, restava-lhes garantir o reino dos céus lançando mão de soluços ardentes, de invoca-

ções e confissões públicas, de penitências em meio aos escombros, além da exibição de crucifixos e santos de madeira. Ou do que sobrara deles!

As notícias sobre as catastróficas consequências do terremoto pro-pagaram-se quase que como ondas de um sismo, ultrapassando fronteiras regionais e, depois, continentais. Os mais variados observadores ou cronistas do terremoto foram unânimes em apontar seus desdobramentos dentro e fora de Portugal. Alguns com mais exagero do que outros: “Não há quase nenhuma parte dos reinos submetidos ao rei de Portugal que não tenha ressentido os efeitos do tremor de terra”: Braga e Coimbra foram bem maltratadas, e em especial na última o Colégio dos Jesuítas. A cidadela de Castro Marins se arruinara, enquanto vilas no Porto, Guimarães, Viana, Bragança e outras apresentavam estragos. No Algarve, muitas foram invadidas pelo mar. Sobre Lagos, porto importante, pairava o rumor de que dois terços da população teriam se afogado —

⁴⁵⁶ José Leite de Vasconcellos tem trabalhos fantásticos sobre o tema. Ver seu *Tradições populares de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, s/d; especialmente o capítulo IX, “Seres sobrenaturais”, p. 289.

457 Teresa Bernardino. *Sociedade e atitudes mentais em Portugal (1777-1810)*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1982, p. 119.

160

“mil hombres”⁴⁵⁸, segundo um cronista — e que das suas dez igrejas apenas uma restara. A elevação do Tejo teria refletido no Guadiana, Minho e Douro, desdobrando-se em enchentes que impossibilitavam a comunicação. As montanhas na serra da Estrela e Arrábida se teriam fendido. Madri teria sofrido o mesmo terremoto uma hora mais tarde, com duas vítimas apenas. No Escorial, os abalos foram sentidos durante dez minutos ininterruptos, obrigando Vossas Majestades a dormir em tendas ao ar livre, depois da celebração de um *te-deum* na igreja dos Jerônimos. Sevilha “sofreu bastante”, a Giralda⁴⁵⁹ rachou e a catedral, em mau estado, foi obrigada a fechar as portas. A força do mar revirou Cádiz, abatendo-lhe as muralhas do lado oeste da cidade, invadindo as casas da parte baixa e matando duas mulheres e cinco crianças. Nos arredores, as consequências foram mais graves: “as vagas lamberam com impetuosidade a língua de terra que ligava a cidade à ilha e engo-liram 200 pessoas”. Entre elas, dois comerciantes franceses que tentavam fugir da ilha, sabedores das reações do mar por tê-las observado num terremoto no Peru. Presos pelo choque das ondas, afogaram-se enquanto seu “doméstico” sobreviveu, agarrado, qual inseto, aos galhos de uma árvore. Em Gibraltar, as faldas de uma montanha rola-ram sobre a cidade enquanto em Granada tremeram a catedral, o convento das carmelitas e as igrejas de Santo Antônio, São Salvador e Santa Catarina.⁴⁶⁰

Como imensa vaga, o tremor cresceu, inchou e morreu. Aos pés dos Pirineus franceses, sentiram-no os pastores de ovelhas. A água das fontes “transformara-se em sangue”. Um cura de aldeia, em plagas que atendiam pelo nome de Auch, comprovara que a água continha um limo como borra de café, argila e cheiro de maré vazante: houve ainda

“emoção popular” e “prodígios” ao longo de “oito horas ininterruptas”.

Em Bordeaux, a Garonne agitou-se. Em Angoulême, uma rocha fen-deu-se e dela brotou uma torrente. Tais maravilhas tiveram um antece-⁴⁵⁸ O folheto de cordel intitulado “*Extracto de una carta escrita de Villa Blanca, su fecha de 7 de noviem-bre de 1755 a D.N.N. Vecino de Cadiz dandole quenta del terremoto... acaecido en el Puerto de Lagos...*”.

Coimbra: Oficina de Luiz Seco, 1755, dá todos os detalhes dos desdobramentos do terremoto na dita cidade portuária.

459 Torre medieval de arquitetura muçulmana bastante conhecida por sua beleza arquitetônica.

460 Todas as informações contidas nesse parágrafo foram extraídas de “Supplément aux réflexions sur le désastre de Lisbonne, avec un journal des phénomènes, article II”, *op. cit.*, pp. 13-24.

161

dente: no dia do mesmo evento “o céu cobriu-se de clarões e trovões”

e a paisagem foi varrida por um violento vendaval. Em toda a parte sinais: transmutação da água de fontes, fendas rasgando o chão, tremores inaudíveis e sub-reptícios anunciando, baixinho, uma catástrofe longe dali.⁴⁶¹ Às 11 horas da manhã do mesmo 1º. de novembro, Amsterdã viu seus canais se agitarem e as luminárias das igrejas fremirem.

Na Inglaterra e na Dinamarca, as águas estavam tumultuadas, rompen-do diques e virando barcos. Na Suécia, “grandes árvores” foram derrubadas e as águas pareciam “mugir”. Na Prússia, entre onze e meia e meio-dia, rios e lagos “ferveram e rugiram num fluxo e refluxo que se repetiu seis vezes em meia hora”. Em Milão, portas se abriram e fecha-ram, com estrondo! O maravilhoso, o prodígio, o milagre misturavam-se à precisão dos relógios, que circulavam como instrumento científico nas cortes europeias. A hora dos fatos descritos estava certa, mas a descrição dos mesmos beirava o incerto. E incansável o cronista prosseguia, descrevendo os desdobramentos do sismo no Marrocos: vilas em ruínas, gente desaparecida, cavalos e camelos engolidos pela terra. Em Fez, o terremoto durara 30 segundos, e as sete pontas da montanha dos Sete Irmãos subiram e desceram. Em Tânger, as fontes silenciaram para explodir depois, em jatos d’água. Em Oran, antes do nascer do sol formou-se “uma nuvem espessa da qual saíam flamas... ao cabo de uma hora, a nuvem explodiu num barulho horrível e toda a atmosfera foi inundada num dilúvio de fogo”. A América não ficou de fora: em Barbados, a maré subiu e desceu com inesperada violência.⁴⁶²

O fenômeno era global; logo, o aviso, universal. Quando Jacome Ratton deu por si e pôde avaliar o que tinha perdido além de sua casa, dos bens de sua família e

da mercadoria que ruíra junto com a lucarna, constatou que “os templos e palácios” que padeceram nessa infausta calamidade não eram poucos.

Repassando o que tinha sido destruído, registrou, num balanço, que: “A santa igreja Patriarcal com todo o seu tesouro, quase inestimável, ficou sepultada nas suas próprias ruínas, matando essas algumas pessoas que se achavam assistindo aos Divinos Ofícios e que com o tropel e confusão se demoraram mais em sair. A 461 Idem, ibidem, pp. 25-28. O autor anônimo faz um inventário minucioso dos desdobramentos do terremoto de Lisboa em várias regiões da França.

462 Idem, ibidem, pp. 22-40.

162

basílica de Santa Maria experimentou a mesma ruína, partindo-se as três naves de que se compunha a sua magnífica fábrica, caindo uma das suas grandes torres, pórtico e zimbório, tudo de obra antiquíssima, de que apenas pode haver memória, precipitando-se tão violentamente que parecia subverter-se a terra com o espantoso bramido da queda que ajudaram a fazer medonhos os terríveis estrépitos de seis grandes sinos que com a torre se despedaçaram. Morreram nestas ruínas muitas pessoas de um e outro sexo e entre elas alguns cônegos regulares de Santo Agostinho; caiu o admirável zimbório com um ruído considerável sem mais perigo que a morte de um moço fidalgo; o que na verdade causa maravilha pois sendo a hora em que se celebravam os Ofícios Divinos e que assistia um grande número de pessoas, estando os religiosos no coro da capela-mor, não consta padecessem mais do que o horrível susto do estrondo daquela grande máquina feita em pedaços no meio do cruzeiro do templo. Ficou este e o mosteiro com bastantes e perigosas aberturas nas paredes, de modo que obrigou aos religiosos a viverem na sua cerva em barracas que fizeram fabricar para seu cômodo. O grande templo do convento do Carmo experimentou uma total destruição, porque assim que o pronto afeto dos religiosos teve lugar para livrar a sagrada imagem de sua imaculada Mãe e Senhora da ruína que amea-

çava o templo, quando este veio todo abaixo, enterrando mais de 400

pessoas que a ele haviam concorrido ao jubileu de tão festivo dia, ficando também todo o convento quase demolido em que houve a morte de alguns religiosos. O excelente templo de São Domingos, principiando a ameaçar ruína, deu lugar a que a gente que nele se achava viesse fugindo para a rua, mas com tanta desgraça que, caindo parte da igreja com a grande fachada, matou mais de

300 pessoas, ficando muitas perigo-samente feridas, outras com braços e pernas quebradas, tendo melhor livramento as que fugiram para a capela-mor e para dentro do convento, que também sofreu uma indizível ruína e morreram quatro religiosos, ficando alguns feridos. O preciosíssimo templo do Colégio de Santo Antônio dos padres jesuítas padeceu grande estrago, caindo o zimbório, partindo-se as paredes em grandes fendas e as abóbadas; padecendo todo o mais corpo daquela nobilíssima arquitetura de que caindo várias pedras mataram bastantes pessoas e maltrataram outras, tendo o colégio também bastantes ruínas em que morreram 163

quatro padres. O templo do convento da Graça, em que se conservava a devotadíssima imagem do Senhor dos Passos, padeceu total destrui-

ção, ficando a mesma prodigiosa imagem, ó! dor, debaixo das mesmas ruínas, e o convento também teve grande destruição morrendo mais de 100 pessoas. O templo da Senhora de Penha de França caiu totalmente em terra e matou mais de 200 pessoas, ficando o convento (que como o imediato é de religiosos agostinhos calçados) prostrado por terra. O

convento da Boa Hora com o seu templo ficou totalmente arruinado, matando mais de 200 pessoas, e deixou feridos alguns religiosos e um morto. O convento, o templo dos congregados de São Felipe Néri seguiu o mesmo destino e matou mais de outras 200 pessoas. O convento e templo de São Elói dos cônegos seculares de São João Evangelista também foi destruído, com a morte de mais de 300 pessoas, de vários religiosos e de muitos feridos com perigo. O convento de Corpus Christi, de religiosos carmelitas descalços, seguiu o mesmo destroço, com a morte de muitas pessoas. O convento dos capuchos do Curral se arruinou em muitas partes e em sua igreja ficaram várias pessoas feridas. O convento dos dominicanos do Corpo Santo, com o seu templo, sofreu estrago, com alguns mortos.

O convento das religiosas de Santa Clara, com o seu grande templo, se arrasou com a morte de cento e tantas pessoas seculares e 109

religiosas, e os do Salvador e Rosa, de religiosas dominicanas, tiveram a mesma infelicidade, com a morte de várias pessoas seculares, e no Salvador morreram 13 religiosas. O reformado convento de Santa Marta, das mesmas religiosas, se arruinou todo. O da Anunciada, de religiosas dominicas observantes, correu a mesma tormenta. Nos subúrbios tiveram bastantes ruínas o convento e o templo

da Madre de Deus das religiosas recoletas, o de Chelas, o de Santa Apolônia, o das trinas do Mocambo, o de Santo Alberto e do Sacramento, o das francezinhas, o da Esperança.

Das paróquias padeceram total perigo as de São Julião, Conceição da rua Nova, colegiada da Conceição Velha de Freires da Ordem de Cristo, de São Nicolau, de Nossa Senhora da Vitória, de Nossa Senhora dos Mártires, da Encarnação, do Loreto, do Sacramento, do Socorro, de Santa Justa, de São João de Praça, de São Pedro, de São Miguel, de São Jorge, de São Martinho, de Santiago, de São Tomé, de Santo André, de 164

São Bartolomeu, de Santa Marinha, de Santo Estêvão, das Chagas, de Santa Catarina e outras muitas freguesias e ermidas, com mortes de cinco mil pessoas, e muitas feridas. Os palácios que passaram o mesmo estrago foram o Real, com a soberbíssima Casa de Ópera, o grande Torreão da Casa da Índia e o suntuosíssimo quarto novo que era a fábrica do Senhor Rei D. João V, ficando sepultados debaixo das ruínas os tribunais do Desembargo do Paço, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência, Conselho Ultramarino com as três secretarias de Estado, Conta-doria Geral da Guerra e Casa da Índia. Os Paços da Relação, com as duas cadeiras do Limoeiro, tiveram miserável ruína. O Palácio da Santa Inquisição, o do duque de Cadaval, o do duque de Aveiro, o do marquês de Valença, o do marquês de Marialva, o do marquês de Niza, o do marquês de Lourical, o do marquês de Tancos, o do marquês de Angeja, o do conde da Ribeira, o do conde de Coculim, o do conde de Lumiares e outros muitos fidalgos e senhores que tiveram o mesmo destroço.

Igual passaram a grande Casa da Alfândega, a nobilíssima Casa dos Contos do Reino, a Vedoria Geral de Guerra e as Sete Casas. As propriedades ordinárias, que ficaram totalmente destruídas com o terremoto, julga-se, passaram de 50 mil, de que se compunham os bairros de Alfama, Limoeiro, Ribeira, Rua Nova, Rossio até parte do Bairro Alto, ficando inabitáveis todas mais de que Lisboa se compunha... tudo reduzido a cinzas!”.⁴⁶³

Ratton, francês e católico, talvez não soubesse, mas ruíram, também, o Colégio dos Inglesinhos, o convento das religiosas inglesas de Santa Brígida — famoso pela forma liberal com que as freiras recebiam os visitantes com bolos e chocolate — e o convento do Bom Sucesso das freiras de São Jerônimo, transferido para as dominicanas irlandesas.⁴⁶⁴

Momento de horror inigualável, o terremoto trouxe à tona uma estrutura comportamental que amarrava, de alto a baixo, a pirâmide social portuguesa: trata-se do sentimento religioso. Sentimento franco.

Profundo. Sentimento que era o coroamento de uma experiência individual, ao mesmo tempo que símbolo indelével de uma cultura. Um reino fundado por um milagre, o de Ourique, era predestinado a trazer 463 *Carta em que um amigo dá notícia a outro do lamentável sucesso de Lisboa*. Lisboa: Imprensa da Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1756, pp. 17-20.

464 Carlos Estorninho, *op. cit.* , p. 205.

165

sua marca de Caim na expressão de uma religiosidade que lhe dava identidade e legitimidade. Vivida de forma plural na vida de todo dia, essa religiosidade foi, contudo, ouvida como uma única voz, um único grito de misericórdia, no momento da catástrofe. Enterrados vivos, afogados pelo Tejo, queimados, em fuga da cidade, bons, maus, ricos e pobres, senhores e escravos, só pensavam em salvar a alma. Não o faziam por oportunismo, mas porque a fé era um “fato concreto”. Ela tinha uma função cultural no seio dessa sociedade.

Em face do horror que se instalou na cidade durante e depois do sismo, a intervenção institucional de Carvalho e Melo parece, hoje, aos olhos do historiador, meramente cirúrgica e oportunista. Ele não foi absolutamente o herói do terremoto. Os heróis desse momento, aqueles vislumbrados nos interstícios dos documentos, são absolutamente anônimos. Foram aqueles que resgataram a freira soterrada no convento de Santa Clara, foi o relojoeiro, salvador de Lord Drumlanrig, foi o português de “bom coração” que, ao socorrer o jovem que tivera as pernas esmagadas, sufocou junto com ele no incêndio da igreja; foram aqueles que acolheram em suas casas os famintos e apavorados sobreviventes, foram os “fanáticos” que, na melhor das intenções, “converte-ram à força” o clérigo da feitoria inglesa. Foram esses, entre outros anô-

nimos, os heróis. A fúria destruidora e desesperadora do desastre acirrou os mecanismos de defesa dos interesses comunitários. Eles, os mecanismos comunitários, é que saltam aos olhos na leitura das fontes.

Não se enterraram mortos à revelia dos que queriam dar-lhes repouso no mar? Não se acudiu à dor e à sede, indistintamente, uns atendendo aos outros? Não se

respeitava assim as atitudes sistemáticas de relação com o espaço vital da cidade, de ancoragem das sociabilidades urbanas, de sentido espiritual da vida? O historiador só encontrou, nos documentos que examinou, não um mas vários heróis: anônimos, discretos, cordatos. Eles mesmos, “os pequeninos portugueses” de Eça de Queiroz.

Mas o que aconteceu em Lisboa depois de tudo reduzido a cinzas, após o terremoto? No tempo curto da história, naquele dos fatos que se sucedem em rápida cadeia, o que mais passou? A interferência das autoridades, as lutas entre grupos de poder, as tensões com o clero —

contas, entre outras, de um fio que desenrolaremos a seguir.

166

CAPÍTULO III

DEPOIS DO TERREMOTO:

LISBOA, “TODA CHEIA DE MÁGOA E TRISTEZA”

“Aonde está do mundo aquela liga

Que entre inimigos pôs a Providência

A música mais bela, em que litiga

Entre diversos sons, doce cadência:

Hoje tudo desordem, tudo briga,

Já sem lei, sem governo, sem regência

Que os orbes se volvem do profundo

Que é certo que já se acaba o mundo”.

Miguel Maurício Ramalho, *Lisboa reedificada*, 1780

“Era o tempo em que sombras dominavam” 465

No dia 2 de novembro de 1755, Lisboa acordara com o ventre aberto. A capital do reino gemia com as ruelas, os telhados, as bodegas e as igrejas tão expostas quanto os ossos e as vísceras de um criminoso esquartejado. Um cheiro de fezes e enxofre exalava desse imenso e pesado corpo de pedra semimorto. As ruas estavam alastradas de cadáveres.

Um terço da cidade fora destruído. Sob os escombros, vidas perdidas, muitas.⁴⁶⁶ O ar que se respirava era de morte, e não de vida. Ainda no ⁴⁶⁵ Miguel Maurício Ramalho. Canto XIX. In: *Lisboa reedificada: Poema épico*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1780. As outras epígrafes deste capítulo também são extraídas desse poema.

⁴⁶⁶ João Lúcio de Azevedo em *O marquês de Pombal e a sua época* [2ª ed., Lisboa: Clássica, p. 120]

menção de 6 mil a 8 mil vítimas. Kenneth Maxwell, em trabalho mais recente e obrigatório, lembra que se acreditava, na época, que houvessem perecido 40 mil pessoas, “se bem que o número real deve beirar os 15 mil”. In: *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 24.

167

dia anterior e sob o impacto da catástrofe, D. Pedro de Almeida, marquês de Alorna, aconselhara D. José a “enterrar os mortos, cuidar dos vivos e fechar os portos.”⁴⁶⁷ A primeira recomendação era nevrálgica.

Primeiro, os mortos. Uma parte da cidade estava morta, junto com seus habitantes. A freguesia da Madalena foi uma delas.⁴⁶⁸ Era famosa por seu movimento. Aí localizava-se parte do Terreiro do Paço, o largo do Pelourinho Velho, onde expunham-se açoitados e enforcavam-se condenados. Havia o mercado do peixe, a casa do “Haver do Peso” ou

“Ver o Peso”, onde se pesavam as mercadorias que necessitavam ser pesadas com pesos mais elevados do que os permitidos pela Câmara e onde também se vendia azeite. A Madalena fora-se. Foram-se as lojas dos fanqueiros enfileiradas à volta do largo, palco, antes, de manifesta atividade febril. Sumira o estreito e afunilado largo da Portagem em cuja esquina com a rua da Misericórdia se erguia, até meados do século XVI, o “hospital dos incuráveis”, depois recolhimento de D. Antonio de Castro. A conhecida Portagem tirara o nome de uma casa que ali existira, na qual se cobrava o direito do mesmo nome, direito

esse que incidia sobre as mercadorias que entravam na cidade.⁴⁶⁹ Faminto, o terremoto tragara também a rua do Arco do Caranguejo, a do Arco de Nossa Senhora da Consolação, assim designada em atenção ao orago da ermi-dinha que se encavalitava na Porta do Ferro, a das Carniçarias Velhas, onde outrora ficavam os açougues. Engolira a do Hospital dos Palmeiros, fundado em 1292 com o fito de albergar os peregrinos que chegavam à cidade, a da Misericórdia, onde erguiam-se a igreja e o recolhimento do mesmo nome, e em cujos degraus reuniam-se em alegre bulha os cegos para vender suas folhas volantes, as ramalheteiras, os passarinheiros e os homens das tatuagens. Ao longo da mesma rua sumiram as lojas antes tomadas pelos bufarinheiros e mercadores da “classe da Misericórdia”. O sismo consumira ainda a rua Nova ou Nova dos Ferros, principal serventia da cidade e vitrina dos livreiros locais, a dos Ourives da Prata, enfeitada pela ermida de Nossa Senhora da Assunção, enco-⁴⁶⁷ Joaquim Veríssimo Serrão corrige amigavelmente seus colegas que costumavam atribuir tal frase ao marquês de Pombal. *História de Portugal, op. cit.*, vol. 6, p. 26.

⁴⁶⁸ O minucioso texto de Luís de Macedo. *O terremoto de 1755 na freguesia da Madalena*. Lisboa: Solução, s/d., pp. 3-16, permitiu-nos avançar as informações acima.

⁴⁶⁹ Idem, ibidem, p. 5.

168

menda dos prateiros que a inauguraram em 1697, a das Pedras Negras, que teve por morador o impressor Miguel Menescal da Costa.⁴⁷⁰ Desapa-receu a calçada do Correio, que passava em sítio conhecido como Pé da Costa, onde se erguia o palácio do Correio-Mor. Sumiram também os becos do Açougue, do Cura, do Espera-Rapaz, do João das Armas, do Mar-tim Alho, do Oliveira da Padaria. Uma parte da cidade morreu levando consigo sua história.⁴⁷¹ Finaram-se as pedras erguidas no século XIII —

caso dos açougues da rua das Carniçarias Velhas —, os telhados seiscentistas que abrigaram personagens como o estrangeiro Martinho Oldemberg⁴⁷² — morador da rua de Baixo, cujo neto envolveu-se, depois do terremoto, numa conjura contra Sebastião de Carvalho e Melo —, as tortuosas escadas quinhentistas como a de Pedra, em cujo muro as putas prestavam gentilmente serviços à cidade. Morreram nomes: beco do Inferno, de 1362, ou da Boca do Inferno, do terceiro quartel do século XVI, que lembrava sabe-se lá que terríveis

pecados!⁴⁷³

O que sabemos sobre cidades mortas, sobre o doce velório de velhas pedras? O luto da paisagem e das almas que nelas outrora se moviam nos parece, hoje, apenas saudade e melancolia. Não se chorou o fim da freguesia da Madalena, e os historiadores passaram aparentemente sem dor nem compaixão por esses restos de passado português, permitindo que a memória do terremoto apagasse outra: aquela dos lugares, a das referências espaciais, a dos pontos de encontro, juntamente com toda a rede de significações sociais, culturais ou cronológicas que eles teriam para os moradores de Lisboa.⁴⁷⁴ O sismo apagara as 470 Idem, *ibidem*, p. 7.

⁴⁷¹ Para saber mais sobre as deliciosas ruas de Lisboa tais como a rua do Poço do Cano para Cima, do Monturo do Bonete, do Lagar do Mel, do Pau Travesso, das Olarias de Cima e de Baixo, do Quebra Cus, do Chancudo, o beco da Farinha, o da Estalagem Negra, o do Deixa Estar, entre outras, ver: Cristóvão Rodrigues de Oliveira. *Sumário do que brevemente se contem algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa*. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1755.

⁴⁷² Entre os maiores comerciantes germânicos radicados em Portugal encontravam-se os Oldemberg ou Oldenburg, Félix e seu filho Martin (também referidos como Feliciano e Martinho Velho); receberam por quatro vezes o monopólio do tabaco, que detiveram entre 1743 e 1753, obtendo, nesse último ano, também o do comércio com a Índia. Controlavam ainda a Companhia de Comércio com a Ásia, detendo 82% do capital. Ver sobre a questão João Pedro Ferro. “Influências germânicas em Portugal na segunda metade do século XVIII”. In: *Portugal no século XVIII*, *op. cit.*, pp. 379-399.

⁴⁷³ Luís de Macedo, *op. cit.*, p. 8.

⁴⁷⁴ Uma exceção são os comentários de G. de Mattos Sequeira no primeiro volume de *Depois do terremoto: subsídios para a história dos bairros ocidentais de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências, 1916, um lamento sincero e apaixonado pela cidade.

marcas do cotidiano, e as janelas das fachadas destruídas, como órbitas vazias, pareciam sublinhar o horror dos últimos momentos dos moradores. Mas também

aquele do alheamento da memória que se seguiria às reformas impostas à cidade.

Num exemplar trabalho de pesquisa, José Augusto França ma-peou os destroços, ou melhor, as zonas mortalmente atingidas pelo pe-sadelo natural: toda a parte baixa do centro da cidade entre o Terreiro do Paço ao sul, o Rossio aos norte, entre a parte da encosta da colina coroada pelo Castelo de São Jorge, a leste, e uma linha que atravessa perpendicularmente do Tejo aos Altos de São Roque, nos limites do Bairro Alto a oeste, formando um retângulo regular de 1.200m sobre 600m que se constituiu no alvo central do sismo, que deve ter beirado nove pontos na escala Richter.⁴⁷⁵ Quatro outras zonas foram igualmente atingidas: a oeste, uma área de 1.000 metros de comprimento, do rio até o limite norte do Bairro Alto, e de 350m de largura; a oeste do Alto do Castelo e de seus aclives na direção sul até o rio e uma zona muito irregular, ligeiramente triangular, cujos vértices seriam o quarteirão popular da Alfama (O), o Campo de Santa Clara (L) e os Altos de Nossa Senhora do Monte (N), constituindo uma linha de frente de 600 metros face ao Tejo, com profundidade no sentido norte-sul de 1.000 metros.

Ao norte da cidade, uma outra vasta zona, aliás pouco habitada, foi des-figurada e, aí, os Altos de Sant'Ana constituíram o epicentro; seu limite ao sul era a residência dos jesuítas, dita de Santo Antão.

Confirmando alguns dados já mencionados aqui, França constatou que os quarteirões mais populosos, como o da Madalena, varridos pela fúria cega do terremoto, foram os mais castigados. Todo o centro da “salutífera Lisboa” foi brutalmente arrasado, com exceção de duas zonas longas e estreitas orientadas na direção norte-sul que correspondiam ao aclive ocidental da colina do Castelo, onde havia um bairro extremamente populoso, e a parte oriental do Bairro Alto. Imunes aos solavancos do sismo, não escaparam, contudo, da tempestade de fogo que os sucederam.⁴⁷⁶ A área fagocitada pelo incêndio teria 1.500m de frente por 1.000m de profundidade e correspondia ainda melhor ao ⁴⁷⁵ José Augusto França, *op. cit.*, pp. 55-56.

⁴⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 57.

170

centro urbano, aos lugares de comércio, à Corte e à população mais densa da cidade. Segundo Moreira de Mendonça, autor de uma *História Universal dos*

Terremotos, datada de 1758, aí concentrava-se um terço da população da cidade.

Depois da morte de parte da cidade, os mortos. Seus moradores mortos. Não mais os monumentos de pedra e cal, mas os de carne e osso. Famílias inteiras desapareceram na boca voraz que a terra abriu. Vizinhos de longa data não tornaram jamais a reencontrar-se. Companheiros de trabalho abraçaram-se no sono da morte. Enterradas ou calcinadas, esmagadas ou petrificadas, as vítimas somavam-se aos milhares. Não se sabe exatamente quantas foram. As cifras avançadas por observadores de época — informa França⁴⁷⁷ — são extremamente variáveis. Cartas escritas de Lisboa, depois da catástrofe, falavam em 70

mil, 85 mil ou mesmo 90 mil mortos. Para o núncio apostólico, as perdas estariam em torno de 40 mil vidas humanas. Um súdito francês mencionava 14 a 15 mil mortos, a mesma cifra que o padre Antonio Pereira em um bem-documentado trabalho. Por sua vez, o padre Manuel Portal calculava entre 12 a 15 mil, enquanto o padre Antonio do Sacramento supunha 18 mil. Miguel Tibério Pedegache⁴⁷⁸, “o mais avisado dos autores que escreveu sobre a catástrofe”, segundo Moreira de Mendonça, falava em 10% dos habitantes. Moreira de Mendonça, depois de exaustivas pesquisas corrigindo fontes diversas, ele mesmo chegou à conclusão de que no dia do terremoto pereceram cinco mil pessoas e que até o final do mês, entre feridos e doentes, outras cinco mil, perfazendo um total de 10% da população.

O exemplo de um rol de mortos revela ao leitor a composição social de algumas dessas densas ruas lisboetas que desapareceram. À

rua da Padaria, por exemplo, ficaram sepultados nas ruínas do sismo:⁴⁷⁹

1. José Duarte, sapateiro casado,
2. Elvira Teresa, casada com o sobredito,

3. Catarina Josefa, filha dos ditos,

477 Idem, ibidem, p. 58.

478 Os Pedegache vêm de uma velha família francesa, da Baiona, nobilitando-se definitivamente em 1792, quando recebem seu brasão de armas.

479 Idem, ibidem, p. 10.

171

04. Maria Rosa, criada dos sobreditos, 05. Antonio Dinis, solteiro e oficial dos ditos,

06. Francisco da Costa, sapateiro casado,

07. Sua mulher Teresa de Jesus, também morta,

08. 9-10-11 e mais quatro filhos e uma filha,

12. Teodoro Pereira, viúvo sapateiro,

13. Joaquim Manoel, oficial do dito,

14. Leonardo Monteiro, sapateiro,

15. Andresa Maria, mulher do dito,

16. Maria, filha,

17. Clara, filha,

18. Teresa, filha,

19. Clemente, filho dos sobreditos,

20. Josefa Maria, mulher de Manoel Lopes, sapateiro,

21. Ricarda, filha dos ditos,

22. Genoveva Maria, assistente em casa dos ditos,

23. Rosa Maria Loba, viúva,

24. Antonia Batista, filha da dita,

25. Bento Francisco, solteiro e sapateiro,

26. Francisco Lopes, oficial de sapateiro,

27. Manoel Álvares, solteiro, sapateiro,

28. Um oficial de Manoel da Silva,

29. Antonio da Costa, viúvo, sapateiro,

30. Margarida Batista, mulher de Mário Batista Armão,

31. Maria, criada dos ditos,

32. Antonia, escrava de Júlio Cardoso,

33. José, aprendiz de Francisco da Costa, sapateiro,

34. Raimundo Pascoal, casado, espanhol,

35. Uma filha dos ditos de dois anos,

36. Madalena Maria, mulher de João Antunes da Silva,

37. Antonio da Fonseca, viúvo de Inês Antunes,

38. Paula Joaquina, solteira,

39. Maria Romana, filha de Manoel Antunes, andador,

40. José, filho de Gabriel Coelho,

41. Ana do Couto, mulher de Manoel Ferreira da Mota,

42. Antonia dos Anjos, mulher de Joaquim de Figueiredo.

A partir dos exemplos diligentemente colhidos por Luís de Macedo, o historiador pode adentrar os domicílios lisboetas, entendendo 172

um pouco melhor sua composição: famílias nucleares, com média de três filhos por casal e com um criado ou escravo, para compartilhar os serviços domésticos ou profissionais. Poucas mulheres tinham ocupa-

ção definida no rol, salvo uma certa “guardadeira” na rua D. Gilianes, o que não impede que exercessem algum tipo de ocupação informal para aumentar a renda. Há casais, como João Rodrigues dos Santos, confeitiro, e sua esposa, que possuíam até duas escravas. Todos mortos.

A Providência teria sido mais misericordiosa com os aristocratas?

Um cronista francês lembra que, na proporção, morreram poucas pessoas de qualidade; o fato ter-se-ia verificado pela hora do sismo: hora em que a gente da Corte estaria ainda em casa, ou ouviria missa nos oratórios e capelas dos seus palácios, o que os livrou do esmagamento sob as fenomenais abóbadas onde ocorreu maior mortandade. O autor das *Memórias do reinado del rei D. José* registra que da Primeira Nobreza morreu o embaixador de Espanha... pessoa bem vista na nossa sociedade... Morreu um principal irmão do marquês de Angeja fugindo da igreja Patriarcal para a sala dos Tudescos. Morreu a condessa de Lumiares estando no oratório de suas casas. Morreu a marquesa de Lourçal, em Cascais, D. Ana de Moscoso e outras senhoras, morreu D.

Pedro de Mello em Penha de França. Morreram dois monsenhores em suas casas que se achavam doentes; querendo-os livrar seus domésticos, eles e todos esses ficaram debaixo das ruínas.⁴⁸⁰

Entre os moradores da colônia britânica, as baixas ficaram aquém de sua relativa importância numérica. Segundo a lista oficial feita pelo cônsul-geral, Edward Hay, e enviada para Londres, a comunidade teve 77 mortos, 29 homens e 49 mulheres — o mais importante dos quais foi o reverendo John Manley, presidente do Colégio dos Inglesinhos. A feitoria perdeu dois categorizados membros: o jovem John Churchill e o velho Daniel Casamajor. Muitos outros ficaram sem mulheres e filhos, como Mr. Hake e Mr. Perochon.⁴⁸¹ Entre os comerciantes hamburgueses, sentiu-se a perda do filho de Thor Laden, fundador de uma velha ⁴⁸⁰ “Manuscrito anônimo da livraria do conde de Arrochela: ‘Memórias del rei D. José’”. In: Caetano Beirão, *op. cit.* , p. 23.

⁴⁸¹ Carlos Estorninho, *op. cit.* , p. 208.

173

casa comercial, enquanto o filho do presidente de Lübeck, Johann Friedrich Carstens, feriu-se gravemente.⁴⁸² Entre os franceses, a conta-gem de Baschi registrou a morte do Sr. Ribeyrolles, negociante de Auvergne, do dentista Catalã, do “velho De Sable”, provável comerciante de “alguns moços peruqueiros” e de algo entre dez e doze pessoas do “povo”.⁴⁸³

No dia seguinte, qual gigantesca necrópole, Lisboa era o emblema do que mais se temia, ainda, no século XVIII: a peste e a fome. Para acionar medidas emergenciais, o doutor José Seabra da Silva, desembargador da Casa de Suplicação, foi nomeado superintendente dos Transportes. O duque de Lafões recebeu jurisdição em matéria de tombos, desentulhos e segurança das ruas e edifícios. O secretário de Estado, Sebastião de Carvalho e Melo, que desde o início de sua administração destacara-se pela vontade de reformar estruturas tradicionais⁴⁸⁴, afirmou-se como figura de destaque do governo, empreendendo uma série de atitudes saneadoras.⁴⁸⁵ Sem tomar partido na longa disputa historiográfica sobre as qualidades e defeitos do futuro marquês de Pombal, João Lúcio de Azevedo definiu com equilíbrio sua irrupção no quadro da catástrofe: “A verdade é que, em emergência semelhante, nenhum estadista mediano com iguais responsabilidades lhe ficaria somenos”.⁴⁸⁶

Mas voltemos ao terremoto e às suas consequências imediatas.

Francisco José Freire, nas suas memórias das *Principais providências que se deram no terremoto* ⁴⁸⁷, oferecidas a D. José, indica como primeira delas

“evitar o receio da peste que ameaçava a corrupção dos cadáveres, sendo inumeráveis e não havendo vivos para os sepultarem”. *Et pour cause*.

Temia-se, desde a Idade Média, a terrível *pestilentia*, na imagem macabra dos cadáveres descarnados e corrompidos, de membros inchados, de 482 Emil Grüneberg, *op. cit.*, p. 55.

483 Archives des Affaires Étrangères, Paris, Correspondance Politique, v. 88, carta do conde de Baschi, 9/02/1756, p. 52.

484 João Lúcio de Azevedo. *O marquês de Pombal e sua época*, *op. cit.*, p. 121 e passim., demonstra que a influência política do secretário vinha de longe. Ela não é apenas fruto do terremoto.

485 Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* , p. 29.

486 João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 121.

487 *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755.*

174

olhos entreabertos, prostrados pela lassidão do último combate. Temiam-se, nessa cidade às margens de um rio, as “águas mortas”. Aquelas que, saídas do leito, não voltaram ao mar e “facilmente se fariam contagiosas as que se estagnavam, impedidas pelas ruínas”. Eis por que, para além do retrato da situação calamitosa em que se encontravam as ruas da cidade, uma das Principais Providências, mais precisamente a de número III, in-quiria apressadamente o patriarca, D. Tomás de Almeida, sobre onde enterrar tantos corpos. “Sua Majestade manda remeter a V. Eminência as cópias das ordens que acaba de expedir ao duque regedor. Nelas verá V. Eminência que falta a eleição das sepulturas que não se podem retardar sem outro gravíssimo perigo”. O documento prescrevia a abertura de fossos de grande altura onde se lançassem os cadáveres, tal como já fora praticado em diferentes países castigados com o flagelo da peste.⁴⁸⁸

No entender de alguns médicos, as vítimas da peste, que, acreditava-se na época,

podia resultar do puro medo, só não foram maiores porque os portugueses eram vorazes comedores de alho e ávidos chu-padores de limão. Esse eficaz átrico, segundo um deles, “possuía um ácido pelo qual os glóbulos envenenados que concorrem para tornar o sangue mais grosso escapam pela abertura dos poros, dando à linfa tempo de se refrescar” e protegendo o corpo de ares corrompidos.⁴⁸⁹

Havia contudo outras considerações médicas a serem levadas em conta. Duarte Rebelo de Saldanha registrava que “miasmas e exalações infectas extraídas da terra” no momento do sismo, saturadas de “partí-

culas vitriólicas, arsenicais, sulfúreas, salitrosas e putrefativas”, podiam ter sérias consequências. Elas “alteravam e enfermavam” os corpos com doenças pestilenciais ou inflamatórias de caráter “purpuráceo, exantemático, variólico ou de índole nova, o que provém da diversidade de conteúdos que infeccionam a atmosfera com matérias elevadas nas exalações da terra como insignemente mostra um singularíssimo anô-

nimo”.⁴⁹⁰ Como vê o leitor, as doenças podiam, então, ser tão misteriosas quanto o diagnóstico dos médicos.

488 Idem, ibidem, p. 43.

489 *Tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’Incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur, 1756, op.*

cit., p.32.

490 *Ilustração médica e ético-política-histórico-sistemática e reflexão crítica às considerações médicas*. Lisboa, 1761, p. 38.

175

Expedida de Belém, a ordem em carta assinada por Sebastião José de Carvalho e Melo⁴⁹¹ e datada de 2 de novembro tinha toda razão de ser. Na sensibilidade da época, sensibilidade inscrita num momento que Michel Vovelle caracterizou como o do “grande cerimonial da morte barroca”⁴⁹², sepultar os corpos no mar tinha severas implica-

ções. O túmulo era, afinal, uma segunda casa. Privar os mortos de um abrigo significava obrigá-los a errar como almas penadas. Pior: as vítimas não seriam enterradas como rezava o costume, mas dadas de comer aos peixes, pois, “considerando-se uma grande parte do povo de Lisboa entre as atuais ruínas e sendo tão numeroso o referido povo”, temia-se que seus corpos exalassem “nocivos vapores”. O tempo urgia.

Ou rugia. Não haveria lugar na terra para enterrar os cadáveres, e esses não teriam onde dormir ou repousar à espera da ressurreição.

Melhor, então, usar batelões e, depois dos assentos de óbito e das prá-

ticas de piedade cristã, que se levassem “os corpos algumas léguas fora da barra e os lancem no mar com pesos que os conservem no fundo até se consumirem”. Um cronista de época chegou a descrever os corpos, ou o que sobrara deles, sendo embarcados em “naus viejas”, para dar-lhes como sepulcro o mar.⁴⁹³

Três dias mais tarde, outra carta do mesmo punho instava “a todos os Prelados Regulares dos Conventos de Lisboa (...) persuadir a urgência da sepultura dos mortos”. O ministro dirigia-se aos religiosos que, no documento, são descritos com “enxadas às costas e trabalhando com devotadíssimo fervor”, tentando, provavelmente, dar um enterro tradicional aos seus paroquianos. A falta de sepulturas era, aí, novamente invocada para justificar a forma inusitada dos enterros no fundo do mar, além de haver uma clara solicitação das “virtudes e observância da comunidade” que cada prelado dirigiria, no sentido de que não houvesse.⁴⁹¹ Este trabalho não pretende discutir a figura controvertida de Pombal, sobre quem tanto se tem escrito. Remeto o leitor para o consagrado livro de Kenneth Maxwell, *Pombal: paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; obra atualizadíssima que discute, entre outras questões, a própria bibliografia existente sobre o personagem.

⁴⁹² Ver o seu magnífico *La Mort et l'Occident. De 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983; especialmente o capítulo supracitado, pp. 239-364. Em Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 248, ver o item “A encenação barroca da morte”.

⁴⁹³ *Breve compendio de las innumerables lamentables ruinas y lastimosos estragos que à la violencia y conju-ración de todos los quatro elementos experimentó la Gran Ciudad y Corte de Lisboa*. Barcelona: Imprenta de Teresa Piferrer, 1755, p. 8.

se resistências ao uso dessa medida emergencial. Tanto os rituais em torno da morte eram nevrálgicos que uma outra Providência ordenava a retirada imediata do corpo do embaixador espanhol, Perelada, de debaixo das pedras. Seu corpo certamente não foi jogado aos peixes, entre tantos mortos anônimos, mas, sim, “levado com toda a magnificência ao mosteiro de São Bento”, onde se lhe deu sepultura no dia 2

de novembro!⁴⁹⁴

Tradicionalmente, os corpos eram enterrados nos cemitérios ou, se defuntos privilegiados, dentro das igrejas da cidade, respeitando-se sempre a hierarquia social dos mortos no interior da própria construção: os mais ricos próximos ao altar central, e os mais pobres, perto da porta.

Antes, contudo, havia cuidados extremos em ministrar a extrema-unção por um sacerdote encarregado de confessar e curar a alma do moribundo. Na ânsia de aplicar tais cuidados, não faltaram, segundo a observação de um protestante inglês, os que, findos os tremores de terra, “atormetavam os moribundos com cerimônias religiosas”⁴⁹⁵, dando mostras do quanto lhes parecia importante cumprir escrupulosamente o ritual da unção dos órgãos dos cinco sentidos e da absolvição final dos pecados. Mas não havia o que estranhar. Os funerais, revestidos da sole-nidade e respeito que eram devidos aos mortos, simbolizavam manifestações de piedade e dor que respondiam com fidelidade às prescrições romanas e que se ligavam diretamente à crença nos destinos da alma.⁴⁹⁶

Em tempos em que o *Orfeo* de Monteverdi, um dos mais belos cantos sobre a morte e a alma libertada, enchia, nas vozes dos *castrati*, os coros da Corte⁴⁹⁷, em que capelas de ossos como a de Évora⁴⁹⁸ tor-⁴⁹⁴ Matias Pereira de Azevedo Pinto. *Diário dos sucessos de Lisboa desde o terremoto até o extermínio dos jesuítas*. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Souza, 1756, p. 7.

⁴⁹⁵ “Narrativa do Sr. Thomas Chase do terremoto de Lisboa”. In: *O terremoto de 1755, op. cit.*, p. 99.

⁴⁹⁶ Ver sobre o tema o artigo de Maria do Rosário Bastos, “Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII a XVI”. In: José Mattoso (org.). *O reino dos mortos na Idade Média peninsular, op. cit.*, pp. 109-114.

497 Ver sobre o tema Manuel Carlos de Brito. *Percursos musicais: ópera, concertos e música religiosa em Lisboa no século XVIII*. Lisboa: Associação Portuguesa de Educação Musical; Câmara Municipal de Lisboa, 1995.

498 Em Campo Maior, na Extremadura, em 1731, o arsenal da cidade, contendo seis mil arrobas de pólvora e cinco mil de munição que seriam usadas na guerra contra a Espanha, explodiu devido a um terremoto, matando um terço da população. Em 1776, com os restos de cerca de 800 vítimas, foi construída a bela capela de ossos que ainda aí está. A informação é de Dominique Fernandez em *L'or des tropiques: promenades dans le Portugal et le Brésil baroque*. Paris: Grasset, 1993, p. 11.

177

navam-se lugares de peregrinação, em que se acreditava que as almas de excomungados transmudavam-se em espíritos das tempestades,⁴⁹⁹

viver o inferno antes do fim do mundo, submeter-se às justiças do além sem estar preparado, devem ter significado uma tremenda ruptura no horizonte mental e espiritual de um povo tão piedoso.

Michel Vovelle⁵⁰⁰ já detectara alhures uma percepção secreta, menos formalizada, de um certo espírito do tempo no qual se descortinava uma visão da fragilidade do mundo e de seu desaparecimento iminente. O terremoto do dia de Todos os Santos coube nesse pano de fundo das mentalidades como uma luva, lembrando aos lisboetas a fugacidade da existência terrena. Ora, as visões que, segundo Vovelle, se tinha da morte coletiva inspiravam menos um pânico coletivo e mais uma angústia pessoal capaz de refletir o amor amargo da vida, um ape-go que era resto de Renascimento e que os novos tempos haviam colorido de certa nuança desesperadora. Em Portugal, definia-se a fragilidade do ser humano, assim como o caráter perecível de toda a alegria profana, nas metáforas do poeta André Leitão de Faria, dito “cisne luso” da Academia dos Singulares: “Nessa cruel ação, que o golpe duro/ em teu peito pretende sensitivo/ é justo que te creia objeto vivo/pois te choro cadáver já futuro”.⁵⁰¹ O pintor barroco, por sua vez, acompanhava essa visão de mundo pintando martírios e crânios, o símbolo mais direto da morte. Exatamente como o fez Bento Coelho em sua “Estigmatização de São Francisco” na igreja da Madre de Deus.⁵⁰² É bom não esquecer que a mística e o rigorismo jacobita que grassaram durante toda a primeira metade do século voltavam-se também para um estilo de vida espiritual

em que predominavam a ascese e o desgosto do mundo. Os anos de 1725 a 1750 foram recordistas na publicação de manuais de preparação para a morte cujos títulos não deixavam dúvida sobre o conteúdo: pense-se nos *Brados do Pastor às suas ovelhas*, de frei José de Santa Maria de Jesus, ou no *Guia para tirar as almas do caminho espaçoso da perdi-*

ção e dirigi-las pelo estreito da salvação, do jesuíta Francisco Matos.⁵⁰³

499 Quem informa é José Leite de Vasconcellos em *Tradições populares de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, s/d., p. 324.

500 Michel Vovelle, *op. cit.* , p. 240 e passim.

501 Luís de Moura Sobral. *Pintura e poesia na época barroca*. Lisboa: Estampa, 1994, p. 162.

502 Idem, *ibidem*, p. 136, imagens 44 e 45.

503 Ana Cristina Araújo, *op. cit.* , p. 151.

178

Era, portanto, a morte cruamente desvelada, em seu mais absoluto realismo, sem palavras ou disfarces, essa que se via na pintura, lia-se nos sermões e livros, e praticava-se entre os adeptos da Jacobeia.⁵⁰⁴ Exatamente como a morte que se viveu no dia fatal de 1º. de novembro, cujos mortos, isolados e abandonados pelos seus pares, sofreram na carne o sentido do *carpe diem* de que ouviam falar nos sermões ou que apreciavam nos retábulos rococó. Nesse dia, o peso de instituições intercesso-ras como irmandades, confrarias e ordens terceiras penitentes que, como bem diz Ana Cristina Araújo, compunham um equipamento religioso gigantesco, falhou.⁵⁰⁵ A ruptura com a tradição foi completa. Sem o aparato da costumeira sociabilidade que cercava velórios e enterros, o fausto dos rituais e as benesses em forma de missas e círios capazes de garantir a salvação eterna, os mortos se viram sós com seus pecados.

Contra a horrenda repercussão da onipresença da morte, nova portaria, dessa vez datada de 7 de novembro, solicitava ao escrivão do povo, Nicolau Luís da Silva, que instasse junto à Casa dos Vinte e Quatro “encarregando-os de convocar cada ofício aos seus respectivos artí-

fices ao fim de concorrerem em causa comum com o Estado Eclesiástico e da Nobreza nas obras de misericórdia e de indispensável necessidade pública de se dar sepultura aos mortos e de preservar os vivos do contágio que lhes ameaçava a corrupção”. O medo da peste caminhava *pari passu* com o problema da morte, agora moradora oficial da cidade, obrigando as autoridades a ameaçar: “Porém havendo alguns particulares que se mostrem remissos a tão urgentes obrigações, os sobreditos (juí-

zes do povo) poderão proceder contra eles até pena de prisão dando depois conta a Sua Majestade”.⁵⁰⁶ Uma semana depois da hecatombe, com os corpos fétidos apodrecendo nas ruínas, enterrava-se sob pena de prisão!

Não há dúvida de que o terremoto e o destino trágico de seus mortos, e mesmo de partes da cidade enterrada, tenham se inscrito numa sensibilidade específica em face da dama da foice, que mais tarde nos 504 Sobre os jacobeus, ver: Luís Cabral de Moncada. “Mística e racionalidade em Portugal no século XVIII”. *Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra*, vol. 28, pp. 11-98, 1953.

505 *Op. cit.* Ver o capítulo VII da mesma, p. 319 e passim.

506 *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755.* p. 48.

179

ajudará a interpretar a visão que tiveram os lisboetas do fenômeno sísmico. A morte nesses tempos associava-se a um certo temperamento macabro que colocava, por sua vez, na imagem da evocação do trespas-se a mesma excessiva paixão que havia na pintura dos martírios que decoravam as igrejas lisboetas. Desarmados diante de eventos que não podiam explicar pela ação do dedo de Deus, os portugueses, como, aliás, muitos europeus, continuavam a crer que as calamidades naturais e a morte que chegava com elas eram castigos, avisos ou, no mínimo, provas que, tal como qualquer martírio, deviam ser vivenciados como uma promessa de entrada para o reino dos justos:⁵⁰⁷ “O grande terremoto com que Deus, pelos seus juízos (...), castigou este Reino...”, concluía, lugubrememente, o mesteiral e escrivão do povo Cristóvão da Silva.⁵⁰⁸

Mas a morte não vinha só e não era unicamente a ela que as autoridades temiam.

Em seu cortejo havia, como na tradição bíblica, um outro cavaleiro do Apocalipse: a fome. A segunda Providência tinha por objetivo, portanto, “evitar seu receio”:

“Satisfeita a Religião com a sepultura dos mortos, entrou logo a caridade a socorrer os vivos para que a fome em tempo de tal perturba-

ção e penúria não fizesse acabar aqueles que, vendo-se com vida, se julgavam felizes entre tantas misérias. Não houve ideia de comiseração e economia neste ponto que El-Rei não praticasse com ordens tão saudá-

veis como prontas. Mandou logo ao marquês presidente do Senado da Câmara que nomeasse vereadores os quais assistissem às portas da cidade, a receber os mantimentos que viessem de fora ou se achassem nos entulhos, e distribuí-los com tal justiça que a pobreza para se alimentar não necessitasse das recomendações de valedores.

Para esse efeito foram postos editais públicos a benefício do cotidiano alimento do povo, mandando-se neles que não se alterassem os preços dos víveres que corriam antes da calamidade. E porque esta estava pedindo ainda maiores providências, não só deu El-Rei, livre de quaisquer direitos, todo o pescado, mas enviou diversos fidalgos a várias terras a fim de que delas remetessem mantimentos para cuja condução 507 Sobre o tema do castigo e da catástrofe, conferir: Jean Delumeau & Yves Lequin. *Les malheurs des temps: histoire des fléaux et des calamités en France*. Paris: Larousse, 1987.

508 Eduardo Freire de Oliveira. *Elementos para a história do município de Lisboa*. Lisboa: Universal, 1910, tomo IV, p. 147.

180

fácil e pronta mandou dar todos os meios possíveis, assinando até os lugares certos das vendas deles em sítios favoráveis à grande dispersão do povo. Porém, como não costumam bastar todas as cautelas, para não negociarem com as misérias do próximo aqueles homens, pestes da República, que vivem de monopólios, chegando aos ouvidos de S. Majestade as extorsões, que nisto portavam os pobres, gemendo à violência de comércio tão iníquo, não houve remédio que nesta matéria esquecesse, e remédio que custou aos culpados pesado mas merecido castigo.

De tanta providência se seguiu não só não haver fome, nem falta de mantimentos, antes abundância maior do que aquela que se podia esperar de tempos em que o sustento precisamente necessário para a vida, já se tem por fartura. Não se poderia dar por satisfeita a grande piedade de El-Rei se unicamente parasse nestas providências e não abrisse seus tesouros a remediar os famintos. Por isso mandou distribuir por eles copiosíssimas esmolas em gêneros e em espécie com uma liberalidade igual à ternura e grandeza do seu coração; se fora possível saber-se ao certo o número delas palpávamos expressões que, por mais que forcejem, nunca pintam o natural das grandes almas.

Como as ações dos reis são a viva regra por onde costumam governar-se seus vassallos, foi logo imitado tão santo exemplo; de maneira que todo o estado de pessoas que então se viram na rara fortuna de menos pobres, abrindo suas casas e celeiros, deram abrigo e sustento aos miseráveis famintos; conheceram e praticaram bem naqueles tempos que não eram senhores, mas depositários de seus bens, quando deles precisava a necessidade alheia.

Para a glória das famílias religiosas escrevemos agradecidos, que nesta caridade se distinguiram entre todos ou se fossem nelas maiores as posses ou as virtudes. Deram em suas portarias quanto tinham; e sabemos de certo que para valerem com os pobres cortaram muito por seu próprio sustento; e cada um se alegrava, vendo que para obra tão santa lhe faltava o preciso alimento. Enfim, se houve renovação daqueles bons séculos da Igreja primitiva foi certamente naquele tempo: e o favorecer-nos logo Deus com mão tão benigna devemos atribuí-lo a uma caridade tão geral e ardente”.⁵⁰⁹

509 Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755. p. 9.

181

Malgrado as boas intenções dos governantes expressas na Providência acima, a maioria da população sobreviveu durante quatro ou cinco dias com uma libra de pão e cinco ou seis garrafas d'água!⁵¹⁰ Famintos, Ratton e seu pai, por exemplo, acampados nas vizinhanças de Bacarena, alugaram uma besta na qual saíram em busca de pão entre os camponeses da localidade.

“Ainda fumegando a ira divina”

Do documento escrito pelo ministro do Exterior no dia seguinte ao terremoto, cabe destacar algumas questões. A primeira, a do abastecimento e a do medo da fome.

A memória da barriga vazia e roncando era recente. Portugal era um crônico importador de cereais.⁵¹¹ Na primeira metade de 1750, o país foi assolado por uma seca sem precedentes, implacável na Extremadura e no Alentejo. Seguiram-se a essa chuvaradas medonhas, capazes de arruinar casas e plantações, barcos e gado. Uma grande cheia do Guadiana, no início de 1751, fazia a *Gazeta de Notícias* destacar que “as terras se acham cheias d’água e há sítios nos arredores da cidade onde não se pode andar nem a pé, nem a cavalo”. Ainda no ano de 1751, como explica Joaquim Veríssimo Serrão⁵¹², para além do clima desfavorável que se verificou em várias zonas do país, assinalou-se um pequeno terremoto em Torre de Moncorvo, atribuído pelos habitantes aos efeitos de uma mina sulfúrea na região. No princípio de 1752, as chuvas torrenciais que lavaram os campos de Salvaterra engrossaram a corrente do Tejo. Em maio do ano seguinte, nova seca no Alentejo e Extremadura. Em Olivença, morriam “criações e naturezas”, o mesmo sucedendo em Campo Maior, pelo que o bispo de Elvas ordenou preces *ad petendam pluviam* nas terras da diocese. Em Évora e Lervão as chuvas castigavam, impiedosas, enquanto em Coimbra vendavais fortes var-

510 *Tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur, op. cit., p. 25.*

511 Sobre o tema ver Kenneth Maxwell, *op. cit.*, especialmente o capítulo II, “A Idade do ouro e suas consequências”, pp. 37-49.

512 Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 219-210.

182

riam casas e olivais. Luís de Almeida lembra que a vertiginosa alta dos preços agrícolas engendrou “motins da fome”, engordados por problemas de alimentos e carências cerealíferas. Em suma, a primeira metade do século XVIII foi atravessada por queixas do tipo “vai crescendo a fome do trigo”, “há mortandade de sardinhas” ou “carnes caríssimas”.⁵¹³ Em 1708, o diplomata José da Cunha Brochado chegou a registrar, desconsolado: “está partindo a frota para o Brasil e

todo o reino quer embarcar nela por entender que naquele estado há menos fome...

Deus se lembre de nós”.⁵¹⁴ Anos mais tarde, e na mesma conjuntura, o granizo já havia destruído colheitas inteiras de centeio e arroz, uma cheia no baixo Tejo arrastou casas, searas e melosias, enquanto os gafa-nhotos atacavam o que restara em Elvas: “em tanto número que se pode igualar com os átomos que se divisam nos raios da luz daquele Planeta”. Era o ano de 1755, o do terremoto.

Para o português setecentista, os sinais do descontentamento de Deus não estariam anunciados em tantos distúrbios climáticos?⁵¹⁵ A fome não era uma calamidade identificada também ao excesso de pecados? Sobreviventes dessas pequenas e seriadas catástrofes não teriam trazido à capital do reino seus relatos sobre companheiros titubeantes e descarnados a vagar, o ventre inchado de terra e capim, entre os campos arruinados? Não disputariam com os lobos famintos toda a sorte de carniça de animais até decidir-se a buscar um pedaço de pão pelas ruas da capital? Carvalho e Melo não passava o tempo a praticar uma política de intercâmbio regional a fim de atender às mais prementes carências da população?⁵¹⁶

Dar de comer para que a fome não fizesse ela também o seu exército de mortos-vivos foi uma forma que encontraram autoridades e moradores para aplacar a fúria da Providência Divina. Enviou-se o marquês de Alorna a buscar mantimentos em Santarém; o conde de Castelo-Melhor, em Vila Nova; os viscondes de Vila Nova da Ceveira, ⁵¹³ Antonio Machado de Faria e Pina, *op. cit.*, p. 81.

⁵¹⁴ Luís Ferrand de Almeida. “Motins populares no tempo de D. João”, *op. cit.*, p. 333.

⁵¹⁵ Na França, malgrado a presença das Luzes, grande parte da população atribuía à vontade de Deus os distúrbios climáticos. Ver sobre a questão Jean Delumeau & Yves Lequin, *op. cit.*, p. 325 e passim.

⁵¹⁶ Sobre a equivocada política agrícola de Pombal, ver Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 205; e o comentário de J. Lúcio de Azevedo sobre os males da vitivinicultura na Extremadura etc., em *O marquês de Pombal e sua época*, *op. cit.*, p. 238.

pai e filho, para Alenquer e Maфра; o Inquisidor-geral, Nuno da Silva Teles, para Torres Vedras.⁵¹⁷ As esmolas em gêneros, os celeiros abertos, as perseguições aos atravessadores, a generosidade das portarias de conventos, a abertura dos tesouros reais faziam parte do esforço pragmático de reorganizar a cidade mortalmente ferida. Mas tratava-se também de apaziguar as consciências: “Se queres morrer bem, continua em bem viver; porque a boa vida é a melhor disposição para a boa morte”, assinalavam os pregadores.⁵¹⁸ Um passado exemplar deveria somar-se a uma virtude ou mérito particular. Se uma vida sem pecados era difícil, dar de comer a quem tivesse fome e distribuir esmolas, aliviando as consciências. Assim, se graças ao esforço coletivo não houve fome, mas, sim, abundância maior, a culpa era também menor. Cabia aos homens aplacar a cólera embutida na mensagem do terremoto. E

essa foi uma das razões para que os barcos pesqueiros partissem com

“farinha e mais mantimentos comestíveis” a fim de abastecer os armazéns sob a guarda do marquês de Alegrete e do marquês de Abrantes.⁵¹⁹

O peixe passou a ser vendido isento de siza, dízima e demais tributos.

Arroz, manteiga, bacalhau e legumes eram descarregados desde a pon-te da Casa da Índia até o cais de Pedra e ali mesmo negociados. No Rossio, saloios vindos das redondezas ofereciam os produtos de suas roças.⁵²⁰ De Belém, continuavam a chegar ordens no sentido de pôr fim aos desregramentos que pudessem potencializar o caos em que estava mergulhada a população de sobreviventes. Rondas numerosas deveriam patrulhar as praias do Paço e da Ribeira onde o pão seria distribuí-

do. Que ninguém levantasse a voz. Haveria de comer para todos.

Na mesma Providência em que se fazia a benevolente partilha do alimento lemos embutida a ameaça contra os bodes expiatórios: “especialíssimo cuidado com Ciganos, Castelhanos e Desertores estrangeiros”, leia-se protestantes e judeus. O comportamento era típico das mentalidades da época: *peste et fame* das quais *libera nos Domine* provocavam ⁵¹⁷ Matias Pereira de Azevedo Pinto, *op. cit.*, p. 10.

⁵¹⁸ Ana Cristina Araújo, *op. cit.*, p. 195.

⁵¹⁹ *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que*

padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755. p. 10.

520 Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.* , p. 29.

184

pânicos que desembocavam em pretensas acusações sobre tradicionais alvos do ódio e do medo coletivo. O medo engendrava medo. A mensagem, embora redigida por um homem identificado com correntes do pensamento iluminista, como era o caso de Carvalho e Melo, continha o germe da tradição para a qual descobrir as causas do mal — um bode expiatório — significava recriar um quadro de segurança. Significava, igualmente, reconstituir uma coerência dentro da qual encontrar-se-iam, na lógica da época, os remédios para a moléstia do terremoto.

As providências práticas se acumulavam: a partir de 10 de novembro, o marquês de Alegrete, Fernão Teles da Silva, deveria mandar afixar editais nos quais se obrigava padeiras, sendeiras, artífices e homens de ganho a não taxar acima das tarifas que vigoravam até o mês de outubro passado. Inúmeras eram as denúncias sobre os que cobravam do povo preços exorbitantes, “obrando em tudo o referido contra a lei de Deus e do rei”, sendo por tal condenados a trabalhar “em ferros por tempo de quatro meses nas obras de desentulhos da cidade”. Penas corporais seriam proporcionais aos crimes.⁵²¹ Mas era preciso pensar na saúde dos que tinham sido vitimados pelo sismo. Sendo assim, o “piíssimo coração de el-rei e o zelo incomparável de seu ministério”, ou seja, de Sebastião José de Carvalho e Melo, acudiam, além dos mortos e famintos, os doentes:

“Logo se destinaram os celeiros do magnífico mosteiro dos monges beneditinos, os do conde de Castelo-Melhor e o palácio de D. Antão de Almada para publicar enfermarias, além daquelas a quem perdoara o incêndio no Hospital Real de Todos os Santos. Não foram tumultuárias as Providências que se deram a esta necessidade; antes se passaram com tanta prudência e acordo que não se confundiram em um mesmo lugar os coxos, os feridos e os enfermos de diverso mal.

Todos experimentaram com liberalidade a piedosa grandeza de el rei, sendo

assistidos de prontos remédios, cirurgiões e enfermeiros. A tanto cuidado deve hoje suas vidas um considerável número de pessoas, que são outros tantos pregoeiros da liberalíssima caridade de seu sobera-521 *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755. p. 11.*

521 Idem, ibidem, p. 10.

185

no. Até mesmo a rainha com suas reais filhas quiseram ter parte em tanto merecimento porque com suas mesmas mãos, nunca mais ilustres, trabalharam em desfiar panos e coser roupa para remédio e abrigo dos mesmos doentes. Quando nas vidas de santas princesas lemos ações semelhantes, a uns causam vergonha, a outros edificação e a todos espanto; deveriam também agora causar os mesmos efeitos. Um exemplo tão raro, como era para fazer santa emulação, teve logo quem o seguisse em todas as senhoras da Corte, ocupando-se, como a contenda, em tão piedoso exercício. Os religiosos empenhados, como já vimos, em não perder ocasião de agradar ao bom Senhor a quem servem, e de mostrar igualmente o quanto são úteis ao público em todos os tempos, com especialidade nos calamitosos, praticam também nesta parte caritativos extremos. Vimos a uns levar a seus ombros muitos feridos às públicas enfermarias, e a outros servir nelas com a cuidadosa assistência que estavam pedindo as leis da fraternidade e as circunstâncias da ocasião.

Religiões houve que santificaram mais os seus conventos recebendo neles e curando um grande número de tais necessitados: deste modo salvaram à República muitos homens que lhes seriam pesados e inúteis se depois vivessem ociosos sem o uso dos seus membros.

Neste tempo em que a rara piedade de el rei se ocupava em mandar expedir remédios tão providos para livrar aqueles a quem as ruínas deixaram maltratados, mas vivos, teve notícia de que aos presos das cadeias públicas que estavam enfermos faltavam camas que lhes suavizassem o mal de suas doenças. Prontamente mandou ao tenente general da Artilharia do Reino que, das barracas e camas que se achavam nos armazéns da Milícia, desse ordem ao duque regedor todas as que fossem necessárias; piedade que evitou muitas mortes e consolou aqueles miseráveis, vendo, não obstante suas culpas, até eles eram objeto do

caritativo cora-

ção de seu príncipe, enternecido com suas lástimas”.522

Os militares feridos, por ordem do rei, deveriam ser tratados no convento de São João de Deus; os doentes que se encontravam, antes, no Hospital Real foram transferidos para o celeiro do mosteiro de São Bento da Saúde. A divisão por sexo exigia que às mulheres fosse dado outro destino: encaminhadas inicialmente ao celeiro e armazéns das casas do conde de Castelo-Melhor, ficassem as feridas ou febris nas 522 Idem, Ibidem, p. 11 e passim.

186

enfermarias do Hospital Real. Espalhados pelo que restara da cidade, postos de atendimento com cirurgias e medicamentos foram estabelecidos para atender feridos com primeiros socorros.523

Atender aos feridos não bastava. Era preciso que eles sobrevivessem aos tratamentos, e não faltaram médicos que tivessem uma visão de conjunto e um diagnóstico geral para o quadro que enfrentavam.

Algumas dessas interpretações vinham derivadas dos princípios de Fisiologia Moral, abordagem científica largamente utilizada em toda a Europa ocidental e que concebia os males do corpo como decorrência daqueles da alma. Nessa perspectiva, os viciosos eram costumeiramente punidos com os piores sofrimentos físicos:

O Sr. Dufour, cirurgião francês e expert em sua arte, confessou-me que de 75 (pessoas) a quem amputara uma ou duas pernas, no espa-

ço de 24 horas não lhe sobraram senão dez; ele ainda fizera-lhe observar (a Rapin, o narrador) que os sobreviventes eram franceses ou estrangeiros que não se tinham inoculado de certos vícios impróprios a serem nomeados & muito frequentes em Portugal e em Espanha; tinham o sangue mais puro que a maior parte dos povos que, nesses climas, trazem, ao nascer, tais doenças que os habitantes de regiões septentrionais se previnem ou se fazem curar com mais cuidado.524

Mas os mortos e ulcerados precisavam de quem os transportasse, ungissem, acalentasse e rezasse por suas almas; “necessitava-se de gente de trabalho,

especialmente daquela que compõem o ínfimo corpo da plebe”. Essa gente fugira! “Uns pelo temor de novo castigo Divino, outras por se pouparem ao trabalho que em tais circunstâncias previam lhes havia de ser mais pesado que útil, pela pobreza a que se via reduzida Lisboa”.⁵²⁵ O pânico do açoite do Senhor a abater-se sobre suas magras costelas e a consciência do trabalho semiescravo — o chamado

“ínfimo serviço” — a que estavam acostumados em função da miséria em que viviam fizeram com que muitos partissem em busca de melhores dias em outras províncias. Que voltassem, ordenava o secretário de ⁵²³ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo 16, p. 143.

⁵²⁴ *Tableau des calamités ou description exacte et fidèle de l’extinction de Lisbonne par les tremblements de terre, l’Incendie & la cru excessive des eaux, par un spectateur du désastre, aux dépenses de l’auteur, op. cit.*, p. 31.

⁵²⁵ Ibidem, ibidem, p. 48 e passim; Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*

187

Estado! O bem da República precisava de quem enterrasse os mortos e cuidasse dos vivos, escolhidos, de preferência, entre os mais subalternos. Afinal, como lemos nos documentos, esses eram dias de “reconciliação com Deus”. Dias em que era preciso reconstruir a escada de Jacó em direção ao Senhor, ou melhor, a comunicação entre as esferas celestes e terrestres, então reduzidas a pó. A onipresença da morte e o triunfo de seu Anjo pelas ruas da cidade fizeram *tábula rasa* dos valores e liberaram o homem à sua barbárie.

Nascidos do parto monstruoso do sismo, os “facinorosos” enchiam as ruas e nada se devia esperar de “suas cauterizadas consciências”.

Tantos roubos, estupros, sacrilégios e outras mortes foram capazes de executar “que descarregaria o céu novamente o açoite, se não o aplacas-se a justiça de el-rei com o mais grato sacrifício”. “A moda de assassinar”, diagnosticava o conde de Baschi, “não desaparecera com o terremoto”.⁵²⁶ Eis por que os processos verbais sumários seguidos de punição para “que o exemplo de pronto castigo servisse de freio aos maus e de tranquilidade aos bons” materializaram-se em lúgubres patíbulos, “forças tão altas quanto possível” por toda a cidade, onde os corpos dos executados deveriam ficar “até consumi-los o tempo”. Não por acaso

dos 34

enforcados até o fim de novembro, 23 eram estrangeiros⁵²⁷: *hereges*, portanto. Os temidos e habituais bodes expiatórios deveriam ser submetidos à mesma força destruidora e à mesma tortura que se abatera sobre os lisboetas enquanto rezavam, piedosos, em suas capelas.

O castigo exemplar ordenado pelo rei, castigo que punha fim aos furtos na cidade devastada, confundia-se com um ritual em que não estava ausente uma espécie de sacrifício religioso, constituindo-se numa forma de retorno às forças primitivas do assassinato coletivo, indicativo de que algo muito importante, no seio dessa sociedade, partira-se com o sismo. “Merecia tão escandalosa iniquidade um digno castigo, e logo o achou na justiça de el-rei, como príncipe, que a mesma mão com que liberalmente premia seus vassallos beneméritos, castiga aos nocivos”. Os objetos roubados, joias, peças e alfaias eram devolvidos aos seus donos, depois de analisadas suas justificações. “Purificada 526 Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondance Politique, Carta de Baschi de 4 de maio de 1756, vol. 45, p. 133.

⁵²⁷ Informação de José Augusto França, *op. cit.*, p.62.

188

a cidade desta peste política, passou-se a livrá-la de outros contágios que, sendo sempre nas Repúblicas enfermidades perigosas, mortais em tempos calamitosos”.

O outro alvo, ou melhor, outra “enfermidade perigosa”, foi identificado nos que viviam do “ócio vicioso de mendigos e vadios”. Era necessário separar com “incisão violenta estes membros corruptos do corpo são da República”. Mais uma vez, a medida pragmática encobria uma prática articulada com velhas estruturas mentais. A rejeição ao miserável era a mesma que existia frente ao herético. As várias guerras, as várias fomes os tinham empurrado do campo para Lisboa, onde pobres e desqualificados tornaram-se numerosos e inquietantes. Identificados como signos nefastos de outras desordens — a migração campocidade, a política vitivinicultora que, desde o tratado de Methuen, expulsava milhares de pequenos agricultores de suas terras, a amarga sobrevivência à guerra de Sucessão de Espanha ou a degradação das manufaturas (até pelo menos 1749), vadios e mendigos eram rejeitados por terem ultrapassado o limite de tolerância institucional, beirando a criminalidade e a marginalidade. No contexto do terremoto, funcionavam, também, como bodes expiatórios de outra

natureza: que “fossem presos e mandados trabalhar com braga nos desentulhos e mais obras da cidade”. Associados a fraudes, a imposturas, significavam o perigo social de um mundo diferente daquele desejado pela ordem estabelecida ou pela sociedade que tentava se reorganizar depois do sismo. No contexto do caos em que mergulhara a cidade, teriam que, reconstruindo-a, pagar pelo pecado de desobedecer ao preceito divino que os obrigava a ganhar a vida com o suor do próprio rosto. Pagar-se-ia, para sua faina, aliás, a quantia de 20 vinténs!

Mas os tais dias de “reconciliação divina” exigiam mais sacrifícios: não bastava chorar mortos, jogá-los com pedras ao mar e trabalhar na desobstrução das ruas. Era preciso mortificar o corpo e a carne. Logo,

“não era para esperar que (em tais dias) houvesse quem não humilhas-se a cabeça à poderosa mão do Senhor indignado; antes prosseguisse em sua rebeldia fomentando o público escândalo com a conservação de suas concubinas. Apenas soou com horror tanta iniquidade nos ouvidos de um Príncipe que por português tem a sólida religião em heran-

ça, não sofreu demora em desagrar a Deus, mandando sair logo 189

vinte léguas fora da Corte a uns tais escandalosos e prender as cúmplices de sua depravada vida”.⁵²⁸ Proibido pelo Concílio de Trento em sua sessão XXIV, que perseguia nele o costume de coabitação e a publicidade, o concubinato era alvo de um rigorismo que a situação de medo e de penitência só fazia agravar. A Igreja sempre foi severa quanta às faltas sexuais fora e dentro do casamento, o que não significava que a ortodoxia cató-

lica tivesse se imposto com êxito num país onde eram comuns costumeiras formas de coabitação prolongada intituladas “casamento presumido”

ou “às portas da igreja” e onde era igualmente tradicional o delito de “se porem cornos às portas, e sobre as casas de pessoas casadas”.⁵²⁹ A vida privada dos próprios “príncipes portugueses” não era nenhum exemplo de castidade: D. João V fora um contumaz freirático e teve filhos fora do matrimônio. A sabida ligação de D. José com a jovem e bela marquesa Teresa, esposa de Luís Bernardo de Távora, alvo de mexericos na Cor-te⁵³⁰, deve ter lhe pesado na consciência enquanto fazia redigir uma Providência contra, entre outros, os “pecadores públicos”.

Datada de 30 de janeiro de 1756, uma breve carta assinada por Sebastião José de

Carvalho e Melo remetia ao desembargador Antonio Martins dos Reis “duas relações inclusas de homens e mulheres que consta estarem atualmente amancebados”, instando-o a tomar as devidas medidas punitivas: “castigue com desterro aos nobres; faça prender aos pobres!”⁵³¹

Sabe-se a que ponto o discurso eclesiástico sobre o sexo foi quantitativamente importante até o século XVIII; a casuística de sabor teoló-

gico sobre as pulsões sexuais abriu um leque de culpabilização nunca antes visto.⁵³² Sabe-se, também, que o reinado josefino foi marcado por acesas rivalidades capazes de gerar temores, denúncias e outras formas de suspeição em que a roupa suja da vida privada era muitas vezes lavada em público. No início do governo de D. José não faltaram situa-⁵²⁸ *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755. p. 19.*

⁵²⁹ Lei de 15 de março de 1755. In: *Collecção das leys, decretos e alvarás...* Apud J. V Serrão, *op. cit.* , p. 129.

⁵³⁰ Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 87, carta do conde de Baschi, carta de 14/04/55

⁵³¹ Matias Pereira de Azevedo Pinto, *op. cit.* , p. 19.

⁵³² Sobre o tema, ver o clássico de Jean Delumeau. *Le péché et la peur: la culpabilisation en Occident, XIIIe-XVIIIe siècles*. Paris: Fayard, 1983, além das obras de Jean-Louis Flandrin & Michel Foucault.

190

ções em que rumores de opinião, panfletos difamatórios e jocosos expunham ligações amorosas e a desonra de várias famílias, a ponto de a Coroa ter que intervir com legislação apropriada.⁵³³ Na mentalidade da época, a ligação entre terremoto e concubinato não era fortuita: tantos pecados teriam dado, sem dúvida, origem ao castigo de Deus. Não fora em razão de uma providencial tempestade — “horrendo furacão” —

capaz de arrastar 800 embarcações até abaixo de Belém que seu pai, D.

João V, rompera com sua amante, madre Paula de Odivelas? Enquanto roncavam trovoadas, o piedoso padre Gouveia, pregador capuchinho, tratou logo de lembrar a Sua Majestade “que Deus estava irritado” e que Ele costumava punir “os povos por causa dos pecados daqueles que os governam”. O rei nunca mais reviu o alvo de seu “amor freirático”.⁵³⁴

Quanto a D. José, sabia-se de suas escapadas.

O misto de medo e repressão espraia-se.⁵³⁵ Passados cinco dias do sismo, lançaram as autoridades nas figuras de D. José e seu ministro, uma lente de aumento sobre a cidade devastada: convocaram capitães e oficiais dos terços da cidade e de seus subúrbios, distribuindo ordens no sentido de constituírem corpos de guardas que deveriam manter-se alertas pelos bairros. Num picadeiro ou “cerco”, prendiam-se ladrões, assassinos, concubinos, ciganos e hereges. Os navios estrangeiros ancorados no Tejo, possíveis escoadouros de bens roubados, eram sumariamente revistados. Revistadas eram, igualmente, as naus portuguesas que não fossem “de pessoas conhecidas e livres de suspeita”. A palavra de ordem era desconfiança! Capitães eram submetidos a severos interrogatórios: que cargas tinham recebido? Em que quantidade ou qualidade? Que pessoas trouxera na equipagem? Buscas rigorosas reviravam camarotes, convés e equipagens. Regimentos de tropas vindas de Évora, Cascais, Peniche e Setúbal acentuavam o clima de repressão, cujo objetivo era

“restituir a disciplina”. Nas entrelinhas dos documentos o historiador percebe as desordens, tumultos e brigas dos vivos como que sobrepostos ao desarranjo, ao desconcerto e ao desalinho em que estavam os sobre-⁵³³ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p.128.

⁵³⁴ “O fim dos amores de D. João V com madre Paula comentados por uma testemunha da vida da corte”. *Arquivo Nacional*, vol. 3, n. 109/149, pp. 910-911.

⁵³⁵ Vale sublinhar que nesse momento assiste-se ao reforço e à reorganização do Estado, baseado em decretos e alvarás. Segundo Borges de Macedo, durante os 27 anos de governação pombalina houve quatro grandes fases de centralização e controle: a primeira, que vai até 1760, diz respeito a problemas regionais e comerciais. In: *op. cit.* , p. 87.

viventes. A ordem almejada pelas autoridades deveria substituir esse duplo

contexto de confusão, recomendando-se, para isso, a “exatíssima observância desta disciplina, a qual com a calamidade transcendente por todos poderia afrouxar”. As ordens já sabiam a essa que será uma das características da governação do ministério: a rígida ação de um governo que não hesitava em perturbar os espíritos que, por qualquer infra-

ção das leis, se viam ameaçados nas suas pessoas e bens.⁵³⁶

No dia 9 de dezembro, um decreto real procurava reorganizar o espaço da cidade. Era preciso facilitar os meios para o alojamento inte-rino do povo: “Passada a força da grande consternação, como o povo se via animado com tantos efeitos da piedade e amor de seu liberalíssimo Príncipe, cuidaram todos em se restabelecer, uns com a indústria, outros com os bens que salvaram (...) Não passava dia em que não saíssem ordens e leis (...) e foi mandar-se que dentro da cidade e seus subúrbios não se pudessem alterar as casas, lojas e armazéns os preços dos aluguéis em que antes andavam e menos fazer destas propriedades ou de terrenos para barracas exorbitante aforamento, cominando-se penas gravíssimas contra todos os que concorressem para uns contratos indignos daquela caridade fraterna que devia especialmente reluzir em tempos tão calamitosos”.⁵³⁷

De fato, nos primeiros dias, abrigar-se e dormir era tarefa complicada. Fugidos para os arredores da cidade, os moradores procuravam teto e comida em quintas de conhecidos. Jacome Ratton, por exemplo, ficou alojado num jardim, debaixo de uma barraca feita de lençóis e alastrada de colchões, onde dormiam promiscuamente e sem se despir tanto a gente de casa, como de fora.⁵³⁸ Viganego, com os seus três filhos, socorreu-se junto a parentes.⁵³⁹ Da colônia inglesa, destacou-se um certo Joseph Morley, dono de um estabelecimento de diversões ⁵³⁶ Observação de Joaquim Veríssimo Serrão com a qual concordamos inteiramente. Conferir: *op.*

cit. , p. 128.

⁵³⁷ *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755.* p. 24.

⁵³⁸ Jacome Ratton, *op. cit.* , p. 26.

539 Guido Botelli. “Il terremoto di Lisbona nelle memorie degli scrittori italiani contemporanei”.

Biblos, n. 5, pp. 541-553, 1929, em destaque p. 553.

192

próximo ao cemitério britânico, que recolheu os imigrantes irlandeses, alojando-os em tendas em seu jardim ou em terrenos anexos à sua casa, sustentando-os como podia e esforçando-se por socorrer suas mais urgentes necessidades. Sabedora da generosa atitude de Morley, a própria Feitoria, depois de dez dias do terremoto, passou a conceder-lhe uma ajuda diária por cabeça para a manutenção desses que eram considerados pelos próprios ingleses como egressos de “*the lower sort*”. Os mercadores reunidos em sua Feitoria mandaram aprontar o brigue *Richard and Mary* para repatriar, desse grupo de miseráveis, crianças e mulheres de volta para Cork.⁵⁴⁰

Para ajudar a situação dos sobreviventes e incentivar construções, foram proibidos todos os monopólios e contrabandos de madeiras que pudessem encarecer as construções. O rei franqueou a entrada e saída de madeiras do reino, com o mesmo privilégio concedido à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, subtraindo-lhe a dízima, contanto que servisse para a reedificação da cidade. A falta de fornos de cal foi suprida por um negociante inglês, Guilherme Stephens, membro de uma família de vidraceiros, que trazia lenha de fora do reino, poupando os paus locais para construções necessárias. A operação deve ter sido muito vantajosa financeiramente, pois houvera discretos protestos: “o povo rústico guia-do por outros exemplos clamava a este arbítrio ideia estrangeira”. É

Francisco José Freire, nosso informante, a esclarecer em seguida: a experiência veio a desenganar os incrédulos, de sorte que se trocaram em louvores as murmurações de inveja. Estabelecida esta fábrica com real privilégio, a ela se seguiram outras de telha e tijolo (...) e porque os fabricantes poderiam desanimar-se não vendo logo a estes generoso e desejoso consumo, quis S. Majestade animá-los mandando comprar por conta de sua Real Fazenda toda a telha, tijolo e cal que não achasse compradores (...) Com esses socorros entrou o povo a fazer suas acomoda-

ções interinas (...) Era para causar justa admiração ver o breve tempo em que se levantaram mais de nove mil barracas, muitas delas edifícios nobres, acabados

com grossas despesas. Igualmente foi considerável o número de casas arruinadas que se consertarão na cidade e seus subúrbios. 540 Carlos Estorninho, *op. cit.*, p.210.

193

bios nas quais entram palácios, cuja grandeza nos alivia a saudade de Lisboa, quando opulenta. 541

Ah, ingênuo cronista! Como se a cobertura de paus pudesse cicatrizar as marcas fundas, físicas e psicológicas, deixadas pelo sismo. Basta ler com atenção os decretos punindo toda sorte de artifícios engendrados no contexto caótico da cidade para explorar os que haviam tudo, mas tudo mesmo, perdido! Anular contratos, punir escravos, destituir tabeliães, limitar aforamentos seriam suficientes para coordenar o renascimento da Fênix? Via-se, contudo, nessas iniciativas, as nascentes linhas mestras do que seria mais tarde escancaradamente chamado de “pensamento econômico de Pombal”: oferecer bom lucro ao tráfego estrangeiro, criar centros de produção manufatureira, dirigir para atividades úteis a mão de obra ociosa (a 20 vinténs, então!).

As gentes, obrigadas a ficar na cidade graças às severas leis do ministro, acampavam nas praças ou nos terrenos vazios do que antes eram conventos. José Augusto França 542 explica que afortunadas famílias

burguesas fizeram construir barracas em madeira, ao exemplo da família real, que, aliás, durante 22 anos não quis morar em residência mais sólida. Mesmo em Mafra, preferia ficar pelos jardins. Segundo um testemunho de época, a razão de tal escolha era o medo. Mas havia também a moda e a vaidade. Barracas de madeira passaram a ser “signo de grandeza, de qualidade e de mais não importa o quê...”. 543

Muitas delas vinham importadas da Holanda e eram extremamente luxuosas: possuíam dois andares que se erguiam sobre um vestíbulo utilitário, e sua decoração misturava, com elegância, madeira e pedra.

Algumas chegaram a custar entre 800 a 1.200 réis, e outras, como a do marquês de Loureiro, tinham o valor equivalente a um palácio de 12 a 16 milhões de réis. 544 Chocado com o contraste entre as ruínas calcinadas e a nova forma de luxo que se instalava, o padre Portal anotava a chegada de bens de luxo como carruagens, louças da Índia trazidas no bojo de navios ingleses, roupas e tecidos finos, numa tentativa de com- 541 Idem, *ibidem*.

542 José Augusto França, *op. cit.*, p. 65.

543 João Acúrcio Tavares, 1756. In: *idem*, *ibidem*.

544 *Idem*, *ibidem*.

194

pensar as perdas materiais. Onde faltava dinheiro, tomavam-se empréstimos, vivendo uma encarnação do espírito feérico que habitara a corte de D. João V.⁵⁴⁵ Ou — por que não? — uma sumária revanche contra a morte que passara tão perto.

Para combinar com as novas instalações e o novo cenário, até mesmo a moda mudara: homens passaram a usar sapatos de entrada mais alta, com fivela pequena e pala mais curta, a que se daria o título de *húngara*, calçados com finas meias de seda. “Todas essas modas são *quantum fatis terremotum*, porém depois dele inventaram as senhoras, mulheres, umas capas que também se podem chamar à húngara, pela mesma razão que os sapatos, e estas de tão demarcada grandeza que mamam quatro côvados de pano como quem não quer nada”,⁵⁴⁶ queixava-se um observador tão chocado com as mudanças de comportamento quanto o padre Portal com o consumo perdulário. Lucravam, com tudo isso, os comerciantes estrangeiros: *hereges*, rosnariam alguns!

Se as pessoas voltavam a viver, a cidade também. Abatiam-se paredes arruinadas, desobstruíam-se vias, engajavam-se obreiros e materiais na reconstrução que tiraria a capital da paisagem então rasa e taciturna. A 29 de novembro iniciaram-se a medição e o tombo das praças, vias de circulação, casas e mais edifícios públicos que tinham padecido ruína. Calculavam-se os aclives e declives de Lisboa e esco-lhiam-se os lugares para acomodar, com relativa regularidade, os entulhos. Um grande número de trabalhadores e soldados esforçava-se para tornar “tratáveis” as ruas e o aqueduto que passava pela rua dos Canos, evitando a estagnação das águas potáveis. “E porque poderia haver quem movido da necessidade de alojamento, ou da ambição do lucro, levantasse casas nos sítios abrasados, ou demolidos, por ordem de el-rei publicou o duque regedor (duque de Lafões, D. Pedro de Bragança) no mesmo mês de novembro em que se proibia o levantar alguma propriedade em qualquer dos bairros em que o terremoto e incêndio fizeram maior estrago. E logo em 10 de fevereiro de 1756 se seguiu a esta Real determinação outra, em que se ordenava que fossem

sem demora demolidas à custa de seus donos as casas que se achassem edificadas 545 Idem, ibidem.

546 *Dissertação joco-séria sobre o estado de coisas presentes foi ventilada entre quatro magnatas presentes.*

Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Souza, 1758, p. 13.

195

depois do primeiro edital. Foi justíssima uma e outra resolução; porque deixada a fábrica dos edifícios à liberdade do povo, comumente bárbaro em seus gostos e desprezador do que não lhe é útil, em breve tempo a capital do reino, que podia com a sua nova reedificação tirar proveito da mesma desgraça, ver-se-ia sem aquela regularidade e grandeza que lhe estão prometendo os magnânimos espíritos do seu príncipe”.⁵⁴⁷

Começava aí a história da reconstrução urbanística de Lisboa, já contada com maestria por José Augusto França e narrada em entusiástica prosa e verso por uma testemunha de época:

Vede, Senhor, que Pedras e que Arquiteturas! Vede que ruas, que galerias, que prospectos! Vede que praças, que arcos, que colunas (...) sim, era uma povoação imensa; mas, informe, sem ordem, sem simetria (...) agora, porém, vemos, uma cidade regular e uniforme, bem repartida, continuada, brilhante, magnífica; sem becos, sem gargantas, sem precipícios (...) uma Marinha cingida de soberbos cais e nobres parapei-tos. Um arsenal vastíssimo, capacíssimo. Uma Alfândega, em tudo igual.

Os tribunais sustentados em formosas arcadas. As praças multiplicadas e regadas de primorosas fontes. As casas dos particulares competindo com os grandes palácios. Em uma parte o Bairro Alto descendo por um suntuoso arco a beber no Tejo. Em outra lhe servindo de escada para a rua Formosa, uma magnífica e bem lançada rampa. Passeio Público no mesmo centro da cidade. Os arrabaldes servidos de excelentes estradas que na largura e firmeza podem competir com as vias militares dos romanos.

Quem fez em tão pouco tempo tantas obras? A magnanimidade e liberalidade de um Rei, empenhado em fazer feliz o seu povo; a atividade e a indústria de um Ministro, empenhado em fazer glorioso o seu Rei.

Grande Rei! Grande Ministro! Feliz Povo! Feliz Cidade!⁵⁴⁸

O texto áulico, carregado de exageros e hipérboles, foi escrito no aniversário do ministro, já então feito marquês de Pombal.

Mas imagem da cidade reconstruída era, ainda, pura imaginação.

“*Wishfull thinking*”, diriam os pragmáticos comerciantes ingleses. O

⁵⁴⁷ *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755. p. 61.*

⁵⁴⁸ Anônimo. *Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa e sobre a dedicação da Estátua Régia*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1756.

196

modelo urbanístico e arquitetural proposto pelo bonachão engenheiro militar Manuel da Maia custaria a deslancar. Em 1759, quatro anos depois do sismo, começavam a edificar-se as três ruas principais da cidade baixa. O revolucionário projeto de Eugênio dos Santos, para transformar a antiga Praça Real num centro eminentemente comercial e administrativo além da construção dos edifícios da Praça do Comércio, só foi aprovado nesse mesmo ano. Os planos definitivos da Baixa, apenas em 1758. A edificação do Passeio Público, projeto do arquiteto Reinaldo Manuel, só teve início em 1764.⁵⁴⁹ A renovação urbana permitiu, contudo, que os destroços da bela e velha cidade mourisca fossem varridos, dando lugar a uma concepção racionalizante do espaço na qual vigoravam a linha reta, a construção monumental, o planejamento. Ruas perpendiculares e cantos em ângulo reto iam lentamente enterrando os caminhos serpentinados e canteiros enfezados construídos ao sabor das estações e do gosto dos construtores. Praças decoradas com estátuas, fontes e palácios de fachadas uniformes deveriam substituir becos, serventias, encruzilhadas outrora habitadas por ruidosa e saudável consciência gregária.⁵⁵⁰ O que vale ressaltar é que essa nova cidade, capaz de espelhar a sociedade que a ocuparia, existia desde 1755 nos planos de Melo e Castro. Suas Providências não deixam dúvidas quanto a isso: A rua larga de São Roque, formando uma praça com a regularidade possível entre o adro da dita igreja e as casas de D. João de Lencastre; e saindo dela uma rua de 54 palmos de largo (...) formando-se para as casas um prospecto

uniforme em simetria e altura (...) a rua das Portas de Santa Catarina, principiando no largo do Loreto com os 54 palmos que tem, até o largo onde se separam os caminhos para a calçada de Paio Novais, e para a rua Nova da Almada; principiando-se adoçar proporcionalmente o declive desde o dito largo do Loreto até o outro acima declarado, de sorte que quando chegar a ele, tenha menos que vencer na descida do Chiado.⁵⁵¹ Talvez o secretário tivesse como

549 José Augusto França, *op. cit.*, p. 67 e passim.

550 Sobre os fundamentos do urbanismo clássico no qual irá se inspirar a reconstrução de Lisboa, ver: Sérgio Paulo Rouanet, “A cidade iluminista”. Texto apresentado no Fórum Memória, Cidade, Cultura, Mestrado em Ciências Sociais/IFCH/UERJ, ago. 1994, mimeo. p. 4.

551 *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755.* p. 337.

197

parâmetro aquela que foi considerada por Voltaire a “Atenas da Europa Moderna”: Londres, onde atuara como representante diplomático do governo português entre 1739 e 1743.⁵⁵²

“A quem o céu mais ama, mais castiga”

Cuidou-se dos corpos, mas cuidou-se, e muito, das almas. Já no dia do cataclismo ordenaram-se procissões públicas, “exercício” considerado tão piedoso para com os mortos como “útil para os vivos”. O

costume não cessava de repetir-se no Ocidente cristão, em momentos que costumavam deixar as cruzes das igrejas calcinadas ou amputadas.

Quando a cidade de Palermo foi destruída por um horrível terremoto a 1º. de setembro de 1726, durante semanas as procissões cruzaram o que restou das ruas “compostas de todas as classes de gentes... os meninos imitando as pessoas maiores e as damas de qualidade, de pés descalços e coroas de espinhos, açoitando-se desde as suas igrejas paroquiais, aonde se juntavam até a catedral, donde com chorosos clamores e penitentes soluços recebiam o Santíssimo Sacramento da Eucaristia”.⁵⁵³

A necessidade coletiva de um rito tranquilizador exprimia-se, então, na forma de um conjunto composto por cortejo, ritos expiató-

rios, itinerários significativos e cantos litúrgicos. Em momentos de urgência, a atitude espontânea e visceral era a de reunir-se em procissão. Essa precisão, como diz Delumeau⁵⁵⁴, vinha “de baixo”, do povo, e tendia a ignorar, em vários momentos, o desejo das autoridades, como veremos a seguir. Aterrorizados pelo castigo de Pai tão inflexível, os membros das camadas subalternas tentavam amansá-lo com o clamor de suas penitências. Em Lisboa, de acordo com o ritual romano e pedagógico instituído pelo Concílio de Trento, determinaram-se, logo depois ⁵⁵² Sobre o tema, ver: Washington Dener dos Santos Cunha & André C. Rocha. “Lisboa setecentista: O espaço da Ilustração”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 24, n. 1, pp. 9-29, jun. 1998.

⁵⁵³ José Freire de Mascarenhas. *Notícia da destruição de Palermo*. Lisboa Ocidental: Oficina de Pedro Ferreira, 1726.

⁵⁵⁴ Jean Delumeau. *Rassurer et protéger, le sentiment de sécurité dans l’Occident d’autrefois*. Paris: Fayard, 1989; especialmente o capítulo IV, “La vertu des processions”, pp. 134-176.

⁵⁵⁵ Matias Pereira de Azevedo Pinto, *op. cit.*, p. 17.

198

do terremoto, preces por todo o reino para aplacar a Deus tão “justamente irado contra os pecados dos homens”.⁵⁵⁵ A ideia era de que o Todo-Poderoso, tendo suspenso “o castigo” com que avisara os lisboetas de seu desagrado, recebesse os atos de piedade cristã como uma forma de ver aplacada a Sua “Divina Justiça”.

Uma carta de Carvalho e Melo ao cardeal pedia a interferência de Sua Eminência no sentido de proibir as “exortações” públicas, que, livremente e sem licença, andavam fazendo alguns clérigos regulares e seculares. O temor era de que o apocalíptico conteúdo das tais exorta-

ções petrificasse ou “consternasse” mais ainda o povo, aniquilando-lhe o ânimo e afugentando-o para “lugares desertos”.⁵⁵⁶ O ministro, com certeza, esbravejava contra as procissões de flagelantes e penitentes que respondiam com silício e sangue à pergunta do cardeal patriarca: não teriam sido os abusos, os

escândalos e desordens cometidos nas igrejas a causa mesma da ira divina?⁵⁵⁷

Na dúvida, a procissão ou as exortações públicas transformavam os sobreviventes do sismo numa espécie de coorte espiritual, dando ao conjunto da população a disciplina e o conforto capazes de conduzi-la à vitória contra as forças do mal. E efetivamente no dia 16 de novembro realizou-se uma procissão que saiu da ermida de São Joaquim e Santana, fundada pela marquesa de Fontes em Alcântara, e recolheu à igreja de Nossa Senhora das Necessidades, sendo acompanhada por toda a família real, Corte, senado da câmara, colégio patriarcal, basílica, clero, comunidades religiosas. A 13 de dezembro, por disposição do cardeal patriarca, fez-se uma procissão de penitência, também seguida pelos membros do senado.

Posteriormente, ainda as comunidades e irmandades fizeram outras, vigorando sempre a recomendação do prelado “para se evitar nelas tudo o que pudesse ser de escândalo, imprudência e concurso de pessoas de diverso sexo”.⁵⁵⁸ A hora era só a de chorar pecados!

Ao mesmo tempo, o rei ordenou, em nome da cidade, uma procissão solene, “à maneira das outras votivas estabelecidas por públicas ⁵⁵⁶ Idem, *ibidem.*, p. 53

⁵⁵⁷ José Augusto França, *op. cit.*, p. 64.

⁵⁵⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.* , vol. IV, p.166.

199

calamidades”. “Agradecido” por ter tido sua vida poupada, “quis render a Deus as graças devidas”, fazendo assegurar através de uma pastoral do cardeal seu reconhecimento à Santíssima Virgem: a diocese obrigava-se a fazer jejum às vésperas da data que lhe era consagrada, “enquanto o mundo durar”: “logo na domingo segunda de novembro do mesmo fatal ano se efetuou piíssima resolução para realizar todos os anos a mesma procissão, jejuando de véspera (...) como para todos os males que os mortais padecem tem o Céu, santos aos quais comunica Deus a graça de serem contra eles especiais defensores, sendo São Francisco de Bórgia um dos particulares contra os terremotos, quis S. Majestade fazer um obséquio distinto (...) mandou por seu ministro que lhe nomeasse este santo para protetor de seus reinos e domínios obrigando todas as igrejas deles, onde houvesse coro, a cantar no dia de sua festa uma missa solene”.⁵⁵⁹ O ministro encarregado de fazer o pedido ao Sumo Pontífice, em

nome de Sua Majestade, foi Antonio Freire de Andrade Encerrabodes, um ano depois envolvido na conjura contra o futuro marquês.⁵⁶⁰ O

pânico era de tal ordem que ao dito santinho prometia-se a obrigação de vilas e Câmaras das cidades mandarem rezar anualmente “missa solene”

no dia de sua festa, “nas igrejas da Companhia de Jesus, onde as houver; e não as havendo, nas catedrais, igrejas principais ou matrizes”.

Enquanto uns oravam, outros “vigiavam”. Dezesseis dias depois do terremoto, o ministro Carvalho e Melo recebia, em sua tenda de madeira, o tenente-coronel e engenheiro húngaro Carlos Mardel.

Trabalhando em Portugal desde o reinado de D. João V, ele fora enviado para examinar o estado da igreja de São Bento, escolhida, doravante, como o mais “decente lugar” da cidade para louvar a Deus.⁵⁶¹ As fendas de quatro palmos “mais ou menos” que rasgavam a parede da frontaria não lhes pareciam ameaçadoras. Várias tábuas do forro se haviam despregado, mas já tinham, segundo testemunho dos padres sobreviventes, “mais de 300 anos”! Compreensível. “Tênuas despesas”, ou a simples reedificação de uma parede, tornariam apresentável o ⁵⁵⁹ *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa...*, pp. 35-36.

⁵⁶⁰ Sobre esse personagem, ver Tiago dos Reis Miranda

⁵⁶¹ José Augusto França informa que se deve a Mardel a engenhosa Casa de Lázaro Leitão, na Junqueira e seus serviços na reconstrução da cidade. *Op. cit.* , p. 35.

200

altar-mor. O mesmo se dizia da igreja do mosteiro do Rato. Imediatamente foi avisado o cardeal patriarca para que transferisse os ofícios divinos da santa capela Patriarcal. Teve, assim, início uma pendenga entre os ministros da Sé Patriarcal e os beneditinos que fez arrastar-se por mais de um mês o início dos ofícios religiosos, eles também vulneráveis às picuinhas humanas, mesmo que em cenário tão terrível.

Tratou-se, igualmente, das coisas entre a terra e o céu. As freiras, especialmente franciscanas e beneditinas, doces esposas de Cristo, andavam à solta pelo

mundo, identificando-se à falta de observância das regras clausurais e à indisciplina frente à vida monástica que marcaram a primeira metade do século XVIII em Portugal. Dos 65 conventos que havia em Lisboa, apenas 11 continuavam habitáveis.⁵⁶² Primeiramente, o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte-Real, mandou cobri-las com “os toldos com que toldam as ruas da procissão do Corpo de Deus”. Não funcionou. Era preciso evitar o “público escândalo” proven-do-lhes imediatamente de um claustro, evitando assim uma mais profunda degradação da vida conventual, vida já marcada por intensa liberdade. Ordenou-se que apenas os parentes ou pessoas muito próximas,

“cuja louvável vida constasse ao certo” e incapazes de ameaçá-las em sua pureza, pudessem albergá-las. El-rei baixou um decreto que mandava que todas as religiosas dos conventos de Santa Clara, de Santana ou do Calvário, as quais não estivessem na companhia de seus pais, parentes ou pessoas de provado procedimento, se recolhessem logo à cerca do mosteiro da Esperança e casas a ele adjacentes. O terremoto revestia as professoras com um véu de santidade e pudor quando sabia-se que o primeiro convento sediara um motim em função da briga de uma criada com uma escrava e nele, também, uma freira que à hora de morrer confessou ter casado com o diabo, “que lhe aparecia na forma de um moço”; que no segundo uma freira agrediu a superiora por querer estar à janela e cujo telhado tinha sido invadido por cinco rapazes. Os Diretórios espirituais tentavam coibir o uso de “leques, sapatos picados, luvas, alvaiade na cara, vestidos de cauda e alentos descompassados e ridículos”, além de visitas suspeitas que chegavam em coches e liteiras.⁵⁶³

⁵⁶² José Augusto França, *op. cit.* , p. 59.

⁵⁶³ *Cartas diretivas e doutriniais. Respostas de uma religiosa capucha e reformada a outra freira que mostrava querer-se reformar*. Dadas à luz pelo padre Manuel Velho, sacerdote Algarbiense, Lisboa, 1730, p. 54.

201

Como se vê, alguns estragos antecederam, em muito, aqueles feitos pelo terremoto nos conventos. Afinal, como resumia um poeta da época,

“a honra de uma freira é o seu prazer...”⁵⁶⁴ As residências que pudessem representar uma ameaça ao “indispensável recato religioso” foram alugadas por D. José à custa de “sua real Fazenda”. Traçou-se um amplo edifi-

cio para a acomodação das freirinhas, além de que essas receberam 20 mil réis de tença. No dia 9 de junho de 1756, escoltadas pelo regimento do coronel Manuel de Beça e Antas, encarregado de poupá-las da curiosidade pública e do risco de qualquer indecência “a que ficaria exposto o decoro do estado das ditas, se não se obviassem as desordens do povo”, partiram as religiosas numa peregrinação, duas léguas fora da cidade, para sua nova casa. As dominicanas ganharam, também, um novo edifício na cerca de Santa Joana. As do convento de Odivelas, famoso por ter um coro onde monjas e fidalgos conviviam trocando poemas e doces, e por ter abrigado os amores de D. João V, “que estavam abarracadas sem decência ou dispersas vagavam a seu arbítrio”, tiveram sua casa conserta-da e ordens de recolher-se. As capuchas do Santo Crucifixo, mandou-selhes consertar a igreja e o dormitório em ruínas. As de São Bernardo, el-rei comprou-lhes uma quinta no Campo Pequeno, “onde se lhes fez um convento que em grandeza excede muito o que perderam”.⁵⁶⁵

Entre as muitas situações pelas quais passaram os sobreviventes, houvera mesmo algumas insólitas. Elas curiosamente nos contam sobre as ligações estreitas que havia, nesse tempo, entre o claustro e o mundo profano. Maria do Rosário, “que no século se chamava Maria Teresa Inácia”, 23 anos, religiosa dominicana, professa e expulsa do mosteiro do Santíssimo Sacramento em Alcântara, é um bom exemplo. Prisoneira dos cárceres da Inquisição, cujas paredes ruíram, deambulou até vir parar, daí a poucos dias, na casa do sargento-mor Pedro Teixeira, criado particular de D. José, onde se abrigaram também outras pessoas.

“Nela assistiu desconhecida algumas semanas e se deixou perceber que era religiosa porque, rezando o Ofício Divino, o Me. Torres, que atualmente é provincial da religião carmelita, com o seu companheiro padre Francisco Teotônio” que também aí se tinham refugiado, repararam ⁵⁶⁴ José Augusto França, *op. cit.*, p. 42.

⁵⁶⁵ *Memórias das principais providências que se deram no terremoto que padeceu a Corte de Lisboa, no ano de 1755, ordenadas e oferecidas à Majestade Fidelíssima del-rei D. José I Nosso Senhor. Por Amador Patrício de Lisboa, 1755. pp. 26-27.*

que a jovem “se aplicava em ver o modo de salmodia”. E “perguntan-do-lhe se entendia alguma coisa daquele ministério respondeu que sim, porque fora

educada em mosteiro de religiosas. Desta resposta acompanhada de diabruras e extraordinárias demonstrações, coisas e sucessos que se tinham observado nasceu tal susto e consternação nos ditos religiosos”. Ambos a reconheceram como uma fugitiva a quem o Santo Ofício procurava com “grande diligência” e avisaram ao padre Tomás Feio Barbosa, secretário nas inquisições de Évora e Coimbra, “e participando-lhe a invenção daquela miserável, conferiram o modo com que havia de ser presa, conduzida e reclusa. De tudo se deu parte à Inquisição, como o mesmo senhor ordenara, para que o executasse pelos familiares do Santo Ofício”.⁵⁶⁶

A freirinha fugitiva devia ter mesmo parte com o Demo, pois

“assim que o Santo Ofício lhes encarregou (aos familiares) a dita diligência” o Maligno a avisou, dando-lhe tempo de pedir aos moleiros, vizinhos do sargento-mor, para esconder-se em suas casas, advertindo-os que respondessem, a quem perguntasse, “que já se ausentara daquele sítio”. Mas a conclusão da história não podia ser outra: Como as astúcias do Maligno não podem prevalecer contra o infinito poder do Altíssimo, foi a dita infeliz pontualmente presa pelos familiares e conduzida em embarcações e carruagens, que o Católico zelo de Sua Majestade lhe mandou pôr prontas, para a Inquisição de Évora.

Experimentou-se, na passagem do mar e nas estradas de terra, tão extraordinários e horríveis redemoinhos, furacões e outros semelhantes casos, que fazem perceber que ainda aquela infeliz se deixava assistir e auxiliar do infernal inimigo.⁵⁶⁷

Caso raro, o de Maria do Rosário? Não. Nove anos antes, Isabel do Menino Jesus, abadessa do mosteiro de Santa Clara, via demônios assar carne de gato feito em pedaços enquanto uma voz em *off* lhe explicava que se tratava de religiosos abrasados em luxúria. Sórora Madalena, na 566 Código 862, Coleção Moreira, Sentenças da Inquisição, tomo 2, fls 310-31, MS-BN. In: Yvonne Cunha Rêgo (seleção). *Feiticeiros, profetas e visionários: textos antigos portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda; Biblioteca Nacional, 1981, pp. 139-140.

⁵⁶⁷ Idem, *ibidem*.

mesma casa, fora içada por demônios até o teto de sua cela e depois atirada ao

chão.⁵⁶⁸ Coisa vulgaríssima essa de os diabos frequentarem conventos. Para os portugueses setecentistas, não havia dúvida de que Deus e o Diabo estavam bem presentes.

Depois do corpo e da alma, tratou-se do bolso. Citando um autor anônimo e recomendando prudência, José Augusto França informa que as perdas provocadas pelo terremoto foram da ordem de 20 mil contos de réis, três ou quatro vezes maior do que a renda pública, pois a riqueza de Lisboa — “cabeça inchada de um país muito pobre” — era desproporcional em relação à sua população, que representava 10% da do país.⁵⁶⁹

O documento consultado por França apresentava dois quadros de perdas: um na edição publicada em 1756 (em Haia e Lisboa) e o outro nas edições de 1762 (Madri) e de 1808 (Lisboa). Há valores comuns e outros relativos às perdas em diamantes, prataria, móveis e outras riquezas domésticas que desapareceram. Eis, segundo França, o quadro dos valores comuns às edições mencionadas: o conjunto do Terreiro do Paço (palácio, Patriarcal, teatro da ópera, lojas, alfândega) — quatro mil contos de réis; 12 mil casas a 960 mil réis, 11.520 contos de réis; moeda perdida por particulares e pelo tesouro real, aliás em crise, quatro mil contos de réis. Era preciso somar o ouro, a prata, as joias e pedras preciosas, as bibliotecas, as obras de arte — todas as riquezas da Corte, das grandes famílias e dos mercadores. Segundo as edições de 1756, esses valores se teriam elevado a 210 mil contos de réis. O cálculo das perdas dos súditos estrangeiros é impressionante. Também, segundo França, os ingleses perderam a fortuna, em moeda e mercadorias, de 25.600 contos de réis, o que dá a medida de sua importância no comércio e mercado português; os hamburgueses 6.400 contos de réis, os italianos quatro mil contos de réis, os holandeses e franceses, 800 contos, cada, e suecos e alemães 400

contos. O total perfazia a soma astronômica de 38.400 contos de réis —

o dobro, segundo ele, dos prédios desaparecidos e das moedas tragadas pelo sismo. No caos instalado, salvaram-se apenas os “cofres do Erário Real” e alguns arquivos, especialmente o importantíssimo do Senado.

568 Vida da venerável Madre Rosa Maria Serio de Santo Antonio, priora do mosteiro de São José Fazano.

Lisboa, 1744.

569 José Augusto França, *op. cit.*, p. 60. O autor se baseia em João Lúcio de Azevedo, que informa que essa elevava-se a seis mil contos de réis.

204

Também se salvaram os títulos de bens da cidade, cujo cartório estava a cargo de Joaquim José Moreira de Mendonça, o autor da *História universal dos terremotos*, que com notório saber sobre a matéria pode informar: Eu fui uma das testemunhas destas fatalidades. Havendo experimentado o primeiro terremoto e visto os seus estragos do jardim das minhas casas, e vendo-me por misericórdia de Deus e a toda a minha família livre de tantas desgraças, ficando também as mesmas casas sem ruína considerável, saí para o campo de Santa Bárbara onde continuei a implorar a clemência de Deus e auxílio de Sua Santíssima Mãe, de quem sou muito fervoroso, mas indigno devoto. O temor do fogo do Castelo fez despovoar aquele campo de muitas mil pessoas que ali exortavam alguns padres. Eu porém, com o cuidado no cartório do tombo da câmara desta cidade, que está a meu cargo, e muito estimável por conter os títulos de mais de 1.600 propriedades, me não afastei da frente das casas para poder salvar esse cartório quando fosse necessário. Ali, acompanhado de poucas pessoas, passei os primeiros dias sem ver mais que estragos e horrores e sem ouvir mais do que lástimas e choros.⁵⁷⁰

Os efeitos econômicos do sismo correram o mundo. Recebida a notícia do terremoto, a Bolsa de Valores de Londres suspendeu todas as suas operações. Os negociantes londrinos, explica Isabel Barreira de Campos, que em larga escala transacionavam com Portugal, delibera-vam de pronto entregar uma petição ao almirantado britânico, que seria deferida para que, até nova ordem, se adiasse a partida da frota mercante prestes a largar de Spithead para Lisboa, de modo a evitar que suas imensas perdas, avaliadas em vários milhões, se duplicassem.

“Certo judeu português”, segundo um autor germânico,” residente em Londres, com este acontecimento que tantas lágrimas merece, só ele incorre num prejuízo de dez mil libras esterlinas”. E acrescentava:

“tudo leva a crer e a temer que o comércio sofra um tremendo abalo, de consequências desastrosas, para as firmas de maior importância e para o crédito público, a alma do negócio”.⁵⁷¹

Na Holanda, prossegue a mesma autora, idênticas seriam as rea-

ções do mundo mercantil. Recebidas em Amsterdã, entre 25 e 26 de 570
Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.* , vol. IV, p. 147.

571 Isabel Maria Barreira de Campos, *op. cit.* , p. 288.

205

novembro, as notícias provenientes das vizinhas França e Espanha sobre o desastre de Lisboa, “toda a Bolsa entrou em grande sobressalto”, conforme o refere uma carta datada daquela cidade, de 27 de novembro. “A destruição de Lisboa não fechou absolutamente o Banco de Amsterdã, como se murmurava”, informava, por seu turno, o *Journal Encyclopédique*, ajuntando que “ela apenas perdeu um pouco da confiança dos particulares”. O fato era traduzido numa carta, nos seguintes termos: “Não se sabe em quem confiar; o dinheiro tornou-se muito raro com a desgraça que feriu Lisboa, a qual, como parece, fará a todos passar necessidades”.⁵⁷²

Sob a epígrafe “Emoção em França”, segundo ainda Isabel Barreira de Campos, um opúsculo germânico informava: “Em Paris, esta funesta notícia causou uma geral consternação. Para além dos sentimentos de pesar e mágoa, que ela naturalmente inspira, subsiste o receio de que este terremoto tenha a sua réplica no desmoronar repentino da ventura de muitos que se acham a larga distância de Lisboa, dado que as principais cidades mercantis da Europa mantinham uma correspondência intensa com essa grande metrópole, que deixou de existir”. Semelhantes receios ver-se-iam confirmados, segundo ela, quer ao nível de reputadas casas comerciais, quer individualmente, pois que, com efeito, “a ventura de muitos”, não obstante o tão longe estarem da capital portuguesa, dela dependeria em parte. Assim é que uma das mais conceituadas firmas de Paris que, pouco antes da catástrofe, se comprometera em 90 mil “livres”, numa transação com mercadores de Lisboa, faliu em 50 mil, verificando-se, só naquela cidade e no curto espaço de 15 dias, 30 casos de falência. E assim também é que viúva de um negociante parisiense, ao tomar conhecimento do desastre de Lisboa e de que com ele perdera as 100 mil libras que ansiosamente aguardava, sucumbiu ao choque de tal notícia.⁵⁷³

Quanto a Hamburgo — quem informa é sempre Isabel Barreira de Campos —, que, das cidades alemãs, era a que mais ativamente transacionava com Lisboa, seria natural que nascesse “o alarme, que as primeiras notícias do desastre da boa cidade de Lisboa divulgaram entre os negociantes”. Como natural seria também

a consternação com que 572 Idem, ibidem.

573 Idem, ibidem.

206

estes terão recebido o informe de que, aos seus concidadãos radicados em Lisboa, ”nada mais restava do que a roupa que os cobria”. A maioria das relações sobre o terremoto analisadas pela autora reproduz informações como essa: “Todo o comércio incorre em incalculáveis prejuízos com semelhante calamidade; não só a Espanha, a Inglaterra, a França, mas igualmente a Alemanha e os reinos nórdicos sofrem um bem rude golpe”. “Por todo o lado, nas cidades mercantis, em Londres, Madri, Cádiz, Lion, Roma e Paris e noutros lugares, causou o desastre de Lisboa extrema perturbação entre os mercadores, notando-se, sem exceção, uma geral quebra de créditos; e até em Constantinopla, entre os turcos, suscitou grande confusão e a maior mágoa, dado que mantinham, mercê dos diamantes, um intenso comércio (com Lisboa)”.

“Receiam-se, com toda a probabilidade, enormes abalos no comércio, com desoladoras consequências para as firmas de maior nomeada (...) a vasta cadeia mercantil ficou completamente despedaçada”.⁵⁷⁴

Dois meses depois, o comércio da cidade de Lisboa ofereceu à Coroa um presente que ela não hesitou em aceitar: pagar-se-ia uma taxa de 4% sobre os direitos de alfândega de qualquer mercadoria importada. O imposto duraria o tempo necessário para a construção de uma Bolsa e de um novo edifício para a alfândega, embora tenha sido, também, utilizado nas obras de reconstrução da cidade. Alguns comerciantes insolventes aproveitaram a “confusão das fortunas” para cuidar, eles também, de seus próprios bolsos. Gorani, nosso arguto observador, tratou de registrar que os que se encontravam à beira da falência, tendo perdido seus livros, encontraram-se, de um dia para o outro, libertos de suas dívidas. À vontade puderam roubar seus credores sem que esses pudessem provar seus direitos.⁵⁷⁵

Não satisfeito com os esforços de uns e escroquérias de outros, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo apelou às colônias em nome do rei, alegando que esse por sua vez “contava com o amor de seus súditos”. Em maio de 1756, a América portuguesa prometeu 1.200

contos de réis pagáveis em 30 anos, e sua frota trouxe à metrópole 14 contos em

ouro, prata e um expressivo número de diamantes, dentro os quais um que valia um conto de réis.

574 Idem, ibidem, p. 189.

575 José P. Gorani. *Portugal, a Corte e o país nos anos 1765 a 1767*. Lisboa: Ática, 1945, p. 82.

207

Uma Representação dos oficiais da Câmara de São Paulo em que pedem que alivie aquele povo e o das mais vilas da contribuição que lhes foi imposta para a reedificação de Lisboa, por ocasião do terremoto, revela, contudo, ao historiador as dificuldades com que tais promessas foram cumpridas.

Invocando “o vexame que sofre aquele povo”, os outros impostos já pagos, no caso “o subsídio literário”, a construção obrigatória de fortalezas, “sem utilidade alguma”, para as quais tinham que contribuir, a miséria, a pobreza e a “vexação” dos povos, os cameristas paulistas tentam se esquivar de mais esse tributo.⁵⁷⁶ Da Bahia, D. Marcos de Noronha escreveu a Diogo de Mendonça Corte-Real, advertindo-o da dificuldade em controlar as esperadas contribuições no valor de 3 milhões de réis (três contos de réis) por parte das câmaras das vilas mais distantes, “porque a grande longitude em que ficam muitas não permite que possa caber no tempo o terem recebido as ordens, executem-nas e vol-tarem as respostas delas”.⁵⁷⁷ Houve mesmo quem protestasse contra tal contribuição para Lisboa. Foi o caso de um certo “Pedro Nolasco, que é moço intrépido e atrevido; tinha maquinado contra o donativo um papel sedicioso que andava publicando e assinando pelas casas”.⁵⁷⁸

Os protestos tinham razão de ser. Em São Paulo, por exemplo, o novo tributo taxava desde a venda de cavalos, à passagem de tropas de mulas, boiadas, fardos, barris de aguardentes, vinho, azeite ou manteiga e mais arrobas de fumo.⁵⁷⁹ Seis meses depois de ter recebido a carta do reino, pedindo ao povo “contribuição de um donativo gracioso”, os vereadores da Câmara da mesma cidade decidiam: “cada carga de qualquer gênero que entrar para esta cidade ou por ela passar para outra alguma parte da comarca, ou fora dela, pagará de novo imposto 100

réis”.⁵⁸⁰ Um eloquente ofício de Luiz Diogo da Silva, enviado a 13 de maio de 1756 de Recife, ao mesmo Corte-Real, para que os negociantes ultramarinos não

fossem executados judicialmente em vista do prejuí-

576 Correspondência do Governador do Mato Grosso (1754-1807), Arquivo do Conselho Ultramarino, vol. 35, folhas 374-376v, IHGB.

577 Ofício do Conde D. Marcos de Noronha a Diogo de Mendonça Corte-Real acerca da contribuição na valor de 3 milhões de réis (três contos de réis) que distribuíram pelas comarcas e vilas para socorrer os estragos produzidos pelo terremoto, Arquivo do Conselho Ultramarino, Arquivo 1,1,19, IHGB.

578 Prisão de um indivíduo que maquinava um papel sedicioso contra o donativo de reedificação de Lisboa, Arquivo do Conselho Ultramarino, 1,1,19, vol. 19, IHGB.

579 Correspondência de D. Luís Antonio de Souza 1767-1770. *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*. São Paulo: Tipografia da Cia. Industrial de São Paulo, vol. 19, p.p 46-54, 1896.

580 *Atas da Câmara de São Paulo*, vol. 14, p. 56, 1756.

208

zo que tiveram com o terremoto, dá a medida da fratura exposta no meio que sustentava economicamente a metrópole:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Perdendo os negociantes desta praça mais de um milhão no incêndio que se seguiu ao terremoto (...) em que se reduziu a cinzas a Alfândega dessa Corte, com quase todos os efeitos que esses tinham remetido na frota antecedente com ordem para que do seu produto pagassem as letras que sobre eles mandavam para satisfação de seus correspondentes a quem eram devedores e padecendo estes veio a cessar o pagamento a que estavam aplicados, a que se seguiu não só a diminuição dos cabedais dos seus proprietários mas também virem-lhes as letras protestadas e por consequência acharem-se na impossibilidade de os poderem satisfazer por conta da considerável perda, que deixo referido que a proporção das forças desta Praça, seguro a Vossa Excelência é tão avultada, que me consta de ciência certa, que ainda alguns negociantes de maior crédito que nela há se estão deixando executar por parcelas de 30 ou 40 mil réis, prova bastante para qualificar o quanto ficaram enfraquecidos.⁵⁸¹

O choroso documento segue apontando o risco da chegada de pre-catórios contra os comerciantes, seguido de ruína e falência de créditos, uma vez que os bens que poderiam garantir os prejuízos tinham, eles também, sido engolidos pelo terremoto. Sem cabedais e sem condições de manter o “giro do mesmo comércio”, os comerciantes estariam votados ao fracasso se o rei não lhes acordasse um “indulto”. Afinal, conclui o missivista, “se é delírio de minha errada imaginação, desculpe Vossa Excelência, persuado-me ser o ramo do comércio a base mais firme da opulência das monarquias”. Esse ramo, como é sabido, longe de ser “a base mais firme”, já vinha enfrentando dificuldades. A concorrência com produtos coloniais britânicos, franceses e holandeses havia restrin-gido seriamente o acesso do açúcar brasileiro aos mercados tradicionais.

Nos dez anos que se seguiram ao terremoto, seu preço só subiria no mercado de Amsterdã, conservando-se em alta até 1776, enquanto o anti-lhano, a preço baixo, inundava as praças de comércio.⁵⁸²

581 Ofício de Luiz Diogo Lobo da Silva a Diogo de Mendonça Corte-Real para que os negociantes não sejam executados oficialmente em vista do terremoto. Arquivo do Conselho Ultramarino, 1,1,14, vol. 14, Correspondência do Governador de Pernambuco, IHGB.

582 Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 142.

209

A recessão provocada pelo declínio do ouro brasileiro também foi comprovada nas remessas que as câmaras da capitania de Minas Gerais enviavam à metrópole na forma de “subsídio voluntário” com o fito de ajudar a reerguer a capital:

Anos

Remessas

1757

62:738\$380

1758

57:388\$814

1759

48:881\$956

1760

52: 891\$224

1761

54:801\$020

1762

51:450\$721

1763

53:556\$468

1764

27:066\$934 Remessas feitas pela Intendência do Ouro de Vila Rica 1765

86:364\$161

1766

59:532\$630

1767

34:748\$891

1768

31:011\$425

1769

46:965\$294

1770

53:668\$116

1771

38:513\$143

1772

65:884\$883

1773

42:950\$854

1774

38:432\$511

1775

32:312\$748 Remessas feitas pela Junta da Fazenda Real de V. Rica 1776

25:671\$993

1777

18:255\$192

1778

3:034\$65583

Por outro lado, as contribuições dos países estrangeiros, mesmo daqueles que protestaram contra o imposto de 4%, começaram a chegar. Um mercador de Genebra, de nome Beaumont, escreveu à sua cidade natal, informando sobre as pesadas perdas globais no valor de 30

milhões de cruzados, ou “15 ou 16 milhões de escudos brancos”. O

583 Cálculo das remessas que se fizeram para a Corte no subsídio voluntário oferecido pelas câmaras... IHGB/RJ. Arquivo, 1,3,5, p. 299.

210

senado genebrino reuniu-se, de urgência, em 15 de dezembro seguinte ao terremoto, a fim de determinar as formas de socorro a enviar para Lisboa.⁵⁸⁴ Um pouco antes, no dia 28 de novembro, o rei inglês enviou ao Parlamento a seguinte mensagem:

Sua Majestade, havendo recebido de seu Embaixador em Madri a notícia fatal da deplorável desgraça que sucedeu em Lisboa (...) recomenda a seus fiéis comuns de tomar consideração a tão horrorosa calamidade, a qual não pode deixar de mover os corações de todos que tive-rem qualquer sentimento de Religião ou de humanidade; e pede a sua Câmara dos Comuns de conhecer os meios de poder mandar prontos e afetuosos socorros que podem ser requisitos e proporcionados a uma tão grande necessidade.⁵⁸⁵

A Inglaterra, malgrado a fama de avarento de Jorge II, mandou imediatamente seis barcos carregados de víveres (carne salgada, farinha, arroz, manteiga etc.), roupas (sapatos e meias), instrumentos agrícolas (pás, enxadas etc.) e 180 milhões de réis, dos quais 50 mil libras dos seus rendimentos privados.⁵⁸⁶ Um carregamento de bacalhau vindo de Terra Nova, destinado aos comerciantes britânicos da praça de Lisboa, para reexportação, foi dividido entre a população faminta sob protestos dos mesmos, que nesse momento estavam mais preocupados não em assegurar provisões para os sobreviventes, mas em restabelecer a vida comercial.⁵⁸⁷ Material de construção e 900 milhões de réis vieram de Hamburgo. O presidente do senado hamburguês, Nicolaus Schuback, propôs, e foi atendido, que “em face das relações de Hamburgo com Lisboa e seu comércio se enviassem para a capital portuguesa quatro barcos, cada um carregado com 200 toneladas de madeira, pano para tendas, coberturas de telhados, pregos, chumbo e ferramentas, além de abundantes provisões alimentares”. Acrescente-se que na mesma sessão o senador Faber, numa carta redigida em latim, anunciava a D. José que

“os mercadores hamburgueses lhe faziam uma oferta de 100 mil tále-⁵⁸⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 34.

⁵⁸⁵ Carlos Estorninho, *op. cit.*, p. 212.

586 Para aprofundar a matéria, ver o artigo de Carlos Estorninho, *op. cit.*, pp. 198-233.

587 Carlos Estorninho, *op. cit.*, p. 219.

211

res”. Da Espanha, vieram “quatro carroças cheias de ouro” — se aceitar-mos como verídica a informação do embaixador da França — e cinco correios com 20 mil pistolas em duas viagens seguidas, além de 1.100

piastras e de vários barcos carregados de vitualhas. Os franceses, paralisados pela Guerra dos Sete Anos, limitaram a se colocar à disposição de Portugal no caso de este “precisar de alguma coisa”. O conde de Baschi foi recebido por D. José, a quem entregou uma carta de Luís XV, em que este exprimia seu pesar pela tragédia, acrescentando: “o rei, meu senhor, oferece a Vossa Majestade, todo o auxílio mais sincero que se pode esperar de sua inteira amizade. Se Sua Majestade, a fim de mais rapidamente prestar esse auxílio, puder contribuir com suas finanças, estarão 20 mil pistolas em Madri às ordens de Vossa Majestade”. Não se sabe se o auxílio oferecido pelos franceses foi aceito.

D. Mariana Vitória escreveu, contudo, a Isabel Farnésio acusando a gentileza dos gestos: “Recebi duas cartas dos reis da França e Inglaterra muito dispostos a ajudar no funesto acontecimento; a primeira é de seu próprio punho, a segunda envia ao Rei um grande presente em víveres e instrumentos para revolver a terra”.⁵⁸⁸ Os holandeses enviaram igualmente mantimentos, material de construção e dinheiro. Uma publicação amsterdanesa, intitulada *Nauwkeurige Beschrijving van de Aardbevingen*, informava que: “Suas Altas Potências ordenaram, por carta, ao senhor Bosc de la Calmette... que em nome Delas comunicasse a Sua Majestade Fidelíssima que, tanto quanto lhes seja possível, Elas procurarão colaborar na assistência a prestar aos súditos e Portugal”.⁵⁸⁹

Os protestos mais enérgicos contra o famigerado imposto para a reconstrução da capital vieram, todavia, dos comerciantes ingleses, que objetavam em pagá-lo. E por quê? É Kenneth Maxwell⁵⁹⁰ quem o explica: os ingleses eram, entre os comerciantes estrangeiros que se tinham instalado em Portugal, os que com maior destaque desfrutavam de privilégios na concessão de negócios. Consideravam a capital sua “*jolly free factory*” — alegre e livre feitoria —, como dizia Sir Benjamim Keene.⁵⁹¹

588 Caetano Beirão, *op. cit.* Tradução minha.

589 As informações acima foram tiradas do artigo de Luís Crespo Fabião, *op. cit.*, pp. 295-296, e da obra de José Augusto França, *op. cit.*

590 Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 46-47.

591 Charles R. Boxer. “Some contemporary reactions to the Lisbon earthquake of 1755”. *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, tomo 22, n. 1, pp. 113-129, 1956; especialmente p. 114.

212

As fábricas britânicas em Lisboa e no Porto eram, na verdade, comunidades comerciais privilegiadas que possuíam uma posição legal que datava do século XVII. O tratado de 1654 entre Portugal e a Inglaterra de Cromwell não só garantia aos ingleses as mesmas liberdades, privilégios e isenções dos portugueses no comércio metropolitano e comercial, mas também proporcionava tolerância religiosa e, por um artigo secreto, proibia elevar as taxas alfandegárias de produtos ingleses para mais de 23%. Ora, depois do terremoto, os membros da Câmara viram imediatamente o novo imposto como uma violação do artigo secreto do tratado cromwelliano, e como um meio de levantar suas reclamações contra Carvalho e Melo ante o governo de Londres.

O ministro andava incomodado com tal preeminência, além do contrabando que passava por suas mãos e das mudanças nos padrões do comércio anglo-português, agora dominado por um grupo que se caracterizava por oferecer uma grande variedade de trocas comerciais em detrimento dos produtos manufaturados clássicos. Tais “comerciantes universais” estavam, segundo comunicaram a Londres, “conscientes de que uma violação do tratado era a única base sólida sobre a qual uma reivindicação nacional poderia ser reconhecida”. O bate-boca, contudo, era de conhecimento público. Baschi não hesitou em escrever a Paris, denunciando a renitência dos ingleses: “não querem absolutamente se submeter!”.⁵⁹² Um memorando vigoroso — diz Maxwell —

foi remetido pela câmara ao secretário de Estado, que logo entrou em contato com Lord Tirawley, o ex-embaixador britânico que passara 13

anos em solo luso, para aconselhar-se sobre a questão. O relatório para Londres preparado por Tirawley demonstrou ser francamente desfavorável às pretensões

dos comerciantes britânicos. Lord Tirawley notou a dicotomia que havia se desenvolvido entre os chamados “comerciantes universais” e os agentes britânicos” e ficou solidamente do lado dos agentes. O comércio anglo-português tinha voltado aos padrões mais tradicionais, acreditava o diplomata, de modo que as atividades da Câmara ficariam restritas ao comércio totalmente britânico.⁵⁹³

592 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 88, carta de Baschi, 22/05/1756, p. 123.

593 Idem, ibidem, p. 65.

213

O rastilho de pólvora acendeu-se com a visita que fez o cônsul Hay em nome da Feitoria, no dia 8 de novembro, a Pombal, quando lhe entregou uma mensagem de pêsames dirigida ao rei, na qual ao mesmo tempo alvitrava que se fizessem tais “prudentes Regulações para a Segurança do Comércio e restabelecimento do Crédito Mercantil que lhes sirvam de fundamento sólido e justo”. A resposta foi que ainda não era a hora. Não via o cônsul a família real acampada em tendas, a precariedade em que se encontravam milhares de sobreviventes, a ameaça da peste e da fome? O primeiro passo seria tratar de todos esses males.

Depois, afirmava Pombal, tratar-se-ia do comércio. Foi o primeiro choque entre os interesses comerciais baseados em tratados por parte da Feitoria e a política de recuperação nacional proposta por Pombal.⁵⁹⁴

Apesar de tantos esforços, não faltaram memórias do tempo, escritas, no entender de João Lúcio de Azevedo, por desafetos de Carvalho e Melo, acusando a distribuição das doações em moeda entre os apaniguados do ministro, denúncias de que os gêneros estariam se arruinando nos armazéns e de que as ferramentas jamais foram empregadas na reconstrução da cidade. Um fidalgo de brioso caráter, o marquês de Valença, teria recusado a propina de 18 mil cruzados que lhe queriam dar, dizendo que melhor seria distribuí-la entre os necessitados. Poucos teriam tido tal isenção!⁵⁹⁵ Um cronista da época discordaria, todavia, do elegante historiador português. Observador arguto da realidade que se desenhava sob seus olhos, Baschi não se furtou em criticar Pombal, e o embaixador não era, certamente, um dos seus conhecidos desafetos. Mais: o francês não estava sozinho. Desde sua indica-

ção, havia um quase consenso de que Carvalho e Melo era possuidor de

“ânimos mal-intencionados porque, reservando cautelosamente o desagrado que tem de alguns”, vingava-se nos momentos oportunos.⁵⁹⁶

Desapontado com as atitudes de quem havia julgado “um filósofo bem cristão”, Baschi denuncia sua única preocupação — partilhada, aliás, com o rei — de se fazer construir uma bela barraca, acrescentando:

“Portugal é um corpo morto. A maneira pela qual o rei é roubado com a ajuda da nobreza do governo e dos portugueses, eles mesmos, esgo-⁵⁹⁴ É a opinião de Carlos Estorninho, *op. cit.*, p. 219.

⁵⁹⁵ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 122

⁵⁹⁶ IHGB, p.1v. Agradeço a Regina Wanderley a indicação desse documento.

214

ta suas finanças”.⁵⁹⁷ Quanto à distribuição de provisões, uma parte, estragada na armazenagem, fora lançada ao Tejo, enquanto o restante fora distribuído aos conventos, “que vendiam, de mão em mão, o que se lhes fora jogado à cabeça”.⁵⁹⁸ A corrupção grassava.

“Ao horror deste abalo, horror metendo”

Um ano depois, havia ainda perigos a empanar a propalada alian-

ça com Deus. Corriam insidiosas “murmurações”, temidos rumores maquinados “pela malícia de sediciosos” que tinham por objetivo

“estratagemas com que se perturbasse o sossego em que já vivia o povo no ano seguinte ao da fatal calamidade”. Derramou-se pela Corte e seus subúrbios uma notícia tão espantosa que não era menos que um novo terremoto de consequências ainda mais funestas, e esse no mesmo dia em que o primeiro completasse um ano:

Vinha esta voz autorizada com o nome especioso de profecia e isto bastou para dar fé à sugestão um povo pio, que não tinha ainda cerrada a primeira ferida. O Ministério sempre vigilante viu logo de longe que estas vozes eram espalhadas

por espíritos sediciosos que assim se queriam valer da credulidade do vulgo para que desamparando todos suas casas e igrejas vizinhas, eles então a seu salvo as pudessem saquear; ideia de que já tinham visto bom efeito nos primeiros dias do terremoto, quando espalharam que o resto da cidade e seus contornos voaria à violência da pólvora que se guardava no Castelo. Para malograr o certo efeito deste ímpio estratagema mandou El-Rei que contra os autores dele se procedesse logo a uma exatíssima devassa e que todo aquele que nela se achasse compreendido, fosse sem demora preso e castigado com a pena devida à graveza de seu crime. E para evitar todo o dano que já haviam causado nos ânimos crédulos as ditas sugestões, fixaram-se editais nas portas da cidade para que nos dias 30 e 31 de outubro e no primeiro de novembro de 1756 nenhuma pessoa saísse dela com a cominação de graves penas contra os transgressores.

597 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, série 88, carta do conde de Baschi, 18/05/1756, p. 156.

598 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Correspondances Politiques, série 45, carta do conde Baschi de 4/05/1756, p. 131.

215

O ministro, como homem de seu tempo, não tinha qualquer dúvida sobre o terremoto ter sido um aviso do céu, um açoitamento celestial contra os pecadores. Ele não deixou dúvidas quanto à sua opinião em várias das Providências que tomou, bem como no seu *Discurso Político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar*. O fato de ser considerado um ilustrado, um inimigo dos excessos místicos, não o tornava absolutamente um ateu:

Quando os princípios de um governo estão de uma vez corrompidos, quando a sua constituição foi moldada sobre abusos, quando os prejuízos antigos têm servido a formar um novo gênio, quando um grande luxo se senhoreou da Nação, quando as máximas depravadas tomavam o lugar das boas, quando o povo perdeu a norma de seus antigos costumes, digo que as melhores leis não se acham em que pegar; é preciso, então, para me explicar assim, é necessário um golpe de raio que abisme e subverta tudo, para tudo (...),

pregava Pombal.⁵⁹⁹

Suas palavras e atitudes diárias desmentem peremptoriamente qualquer acusação de “irreligiosidade”. Pombal era homem de fazer rezar missa na capela de sua

quinta em Oeiras, além de aos sábados acompanhar, ao som de órgão, a ladainha a Nossa Senhora. Ministro da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus, sujeitava-se normalmente às admoestações de seus párocos, observando todas as prescrições, inclusive as dietéticas, da Santa Madre Igreja.⁶⁰⁰

Mas a previsão que o incomodava se expandia. Desdobrava-se com tal velocidade que foi anotada na correspondência do embaixador francês: “divulgava-se um terror para o dia seguinte e Lisboa deveria ser engolida pelo Tejo. Entregou-se, sabiamente, à Inquisição alguns desses profetas da infelicidade e o dia fatal anunciou-se belo. Este tipo de terror atingia particularmente mulheres e gente do povo”⁶⁰¹, notava Baschi. O que Carvalho e Melo não podia, contudo, era tolerar o misticismo da credulidade popular, fonte sempre perigosa de críticas e de sedi-⁵⁹⁹ *Discurso político sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode alcançar com as desgraças do memorá-*

vel terremoto do 1o de novembro de 1755, BNRJ, Sessão de Manuscritos, 1-12,1,14, p. 185.

⁶⁰⁰ “O marquês de Pombal religiosíssimo”. Arquivo Nacional, n. 10, 18/03/32, pp. 8-11.

⁶⁰¹ Ministère des Affaires Étrangères, Paris, carta de Baschi, 22/05/1756, série 88, p. 135.

216

ção contra as forças externas da religião oficial. Desde então, seu horror aos fanáticos, horror que o faria perseguir alguns anos depois beatos, jacobeus e jesuítas sob a mesma acusação de “arruinar os povos com pretextos de piedade”, se explicitava.⁶⁰² Ele atacou violentamente os que considerava pseudoprofetas, prontos a espalhar anúncios das próximas desgraças, como os que em outubro de 1756 apregoavam que a cidade seria varrida por um segundo sismo, provocando o êxodo e a redobrada miséria dos moradores. Segundo eles, água e fogo se abateriam novamente sobre a cidade, sem piedade: no último dia de novembro haveria

“maior estrago”, “dia quarenta depois do terremoto se reservaria não se sabe que desgraça”, “vinte e tantos de dezembro haveria uma memorá-

vel infelicidade”, no “primeiro de janeiro haveria uma inundação de águas que

subindo o mar fora de seus limites cobriria a terra por espamo de cinco léguas. Desta casta eram as predições chegando a tal audácia que até quiseram assignar o dia do Juízo!”.⁶⁰³ O ministro, contudo, entendia que previsões não são jamais passivas. Elas correspondem a uma intenção, a um desejo, a um medo, exprimindo um contexto e um estado de espírito. Predizer e agir eram termos quase que indissolúveis e complementares. O que o assustava não era a exatidão da previsão nem os laivos sebastianistas que continha, mas o papel que poderia ter de terapia social. Terapia operada por outro grupo que não o seu.⁶⁰⁴

O estado de espírito que amedrontava o ministro nascia da ligação entre profecia e catástrofe. Ora, ambas andavam de mãos dadas na memória do povo. Nessa perspectiva escatológica, o sismo de 1344 fora castigo dos céus por el-rei D. Afonso andar desavindo com o bispo do Porto. No de 1531, o clero atribuiu o devastador flagelo à presença de judeus e cristãos-novos no país. No de 1551, “chovera água cor de sangue”, que o povo interpretou como sinal da ira de Deus.⁶⁰⁵ Dois dias ⁶⁰² Luís Cabral de Moncada diz muito bem que Pombal não descansou enquanto não esmagou as esferas sociais e espirituais da sociedade portuguesa frente ao poder do trono iluminado. *Op. cit.*, pp. 86-7.

603 Refutação de alguns erros que com o falso e fantasioso nome de profecias ou vaticínios se divulgaram ao presente, aonde com toda a brevidade e clareza se mostra sua insubsistência e falsidade por L. J. de F. e S.

Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1756, p. 4.

604 Sobre o tema, ver George Minois. *Histoire de l'avenir: des prophètes à la prospective*. Paris: Fayard, 1996.

605 Essas informações são extraídas de Eduardo Freire de Oliveira, *Lisboa, op. cit.*, tomo XVI, pp.

133-143.

217

depois de ter quebrado escudos, para ascender ao trono de seu pai, D. José teve que enfrentar uma coorte de sinais considerados de maus auspícios: um violento incêndio no Hospital de Todos os Santos seguido de murmurações sobre iminentes tragédias, criando-se um estado de espírito de grande tensão entre as camadas subalternas.⁶⁰⁶ Ora, naquele momento, o susto geral, alimentado pela

continuação de pequenos tremores de terra, engordava o sentimento religioso que via no terremoto a explosão da cólera divina. A própria família real estava vulnerável à presença de padres e missionários que insistiam nessa tecla.

O ministro sabia quão perigosas podiam ser essas notícias. Contra os referidos boateiros, e para evitar as consequências de sua nefasta propaganda, expediu-se um aviso em 28 de outubro de 1756 ao duque de Lafões, regedor das Justiças e da Casa de Suplicação, ordenando-lhe chamar à sua presença os ministros encarregados da inspeção dos bairros de Lisboa, e que lhes fosse dada a sugestão de prender os autores de tais anúncios proféticos. Os anúncios se faziam, contudo, num cenário de grave crise política. O clima movediço de desorganização da administração do Estado, somado às tensões provocadas por greves rurais que explodiram no Alentejo, teve seu clímax numa conjura que tinha por alvo derrubá-lo de seu pedestal. Joaquim Veríssimo Serrão informa que esse episódio não é muito fácil de esmiuçar, mas que houve um plano urdido pelo desembargador Antonio da Costa Freire, com a anuência dos próprios duques de Lafões e de Aveiro, e os marqueses de Angeja e Marialva, para depor Carvalho e Melo.

Vamos aos fatos tais como são contados por João Lúcio de Azevedo:⁶⁰⁷ o descontentamento popular, a nobreza espezinhada por conflitos contra as mudanças impostas pelo secretário e o clima de misticismo unidos contra o governo de Carvalho e Melo tiveram na figura de Diogo de Mendonça, estomagado por viver à sombra do ministro, seu carro-chefe. O já mencionado desembargador e conselheiro da fazenda, Costa Freire, organizou um plano de governo em que haviam de entrar os duques de Lafões e de Aveiro e mais o conde de São Lourenço — a escol da nobreza do reino. A designação de *Junta da Providência* manifestava o caráter salvador e religioso da coligação, caráter que combina-⁶⁰⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 17.

⁶⁰⁷ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 124-16.

218

va perfeitamente com o clima escatológico e milenarista que se instalara na capital. Feliciano Velho Oldemberg (também referido como Félix Oldemberg ou Oldenburg) encarregou-se de ir sondar os ânimos do rei.⁶⁰⁸ Sabendo que D. José manifestara vontade de deixar os barracões onde se instalara depois do terremoto, ofereceu-lhe umas casas de sua propriedade. Mais do que isso,

insinuou que facilmente poderia ajudar o soberano a levantar fundos para reerguer a cidade. Inter-rogado sobre os meios, expôs seu plano, que, satisfeito, o rei mandou submeter a Carvalho e Melo. Feliciano Velho replicou que não o faria.

Tratava-se, em seu entender, de alguém que de forma sub-reptícia dilapidava a fazenda real. Em suma: um ladrão. Lançada a acusação, teve que justificá-la.

Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, advogado de uma causa perdida contra Carvalho e Melo, compôs o memorial inspirado de um panfleto contra o mesmo, cujo título era *Carta que de Portugal se escreveu a um grande de Espanha*. Eram 28 folhas e meia com toda a sorte de acusações. Desde a tendência hereditária a usurpar bens alheios, tendência que lhe vinha de seu avô, à falsa fidalguia de seu pai, que se fizera retratar num livro de genealogias para atestar ascendência fidalga, à posse imerecida de morgados arrancados a fórceps dos juízes, aos fingidos direitos sobre um depósito de prata e às propinas que recebera na concessão de contratos: para favorecer o da pólvora, 50 mil réis; 600 mil, no de diamantes; 150 mil em ações da Companhia do Grão-Pará.

Quanto à atuação na administração pública, as críticas eram impiedosas: “Querem todos receber com vivas e luminárias as leis e resoluções de Sebastião José, aprovando o dano, a ver se do mau efeito se pode resultar o remédio”. E a resistência dos cortesãos às suas ações: “se V. M.

tivesse a bondade de ouvir e perguntar a todas as pessoas a quem concede a honra de falar, pelo que sabem e ouvem deste homem, certamente não acharia uma única que não lhe dissesse a sua indignidade”.

O texto insinua ainda que ele se habituara a lidar de forma singular-mente habilidosa com documentos de interesse político ou patrimonial, roubando os que conseguia e falsificando outros tantos. Gênio bastante orgulhoso, muito considerado, temerário e presumido; espantadiço 608 Em 1753, Feliciano Velho Oldemberg fundara a Companhia da Ásia Portuguesa (ou Cia. de Comercio com a Asia, segundo alguns autores).

219

às primeiras novas (...), o ministro seria personagem cuja incompetência não era segredo na Corte. E terminava o libelo pela alusão a “outros fatos mais horrorosos e indesculpáveis porque se dirigem a não menos arruinar o reino de

todo, embaraçando a dilação da ditosa descendência dos nossos soberanos e sucessão dessa monarquia”.⁶⁰⁹ Era esse o retrato de época do “terremoto feito homem”, como o chamou Oliveira Martins.⁶¹⁰

Nos bastidores da Corte antipática ao ministro, as notícias corriam em outra direção. A vítima não era absolutamente Carvalho e Melo, mas, sim, seus acusadores, considerados uns “perseguidos”. Em sua correspondência para Versailles, Baschi informava que sob a guarda de um desembargador — a quem não cita o nome — Feliciano Oldemberg tivera todas as suas chaves e papéis confiscados. Sua desgraça seria o resultado de pasquins e discursos contra o governo. “Não tenho dúvidas, *Monsieur*”, explicava a Rouillé⁶¹¹, ministro das relações exteriores e seu interlocutor na Corte francesa, “que a prisão dessas pessoas não passa de um sinal do poder absoluto do senhor Carvalho. Um dos advogados encarcerados tinha sustentado um grande processo contra o senhor Carvalho, reduzindo o nascimento do ministro a bem pouca coisa. Ele conta que os mais hábeis genealogistas do país não sabem quem ele é (...) ele é o objeto corriqueiro de queixas e críticas”.⁶¹² Nos idos de 1756, o futuro marquês ainda não passava do prosaico Senhor Carvalho. Alexandre de Gusmão, por exemplo, era um dos que não esqueciam que “lhe chamavam Carvalho e tinha ocupado um emprego inferior do Estado do Reinado precedente”.⁶¹³

Mas, como num movimento de pinça, havia outra razão para a reação do rei. Uma “memória” lhe teria sido apresentada pelo padre Malagrida, descrito por Baschi como “uma espécie de homem milagreiro” e assíduo frequentador das reais barracas. O conteúdo do texto incidia ⁶⁰⁹ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*

⁶¹⁰ Eduardo Lourenço. “Pombal e Oliveira Martins”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). *Pombal revisitado*. Lisboa: Estampa, 1984. vol. I, pp. 161-166; em destaque p. 163.

⁶¹¹ Trata-se de Antoine Louis Rouillé, conde de Jouy, ministro dos negócios exteriores da França entre 1754 e 1757.

⁶¹² Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques, carta de Baschi, 29/06/1756, série 88, pp. 180-191.

⁶¹³ Alexandre de Gusmão. *Cartas escritas sobre o estado passado e presente de Portugal*, 10/01/1777, IHGB, Mss. DL,12,23.

sobre o eventual casamento da princesa D. Maria Francisca Benedita com seu sobrinho, o infante D. José. Esse era um velho desejo de D.

João V. A ideia, renascida da imaginação de D. Mariana Vitória, tivera o apoio de Diogo Mendonça Corte-Real e de Feliciano Velho Oldemberg.

Isso era, contudo, “contrário à constituição e aos interesses do Estado e à vontade del-rei”, conta-nos Ratton.⁶¹⁴ E sobre o espinhoso tema o velho jesuíta teria “glosado indiscretamente”, aborrecendo D. José.

Em consequência, o rei teria recebido mal a visita de um “certo senhor”, no caso, Feliciano Velho Oldemberg, que lhe teria procurado para falar do mesmo assunto. “Pensa-se em geral”, explicava Baschi,

“que isso não passou de descontentamento com a nomeação de D. Luís da Cunha ao ministério, por causa dos poderes do Sr. Carvalho”.⁶¹⁵ No clima de profunda desconfiança que se instalara, cartas eram interceptadas enquanto sedimentavam-se as evidências de beligerância por parte de um grupo de aristocratas com aquele que o embaixador francês chamava secamente de “Sr. Carvalho”.

A resposta veio rápida. Embora não mencione os inimigos de Carvalho e Melo, um decreto de 17 de agosto de 1756 não deixa dúvidas quanto ao desagrado do rei em relação à atitude de “pessoas bárbaras que propagavam a necessidade de pôr em risco a vida dos ministros que comigo despacham e executam as minhas Reais determinações”. O

gesto sub-reptício, a intenção criminosa significaram um “horroroso escândalo” e prova de um atentado ao poder real. O desembargador Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira foi encarregado de uma devassa a fim de desmascarar suspeitos.⁶¹⁶ Um prêmio de 20 mil cruzados, além do perdão de eventuais culpas, seriam dados aos que denunciassem. No ambiente já bastante carregado, prenhe de delações e traição, mandou-se, ainda, imprimir o decreto e distribuí-lo em todas as cidades e vilas, o que deve ter acirrado as murmurações.

Por esse tempo, Diogo de Mendonça Corte-Real era demitido da secretaria de Estado e exilado de Lisboa. “Foi sumido”, informa-nos, ⁶¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 180.

⁶¹⁵ Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances

Politiques, carta de Baschi 2/08/1756, série 88, p.196v.

616 Baschi, em carta datada de 9/10/1756, remete a Paris um exemplar do que considera “un affi-che bien singulier”. In: idem, ibidem, p. 245.

221

sumariamente, Ratton.⁶¹⁷ O aristocrata incomodava-se pelo fato de o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra interferir no departamento de Marinha e Ultramar. Idiossincrasias de ambos os lados resultaram em musculosa inimizade. A dura pena lhe fora imposta por não se furtar a criticar os órgãos do governo e, em particular, Carvalho e Melo. Publicado em forma de edito, e afixado às portas das igrejas, o texto que Baschi teve o cuidado de enviar à França dizia que o comportamento de Corte-Real “fora causa de grande desordem e inquieta-

ção”⁶¹⁸ para o serviço régio, na medida em que ele divulgara segredos da Administração e “excitara com bárbaros e infiéis pretextos a paz, religião, civilidade e obediência que tinha por natureza, homenagem, fidelidade a obrigação de guardar”.⁶¹⁹ Implacável, o rei desterrou-o a 40 léguas da capital.

Carvalho e Melo, por seu turno, já tivera o cuidado de afastar outros obstáculos de seu caminho. Detestava quem lhe fizesse sombra, o que não escapou à observação de estrangeiros. Baschi, por exemplo, dizia que D. Luís da Cunha, sobre quem não tinha opinião das mais favoráveis, só fora indicado como ministro do rei porque Antonio Freire de Andrade de Encerrabodes representava a força e o perigo de uma importante facção da aristocracia.⁶²⁰ Aos adversários egressos da velha nobreza, gente com enorme experiência na administração do reino, o futuro Pombal atribuía cargos bem longe da capital; o marquês de Tancos enviou em missão militar ao Alentejo; D. Rodrigo de Noronha, ao Algarve; o marquês de Távora, à província da Beira; o conde de Coculim mandou a Trás-os-Montes. Receando que as intrigas do ministro os colocassem em posições ainda menos favoráveis, explica Tiago dos Reis Miranda,⁶²¹ alguns cortesãos teriam decidido tomar a iniciativa de pedir licença “para se recolherem às suas Quintas e cuidar de seu desempenho”. Outros conservariam, entretanto, os lugares que haviam conquistado, dissimulando opiniões pessoais. Alguns dos indivíduos ⁶¹⁷ *Op. cit.*, p. 180.

⁶¹⁸ Idem, ibidem. Carta de 30 out. 1756, p. 247.

619 As informações desse parágrafo foram extraídas de Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, pp. 35-6.

620 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, carta de Baschi, 11/05/1756, p. 138v.

621 Tiago Costa Pinto dos Reis Miranda, a quem empresto as informações a seguir do seu “O governo português e a Companhia de Jesus no quadro da aliança com a Inglaterra”. *Lusitana Sacra*, Lisboa, 2.a série, tomo V, pp. 251-297, 1993; p. 287.

222

com prestígio e conhecimentos para enfrentar o secretário dos Negócios Estrangeiros tinham morrido por essa época. Alexandre de Gusmão, fiel ministro por 20 anos do pai de D. José, em 1753, e o cardeal D.

Tomás de Almeida, no início de 1756. Nas asfixiantes circunstâncias em que se encontrava uma parte da nobreza, um dos únicos que em Lisboa poderiam “falar e dizer o que entende, o que vê e o que ouve, para evitar os danos que do contrário se seguem”, era pois, ainda, Diogo de Mendonça Corte-Real. Eis a razão de seu castigo.

Corte-Real não foi o único punido. João Lúcio de Azevedo lembra que, na intriga contra o ministro, houve participação, por razões sabi-das⁶²², de certa facção da Igreja. Dois frades barbadinhos gozavam então de grande prestígio na Corte; a ocasião do terremoto incentivou-os a redobrar a pregação num viés escatológico sobre a questão: castigo de Deus, pecados, penitência! A pedido da própria família real, foram eles os responsáveis por várias das prédicas, ladainhas e confissões que se realizaram no Paço. A um deles, o rei solicitou que lesse e julgasse o libelo que lhe encaminhara Feliciano Velho. O astucioso frade, membro da conspiração, respondeu “que se era aquilo verdade, andava S. M.

muito enganado com o ministro”. Pediu também ao rei que não mostrasse o papel ao acusado. Tudo parecia estar no melhor dos mundos para os conspiradores.

Antes de a vingança de Carvalho e Melo abater-se sobre sua cabe-

ça, Diogo de Mendonça reunia ingenuamente os amigos em jantares em que

aproveitava para falar mal do ministro, fazendo planos sobre um processo criminal contra o mesmo. Encerrabodes, então ministro em Haia, apressava-se a substituí-lo. Os coligados, diz Azevedo, em conversas e correspondência, jactavam-se do sucesso dos planos. Ao serem descobertos, foram presos e sumariamente sentenciados; Martinho Velho e Teixeira de Mendonça, degradados com outros mais para Angola. Os dois barbadinhos Clemente e Iluminato, Encerrabodes e Antonio da Costa Freire foram mofar na prisão do Forte Junqueira. Os rumores públicos, confundidos pelas informações vindas dos altos escalões da Corte, os acreditava deserdados para um destino mais cômodo e bem 622 João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 126-127. Para saber das tensões entre Pombal e a Igreja, conferir a mesma obra, pp. 233-257.

223

diferente: a Itália. Baschi, como tantos outros, acreditou no boato, concluindo que tudo não passara de grande “imprudência”.⁶²³ Tantas informações desencontradas até mesmo no ambiente diplomático demons-tram a quantas andava o mal-estar entre as facções em torno do trono.

Na correspondência para Versailles, o embaixador francês já assi-nalara, alguns meses passado o sismo, o estranhamento que grassava entre Carvalho e Melo e seus antagonistas. Numa tarde de agosto de 1756, em que fora recebido pelo ministro, ouviu dele que todos haviam se enganado sobre a situação de Portugal depois do terremoto. A perda em Lisboa fora grande, mas, explicava, ela só recaía sobre o luxo: “Tere-mos menos palácios, menos quadros e menos móveis preciosos. Volta-remos à simplicidade de nossos pais. Deus será menos ricamente servido; mas o será melhor. Os senhores reencontraram suas terras para o comércio. Suas casas e fundos os sustentarão. Os pequenos comerciantes estão arruinados, mas outros se apresentarão. Não haverá mercadorias a emprestar para o Brasil. Tanto melhor. Elas aí abundam e poderemos taxá-las com mais vantagens do que hoje [...] Se o rei perdeu as alfândegas onde havia tanta mercadoria, azar dos que as possuíam”; e a Baschi de concluir sobre tais confidências que lhe pareceram “muito singulares”: “Pareceu-me, em seu discurso, que as perdas dos estrangeiros o atingiam pouco e que ele se consolava de não estar em condições de repará-las. É claro que não gosta deles, e em relação à diminuição do luxo, é preciso conhecer mal os portugueses para acreditar que eles não encontrarão os meios de fazê-lo renascer”.⁶²⁴ Pragmatismo do ministro? Talvez, mas sobretudo um profundo desprezo pelos que viviam no luxo — logo, a aristocracia velha — e pelos que dominavam o

comércio dentro de parâmetros condenados pelo mesmo Carvalho e Melo.

Tais sentimentos não seriam incompatíveis com suas ações; afinal, ele só inspirava queixas e desafetos: *plaintes et brouillages*, como registrara Baschi.⁶²⁵ Mas havia o troco: o ministro era alvo constante de sátiras e folhetos cheios de ódio, que não eram, contudo, “os primeiros”.⁶²⁶ Os 623 Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, carta de Baschi, 17/08/1756, série 88, p. 232v.

624 Idem, ibidem, p. 79v. e passim.

625 Idem, ibidem, p. 192.

626 Idem, ibidem, p. 198v.

224

meses que sucederam ao trágico terremoto deixavam entrever o saldo de fissuras e divergências entre os grupos da Corte. O resultado desses choques não parecia muito promissor. O embaixador francês lamentava a irascibilidade do ministro, capaz, segundo ele, de anestesiá-lo o sentimento de impotência do país, que sem ajuda externa estaria fadado a sobreviver “apenas pelo mar”. Sua irascibilidade, aos olhos do diplomata gaulês, traduzia-se objetivamente: “esse ministro age com um despotismo cada vez mais declarado e há poucos dias em que não se sintam seus efeitos”.⁶²⁷ O despotismo do então senhor Carvalho, tão discutido pela historiografia, é, com todas as letras, uma evidência nos documentos históricos.

O clima de profecias, avisos, conjuras e segredos sinalizava a existência do ovo da serpente que eclodiria dois anos mais tarde, quando do atentado à vida de D. José.⁶²⁸ Tudo indica que, aliados desde a primeira hora aos inconfidentes, os padres da Companhia de Jesus espalhavam nos seus sermões ser a catástrofe um castigo divino contra os pecados dos cristãos. Uma pastoral proibía com veemência e sob graves penas que “pessoa alguma se atrevesse a prognosticar sucessos infaustos e muito menos assinar dia determinado ao fim do mundo”. Os pregadores foram encarregados de orientar, de seus púlpitos, a “plebe menos entendida” que não desse ouvidos a “semelhantes coisas porque eram falsas”.⁶²⁹ Logo, a crença popular viu nessa pregação o signo de novas desgraças a abaterem-se sobre os portugueses. Não é simples coincidência que, no mesmo mês em que explodiu a notícia da nova profecia, o rei escrevesse a

seu ministro em Roma, Francisco de Almada de Mendonça, pedindo-lhe que informasse o papa Bento XIV sobre “as desordens que os religiosos jesuítas tinham feito neste Reino!...”.⁶³⁰ O

quebra-cabeças que findaria na execução dos Távara e na expulsão da Companhia começava a ser montado sobre as ruínas de Lisboa.

Mas que profecias seriam essas, capazes de incomodar tanto ao ministro, e qual o sentido delas nesse momento? No mês de julho, ⁶²⁷ Idem, série 87, p. 229v.

⁶²⁸ O atentado que teve lugar aos 3 set. 1758 e deu início à chamada questão dos Távara. Sobre o tema ver: Guilherme G. de Oliveira Santos. *O caso dos Távara*. Lisboa, 1959.

⁶²⁹ Refutação de alguns erros que com o falso e fantástico nome de profecias ou vaticínios se divulgaram..., *op. cit.*, p. 5.

⁶³⁰ Idem, *ibidem*, p. 43.

225

Lisboa voltara a tremer. Em outubro, muita gente começou a deixar a cidade ao mesmo tempo em que começou a circular um papel intitulado *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto*.⁶³¹ Seu autor: o padre Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus. Nem o conteúdo nem a pena eram alheios ao contexto. Malagrida acabara de voltar do Brasil, com fama de santo. Por toda a parte ouviam-se histórias milagrosas e prodígios sobre sua pessoa. Julgavam-no verdadeiro instrumento dos milagres de Deus.

D. Pedro, irmão de D. José, estando adoentado, não melhorara graças às suas preces? Não foram também essas que inspiraram a pro-genitura do marquês de Louriçal, quando sabia-se que ele era possuidor de um casamento infecundo? E quantos mais não foram abençoados com suas orações e obras santas? O jesuíta não era considerado apenas um santinho. Seus vaticínios eram temidos. Anunciara a morte da rainha-mãe, D. Mariana da Áustria, bem como — era o que asseve-ravam os jesuítas — o terrível terremoto! Por igual inspiração, anunciava, quase um ano depois, que novos cataclismos viriam. Tudo por causa dos pecados da nação.

Se o maior serviço que pode fazer um cidadão fiel à sua pátria é descobrir-lhe os

inimigos mais pérfidos e perniciosos, que lhe maquinam ruí-

nas e tragédias mais funestas e deploráveis à sua Monarquia, a esta palma certamente me obriga anelar com todo o empenho a compaixão e dor inexplicável que me aflige de ver em decadência uma Corte tão rica, tão bela (...) Sabe, pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que a trazem ainda tão inquieta e fora da sua natural firmeza, não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais; mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados (...) Com tão grande colheita de almas pecadoras que levaram para o inferno; e tudo isso unicamente pelo excesso dos seus pecados.⁶³²

631 *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a Corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*, pelo padre Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus, missionário apostólico, Lisboa, na oficina de Manoel Soares, 1756.

632 Idem, p. 6.

226

No entender do jesuíta, além dos “inimigos perniciosos”, Lisboa atraía a fúria divina porque as esposas de Cristo haviam quebrado

“suas clausuras”, fazendo da cidade uma “Babilônia de incontável confusão”. A capital era uma pecaminosa Nínive. Faltavam penitências que fossem suficientes para apagar tantos “estragos e calamidades”.

Como era possível viver entre “homens totalmente bestiais, sem conhecimento de Deus”, comparáveis a animais irracionais, mergulhados “nos mais torpes prazeres corporais”? Não faltava quem frequentasse touradas, danças, “comédias das mais obscenas” e diversões de toda espécie, mas os templos estavam vazios: “e nas igrejas, nas festas sagradas, nos sermões, nas missões apostólicas, por mais fervorosas que fossem, não aparecia uma alma!”. E interpelava “a Corte, a quem a espada do furor Divino entrou já tanto pela terra adentro, que há mais de seis meses que continuamente se está ameaçando; em vez de buscar, com toda a resolução e esforço, remédio verdadeiro, toda te arrebatas em ouvir estes sil-vos tão venenosos da tragadora serpente”. Em meio a tantos perigos ele fora avisado “cinco vezes” por uma “serva de Deus, morta no ano passado no convento de

Louriçal”, e insistia: “Mas como poderá desembara-

çar-se de um argumento tão forte que não tem, não pode ter solução?

Porque eu argumento assim: Deus revelou que estava gravemente irado pelos pecados de todo o Reino e muito mais de Lisboa”.⁶³³

Por trás de tão aterradores avisos coexistiam duas correntes de pensamento, mas também duas realidades políticas. De um lado, os velhos dissentimentos de Carvalho e Melo para com os jesuítas, “o perpétuo inimigo que muito importava combater”.⁶³⁴ As querelas não cabem ser integralmente repertoriadas neste trabalho. Convém, contudo, lembrar algumas das teses de Carvalho e Melo: até a entrada da Companhia de Jesus em Portugal, esse foi poderoso e culto. A partir de então, o obscurantismo teria se abatido sobre a universidade, as letras e as ideias, o comércio teria definhado, as relações entre o rei e seus vassallos ou entre a Igreja e a Coroa teriam se desequilibrado. As intrigas e o fanatismo teriam alimentado desde o envio de D. Sebastião à África, a alianças com os espanhóis no reinado de Felipe II, à desgraça em que caiu Francisco de Lucena durante a Restauração e o conflito da Cúria com o Santo Ofício ⁶³³ Idem, p. 10.

⁶³⁴ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.* , p. 234.

227

no reinado de D. Pedro II. Mais para a frente, a tentativa de regicídio contra D. José se encarregaria de engordar a lista de queixas.

Na América portuguesa os problemas também se acumulavam.

Se as instruções dadas ao novo governador do Grão-Pará em 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, eram, em princípio, favorá-

veis à fundação de novas missões jesuíticas perto das fronteiras, a boa vontade logo se diluiu em hostilidade. Já no início de sua estada em Belém, escrevera ao padre Bento da Fonseca, importantíssimo membro da Companhia de Jesus, queixando-se de Malagrida e de suas atividades vesânicas: “Tenho importunado a V. Rev.ma mais do que deveria, mas quis informá-lo da verdade deste fato, para que se conheça que em mim não há outra coisa que me mova mais do que a pura e reta administração da justiça, que será só o que possa embaraçar, para algumas vezes não servir à sua sagrada religião (isto é, a Companhia de Jesus)

como devo e desejo, porque nunca me esqueço o muito que não só eu, mas toda a minha casa lhe sempre foi obrigada”.⁶³⁵ Se havia liames entre a casa do futuro marquês de Pombal e os jesuítas, esses seriam futuramente enterrados. Na correspondência vinda do Brasil, os primeiros sinais da crise que viria a se agravar se mostravam como as manchas escuras na casca da fruta: podre no dia seguinte.

As lutas entre colonos e jesuítas acirravam-se em torno da utiliza-

ção de mão de obra indígena. Como resume Azevedo, “os missionários estavam sempre prontos a estorvar, opondo-se às caçadas (os chamados

“descimentos de indígenas”), assistindo aos contratos, acolhendo os fugitivos, guardando com ciúmes aqueles que se reuniam nas denominadas aldeias, que governavam”. Outro espinho foi a formação da Companhia de Comércio dirigida, no Pará e Maranhão, pelo já mencionado irmão de Carvalho e Melo. A companhia era possuidora do exclu-sivo da navegação, do tráfico de escravos, da introdução de gêneros europeus, da compra e venda de produtos da colônia cujos preços ela taxava. Segundo o ministro, em carta para seu irmão no distante Brasil, a companhia seria o ponto de partida para duas outras reformas: declarar a liberdade definitiva dos índios e transferir dos religiosos para a Coroa o governo das missões.

635 Marcos Carneiro de Mendonça, *op. cit.*, p. 347.

228

A grita era geral. Protestos choviam no paço de Lisboa vindos tanto da câmara de comércio quanto dos padres jesuítas, que se viam na iminência de perder seus índios. Até mesmo quatro deles foram expulsos do Pará-Maranhão, chegando a Lisboa no dia seguinte do terremoto, o que lhes valeu escapar das penas que lhe seriam imputadas.⁶³⁶ A gota d’água deve ter sido a notícia enviada a Paris, um mês antes do terremoto, pelo observador Baschi: “Aqui divulgou-se uma assaz singular e circunstanciada notícia chegada de Madri: um padre jesuíta declarou-se rei do Paraguai!”.⁶³⁷ O descontentamento de que eram portadores os membros da Companhia de Jesus logo iria somar-se ao ódio de fidalgos da Corte, onde corria a seguinte anedota: D. José, pasmado diante da assombrosa atividade de Pombal, comentara com um fidalgo sobre a providência divina ter lhe poupado a vida e a residência na rua Formosa. A resposta veio fulminante:

“também as casas da rua Suja (a das meretrizes) ficaram de pé”.⁶³⁸

Seis meses depois do sismo, em abril, portanto, murmurava-se malevolamente que os jesuítas iriam perder seu lugar de confessores do rei. Os membros da Companhia de Jesus já começavam a ter motivos de sobra para se preocupar.⁶³⁹ O panfleto de Malagrida articulava-se, de certa maneira, com o mal-estar inspirado pela figura e a ação de Carvalho e Melo no trato com os que, segundo seu irmão, significavam tanto para a família.

Mas, por outro lado, as palavras do panfleto bebiam na fonte de uma forte tradição religiosa. O jesuíta italiano, já conhecido como visionário, passara anos no Brasil percorrendo sertões inóspitos, pedindo esmolas para a fundação de recolhimentos e seminários. Foi do Piauí à Bahia, onde a população o recebeu e aclamou como verdadeiro herói.

Em suas peregrinações, costumava açoitarse de forma teatral depois de pregar dramáticos sermões, e nas festas religiosas fazia conduzir pelas ruas um andor encimado por uma caveira que seguia, a frente coroada de espinhos, uma corda no pescoço e um crucifixo nas mãos.⁶⁴⁰ Essa ⁶³⁶ Idem, *ibidem*, pp. 115-116.

⁶³⁷ Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques. Carta de Baschi, 21/10/1755.

⁶³⁸ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 235.

⁶³⁹ Archives du Ministère des Affaires Étrangères, Paris, Correspondances Politiques. Carta de Baschi, 20/04/1756, série 88, p. 118v.

⁶⁴⁰ Ver o meu *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1995.

229

imagem de milagreiro e profeta amplificava a importância de seu papel, fazendo-o circular desde os abrigos mais sórdidos às barracas de madeira que faziam as vezes de paço real, na Ajuda. Do pobre ao rico não se falava em outra coisa. Malagrida ofereceu um exemplar de sua profecia ao rei e outro ao seu ministro. Rumores sobre o temido conteúdo do panfleto alastravam-se pelas ruínas da velha cidade. Nova onda de medo voltava a sufocar os espíritos. A medonha experiência do sismo somada ao ambiente de tensão política permitia que,

fervilhando, o mal-estar social voltasse à tona. A conjunção de fatos inquietantes decorridos a um ano do terremoto traumatizara a opinião pública lisboeta, tornando-a crédula a todo tipo de “murmuração”. A reaparição de rumores proféticos fizera-se tão constante em Portugal quanto os abalos sísmicos eles mesmos. Era quase uma estrutura.

Carvalho e Melo sabia, contudo, que a propagação desse tipo de alarmante notícia — circulando sempre nos canais não institucionaliza-dos — era o sinal de que a inquietação popular atingiria o paroxismo.

Seus receios não eram infundados. Seis meses depois desse *affair*, não se levantou a plebe do Porto contra a companhia de comércio de vinhos aí estabelecida desde setembro anterior?

O sinal de alerta dado pelo instinto de conservação de certos grupos, a frustração e ansiedade coletivas corriam o risco de conduzir o povo a um ritual catártico. O rumor era apenas o seu primeiro sinal. Era uma quase confissão da angústia generalizada e a identificação com uma situação aparentemente insuportável. O rumor era também o primeiro estágio do processo que obrigaria a turba a descarregar-se de seu medo. Um inimigo público deveria ser desmascarado; isso já seria um alívio. Não foi à toa que, fruto desse episódio, Malagrida foi desterrado para Setúbal, de onde só voltou a caminho da prisão e da fogueira. Fora de todo o controle crítico, o rumor tinha o poder de potencializar os poderes do inimigo desmascarado, situando-o no seio de uma teia de diabólicas cumplicidades. Eis por que o ministro Carvalho e Melo via no panfleto do velho místico e piedoso mistagogo todo exército da Companhia de Jesus a avançar. No seu entender, o escrito aprovado pelo Santo Ofício era ofensivo à razão e ao governo, atingido na zombaria dos que lhes negavam a crença no sobrenatural.⁶⁴¹ Para Carvalho e Melo não ⁶⁴¹ Essa é a opinião de J. Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 130.

230

havia dúvidas: o rumor do panfleto, transbordando os limites do real e do possível, revelava uma traição. Um complô. Mesmo o rei estava sensível à campanha movida contra os jesuítas, em defesa dos quais nem o padre José Moreira, seu confessor, foi ouvido.⁴⁴²

A resposta do ministro e daqueles que pensavam como ele veio também na

forma de uma *Carta em que se mostra falsa a profecia*.⁴⁴³

Assinado por certo Epicureo Alexandrino, *nom de plume* de Pedro Norberto de Arcourt e Padilha, o texto é uma tentativa de detratar, sem dar nomes aos bois, o autor da profecia: Gabriel Malagrida. Dirigindo-se a um hipotético “amigo”, o missivista anuncia ter procurado informar-se junto a “pessoas de juízo e verdade”, além de livros sobre a matéria, sobre o “oráculo” que a emitira. Suas profecias “não persuadem”. Não eram as únicas. Aquelas de uma freira do convento de Semide, “que via antes de morrer muitas pessoas postas no esquife”, tampouco prestavam. “A freira não era da vida mais ajustada”, comparava oportunamente o autor.

“Até às pedras preciosas quiseram os naturalistas atribuir virtude de poder vaticinar”, queixava-se Epicureo Alexandrino, para concluir:

“porém o prognóstico do 1o de novembro é totalmente despido de fundamento”. E por quê? Pois fora anunciado bem antes — lembra-se o leitor da estrutura dos rumores? —, várias vezes, sem cumprir-se: Em substância direi a V. M. de que nasceu esta quimera, que quanto a mim causou tanto susto em todos, como hoje credito tirará a quem lho der. Em 1752 houve quem disse que em dia de Todos os Santos sucederia um grande caso em prelúdio ao desembarque que antes da Quaresma faria El-Rei D. Sebastião em Castela e a entrada, que em dia de São João daria em Lisboa. Faltou tudo no dito ano, prometeu-o para 1753; igualmente lhe saiu errado; tornou-o a assinalá-lo para 1754, que na mesma forma se enganou (como se enganará até o fim do mundo), e eis senão quando em dia de Todos os Santos de 1755 sucede o terremoto e sem olhar para as duas partes que faltaram, e para os quatro anos em que não sucedeu, dizem todos *Grande Profeta!* Como se não fora maior milagre deixar em tão largo tempo de suceder neste dia, em qualquer lugar de Portugal algum caso a que se pudesse acomodar a profecia; pois não se individuou o que havia de suceder, nem o sítio em que sucederia.

642 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, op. cit., p.50.

643 *Carta em que se mostra falsa a profecia do terremoto de primeiro de novembro de 1755*. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1756.

Epicureo Alexandrino tocava numa tecla sensível e pouco associada à questão do terremoto: a permanente crença no retorno de D.

Sebastião, presente desde que esse desaparecera nas areias tórridas de Alcácer-Quibir. Ele chega a afirmar que “se os sebastianistas, assim como são eternos na duração, fossem infinitos no número (...) era muito para temer que qualquer potência, esperando uma manhã de névoa e trazendo consigo algum Ermitão de barbas, pudesse sem pólvora, nem bala, render nossas fortalezas”.⁶⁴⁴ A ironia não mascarava a força da crença. A profecia do terremoto tinha tanto respaldo no horizonte de espera da população quanto a volta do desejado rei. Vários autores têm se debruçado sobre o episódio presente na história portuguesa na forma de mito, mas também na figura de usurpadores e falsos D.

Sebastião.⁶⁴⁵ É interessante observar que as reincidentes reaparições de impostores do rei em Veneza, em 1589, em Viana do Alentejo em 1603

e mesmo nas profecias do Menino de Santarém, que anunciava o seu retorno por gritos de *Oh! Bastião! Oh! Bastião*, alimentavam a crença de muitos que esperavam o retorno do amado monarca. Nele se depositavam todas as esperanças de redenção para um Portugal amesquinhado e empobrecido desde a união das duas Coroas ibéricas.

A associação do mito sebástico com o terremoto tem tudo a ver. O

Encoberto, como era também chamado, resgataria o povo pobre e sofrido, restituindo-lhe a grandeza de outrora, o destino de glória que fora traçado para Portugal no milagre de Ourique! Reergueria Lisboa das ruínas do terremoto e das trevas do medo. Voltaria no dia de São João, tal como prometera Mateus Álvarez, um dos farsantes que assumiu seu lugar. Afinal, explica Jacqueline Hermann⁶⁴⁶, manifestações sebastianistas como as encontradas no panfleto de Malagrida não conseguiam se despregar da tristeza e do aspecto penitencial que fez a perda do rei ser produto dos erros e pecados de cada um dos portugueses em seu

⁶⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 11.

⁶⁴⁵ Yvette Kace Centeno (org.). *Portugal, mitos revisitados*. Lisboa: Salamandra, 1993; Jacqueline Hermann. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶⁴⁶ Jacqueline Hermann, *op. cit.*, p. 306.

tempo. Os mesmos erros e pecados de que lhes acusava o temerário jesuíta. O ciclo fechava-se. Sebastião, o rei, e não Carvalho e Melo seria o único a poder dar a Portugal a estatura que esse merecia aos olhos do povo que acreditava em Malagrida. E, também, aos olhos dos jesuítas, que viam o ministro com horror. Daí a sua reação irada: ele era capaz de ler nas entrelinhas do documento, não apenas uma profecia não cumprida sobre novos terremotos, mas a repulsa e o distanciamento do povo que socorrera com medidas emergenciais depois do sismo.

Reconhecia, também, o antagonismo da Companhia de Jesus, o maior inimigo das reformas que pretendia impor. Para o ministro, vinha deles, e exclusivamente deles, o fanatismo — fanatismo com “que esquentaram as imaginações de toda esta Corte”.⁶⁴⁷

Junte-se a isso que na passagem do primeiro aniversário da catástrofe multiplicaram-se as profecias sobre abalos mais tenebrosos. A igreja, explica Ana Cristina Araújo⁶⁴⁸, não era totalmente insensível aos clamores proféticos que se espalhavam, muitas vezes divulgados por membros do próprio clero, como Manuel Pereira, conhecido como o profeta de Leiria, a já mencionada monja de Semide e outra, do convento de Lourçal. Os sermões jogavam água no mesmo moinho.

Naqueles de D. António da Anunciação, Frei António do Espírito Santo Andrade e do franciscano Manuel de Nossa Senhora da Oliveira exsudava o profetismo de inspiração popular. A autora lembra, ainda, que o profetismo alimentava-se de manifestações religiosas em que não faltavam a comoção, a angústia, a gravidade e a culpa.⁶⁴⁹

“Eram frequentes as preces. Quase diárias as missas. Cotidianas as confissões. Sem números os terços. As igrejas viam-se cheias de gente em todas as horas (...) estando de dia, e de noite, por muitos dias, o Sacramento exposto”.⁶⁵⁰ Em Coimbra, até o reitor da universidade saiu em procissão, junto com os demais professores, “todos descalços, com cordas ao pescoço e coroas de espinho à cabeça, cheios de modéstia e gravidade”. O bispo, o cabido e o clero imitaram-nos. Choviam pasto-⁶⁴⁷ José Veiga Torres, *op. cit.*, p. 28.

⁶⁴⁸ Ana Cristina Bartolomeu d’Araújo. “Ruína e morte em Portugal no século

XVIII: a propósito do terremoto de 1755”. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 9, n. 1, pp. 327-365, 1987; p. 355.

649 Idem, ibidem.

650 História eclesiástica e política do país Bracarense. BNL. Cod. 682, f.124-127v. Apud Ana Cristina B. d’Araújo, *op. cit.*, p. 356.

233

rais — e choveram até 1759 — reprimindo com severas penas “a imprudência e a malícia” com que tão frequentemente se executavam procissões penitenciais particulares, sem autorização do patriarcado. As relíquias, por sua vez, faziam coro às práticas piedosas: “Para além das milagrosas imagens que saíram, eram muitas as relíquias sagradas, sendo as mais especiais o santíssimo Senhor; um espinho da Coroa do Senhor; um caixote em que iam um cabelo de Nossa Senhora e uma maçaroca que com suas Santíssimas mãos tinha fiado; a cabeça de São Teotônio, e as dos santos Mártires do Marrocos”.⁶⁵¹ Presente por toda a parte, um vertiginoso sentimento de religiosidade.

Nesse clima, em que se misturavam profetismo e piedade mágica, o articulista da tal *Carta* não poupava a figura de Malagrida. Sub-reptícios, seus ataques acusavam-no de supersticioso, louco e sebastianista, o que dava tudo no mesmo. Seu misticismo teria evoluído depois da passagem pela colônia, terra de gente mais inculta ainda. O Portugal que se erguia do terremoto, sob a batuta pombalina, queria deixar a superstição sob os velhos escombros e dar-se uma nova cara, longe dos enrugados traços do fanatismo religioso de homens como frei Gaspar da Encarnação ou, na sua vertente mais intelectualizada, o confessor régio Carbone: Suposto que sempre o que a cristandade nos inspira é o que solidamente devemos seguir, nunca pode ficar, nem ainda aos supersticiosos, o mais leve lugar que o sujeito sonhou ou profetizou; porque só delirou com El Rei D. Sebastião. Façamos justiça: é louco ou sebastianista, se acaso tudo não é o mesmo. Em ambas as coisas suponho muito prejudiciais à República (...) com a mania de sebastianista se comete uma traição; porque quem jurou fidelidade ao seu soberano não pode sem inconfidência esperar outro rei; e quem poderá também esperar o Messias e com grande facilidade passar da casa dos orates para os cárceres do Santo Ofício.

Não querem desenganar-se esses possessos, que ainda que El Rei Artur

despovoe as Ilhas Britânicas a favor do Encoberto, primeiro perderemos as vidas, que o deixemos empunhar o cetro, porque as Coroas também têm prescrição. Quem quiser obedecer-lhe, vá ao seu sepulcro de Belém e tome-lhe as ordens, como se fazia com Alexandre depois de morto.

Infeliz Príncipe que não só perdeu o Reino e a vida, mas até os sufrágios 651
Idem, ibidem, p. 357.

234

da alma! Se os sebastianistas assim como são eternos na duração, fossem infinitos no número (como dos tolos disse Salomão) era muito para temer que qualquer potência, esperando uma manhã de névoa e trazendo consigo algum Ermitão de barbas, pudesse sem pólvora, nem bala, render as nossas fortalezas. Chegou a tanto o saber deste sabichão que afirmou uma tarde que o chafariz dos cavalos estava um mar de sangue, pela batalha que El Rei D. Sebastião na Rua Nova estava dando. Aqui verá V. M. que o Vedor vê tão mal ao perto, como ao longe; eu pusera-lhe uns antolhos por óculos, e em lugar de freio uma mordança, tão des-temperadas são as suas proposições que nem para condená-las se pode repetir. Enquanto estive no Rossio, ninguém lhe soube da Arte; tanto que mudou de pátria, logo ficou profeta. Todos dizem que é bom cristão e eu digo que o bom filho à casa torna, ainda cá o poderemos ver. E concluía, severo: “Receito-lhe, medicamente, açoites por mezinha”.

Epicureo Alexandrino deixava, contudo, escapar ao longo de seu texto preciosas informações quanto ao universo mental em que outros panfletos eram lidos junto com o seu. Outros tantos “repertórios” e “prognósticos” da mais variada procedência haviam inundado a cidade, profetizando novos terrores e infortúnios. O ano anunciava-se sombrio. Regido por Saturno, “velho e rabugento, há de causar trabalhos, fomes, aflições, esterilidade, choros, suspiros, desterros, cárceres, destruições e mortes”. A *Carta* invectivava contra a onda de superstição que se abatera sobre a capital, explicando didaticamente que, ao contrário do que se dizia, “o planeta Saturno é um globo que brilha com a luz do Sol, assim como a Lua, e que as figuras das constelações são inventadas pela fantasia para se poderem conhecer e nomear e não porque no Zodíaco haja velho ou menino, ou animal, pois só quem o fosse, podia crer que lá os há”.

Que tipo de alcance teria a *Carta* contra a vivacidade de “prognósticos” e a circulação de papéis quando sabemos que o século XVIII representou o auge da

literatura de cordel em Portugal?652 Pouco... A eficiência das profecias milenaristas ou sebásticas era bem maior. Não apenas porque Lisboa não esquecera a miséria, o sofrimento e a desigualdade 652 Ver, sobre literatura de cordel, o prefácio de Mário Cesariny em *Horta da literatura de cordel*.

Lisboa: Assírio e Alvim, 1983; Diogo Ramda Curto. “Littératures de large circulation au Portugal (XVIe-XVIIe siècles)”. Texto apresentado no colóquio Imprimés de large circulation et littérature de colportage dans l’Europe des XVIe – XVIIe siècles, org. Roger Chartier, Wolfenbuttel, 1991, mimeo.

235

social de antes e durante o terremoto, dando a esses textos a função escatológica de apontar-lhes uma futura idade de ouro, mas porque as crenças embutidas em profecias como as de Malagrida articulavam-se com o milenarismo moderado de outro jesuíta: Antonio Vieira.

Durante sua longa carreira, Vieira predisse incansavelmente aos monarcas lusos um destino fora do comum. Cometas, tempestades e inundações — e por que não um terremoto? — pareciam lhe anunciar a passagem ao milênio ao longo do qual o papa e o soberano governa-riam juntos um mundo pacificado, no qual os turcos teriam sido vencidos e os judeus, convertidos ao catolicismo. Tal reino, ao mesmo tempo temporal e espiritual, teria na Lisboa que antecedeu ao terremoto “o sítio mais proporcionado e apto escolhido pelo Supremo Arquiteto”, constituindo-se a sede exclusiva do império do mundo. Nela, o céu, a terra e o mar concorriam para a grandeza do império e para a conveniência, ela também universal, de seus vassalos. Os promontórios que abrigavam a cidade abrir-se-iam como “braços” à “voluntária obediência de todas as nações”. Vieira anunciava o início desses tempos de bonança e felicidade para 1670, 1679 e 1700653, identificando sucessi-vamente o Encoberto com as figuras de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V. O pensamento milenarista na sua versão vieiriana, como explica Isabel Barreira de Campos, não foi absolutamente estranho à reedição — a segunda edição — do *Prolegômeno à História do Futuro* em 1755. Lisboa fora destruída pelo “fogo material”, não para que se perdesse mas para que se purificasse “porque no incêndio é que purifica o ouro”, ouro com o qual Deus queria compor a coroa do reino que haveria de estabelecer em Portugal; “para renová-lo foi necessário desfazê-lo com um terremoto; para purificá-lo foi preciso metê-lo num incêndio”.654 Curioso é que, alheios a qualquer sintoma de mentalidade pré-iluminista, todos os conventos, e não

apenas os jesuíticos, eram grandes centros de elucubrações sebastianistas.⁶⁵⁵ Nessa época, os sebastianistas não abalavam exatamente as estruturas de poder, mas ⁶⁵³ Jean Delumeau. *La peur en Occident, op. cit.*, pp. 266-267. Sobre o milenarismo em Vieira, ver: Raimond Cantel. *Prophétisme et milénarisme dans l'ouvre de Antonio Vieira*. Paris, 1960.

⁶⁵⁴ Isabel Maria Barreira de Campos. *O grande terremoto de 1755*. Lisboa: Parceria, 1998, p. 117.

⁶⁵⁵ José Veiga Torres, *op. cit.* , p. 27.

236

enervavam-nas. Suas ideias, pela expansão que alcançavam e por sua resistência surda, eram vistas como perigosas e ameaçadoras. Intelectuais como Tomás Pinto Brandão riam-se delas sarcasticamente, mas afirmavam, também, que, se não fosse seu próprio ceticismo, nada os impediria de aderir às esperanças por elas representadas.

Malagrida nada mais fizera do que dar continuidade a essa tradi-

ção, contrariando certamente os projetos de Carvalho e Melo, que contava com a ajuda de desígnios mais concretos e profanos. Seu plano para restabelecer o controle sobre todas as riquezas nacionais que fluíam para Lisboa vindas dos domínios ultramarinos, por exemplo. O

messianismo na voz do velho jesuíta expressava — como já o disse José Veiga Torres⁶⁵⁶ — uma resistência alarmada contra a transformação cultural e social do país, que vinha embutida nos projetos pombalinos, além de representar o instrumento cultural autônomo de um clero sem fácil acesso à cultura racionalista de nível superior, capaz de fazer frente, criticamente, à chegada de tais mudanças.

A ressentida opinião do ministro sobre a gente portuguesa, a gente que cria no padre, era bem audível através da voz de Epicureo Alexandrino, revelando a clivagem entre o português, segundo Fernando Pessoa⁶⁵⁷, obscuro e modesto, divorciado do governo e por ele abandonado, e aquele outro luso, submetido à invasão mental estrangeira e que emprestava sua voz ao articulista.

O povo tudo crê, e o nosso está pronto até para acrescentar quando for notícia

triste, pois entre nós de qualquer eco se faz um trovão. A esse propósito se pode trazer aquele célebre sucesso que refere Amiano Marcelino que tanto assustou a cidade de Pistoia quando pelas três horas da tarde subiu um jumento ao coro, e começando a estrugir com a sua desentoadada voz, caíram todos como mortos cheios de pavor; averiguado caso, era um burro que zurrou.

656 José Veiga Torres. “*Fonction et signification sociologique du messianisme sebastianiste dans la société portugaise.*” Paris: Sorbonne, s/d.; “Um exemplo de resistência popular: O sebastianismo”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 2; set./dez., 1978; “O tempo coletivo e progressivo e a contestação sebastianista”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 6, 1984. Vale sublinhar que Maria Isaura de Queirós foi pioneira em sublinhar que certos momentos de transformação são especialmente propícios à erupção de messianismos. Conferir o seu clássico *Réformes et révolution dans les sociétés traditionnelles*. Paris: Anthropos, 1968, p. 72.

657 Apud Mário Cesariny, *op. cit.*, p. 13.

237

O burro era o povo. Seu porta-voz, Malagrida.

As profecias incomodavam o ministro, pois revelavam, por debaixo das ruínas da capital, fortíssimas estruturas de longa duração. Carvalho e Melo podia até mudar a fisionomia da cidade. Como, aliás, o fez.

Com o auxílio de engenheiros topógrafos e militares como o octogenário general Manuel da Maia, o coronel Carlos Mardel e o capitão Eugê-

nio dos Santos, cortou avenidas e ergueu fachadas neoclássicas. Mas as raízes religiosas e as mentalidades daqueles que ocupariam os espaços maquilados, essas eram profundas, ramulares, eivadas de sentimento mágico e religioso. Raízes que significavam a permanência de esquemas mentais arcaicos numa camada média, com influência nas camadas subalternas, por influência do clero.⁶⁵⁸ Foram elas que multiplicaram o barulho em torno da profecia de Malagrida, pois essa era lida numa chave de profunda devoção e piedade. Foram elas que lembraram ao ministro a resistência que lhe faziam facções inteiras da nobreza portuguesa, bem como da clerezia, pois essas resistiam, como já demonstrou a historiografia, sim, à perda de privilégios. Mas não só.

A gente possuidora dessa forma de mentalidade via com apreensão a entrada dos tempos num mundo laico, desprovido de espiritualidade. Era gente ligada a uma época restrita, o Barroco, época voltada para si própria, em que faltava confiança em si e no futuro.⁶⁵⁹ Foi essa gente que alimentou as romarias a Setúbal, onde, junto com Malagrida, nobres, clérigos e vilões ajoelhavam-se para repetir os *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio. Não o faziam apenas porque sentiam-se excluí-

dos do projeto pombalino de reforma do Estado. Temiam, sim, o anúncio de tempos em que a Igreja afastar-se-ia do Estado, tal como já ocorria na Europa protestante ou mesmo católica. Essa não seria uma das razões que levava Malagrida a vituperar do púlpito: “Que tristíssimo espetáculo! Que repentina metamorfose! Por ordem real expulsos das missões, proscritos e votados à ignomínia, os arautos da divina pala-⁶⁵⁸ Empresto aqui uma hipótese a Rui Grilo Capelo em seu artigo “Sebastianismo e esoterismo no prognóstico em Portugal (sécs. XVII e XVIII)”. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, n. 15, pp. 53-74, 1993; p. 55.

⁶⁵⁹ Ver sobre o período os comentários de H. R Trevor-Roper. *De la Réforme aux Lumières*. Paris: Gallimard, 1972, p. 115.

238

vra”?⁶⁶⁰ Faziam-no, sobretudo, porque acreditavam que Malagrida era um iluminado e um santo. Faziam-no porque, sentindo-se ameaçados e vulneráveis, tornavam-se intolerantes e voltavam-se contra aquele —

Carvalho e Melo — que os ameaçava com mudanças. A religião era o lugar da não mudança. Da permanência. Era o lugar da união abençoada entre a Igreja e a Coroa. Uma Coroa de tipo feudal que provou, pioneiramente, que o catolicismo romano era compatível com a expansão do mercantilismo. Abençoados pela mão do rei e pelo olhar de Deus, eles progrediam no interior dessa aliança, cuidando de seus negócios.

Mas o perigo agora vinha de transformações em curso na esfera do poder político e da economia. Como se adaptar senão rezando?

Rezar junto com Malagrida e crer nas suas profecias tinha uma função precisa para o grupo de aristocratas que se viu afastado do poder. Pouco se lhes davam as críticas: “Mil bocas inimigas vociferam contra mim”, queixava-se Malagrida

aos seus acólitos em cartas e papéis, “e contra esses santos exercícios desautorizam-nos, chamam-lhes momi-ces, maquinações infernais, empregadas para enganar o povo e derrubar o Estado! Cada dia novas calúnias provocam novas suspeitas e averiguações novas...” Mas contra tais vitupérios a afluência de peregrinos só fazia crescer, multiplicar.⁶⁶¹

Atividades pietistas como essa — como já ensinou Keith Thomas⁶⁶² — eram avaliadas não só por seus objetivos explícitos, mas também por seus efeitos colaterais. Devia ser bem verdade que pregador e fiéis pediam ajuda a Deus, mas sem nenhuma certeza de que seriam atendidos. O mais importante é que eles assim atestavam publicamente a preocupação com a ameaça política que pairava sobre o grupo.

Reunindo-se, demonstravam certa coesão e solidariedade social frente aos perigos de reformas que vinham enfrentando. Confessando-se e rezando, reafirmavam os critérios éticos e, por que não?, os critérios de casta, de grupo, que os uniam. Tais manifestações deviam constituir um ⁶⁶⁰ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 145. É notório o papel da Companhia de Jesus no processo de centralização do Estado português durante o período áureo da Carreira das Índias e da expansão ultramarina. Eram indefectíveis aliados. A aliança, agora, ruía.

⁶⁶¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁶² Keith Thomas. *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra dos séculos XVI e XVII*.

São Paulo: Companhia das Letras, 1971, pp. 130-134.

239

meio eficaz de combater o pânico e a desordem entre as hostes da fidalguia antipombalina. Recorriam ao ritual religioso promovido por Malagrida, pois daí retiravam consolo de participarem dessa manifestação de unidade frente à crise que os engolfava e afogava. Os queixumes irritados do embaixador luso em Haia, Encerrabodes, são um nítido instantâneo do quadro: “Os fidalgos, por melhores dotes que possuam, e mais se distingam por seus atos, não conseguem emprego na Corte, e muito menos qualquer posto diplomático”.⁶⁶³ Com todas as mudanças propostas por Carvalho e Melo e abençoadas com o aval de D. José, a religião organizada continuava a ajudar os fidalgos portugueses a

enfrentarem os problemas práticos de suas vidas cotidianas, oferecendo uma explicação para suas desgraças e uma fonte de orientação em época de incerteza.

Porta-voz de profecias apocalípticas, Malagrida resistiu até o final de sua vida. Exilado para Setúbal em 1757, foi preso na Junqueira em 1759

sob a acusação de ter participado na conjura dos Távoras e no atentado contra o rei. Pombal não lhe perdoava a pregação sobre o terremoto em que ameaçava a população de renovados castigos divinos. Daí o levaram, em 1761, para os cárceres da Inquisição, quando o irmão de Pombal, Paulo de Carvalho de Mendonça, era já inquisidor-geral.⁶⁶⁴ A acusação contra o velho profeta? Impostor (...) que espalhou em toda parte o mal-dito veneno que se encontrava em seu coração, fomentando discórdias e sedições e profetizando funestos acontecimentos que se manifestaram tempos depois na Corte de Lisboa e que ele conhecia de antemão.⁶⁶⁵ Até o Cavaleiro de Oliveira revoltou-se contra as pesadas acusações quando se sabia que os sofrimentos e a velhice fomentavam mais visões.⁶⁶⁶

Inspirado por Deus e sob as ordens da Virgem Maria, Malagrida escrevera dois livros: a *Vida de Santa Ana* e a *Vida do Anticristo*. Ambos ditados, segundo ele, diretamente da boca de Jesus Cristo. Suas afirma-

ções, como não podia deixar de ser, scandalizavam: os homens realmente virtuosos não eram tentados pelo demônio, mas pelos anjos. O

corpo de Cristo formara-se de uma gota de sangue que, pingada do coração, caíra na barriga da Virgem Maria. Esta, pela virtude dos ali-⁶⁶³ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, p. 105.

⁶⁶⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. VI, *op. cit.*, p. 54.

⁶⁶⁵ Cavaleiro de Oliveira. *Suite du discours pathétique ou réponse aux objections et murmures que cet écrit s'est attiré à Lisbonne*. Londres: J. Aberkorn, 1757, p. 110.

⁶⁶⁶ Idem, *ibidem*.

mentos que ingeria, engordara o corpo de Jesus até que esse ficasse

“perfeitamente organizado”. O Anticristo teria por pai um monge e por mãe uma freira; nasceria, segundo seus cálculos, no ano de 1920, em Milão, casando-se a seguir com uma das fúrias infernais, Proserpina. Os religiosos da Companhia de Jesus seriam os fundadores de novos impé-

rios e fariam a descoberta de numerosas nações. Deus em pessoa o declarara, a ele, Malagrida, seu embaixador, seu apóstolo, seu profeta.

A santa Virgem lhe prometera proteger e defender a Companhia *etc.*

No dia em que morreu o marquês de Tancos, general-chefe então servindo na Extremadura, Malagrida assinou seu próprio atestado de óbito. Conta o Cavaleiro de Oliveira que, ao ouvir, de sua cela, o trovejar dos lúgubres canhões, o velho jesuíta pediu uma audiência aos inquisidores.⁶⁶⁷ Sendo atendido, declarou-lhes que Deus lhe ordenara provar sua inocência anunciando-lhes a morte do rei, que lhe fora informada *ab alto*.

Acrescentou ter tido uma visão na qual a alma do rei era condenada a penas, pelos pecados cometidos neste mundo, entre outros o de ter exterminado e perseguido os religiosos de sua ordem. Foi o que bastou. A sentença de morte condenava-o como herege e inventor de novos erros heréticos, convicto, feto, falso, confitente, pertinaz e profitente dos mesmos. De fato. Durante o processo, Malagrida seguia insistindo que conversava pessoalmente com Santo Inácio, São Francisco de Bórgia e São Felipe Néri, além de admoestar o rei por ter privado os religiosos da Companhia de suas missões. Temia que em função disso se “fizesse grave prejuízo a sua pessoa”.⁶⁶⁸ Foi queimado no Rossio a 21 de setembro de 1761, junto com a efígie em pano do Cavaleiro de Oliveira, que, da nevoenta Londres, tentava compreender e explicar seus desatinos.

O primeiro foi condenado por dizer que o terremoto era uma punição divina por Portugal ter abandonado a verdadeira religião; o segundo, por dizer que o terremoto era uma punição por Portugal seguir uma religião errônea e por adorar ídolos. O *Gentleman's Magazine* de Londres registrou, no seu número de outubro do mesmo ano: “Este Auto excedeu todos os anteriores em magnificência; em redor da praça do Rossio construíram-se camarotes e todos os regimentos de cavalaria ⁶⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 116.

⁶⁶⁸ *Processo fatto dal officio di Lisbona contra il gesuita Gabriele Malagrida, nelle stamperie di Michele Rodriguez, Lisboa e Venezia, 1761.*

estavam de serviço. Estavam presentes a nobreza, a magistratura e os altos funcionários do Estado e o inquisidor Nuno de Melo deu grande recepção no convento...”.⁶⁶⁹ Bem dizia o santinho que não se “ia ao céu em berlindas douradas”.⁶⁷⁰

Mas por que queimar um louco, perguntava-se o Cavaleiro de Oliveira? Teria Pombal usado um dos instrumentos que considerava úteis ao Estado, a Inquisição, para vingar-se de um missionário que o afronta-va?⁶⁷¹ Voltaire, sobre quem falaremos no próximo capítulo, assim resumiu a cena: “Foi o excesso de ridículo e de absurdo unido ao excesso de horror”.⁶⁷² A péssima repercussão do fato no restante da Europa foi bastante forte para que Pombal publicasse a sentença contra Malagrida em francês. Contra essa pálida justificativa, Voltaire tripudiava: “As autoridades portuguesas não conseguiram pensar em nada melhor do que dar ao povo um esplêndido auto de fé”. O que Pombal pensava pôr em prática depois do terremoto foi obscurecido pela imagem de um Portugal mergulhado em obscurantismo e irracionalismo. Mas irracionalismo nascido da violência e do ódio que havia, em toda parte, contra o tribunal do Santo Ofício ou contra as arbitrariedades do poder centralizado. Não se questio-nava o sentimento religioso de Malagrida, que era o mesmo do rei D.

José, para não falar da sociedade portuguesa como um todo.

Malagrida foi queimado porque suas palavras e sua fé eram incendiárias, no quadro de uma situação política como a que atravessava Portugal. O receio de uma conspiração não era infundado, como já o dissera Kenneth Maxwell, mas o inimigo não era só a nobreza, atacada em seus privilégios.⁶⁷³ O inimigo era a estrutura de longa duração feita de piedade e profecias, a mentalidade profundamente religiosa e avessa à chegada de mudanças. No século XVIII, em Portugal, a capacidade de acreditar em homens e em palavras como as de Malagrida era ilimitada.

Ainda mais quando essa crença era sancionada pela Igreja, por seus pregadores e pelo exemplo de parte da aristocracia. Ainda mais quando os ⁶⁶⁹ Artur Portela. *Cavaleiro de Oliveira, aventureiro do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1980, p. 22.

⁶⁷⁰ “Cartas inéditas do padre Malagrida para a marquesa de Távora”. *Revista do*

Arquivo Nacional, n.

118, pp. 1064-1065.

671 A vingança é a interpretação que dá a esse episódio João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 168-170.

672 Kenneth Maxwell, *op. cit.*, p. 92.

673 Idem, *ibidem*.

242

poderes espirituais materializavam-se na vida cotidiana de várias formas como milagres, possessões, magias e prodígios.⁶⁷⁴

Para que o amálgama entre profecia e rebelião resultasse em explosão social, o momento histórico era ideal. Os últimos anos do reinado de D. João V e os primeiros de D. José foram momentos de angústias, frustrações, desengano, medo e necessidade de esperança, capazes de gerar um estado de ânimo e de consciência próprios para o desenvolvimento do pietismo profético. O terremoto e tudo o que o cercou permitiram aflorar as tensões entre o voluntarismo de Pombal e a incapacidade operacional da maior parte dos portugueses em intervir sobre um acachapante cotidiano. Afinal, como bem o demonstrou Jorge Borges de Macedo, a primeira fase da governação pombalina teria sido, entre 1755 e 1760, o cenário ideal para tal crise. Nela, constatou-se a existência de um grande reforço do aparelho de Estado, atacando pequenos privilégios, perseguindo o contrabando praticado por locais em aliança com estrangeiros e a chamada política das companhias, com a defesa do grande comércio brasileiro contra o comércio português livre e do vinho do Porto contra outros vinhos nacionais.⁶⁷⁵ Tudo se altera em quatro anos, provocando uma profunda reação naqueles que queriam seguir vivendo “como dantes no quartel de Abrantes”.

Nesse quadro, a historiografia vem destacando o papel de Sebastião de Carvalho e Melo, cuja mão de ferro teria sido decisiva em meio ao desespero em que mergulharam os membros da Corte na execução de medidas de urgência depois do sismo. Contudo, o papel de D. José não pode ser de todo descartado.⁶⁷⁶ O filho de João V não foi um inepto à mercê de um primeiro-ministro despótico. Bem-educado, poliglota, conhecedor de geografia e náutica, matemática e física, possuidor de uma biblioteca “somente para seu uso”, hábil cavaleiro e

desportista, o jovem rei é, sim, uma figura pouco conhecida da historiografia.⁶⁷⁷

674 Eduardo Lourenço, em seu *Le labyrinthe de la saudade: psycanalyse mythique du destin portugais*.

Bruxelas: Sagres-Europa, 1988, reitera várias vezes a tendência que têm os portugueses de “crer em milagres”.

675 “Portugal e a economia pombalina: temas e hipóteses”, *op. cit.*, p. 87.

676 José Augusto França, Joaquim Veríssimo Serrão, Kenneth Maxwell debitam-lhe toda a responsabilidade pela reorganização da cidade e da ordem. Não há dúvida que no tocante à reconstrução da cidade ele foi figura nevrálgica. Mas, nos dias subsequentes ao terremoto, o jovem D. José teve um papel destacado pelas razões que enumeramos acima.

677 Incorporo aqui os comentários de Joaquim Veríssimo Serrão sobre as qualidades de D. José e sua autonomia como sujeito histórico. Cf.: J. V. Serrão, *op. cit.*, p. 15.

243

Bem-recebido depois da morte de seu pai — “muito aplaudido do povo” —, D. José “se aplicava ao despacho e com generosidade mandou fazer uma consignação de 140 cruzados por ano para a reedifica-

ção do Hospital Real”.⁶⁷⁸ Nessa perspectiva, a simples insistência em sua piedade e devoção com o povo português depois do terremoto não é mera figura de retórica, mas parte de um comportamento que merece ser estudado e que seria decisivo, de maneira geral, entre os governantes do Antigo Regime, na Europa. Sua relação paternalista com as camadas subalternas e a estreita aliança com seu ministro não lhe podiam permitir, todavia, aceitar a insubordinação de uma facção da aristocracia. Precisamente dessa facção que rezava para que não houvesse mudanças e que se jactava, como o duque de Aveiro: “que me importa a mim El Rei!”.⁶⁷⁹

Na verdade, esses foram tempos em que a insatisfação percorria de alto a baixo a pirâmide social. Nas altas esferas, fidalgos haviam sido desterrados, entre eles o conde de São Vicente ou o de Vidigueira, e o marquês de Alorna, antes herói da Índia, submetia-se a vexaminoso processo por prevaricação. No seio da Corte, o

novo monarca preferira aos velhos aristocratas a indicação de “um neto de um cordoeiro de Belém, um neto de um espadeiro da rua dos Douradores, ainda que pelos seus bens metidos a nobres”. Esse foi, segundo Bento Antônio de Meneses, bobo do infante Dom Francisco, “o primeiro borrão que o rapaz (D. José) deitou na matéria!”.⁶⁸⁰ “Temos belo rei, bela rainha, belos infantes, mas o governo vai como dantes”, satirizava um pas-quim.⁶⁸¹ Na burocracia, reformas haviam suprimido os empregados da fazenda e da justiça, e de todos os funcionários exigiam-se disciplina e limpeza nos atos. Era aparentemente o fim do ócio e das propinas, exceto, ao que tudo indica, as que beneficiavam Pombal. Entre comerciantes, temia-se a instalação das companhias de comércio. O pus da ferida eclodiu no motim do Porto, onde vadios, meretrizes, soldados e escravos que respondiam pelos nomes de o Negres, o Cozido, a Maria Pinta, o Tativitate, a Brejeira, gritando “Aqui do povo!” contra as ⁶⁷⁸ Nota 132, IHGB, p. 2v. Agradeço a Regina Wanderley a indicação desse rico documento.

⁶⁷⁹ João Lúcio de Azevedo, *op. cit.* , p. 146.

⁶⁸⁰ Nota 213, IHGB.

⁶⁸¹ Idem, p. 3.

244

ordens do rei, explicitavam o desagrado das camadas subalternas com os reflexos da situação.⁶⁸² Era um teste difícil ao poder do ministro e da própria monarquia. Mas nele uma parte da monarquia, já de cócoras, submetia-se docilmente ao poder central.⁶⁸³

Como lidar com a insatisfação num quadro de crise e esforços concretamente realizados depois do terremoto? Com o que João Lúcio de Azevedo chamou de “terror pombalino”. Vinte e sete sentenças de morte, açoites, degredos, prisões e confisco para 187 pessoas. Os que assistiram, impassíveis, foram igualmente punidos por não reagir em defesa do rei: palmatoadas choveram sobre alguns, enquanto a cidade foi taxada com imposto suplementar. A permuta não deixa dúvidas: D.

José deixou espaço ao projeto de seu ministro e com o seu apoio vin-gou-se dos que o consideravam fraco e substituível. O triunfo de Malagrida em seu exílio em Setúbal terminou amargamente. “Ah! A minha felicidade seguir-se-á brevemente à minha perdição”. Acertou! Em seis anos, o atentado ao rei, o

suplício de uma das mais antigas famílias da aristocracia lusa, os Távoras, e a morte de Malagrida na fogueira acaba-ram por exorcizar o terremoto.

O tremor de terra do 1o de novembro foi muito mais do que um fenômeno brutal da natureza. Foi um iluminador de tensões. Foi um

“observatório do social”.⁶⁸⁴ Ele deixou a nu os diferentes tempos mentais que conviviam em Portugal na virada do século XVIII e o conjunto de relações sociais que os irrigavam. Por um lado, e no tempo curto do desastre, a ação de Carvalho e Melo e sua tentativa de mudar a posição do país no quadro internacional.⁶⁸⁵ Por outro, e no tempo longo das estruturas mentais, uma nação profundamente religiosa. A julgar pelo comentário de viajantes estrangeiros, ridiculamente piedosa. Como bem diz Teresa Bernardino, “concebido como forma de salvação universal da humanidade pecadora, o sentimento religioso estava fortemente imbuído do sentimento de medo. Nos sermões, nos livros de piedade, nas devoções insistia-se constantemente nos perigos que a cada 682 Informações extraídas de João Lúcio de Azevedo, *op. cit.*, pp. 105-132.

683 Ver sobre a questão Francisco Ribeiro da Silva. “Os motins do Porto de 1757”. In: *Pombal revisitado*, *op. cit.*, pp. 249-283.

684 A expressão foi cunhada por Arlette Farge em seu *Des lieux pour l’histoire*. Paris: Seuil, 1997, do qual emprestarei algumas ideias.

685 Ver a conclusão de Kenneth Maxwell, *op. cit.*, pp. 159-177.

245

momento levavam o homem a incorrer na ira divina. O inferno era o castigo a que ninguém que ofendesse a Deus podia fugir. A realidade tal como acontecia na longínqua Idade Média parecia só ter um plano: o religioso. Consciente ou inconscientemente, era a estrutura religiosa que ditava todas ou a maior parte das ações humanas. Estrutura mental com longos séculos de existência, ninguém conseguia escapar-lhe totalmente”.⁶⁸⁶

Ora, o terremoto trouxe toda essa estrutura à tona. O medo da morte, da fome, dos vagabundos, dos hereges, das profecias, da volta de D. Sebastião, as penitências públicas e os castigos exemplares, enfim, tudo se amarrava e vinculava-se a essa estrutura. Todos sentiram o mesmo medo: cultos e incultos, pobres e ricos. Não faltam testemunhos de época a confirmá-lo, mesmo entre os

“afrancesados”, que, como Benito Feijoo, criticavam os hábitos mentais e sociais dos peninsulares: Com efeito, o medo dos terremotos, como o medo da morte (o que vem a ser a mesma coisa, pois a morte é o que principal ou unicamente se teme nos estragos que faz o terremoto) posto em determinados graus, é e deve ser saudável; será prejudicial se exceder-se muito deste grau.

Assim, deve desejar-se que esse medo seja simplesmente medo; isto é, que não passe a estupor, a pasmo ou a delírio; em cujo estado, median-te a aflição que produz na alma, faz uma parte triste, mísera e breve da vida temporal; e por outra, perturbando as potências tanto quanto ina-bilitando-as para as disposições cristãs que conduzem à vida eterna.⁶⁸⁷

Ler a história do terremoto fora da chave religiosa seria aderir à chegada da razão e das transformações econômicas e políticas já em curso no restante da Europa. Ao fazê-lo, incorreríamos no erro de, por comparação com outros Estados europeus, afirmar apressadamente que o sismo revelou apenas o “atraso” de Portugal. Nessa perspectiva, não enxergaríamos muito longe. Para quem deseja compreender esse país, basta começar a perceber que muitas das questões científicas e filosóficas levantadas pelo Iluminismo estavam ausentes, ainda, de Portugal. Essa constatação não apequena ou diminui o seu papel, pois

686 Teresa Bernardino, *op. cit.*, p. 96.

687 Feijoo y Montenegro. *El terremoto y su uso*, 1756, BNRJ, SOR, 35,11,15, p. 48.

246

nada esclarece. Ao contrário, passa longe de um dos fatores que nos permitem adentrar a sua singularidade. A sua identidade. A identidade dessa nação passava pelo que Eduardo Lourenço denominou de “cren-

ça nos milagres”. Crença aberrante, segundo ele, por sua extensão e duração.⁶⁸⁸ Crença capaz de restaurar a ordem do mundo quando esse se mostrava desfavorável, quando ocorriam as inevitáveis catástrofes ou os desastres acelerados pela crença mesma na Providência Divina.

Crença inquebrantável, capaz de atravessar os anos, pois, quando da invasão dos franceses liderados por Junot, 52 anos depois do terremoto, afirmava-se aí também que tais exércitos cumpriam a vontade de Deus ao trazerem tantas desgraças a Portugal. Como por ocasião do sismo, sermões difundiam ideias de

uma divindade castigadora e pediam penitências aos pecadores como condição necessária a que Deus per-doasse a seus filhos e afastasse os tormentos de que padeciam.

Opúsculos dirigidos às mulheres incentivavam-nas a dar o exemplo e a solicitar aos maridos que confessassem suas culpas aos sacerdotes a fim de que Deus acelerasse a derrota das forças napoleônicas.⁶⁹⁸ É como se a prece “Senhor, tende piedade de nós” tivesse atravessado incólume séculos de história portuguesa com sua coorte de consequências para as mentalidades.

Cinco anos depois do dia fatídico do sismo, Guiseppe Baretti⁶⁹⁰, poeta e escritor turinense, desembarcava em Lisboa. Apesar dos esfor-

ços feitos pelo agora conde de Oeiras e toda a equipe de arquitetos comandados por Manuel da Maia, sua reação foi de atônita franqueza:

“Misericórdia! É impossível descrever o horrível espetáculo que essas ruínas apresentam, e hão de ainda apresentar por mais um século, porque mais de um século será preciso para as remover”. Baretti afirmava, então, que a parte destruída pelo terremoto seria duas vezes maior do que sua cidade natal, Turim, e que o que mais o incomodava, como bom ⁶⁸⁸ Ver o seu *Le labyrinthe de la saudade: psycanalyse mythique du destin portugais*, op. cit.; especialmente o capítulo “Un peuple de pauvres à la mentalité de riches”, pp. 145-177.

⁶⁸⁹ Ver o artigo de Mário Carvalho Cardoso. “Portugal e as invasões francesas, aproximação à anatomia de um medo”. In: *Portugal no século XVIII*, op. cit., pp. 621-629. A informação sobre os opúsculos está à p. 625.

⁶⁹⁰ Baretti, Giuseppe. “Carta XX: Effects of the Earthquake. A city not to be rebuilt in haste”. In: *A journey from London to Genoa, through England, Portugal, Spain and France*. London, T. Davies, 1770, 4 vols. pp. 137-150.

247

católico, era caminhar sobre a tumba de homens e crianças que aí estariam enterrados. O viajante encontrou a sobrevivente que se salvara comendo uvas; esta, tomando-o pelas mãos, mostrou-lhe seu antigo cárcere, sua atual moradia. A dramática personagem confessou-lhe ainda ter orado a seu protetor, Santo Antônio, todo o tempo, e que das 30 pessoas de sua família sobrara apenas ela. A personificação da religiosidade que eclodira durante o terremoto morava sobre as

ruínas do mesmo. Mas, além de impressionar-se com a miraculosamente salva, Baretti impressionou-se com o empenho (e a imaginação!) com que os portugueses diziam-se capazes de reconstruir, em pouco tempo, uma cidade ainda mais regular e bonita do que fora a medieval e árabe Lixbuna.

Ponderava o italiano que, apesar de a cidade estar cercada de mármore bastante para levantar mais “vinte Lisboas”, quem o transportaria, com que ferramentas? A reconstrução não lhe parecia viável nem que durasse “cem anos” e que todos os portugueses se transformassem em pedreiros. Quando de sua passagem pela devastada cidade, apenas o Arsenal tinha sido recuperado. Foram necessários mais 12 anos para que, segundo o plano pombalino, a Baixa ficasse pronta: y plantado de nuevo seis calles maestras, y otras seis traviesas todas rectas, sobre las que estan ya construídas casi todas las casas de una fabrica fuerte uniforme y hermosa (...) Quedando dos plazas perfectamente quadradas, magníficas y grandes, que dentro de 50 años seran las mejores de Europa haciendo una portada hostentosa en donde colo-can la estatua equestre del Rey actual hecha de bronce, y a sus lados dos Casas para la que llaman Bolsa del Comercio y Audiencia.⁶⁹¹

Nesse mesmo ano, já se viam prontos o estabelecimento da Fábrica de Cartas de Jogar e Papelões, além do Colégio dos Nobres e da importante Impressão Régia. Coube ao observador Gorani fechar este capítulo: É preciso que o terremoto tivesse sido extremamente violento para que dez anos depois, quando cheguei a Lisboa, ainda nesta cidade existissem tantos escombros. Estas ruínas eram mais perigosas de noite que de dia, porque as ruas desta capital ainda não eram iluminadas e um estrangeiro, principalmente, não pode por ali transitar de noite sem ris-⁶⁹¹ “Carta de Joseph Martinez Moreno a D. Marcos Phelipe de Argaiz dandole cuenta de su viaje a Lisboa en 1772”.

248

cos de ser morto ou roubado. A incomodidade de muitas destas ruas era ainda acrescida do mau estado do pavimento feito em pedrinhas aguçadas. Este conjunto de coisas deu-me desde o princípio uma ideia dos malefícios do terremoto.⁶⁹²

Será que deu? Havia outros escombros mais importantes sobre os quais passaremos a falar. Mais rijos, resistentes, esses ficaram depois do terremoto, pois faziam parte das sólidas estruturas mentais dos moradores, de Lisboa e de

todo Portugal. São as interpretações sobre o sismo.

Quantos não se perguntaram: por que entre nós? Como? Por que aqui e não
alhures? E suas respostas apontam, mais uma vez, para um país dividido entre
arcaísmo e modernidade. Vamos ouvi-las.

692 Giuseppe P. Gorani, *op. cit.* , p. 82.

249

CAPÍTULO IV

A INCERTA MEMÓRIA DO TERREMOTO

“Outros rotos e os mais, despedaçados

Pálidos, denegridos esqueletos

Miseráveis porções, tristes objetos

da vista ou da lembrança só ficaram

Entre a cinza, em que as pompas se trocaram

Servindo na fatal calamidade

De padrões lastimosos de saudade”.

Francisco de Pina de Sá e Melo —

Palácio do sol, ou panegírico gratulatório, 693 1765.

“*Hálitos da terra*”

Terremoto: tremor da terra. É o abalo das partes do Globo da terra causado do
próprio elemento da terra ou de alguns dos outros três elementos. I. Chega a terra
a ser causa de seu tremor quando pela interposi-

ção de algum corpo líquido, subterrâneo, em grandes cavernas e concavi-dades
se desata e dissolve porção de terra e caindo em parte, quer sólida, quer líquida,
causa com a colisão estrondo e abalo das partes contíguas e circunvizinhas. II.

Pode a água ocasionar terremotos quando as águas das fontes, rios e lagoas que por diferentes vias e meatos repartida, comendo alguns pedaços e arrebatando a outros fazem o grêmio da terra umas aberturas pelos quais ora saem, ora entram muitas águas de cuja abundância Francisco de Pina de Sá e Melo. *Palácio do sol, ou panegírico gratulatório que ao muito alto, poderoso rei da Grã-Bretanha, da Escócia, da Irlanda e etc. e a toda nação britânica dedicou*. Lisboa: Oficina de João Antônio da Costa, 1765, p. 22.

251

dância nasceu a frequência dos terremotos nas ilhas e lugares marítimos.

III. Dá o ar ocasião aos terremotos quando encerrado nas entranhas da terra e fazendo violência para sair rompe os obstáculos que se opõem com tanto maior fúria e calor quanto mais estreitas são as vias por onde se abre o caminho. IV. Causa finalmente o fogo terremotos quando se excede em matérias betuminosas e sulfurosas que depois de gastadas e consumidas fazem grandes vãos que se enchem com as terras imediatas as quais substituem as primeiras que lhe serviam de esteios; e por falta deste seu antigo e natural sustento caem as partes superiores nas inferiores já caídas e com estas repetidas quedas se abala e se estremece a terra.

A três diferentes movimentos reduzem os filósofos todos os terremotos. Chamam-lhes *Inclinatio pulsus tremor*. O terremoto de *inclinação* é quando a terra a modo de planta, pelo impulso do vento pende, ora para a direita, ora para a esquerda; com este movimento se tem visto terras e montes pender uns para os outros com alternadas inclinações. O terremoto de *pulsção* é quando a terra a modo de artéria se levanta e se abaixa; este é menos perigoso porque com este movimento reto, de alto para baixo, os tetos tornam a fazer assento nas paredes e as paredes nos seus alicerces. O terremoto de *tremor* é quando a terra a modo de trêmula labareda por todas as partes repetidas vezes se agita. A estas três diferen-

ças de terremotos acrescentam outros. Outro quarto movimento que é quando se abre a terra e com horríveis ruínas engole e absorve popula-

ções e cidades inteiras.⁶⁹⁴

A definição acima é do oratoriano Raphael Bluteau, que esteve em Portugal entre 1656 e 1734, época em que, dividindo-se entre Lisboa e Alcobaça, redigiu o *Vocabulário português e latino*, dicionário em que os nomes de Descartes e

Gassendi aparecem com alguma insistência.⁶⁹⁵ Uma das importantes figuras do reinado joanino, Bluteau tentou aproximar os países de cultura neolatina, fazendo das línguas o veículo do pensamento destinado a valorizar a presença francesa em 694 Raphael Bluteau. “Terremoto”. In: *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1721, pp. 125-126.

695 José Sebastião da Silva Dias. “Portugal e a cultura europeia”, *op. cit.*, p. 309, informa que Bluteau nasceu em Londres, de pais franceses, fez seus estudos na França e na Itália. Conviveu com Boileau, Cassini e outros membros da Academia de Ciências de Paris. Bem-humorado, sociável, lutava por ver nascer em Portugal uma indústria nacional. Suas obras são ecléticas, deixando entrever o espírito cartesiano já em voga no restante da Europa.

696 Joaquim V. Serrão. *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. V, p. 411.

252

Portugal.⁶⁹⁶ Mas o domínio da língua terá significado a intimidade com as ideias? O que se sabia, então, sobre as ciências da Terra? Que conceitos, além-Pirineus, explicavam os fenômenos físicos e quais deles foram transpostos para a Península Ibérica?

Na primeira metade do século XVIII, todos os conhecimentos que diziam respeito aos fenômenos geológicos externos estavam razoavelmente desenvolvidos. Já se conheciam o ciclo da água na natureza, os processos de sedimentação tectônica, o soerguimento de fundos marinhos, e depois da fogueira de Giordano Bruno passou-se a aceitar a teoria heliocêntrica. Conhecia-se, todavia, pouco sobre os fenômenos internos. O interior do globo era o mundo do inferno e de Satã. O grande mineralogista Georg Bauer⁶⁹⁷, dito Agrícola, denominara a nafta negra *Stercus daemonum*, ou seja, esterco do demônio. As manifestações do mundo subterrâneo eram consideradas horripilantes. Imprevisíveis e destruidores, tremores de terra e erupções vulcânicas pareciam, a uma população que desconhecia suas causas, a ação de gênios malfazejos.

Os eruditos e sábios também conheciam pouco sobre o assunto.⁶⁹⁸

Muitos ainda pensavam como Tommaso Campanella que a terra, *mater*, era “um grande animal vivente cujas partes gozavam de sensibilidade”.

No seu interior, “os cristais desenvolviam-se segundo sua forma da mesma

maneira que os animais segundo sua espécie”. Parte integrante e fundamental da natureza, a terra não era apenas matéria contínua e homogênea enchendo o espaço. Era um todo vivo, possuidor de uma alma, um princípio de atividade interna e espontânea. Cada uma de suas partes estava repleta de simpatias ocultas que as ligavam ao todo.

A matéria estava impregnada de divino. O mundo era a imagem e o reflexo de Deus, e o homem, a imagem e o reflexo do mundo. Entre o grande mundo, ou macrocosmo, e o microcosmo, ou pequeno mundo (e tal era o homem), existiam correspondências infinitas. Plantas e florestas correspondiam a cabelos e pelos, as rochas e aos ossos, as águas subterrâneas a veias e sangue.⁶⁹⁹ No seu *Mundus subterraneus*, o conhe-⁶⁹⁷ O “pai da mineralogia” é nascido em Saxe, em 1494, estudou filosofia e medicina na Itália e publicou em 1544 o *De Ortu e causis subterraneorum*, em que estuda vulcões e a formação de montanhas. Sua obra mais importante é *De Re Metallica*, publicada depois de sua morte.

⁶⁹⁸ As informações desse parágrafo foram extraídas de Gabriel Gohau. *Les sciences de la terre aux XVIIe et XVIIIe siècles: naissance de la geologie*. Paris: Albin Michel, 1990, p. 49 e passim.

⁶⁹⁹ Paolo Rossi. *La naissance de la science moderne en Europe*. Paris: Seuil, 1999, p. 41.

253

cido jesuíta Athanasius Kircher confirmava a existência de um *spiritus plasticus* disseminado por todo o geocosmo (análogo ao microcosmo) e explicava a função das águas — as quais circulavam de modo perene no corpo da terra, análogas ao sangue que se movia na complicada rede de artérias e veias.⁷⁰⁰ No interior das rochas, segundo o ilustre autor, podiam-se perceber figuras geométricas, imagens de corpos celestes, letras do alfabeto, símbolos que, enfim, se reportavam às significações divinas presentes na terra.

Thomas Burnet, na sua *Telluris theoria sacra*, publicada em 1680, defendia, por sua vez, a tese de que, para além da fisiologia comum, era preciso levar em conta as vicissitudes de que fala a Bíblia: o caos original, o dilúvio, a conflagração e consumpção de todas as coisas. No início era uma “massa de matéria solta, indistinta e fluida, composta de diversas partes”; o Verbo Divino transformara esse caos em mundo, organi-zando-o, até dar lugar a um corpo gigantesco — a

Terra —, o qual reproduzia a estrutura de um ovo. Sua gema era constituída pelo fogo central.

Em torno desse estava disposta a grande massa líquida (“o abismo ou massa das águas”) cuja superfície externa produzia uma camada oleosa.

Antes que o processo de formação do mundo tivesse alcançado plena estabilidade, o ar circundante ainda estava repleto de partículas de pó ou de material de natureza terrestre. Caindo para o centro, essas partículas misturaram-se ao material oleoso, que subiu à superfície da água.

Formara-se, desse modo, uma crosta lisa, de todo privada de rugosidades, que foi progressivamente endurecendo sob a ação do sol. Nessa superfície lisa e perfeita localizou-se o Paraíso terreal. Uma catástrofe terrível e universal — um terremoto — transformou o esférico paraíso no mundo atual: um mundo irregular, rugoso e sinuoso, composto de grandes superfícies líquidas, de continentes com costas retalhadas e de montanhas. Lua e Terra eram, por assim dizer, duas imagens de uma grande ruína, oferecendo ao observador o aspecto de um mundo jacente sob escombros. Tais escombros e ruínas tornaram-se, nas páginas de Burnet, uma espécie de *leitmotiv* metafísico. O tema das ruínas, associado à ideia de uma lenta corrupção do mundo e de uma degradação progressiva da natureza, teve um papel central na cultura barroca.

700 Paolo Rossi. *Os sinais do tempo, história da terra e história das nações de Hooke a Vico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 27.

254

Em 1726, o médico Pompeu Colomba insistia que as montanhas

“vegetavam” como as árvores. A prova? Os corais, “plantas minerais que vegetam no fundo do mar”. Interpretações aristotélicas e platônicas ainda dominavam, explicando que, graças ao calor do sol, metais e outros fósseis provinham de uma exalação do seio da terra; um “germe” original dava vida às pedras, que cresciam como organismos vivos. Seguia-se acreditando que o mundo dentro da terra caracterizava-se por fossos, abismos e outras vastas cavidades, horto dessa floresta lapidar, mas também refúgio de ventos terríveis capazes de provocar terremotos.

Segundo a física de Aristóteles, todos os “elementos” tendiam ao seu lugar de

origem. A terra, quer dizer, tudo o que fosse sólido, tornava ou inclinava-se ao centro do mundo, que era, por sua vez, considerado eterno. O fogo e o ar, chamados por Alberto, o Grande de *ventus*, subiam na direção das regiões superiores. Encerrados no globo terrestre, ambos procuravam escapar levantando, com estrondo, a terra, que se erguia parindo em fogo e estrondo vulcões e montanhas. Embora não se soubesse que a Terra pudesse ser um astro incandescente em seu interior, como o disse Descartes no século seguinte, Agrícola e depois Buffon criam num fogo interior subterrâneo, alimento de vulcões e sismos gerados pela combustão do carvão, do enxofre e de betumes. A agitação do ar contido no globo só fazia aumentar o calor, transformando tais matérias numa “torrente de matéria ardente” cuja explosão equivalia, segundo Buffon, à “de um canhão de volume imenso”.⁷⁰¹ E Descartes proclamou que os sismos eram devidos às “exalações” de fumaça gordurosa e espessa que poder-se-ia comparar àquela de uma vela, quando essa se apaga, insistindo numa explicação com base nas leis mecânicas do movimento da matéria. Tal como labaredas que, ao tocar-se, eclodem, os sismos, graças ao potencial contido das exalações, podiam destruir um país inteiro!⁷⁰²

Aos olhos de Isaac Newton, denominado por John Maynard Keynes de o “último mago”, por seu profundo interesse pelos saberes herméticos, o universo caminhava para a degradação.⁷⁰³ Se os princí-

701 G. L. Leclerc (org.). *Oeuvres philosophiques*. Edição crítica de J. Piveteau. Paris: PUF, s/d, pp.

163-164. vol. 29. Extrato de “Époques de la Nature” (1778).

702 Gabriel Gohau, *op. cit.*, p. 80.

703 Seus manuscritos tratando de magia e religião ficam inéditos até 1936, quando são comprados por Keynes; tratam de alquimia, interpretação das sagradas Escrituras, controvérsias teológicas, Apocalipse *etc.* Ver Paolo Rossi. *La naissance de la science moderne*, *op. cit.*, p. 344 e passim.

255

pios ativos que davam conta da existência de um movimento na natureza não existissem, o corpo da terra, os planetas, os cometas e o sol, assim como tudo que lhes pertence, se resfriariam, congelando e se tornando massa inerte. Cessariam toda putrefação, toda geração, toda vegetação, toda vida, e nada

ficaria em suas próprias órbitas. Para manter-se em vida, o universo tinha necessidade da intervenção divina. A admirável disposição do sol e dos outros astros só poderia ser obra de um Ser todo-poderoso e inteligente. Não bastariam as leis da natureza para tirar o mundo do caos, mas da ordem que lhe fora dada por seu Criador. No seio da teoria newtoniana abrigava-se uma forte concepção cíclica do tempo. A hipótese da imagem de uma Terra semelhante a uma grande esponja, cheia de etérea substância (que é um “princípio ativo”), lentamente liberada, fundamenta-se no pressuposto de uma natureza agindo, constantemente, graças a um movimento circular. A natureza engendraria fluidos a partir de sólidos, sólidos a partir de fluidos, substâncias físicas a partir das voláteis e vice-versa, coisas leves a partir de pesadas e assim reciprocamente. Algumas substâncias jorravam do interior da terra, formando “os líquidos superiores, os cursos d’água, a atmosfera”; por conseguinte, outras substâncias “desciam para substituir as primeiras”. A necessidade de princípios ativos que mantinham o universo vivo reclamava um mecanismo graças ao qual o Criador poderia renovar, periodicamente, a quantidade e a regularidade do movimento dos corpos celestes, explicando a recriação permanente do sistema, seu desenvolvimento sucessivo até o momento de uma nova criação.⁷⁰⁴

Chegariam tais discussões a Portugal? Em que tipo de fronteiras epistemológicas se enquadrariam as explicações sobre o terremoto do 1º. de novembro? Segundo J. S. da Silva Dias, a filosofia natural *latu sensu* encontrava-se em “atraso notável em relação aos conhecimentos que já circulavam na Europa”.⁷⁰⁵ O seu horizonte era o da escolástica jesuítica, *à peine*, esclarecida. Na metade do século XVII, Francisco Soares Lusitano, autor de um *Cursus Philosophicus*, por exemplo, nunca lera Copérnico, e quanto a Galileu só o conhecia de segunda mão. Per-manecia, junto com outros colegas, encerrado na cidadela filosófica da

704 Idem, *ibidem*, pp. 349-353.

705 J. S da Silva Dias, num artigo já clássico. “Cultura e obstáculo epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal”. In: *A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimentos europeus*, pp. 41-52; especialmente p. 43.

256

escolástica. Cinquenta anos mais tarde, ou seja, em 1714, Antonio Cordeiro, membro da Companhia de Jesus — como Descartes o fora —, não tomava conhecimento das “lucubrações de Copérnico, Galileu e Newton, assentando a

sua praça no geocentrismo anacrônico”.⁷⁰⁶ Silva Dias lembra ainda que, malgrado a estada de Vieira na Corte gaulesa e nos Países Baixos, nem sequer a Descartes se refere. Mas ele era, contudo, bastante crítico sobre a situação local. Achava seus coetâneos

“ignorantes” e dizia que seria preciso vir “pregar a Portugal o uso da razão”, pois “o juízo nos falta em tudo!”.⁷⁰⁷ Lusitano por sua vez, esco-lado nas perseguições que o Santo Ofício movera ao velho jesuíta, preferia resmungar: “Não deve invocar-se a opinião do ex-aluno do Colégio de *La Flèche*, nem mesmo para a refutar, já que é abertamente falsa e perigosa, sobretudo quando não existe motivo urgente a aduzir, salvo se pudermos concebê-la como se concebe qualquer quimera”.⁷⁰⁸

É bom que se diga que, congelada no *Index Librorum Prohibitorum* de Roma desde 1663, a difusão dos textos de Descartes foi lenta e marcada por ásperas discussões. Banida das universidades de Leiden e Utrecht, condenada por um edito do sínodo de Dordrecht, associado ao gassendismo⁷⁰⁹, ela teve dificuldades imensas para ser aceita pela cultura europeia, o que só veio a acontecer no final do século XVII. Imagine-se em Portugal. Lá, como dizia o embaixador de D. João V, Cunha Brochado, “tudo era Inquisição”, constatação que o fazia murmurar: “Oh, tempo de trevas e de ignorância”.

Mas essa queixa não foi uma especialidade portuguesa. Sem comprometer seu ponto de vista, Descartes procurava, ele também, não se chocar com a filosofia oficial. Para isso, dizia, “avançava, mascarado”.

Apenas o uso da máscara lhe permitia evitar a censura e as persegui-

ções. Na época do terremoto, todavia, a sua ideia de um mundo em forma de geometria tinha sido derrotada pelo newtonianismo.⁷¹⁰

É sabido que também a instituição do Santo Ofício coarctou as potencialidades de um ambiente intelectual onde circulassem ideias ⁷⁰⁶ Idem, ibidem, p. 47.

⁷⁰⁷ J. S. da Silva Dias. “Portugal e a cultura europeia”, *op. cit.* , p. 302.

⁷⁰⁸ Idem, ibidem, p. 48.

⁷⁰⁹ Pierre Gassend (1592-1655), filósofo francês, cujos trabalhos sobre astronomia, matemática e acústica conduziram-no a criticar Descartes e a tentar

conciliar o atomismo antigo (combinação mecânica de átomos) e a moral epicurista com o cristianismo.

710 Paolo Rossi. *La naissance de la science moderne*, op. cit., p. 166.

257

novas.⁷¹¹ Contra essas, foi montado um sistema de censura que, tendo por objetivo impedir a contaminação do reino, delimitou os quadros mentais de toda uma época. Os famigerados róis de livros proibidos, nas mãos do Conselho Geral do Santo Ofício, eram constantemente engros-sados pelas obras que não fossem qualificadas pelo Tribunal da Inquisi-

ção. Devassas em livrarias públicas ou casas de livreiros, portos do mar vigiados, navios visitados por um solicitador, acompanhado de um intérprete, a fim de arrestar livros suspeitos e prejudiciais à religião, eram práticas comuns. No momento em que gazetas e folhetos de cordel discutiam o caráter ou a natureza do terremoto, a censura eclesiástica e inquisitorial, nas mãos dos jesuítas, ainda era muito eficiente.⁷¹²

Muitos autores lusos deviam procurar avançar como Descartes: mascarados! Eis por que José Sebastião da Silva Dias diz que é difícil acreditar que os jesuítas matemáticos do início do século XVIII não tivessem em suas estantes a *Geometria* e trabalhos similares.⁷¹³ Foi só a partir de 1768

que Pombal criou a Real Mesa Censória, transferindo para o rei e membros de várias congregações, notadamente os oratorianos, o exame de livros ou textos a imprimir. Antes, contudo, a caça às ideias corruptoras da moral e dos bons costumes certamente interferiu na interpretação do terremoto. É bom não esquecer que, apesar do espírito anticlerical, Pombal não era um radical. Pretendia, sim, reduzir, mas nunca supri-mir a influência da Igreja.

Contudo, alguns anos antes do terremoto, minúsculas brechas começaram a solapar a tradição escolástica. Segundo Silva Dias, o senso crítico despertou, entre os fins do século XVII e início do XVIII, uma corrente de opinião progressista. A casa dos condes de Ericeira foi, segundo ele, o primeiro cenáculo “esclarecido”. Na roda dos convidados que aí eram recebidos passavam eruditos de grande envergadura, como o abade Mornay, políticos viajados ou que lá fora tinham ouvido a lição de professores famosos. No final do século, funcionou na mesma casa uma Academia, chamada “dos discretos”, cujas conferências versa-

711 Empresto aqui ideias a Maria Mercês Monteiro das Eiras. *A censura e o impacto da filosofia das Luzes na segunda metade do século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1989, p. 11 e passim.

712 A mesma autora lembra ainda que é a partir de 1768, logo 13 anos depois do terremoto, que ecos das ideias racionalistas de Voltaire ou Rousseau começam a chegar a Portugal, quando são severamente combatidos pela Real Mesa, *op. cit.*, pp. 4-15.

713 “Portugal e a cultura europeia”, *op. cit.*, p. 279.

258

vam até sobre assuntos considerados atrevidos: a filosofia natural, por exemplo.

Bluteau era um dos animadores das tertúlias ericeirenses. O

Colégio das Necessidades, onde ensinavam oratorianos como Bluteau, abriu-se, então, à física newtoniana. Homens como João Chevalier e Pereira de Figueiredo destacavam-se na astronomia. Nessa casa, dispunham de uma rica biblioteca, de um laboratório de ciência experimental e de um jardim botânico. Os jesuítas, por sua vez, reagiram. Embora o sistema de Descartes fosse aí proibido, recomendava-se o ensino “da parte amena da física”. As brechas eram de fato minúsculas, pois, como lembra um historiador português, seu papel inovador não foi tão amplo como por vezes ainda se defende, como se extrai de seus regulamen-tos⁷¹⁴: “Que os nossos Mestres e Professores das Letras, seguindo sempre as pisadas de autores provados e clássicos, ensinem sempre as doutrinas mais verdadeiras, sólidas e correntes; e o que, legado da demasiada licença de opinar, quiser introduzir na Congregação opiniões novas, e pouco firmes, principalmente nas matérias novas, será repreendido dos Superiores severamente e castigado conforme o merecer”. Silva Dias confirma, dizendo que a hostilidade maior à renovação de ideias vinha da Corte.

Em 1725, iniciou-se em Lisboa um curso em 30 sessões de “filosofia experimental” pelo inglês Luiz Baden. Servindo-se dos princípios fundamentais da mecânica e da ótica, ele apresentou de perto “as experiências dos famosos Robert Boyle e Isaac Newton, os mais ilustres naturalistas deste último século”.⁷¹⁵ A Academia de História recebeu em 1736, por iniciativa de Ribeiro Sanches, as publicações da Academia de São Petersburgo, onde se falava dos trabalhos de Bacon, dos princí-

pios de Newton, “o maior filósofo dos ingleses”, e que eram seguidos na Academia russa. Alguns anos depois, informa Silva Dias, vem à lume a *Lógica racional, geométrica e analítica* de Azevedo Fortes, que mantinha com Aristóteles relações de cortesia prescritas pela sociedade joanina, mas que visitava igualmente ideias de Descartes e Gassendi. Entre 1745

e 1748, percebe-se, no curso ministrado pelo oratoriano padre Clemente Alexandrino, a preocupação de conciliar interpretações aristoté-

714 Joaquim V. Serrão. *História de Portugal*, *op. cit.*, vol. V, p. 418.

715 “Portugal e a cultura europeia”, *op. cit.*, p. 321.

259

licas com as doutrinas recém-chegadas, gassendo-cartesianas. A abertura às inovações científicas e ao debate de problemas do pensamento, como vinham sendo discutidos na Europa iluminista, trouxe, contudo, segundo Silva Dias, grandes desgostos e lutas desagradáveis aos oratorianos. Acusavam-nos de francamente insensíveis à ortodoxia religiosa e, talvez, de propensos ao fideísmo.⁷¹⁶

Enquanto o convento das Necessidades, presente de D. João V aos padres da congregação de São Felipe Néri, atraía, com seu espírito liberal, as classes médias letradas do país no Colégio de Santo Antão dos jesuítas, assistia-se a um esvaziamento que bem explica a sua posição defensiva, durante e depois do terremoto. O número de alunos e acólitos caíra pela metade, desde o século XVI, e severa imobilidade recobria as ideias. Eram resumos e comentários de comentários da doutrina escolástica aqueles que se repetiam nas obras do padre Gregório Barreto ou Bento de Macedo, nessa primeira metade do século XVIII. O

padre Manuel Leonardo chegou a ditar, nove anos antes do terremoto, um curso de orientação retrógrada. Apenas nas matemáticas, com o *Tratado de Astronomia* de Inácio Vieira, há sinais de renovação de ciências e de números entre os jesuítas. Nas outras escolas universitárias e congregacionais, o panorama não era menos modesto e obscuro. Silva Dias explica que, no que toca à universidade do Mondego, o ensino era o mesmo de 100 anos atrás. É que os velhos regulamentos acadêmicos, antiquados e separados do movimento de cultura na Europa, obriga-vam a rotinas humilhantes. Falando da medicina em meados do

mesmo século, um professor italiano desculpava os universitários de Coimbra, alegando que, “se defendem Galeno ou Avicena, não é por inabilidade ou falta de melhor instrução, mas sim por observância da lei e respeito reverencial aos Estatutos”.⁷¹⁷

Sabedores de que houve um afrouxamento da resistência governamental aos princípios modernos, os jesuítas reagiram por uma vasta contraofensiva intelectual. A obra do padre Pedro Serra, *Phisica*, ditada em 1738, atacava barbaramente Gassendi, Descartes e mesmo o oratoriano espanhol Tomás Vicente Tosca, emérito estudioso das ciências ⁷¹⁶ Idem, ibidem, p. 358.

⁷¹⁷ Idem, ibidem, p. 368.

260

naturais. O golpe mais forte veio, todavia, de Silvestre Aranha, primeiro membro da Companhia de Jesus a descer à liça em obra impressa.

Não era um filósofo, dirá dele Silva Dias, mas um apologista. Horrorizado com o alastramento das concepções gassendo-cartesianas, lan-

çou mão de suas *Disputationes Metaphisicas* para, inspirado em manuscritos de Antonio Vieira, criticar os sistemas atomista e cartesiano. Para ele, o “experimentalismo estava cheio de atrativos entorpecedores e degenerantes”. O seu estudo seria uma forma de “perder tempo e mal-baratar trabalhos” graças à trucagem de “máquinas engenhosas”. Pior do que isso, o experimentalismo subvertia a ordem natural das coisas com a sua tendência para separar a filosofia da teologia. Eis por que a religião “lamenta os ataques que a nova filosofia lhe dirige com suas máquinas”. O aristotelismo, nessa lógica, era a única “filosofia apta para a teologia”. O mais seriam erros, senão heresias maldisfarçadas.⁷¹⁸

Um edital datado de 7 de maio de 1748 punha uma pá de cal na agitação de jovens professos inacianos, eventualmente interessados nas ideias que agitavam outras congregações. Tratava-se do anúncio de providência para que se evitasse a introdução de “doutrinas menos sólidas e proveitosas”. O reitor determinava peremptoriamente, “nos exames ou lições, se não ensinem defesa (doutrina) ou opiniões novas pouco recebidas ou inúteis para o estudo das ciências maiores, como são as de Renato Descartes, Gassendo, Neuton e outros, e nomeada-mente qualquer ciência que defenda os actos (átomos) de Epicuro ou negue a realidade dos acidentes eucarísticos ou outras quaisquer opostas ao sistema de

Aristóteles”.719

Vê-se, graças à erudição de Silva Dias, que a posição mental dos jesuítas refletia o estado de espírito dominante na universidade e nas congregações religiosas, excetuando os teatinos, os nêris e os franciscanos da Terceira Ordem da Penitência. As instituições culturais mantinham-se fiéis, na verdade, ao ideal da “especulação” e da “controvérsia” mais atenta à ciência livresca que à ciência experimental.⁷²⁰ Essa tensão ficaria visível, como veremos mais adiante, nas várias polêmicas sobre o terremoto do 1º. de novembro. O que vale reter, segundo ensi-⁷¹⁸ Idem, ibidem, p. 381.

⁷¹⁹ Idem, ibidem, p. 385.

⁷²⁰ Idem, ibidem, p. 382.

261

na o mesmo historiador, é que o pensamento dos escolásticos correspondia — e temos visto o quanto! — ao desejo profundo de preservar a unidade política da nação.⁷²¹

Como já foi dito, o oxigênio, ou melhor, as luzes ficariam entre os oratorianos, os filipinos e o círculo de intelectuais, como os Ericeira, que os frequentavam. A física newtoniana caía como uma luva para os oratorianos, pois a lei da gravitação universal explicava como planetas e cometas perseverariam em suas órbitas. Aquele que ordenara o universo e que arranjou o sistema planetário de forma tão harmoniosa, a fim de que os astros não caíssem uns sobre os outros em função da gravidade, era um Agente poderoso e eterno. O Deus transcendente e pessoal de Newton estava presente em tudo — no espaço, no cérebro, nas asas dos insetos. Ele tudo governava como alma do mundo e como senhor de tudo que existe. Newton dizia que, como cegos, os homens não podiam ver as cores, enquanto Deus, sábio, tudo sentia e tudo compreendia. Esse Deus criara um universo capaz de durar quase que infinitamente, mas que necessitava de reformas — e por que não na forma de um terremoto? — para sobreviver.

Ora, o cosmos dos Antigos, ao qual recorria a maior parte dos pensadores portugueses, sobretudo os inicianos, não tinha passado ou futuro. Ele perdurava, desde a Criação, através dos tempos. Aristóteles, autor caro aos escolásticos portugueses, afirmava que o mundo supra lunar era incorruptível, e, por conseguinte, eterno. O Estagirita admitia mudanças na crosta da terra, mas

seguindo “uma ordem e um ciclo determinados”. De Platão, outro Antigo que passara incólume pelos avanços da revolução heliocêntrica, os sábios oratorianos herdaram uma informação importante: os tremores de terra não colocavam o mundo em perigo. Seu objetivo era outro: a destruição da humanidade e do que estivesse sobre a terra para eliminar sua corrupção. Enquanto o cosmos de Platão purificar-se-ia periodicamente para perdurar, o de Aristóteles era imperecível. O que vale sublinhar é que tais “teorias”

encontravam eco nas crenças da época. Os vários abalos registrados na Europa ilustravam códices e comentários seguidos pela profunda per-721 Idem, ibidem, p. 459. É importante que se diga que o autor sublinha as idas e vindas, avanços e recuos, dos diferentes grupos religiosos e intelectuais em face das novidades filosóficas e cientí-

ficas, e em nenhum momento vê a cultura portuguesa como imobilizada ou estéril.

262

turbação moral que provocavam. É como se os pareceres de Aristóteles continuassem válidos e fossem capazes de conviver amigavelmente com as teses de Newton. A compreensão dos fenômenos naturais mantinha-se, contudo, um exercício bastante complexo. Em suas *Cartas Filosóficas*, editadas em 1743, alguns anos antes do sismo, Voltaire dirá sobre a querela entre os adeptos de Descartes e os de Newton: “Em Paris, o mundo tem a forma de um melão, em Londres, de uma abóbora... Entre nós é a pressão da lua que provoca as marés; entre os ingleses, é o mar que gravita em torno da lua. Entre cartesianos, tudo se cria graças a um impulso sobre o qual nada se compreende; em Newton, é por uma atra-

ção cuja causa se desconhece”.722 Mas, e em Lisboa?

Em Portugal não é só a definição de Bluteau que nos ajuda na compreensão do que terá significado o sismo de 1755 para seus contemporâneos. Uma vasta polêmica estendeu-se ao grande público na forma de descrições da catástrofe cujas explicações ora tinham caráter religioso, ora filosófico naturalista. A dicotomia de explicações estava bem resumida nas impressões de Pedro Norberto de Arcourt e Padilha: “do terremoto que experimentamos (...) presenciei tão grandes disputas entre pessoas sábias, sobre ser expresso castigo

de Deus ou natural efeito de causas segundas, que quis ver o que os Naturalistas e os Autores de maior nome diziam nesta matéria”. Vejamos que disputas eram essas.

Foram diversas, segundo Maria Luíza Braga⁷²³, as propostas de interpretação tentando apresentar uma resposta que correspondesse às dúvidas e medos suscitados, capaz de formular, ao mesmo tempo, uma conceitualização coerente com a fé católica. Resposta essa que se orde-nasse de modo a manter inalterável a crença na Providência, integran-do, ao mesmo tempo, o acaso, o fato de bons e maus terem sido vitimados, assim como encontrar a explicação suscetível de suportar o emba-te da proposta iluminista da natureza, “indiferente” ao fenômeno humano. Era preciso compreender, esclarecer e conduzir a opinião pública. O mesmo sucedeu em outros países: França, Espanha, Inglaterra e Alemanha.

722 Paolo Rossi, *op. cit.* , p. 336.

723 Ver o seu “A polêmica dos terremotos em Portugal”. In: *Cultura, História e Filosofia*, vol. V, pp.

545-573, 1986.

263

Em toda a Europa meditou-se, e muito, sobre a pequenez humana frente à natureza. Desde a Antiguidade, como já foi dito, discutiam-se as causas dos terremotos, capazes de reduzir a pó e cinzas homens, edifícios e cidades inteiras. Maria Luíza Braga⁷²⁴ lembra que, dentro do ambiente cultural do século XVIII, o problema tinha surgido na Inglaterra quando de pequenos abalos sentidos em Londres, em fevereiro de 1750, ocasião em que se reacendeu uma disputa que depressa suscitou o aparecimento de uma série de esclarecimentos por parte de filósofos, cientistas e teólogos. Tal como no passado e como em toda a parte, o povo enchia as igrejas a cada tremor, suplicando a Deus que o castigo fosse afastado. Criam que a sucessão de pequenos abalos apenas sinalizava com punição mais drástica.

Uma parte do clero, diz ela, pela voz do bispo anglicano de Londres, considerava que os tremores eram obra da vontade de Deus, causados pelos pecados de blasfemadores e dos livros abomináveis contra a religião e de todos que tinham um procedimento pecaminoso capaz de atrair a cólera divina.⁷²⁵ O clero

clamava por uma atitude mais piedosa e cumpridora de seus deveres. Essa forma de argumentar divergia ligeiramente de outro ponto de vista: o que afirmava que os tremores de terra, embora tivessem causas naturais, eram instrumentos de Deus e, malgrado o horror de suas consequências, comprovavam o exercício de sua divina vontade. Assim o afirmava, por exemplo, o reverendo Stukeley ao dizer que, embora “causados por eletricidade”, tais fenômenos eram enviados por Deus contra as cidades populosas e pecadoras! Considerações tão vigorosas faziam William Winston profetizar que o fim do mundo estava próximo, anunciando-se por violentos tremores.

Mas outra parte do clero argumentava que Deus tinha criado o mundo em perfeita harmonia. Logo, os tremores de terra eram acontecimentos necessários em seu plano original, não cabendo qualquer conotação vingativa. O homem devia, pois, saber compreender os acidentes naturais que possuíam lógica própria. Em sua presença, desencadeada pela ordem natural das coisas, restava-lhe, apenas, estar preparado para o julgamento final, quando esse chegasse.

724 Idem, ibidem, p. 14.

725 Idem, ibidem.

264

O desastre do 1º. de novembro não fez mais do que reacender na Europa a polêmica dos terremotos. A cidade cristianíssima que tinha espalhado a fé pelo mundo pagão encontrava-se totalmente destruída, com grande parte de seus habitantes enterrados ou aterrados. Deus, onipotente e misericordioso, tratara do mesmo jeito justos e pecadores.

Como explicar tal paradoxo? Essa situação fez com que os filósofos se agarrassem a questões como o Bem e o Mal, a justiça divina, a predestinação, o castigo dos pecadores ou a morte dos inocentes. Naturalistas tentavam abafar a voz e a encenação dramática dos pregadores. Enquanto o clero fustigava os pecadores e clamava pela morigeração dos costumes, físicos tentavam isolar as causas naturais dos terremotos.

Dentro desse debate,⁷²⁶ muitos ingleses protestantes entendiam que Lisboa, com sua riqueza, “superstição” e obscurantismo religioso, era uma cidade que merecia castigo. O problema não surgia isolado.

Anglicanos e calvinistas consideravam que a destruição de Lisboa, acompanhada de abalos ruinosos em grande parte do país e cidades de Espanha, Mazagão e Marrocos, tinha provocado um aumento de ansiedade religiosa, bem como a tensão com explicações científicas ou filosó-

ficas. Essa não era considerada a forma adequada de aumentar o espírito religioso. O tema, como sublinha Maria Luiza Braga, passou a interessar a Europa inteira.

Voltaire, no poema *Sobre o desastre de Lisboa*, 727 interrogava-se atô-

nito: “Será o efeito das leis eternas? (...) Quem necessita das escolhas de um Deus livre e bom? (...) Que crime, que faltas terão cometido essas crianças, esmagadas e ensanguentadas sobre o seio materno?”.

Em carta a um amigo genebrino, reagiu à terrível notícia queixando-se da fortuna perdida de 100 comerciantes franceses em meio ao “formigueiro” esmagado, além de invectivar: “Que dirão os pregadores sobretudo se o palácio da Inquisição continuou de pé? Vanglorio-me de que ao menos os reverendos padres foram esmagados como os outros”.⁷²⁸

726 Sigo emprestando as informações da mesma autora, *op. cit.*, p. 15.

727 “Le désastre de Lisbonne en 1755 ou examen de cet axiome, tout est bien”. In: *Oeuvres complètes de Voltaire*. Nouvelle édition: poésies. Paris: chez Firmin Didot et frères, fils et cie, 1817, tomo 2, p. 431. Tradução minha.

728 Bronislaw Baczko. “Un séisme philosophique”. In: *Job, mon ami: promesses du bonheur et fatalité du mal*. Paris: Gallimard, 1997, p. 19. Agradeço a Roger Chartier a indicação dessa obra.

265

Em contraste com o otimismo de Leibniz, o francês afirmava que o mal existia sobre a terra e o terremoto não era o efeito necessário de uma causa necessária. No *Cândido ou do otimismo*, debruçou-se novamente sobre o evento:

Tão logo puseram os pés na cidade (...) sentiram tremer a terra sob seus passos; fervendo, o mar elevou-se no porto e partiu os navios aí ancorados. Turbilhões de chamas e de cinzas cobriram ruas e praças públicas; casas desabavam;

telhados abateram-se sobre as fundações e essas, dispersaram-se; 30 mil habitantes de todas as idades e sexo ficaram esmagados sob as ruínas...729

Para além do acontecimento, o terremoto sugeria, graças à pluma de Voltaire, uma espécie de nova sensibilidade a respeito do fato propriamente dito. Esse fenômeno inscrevia-se perfeitamente no gosto que teve a época por tudo o que provocava arrepios ou fazia “tremar”.

Talvez seja interessante observar que o choque obtido pelo texto junto ao leitor não incentivava atos de caridade — ninguém menciona o envio de donativos. Os socorros já eram um negócio de Estado, especialmente do reino da Inglaterra, como se viu. A descrição da brutalidade dos efeitos do sismo incentivava, sim, prazeres estéticos. Prazeres nascidos do gosto estranho pelo horrível e pelo aterrador. Edmond Burke os transformará em teoria mais tarde, em 1756, no seu *Inquiry*, ao introduzir o famoso conceito de “sublime terror”. A carta da duquesa de Saxe-Gotha a Voltaire é a prova mais acabada de como se viveu, em cortes sofisticadas, a tremenda notícia:

Lemos seu pequeno poema ou sermão com tal admiração, com tal envolvimento e com um frêmito inexplicável; tudo nele é grande, audacioso e patético; é o fiel quadro da catástrofe; temos a impressão de estar aí presentes e, com efeito, sentimos tudo o que os desolados habitantes puderam sentir nesses momentos de tumulto e horror.⁷³⁰

Seis semanas depois do terremoto, enquanto ainda trabalhava sobre o seu poema, um ligeiro tremor sacudiu Genebra. Voltaire não se ⁷²⁹ Idem, ibidem.

⁷³⁰ Patrick Brasart. “Le désastre de Lisbonne”. In: *L’Ane, le magazine freudien* [número especial: Les catastrophes]. Paris, n. 30, pp. 43-47, avr./juin, 1987; p. 43.

266

privou, então, de ironizar, escrevendo a seu editor: *Monsieur* é informado pelas cartas deste vosso servidor que fomos honrados por um pequeno terremoto. Soubemo-lo por uma garrafa de vinho moscatel que caiu da mesa, pagando por todo o território. Esse ficou satisfeito por ter sido salvo a preço tão barato. Subscreveu-se, “esperando o fim do mundo” e solicitando a seu banqueiro dinheiro para estofar poltronas!⁷³¹

O desastre de Lisboa provocou-lhe profunda crise moral e filosó-

fica. Sua percepção do mal, bem como a maneira de descrevê-lo, mudaram. Na correspondência dos anos 1755 e 1756, o *leitmotiv* do poema repete-se, inexorável: “O mal está sobre a terra”. Como se a fatalidade do mal, nunca dantes percebida, se lhe fosse revelada de forma radical e inédita. Essa crise Voltaire só venceu preservando a convic-

ção de que o mundo tinha uma ordem e um sentido — certeza sem a qual ele não saberia viver.

O “sismo filosófico”⁷³² provocado pelo terremoto não tocou apenas Voltaire. Nos anos 1755-1756, mais de 100 publicações, brochuras e panfletos, editados em toda a Europa, consagraram-se à catástrofe, além de inúmeros artigos nas gazetas. “Todos os exemplares do sermão (sobre o desastre) de M. Bertrand esgotaram-se, em Lausanne, em um quarto de hora”, registrou Voltaire em carta de 26 de dezembro de 1756.⁷³³ O fato agitou a imaginação de muitos, e tal susto repercutiu numa surda inquietude, que, por sua vez, sacudiu os espíritos. Assim, em suas memórias, Goethe lembrou-se que aos seis anos “a bondade de Deus tornou-se, de certa maneira, suspeita”:

Uma catástrofe extraordinária mergulhou pela primeira vez em perturbação profunda minha pacífica infância. No 1o de novembro de 1755, houve o terremoto de Lisboa que repercutiu num terrível pavor pelo mundo, já acostumado à paz e ao repouso. (...) como o espírito de uma jovem criança poder-se-ia defender contra as dúvidas se mesmo os sábios e os doutos das Escrituras não sabiam como explicar tão terríveis fenômenos?⁷³⁴

731 Idem, *ibidem*, p. 19.

732 A feliz expressão é de Baczko, a quem a empresto, juntamente com suas ideias, *op. cit.*, p. 21.

733 Patrick Brasart, *op. cit.*, p. 43.

734 Idem, *ibidem*, p. 22.

267

Não surpreende que gazetas e almanaques de época fizessem alarde em torno da

propagação de medos seculares, atingindo leitores temerosos do fim do mundo e do castigo divino. O historiador Bronislaw Baczko⁷³⁵ explica que entre as elites esclarecidas, em particular após o poema de Voltaire, a reação à catástrofe de Lisboa tomou uma colora-

ção filosófica, traduzindo-se num mal-estar metafísico e moral cujas repercussões fizeram-se sentir mesmo na produção romanesca.

Romancistas perguntavam-se como o romance podia manter seu cará-

ter moralizador, proclamando “otimismo” ao assistir ao triunfo inelutá-

vel da virtude contra o vício, quando em Lisboa bons e maus pereceram sem distinção?⁷³⁶

Dessa enorme vaga de reflexões sobre o sismo e sobre o otimismo não escapou Immanuel Kant. No seu *História e Fisiografia do terremoto no fim do ano de 1755*, editado em 1756, ele combinava considerações geológicas e físicas com aquelas morais.⁷³⁷ O capítulo no qual tinha lugar a discussão respondia pelo provocante título de “Da utilidade dos terremotos”. Segundo Kant, terremotos e águas termais teriam as mesmas origens, mas efeitos diferentes. Em Teplitz, foi observado no dia do sismo um fluxo dobrado no escoamento das águas termais. O magistrado local encomendou um harmonioso *Te Deum laudamus*, na igreja do burgo, enquanto Lisboa ruía sob som bem diferente: o de casas que se despedaçavam. Kant, a princípio, raciocinou da mesma maneira que Rousseau: de tempos em tempos, tremores de terra eram necessários;

“não era, contudo, necessário, construir edifícios suntuosos em tais localidades”, ou seja, aquelas suscetíveis ao furor da terra. Rejeitando as explicações teológicas, tanto quanto as querelas sobre os efeitos da natureza, afirmava que “o homem fica nas trevas quando se propõe a adivinhar as intenções de Deus em governar o mundo”.⁷³⁸

A tantas angústias, a literatura apologética tranquilizou com repostas tradicionais: o tremor fora uma manifestação da ira do Senhor.

Elucidar, contudo, as razões de sua cólera, e em particular por que ela ⁷³⁵ Idem, *ibidem*, p. 25.

⁷³⁶ Exemplo da forma através da qual a literatura trabalhou o terremoto é a

poesia do italiano setecentista Alfonso Varani. Ver: Guido Batteli, *op. cit.*, pp. 548-552.

737 Emprestarei, aqui, todas as informações a Horst Günther. “Le désastre de Lisbonne”. *Revista de História das Ideias*, vol. 12, pp. 415-427, 1990.

738 Horst Günther, *op. cit.*, p. 424.

268

se abatera precisamente sobre Lisboa, era um assunto delicado. Protestantes e jansenistas saíam-se melhor: acolher a Inquisição e os jesuítas era, sem dúvida, razão suficiente para ser submetido à punição exemplar. Onde, também, o embaraço dos apologistas jesuítas: com efeito, por que cargas d’água tal fúria abatera-se sobre a piedosa Lisboa e não sobre a soberba e ímpia Londres? E por que não sobre a herética Amsterdã? Talvez Lisboa se tenha deixado arrastar pela corrida aos bens terrestres, não pensando mais que em seu comércio e riquezas, merecendo, de volta, um justo castigo.⁷³⁹

Os espíritos esclarecidos desconfiavam de interpretações suposta-mente teológicas e procuravam as causas racionais e naturais do terremoto. A geologia, como já foi dito, era, todavia, uma ciência no seu nascedouro. Faltavam conhecimentos sobre tais assuntos. Além disso, mesmo que mais ou menos convincentes, as explicações avançadas por historiadores da natureza não permitiam capturar o sentido dessa catástrofe. Se graças às leis universais a natureza não era um caos, mas formava uma ordem em que se integravam todos os fenômenos naturais, o que dizer da calamidade de Lisboa, dessa catástrofe que certamente contrariava a ideia mesma de ordem? Catástrofes naturais seriam então momentos em que a natureza gaguejava, e sua ordem, assim revista, colocava-se de ponta-cabeça? O mesmo Ser Supremo que racionalmente dispusera a natureza não era igualmente responsável por suas desordens? Desordens que significavam que “o mal que existe sobre a terra”, como definia Voltaire, era capaz de infligir sofrimento e dor a milhares de pessoas, como ocorreu em Lisboa? Baczko⁷⁴⁰ conta que, tratando do sismo em seus textos de 1756, Kant discorre sobre as tensões difusas que se instalaram:

Habitamos pacificamente um território cujos fundamentos são, às vezes, destruídos. Sem preocupações, construímos uma cúpula cujos arcos, de tempos em tempos, vacilam e correm o risco de desabar. (...) O

quadro de todos os sofrimentos que a última catástrofe fez abater-se sobre outros seres humanos deveria reanimar nosso amor do gênero humano e fazer-nos sentir uma parte das provas com as quais nossos 739 Guido Batelli, *op. cit.*, p. 23.

740 Idem, *ibidem*.

269

próximos foram cruelmente punidos. (...) O homem, tal como é, olha-se voluntariamente como se fosse o único fim da obra divina, como se, ao criar as normas que regem o mundo, Deus não tivesse outra coisa em vista. (...) Assim, o homem erra nas trevas quando quer adivinhar os desígnios perseguidos por Deus quando da criação desse mundo.⁷⁴¹

Recém-entronizado no corpo docente de Königsberg, sua cidade natal, Kant descreveu com minúcias os fenômenos que anunciaram o desastre em toda a Europa oriental: o orvalho cor de sangue, as chuvas torrenciais, os tufões, o sismo, o movimento das águas observado até no ducado de Holstein, o reflexo desse movimento nos lagos interiores europeus. A maravilhosa construção do globo, capaz de brindar os homens com eventos como o terremoto, devia servir como libelo contra seu egoísmo e orgulho.⁷⁴²

Por outro lado, “sensível por excelência, Rousseau, não teve, em sua famosa carta do dia 18 de agosto de 1756, uma única palavra de compaixão pelas vítimas do terremoto”. Para ele, mesmo envolto “nos tormentos de um mal sem remédio”, melhor era fustigar os homens pa-ra melhor desculpar a Providência. Em seu entender, a natureza não reunira 20 mil casas de seis ou sete andares e, se os habitantes da cidade tivessem sabido dispersar-se para construir suas casas, os desgastes teriam sido quase nulos! Quantos não morreram — criticava com amargor — por quererem buscar roupas, papéis ou dinheiro?⁷⁴³

Elementos em fúria, a terra que rugia e que, em alguns instantes, engolia homens, provocando total destruição, tudo isso colocava em evidência a fragilidade da condição humana, alimentando movimentos de pânico. Não só Portugal estava mergulhado em misticismo e fumos de piedade. Na Europa das Luzes, filósofos e teólogos também não sabiam dar um sentido ao porquê do terremoto. Baczko lembra bem que o poema de Voltaire apoiou-se nas surdas inquietações provocadas pelo sismo, e que, ao lançar um desafio à Providência, ele terminou por ampliar a confusão intelectual. Se ao exclamar “o mal está

sobre a ter-741 Bronislaw Baczko, *op. cit.* , p. 24.

742 Carolina Michaëlis de Vasconcellos. “Kant e o terremoto de 1755”. *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*. Porto: Tipografia Ocidental, vol. 2, pp. 271-274, 1882.

743 Patrick Brasart, *op. cit.* , p. 43.

270

ra” ele provocou tanta repercussão é porque seu texto era revelador da crise geral de valores que só se agravava. O mundo concebido como um todo racional, no qual a razão humana se reconhecia e onde o homem estava à vontade, era uma bela construção levada a cabo pelos melhores espíritos desse século. Voltaire, em pessoa, contribuíra de forma decisiva para sua elevação. Ora, eis que, por ocasião de um sismo telú-

rico, seu grito de revolta e desespero contra a fatalidade do mal fazia ruir esse magnífico edifício, mergulhando-o no abismo do absurdo.

Uma sucessão de excertos de suas cartas permite entrever a sua preocupação com o tema. A primeira, datada de 24 de novembro, é dirigida ao editor Tronchin em Lyon: “Eis, *Monsieur*, uma física bem cruel. Ficaríamos bem embaraçados em tentar adivinhar como as leis do movimento operam desastres tão horrendos no melhor dos mundos possíveis”. Quatro dias depois, escrevendo a M. Bertrand, depois de se ocupar de uma das edições falsificadas de uma de suas obras, volta ao sismo: “Conheceis o terrível acontecimento de Lisboa, Sevilha e Cádiz.

A cidade de Lisboa engolida por um tremor de terra, 100 mil almas enterradas sob as ruínas (...) eis aí um enorme argumento contra o otimismo. É vergonhoso, em meio a acontecimentos tão medonhos, sonhar com seus negócios particulares”.

Sempre duvidando do otimismo, comunicava ao conde de

Argenteuil no dia 1º. de dezembro: “A Europa encontra-se face à consternação do Juízo Final ocorrido em Portugal. Minha vizinha Genebra tem aí mais parte do que qualquer cidade francesa: ela possuía em Lisboa uma parte significativa de seu comércio”. E acrescentava: “O tudo vai bem de Matthieu Garo e de Pope

ficou um pouco abalado”. É inequívoco que a catástrofe interessou a Voltaire num momento em que esse misturava os males de suas entranhas ao efeito das entranhas da terra. No mesmo dia, o filósofo escrevia a Pictet, professor de Direito em Genebra: “Sim, os ingleses apoderam-se de tudo, a França sofre tudo, os vulcões engolem tudo; Beaumont, que escapou, informa que não sobrou uma casa em Lisboa: é o otimismo”. Passados, entretanto, os primeiros dias de pavor, a vida continuava. Em carta datada de 3 de dezembro a Dupont, Voltaire registra o fato com velada ironia: “Em face das notícias da destruição completa de Portugal, preparamo-nos para novas óperas na Itália, ou para a encenação de novas comédias em Paris”.

271

Como se não estivesse em pleno século XVIII! No dia 6 do mesmo mês, escrevendo ao senhor de Brenles, Voltaire recordava o terremoto como simples motivo literário: “Meu caro amigo, as donzelas, os terremotos e a cólica me deixam à míngua”. Escrevendo a Tronchin, seu amigo lionês, no dia 17 de dezembro, exprimia-se: “Os 100 mil homens que desapareceram em Lisboa já foram reduzidos a 25 mil. Em breve, o serão a 12 ou dez. Apenas os negociantes sabem com precisão suas perdas, pois conhecem as contas de sua mercadoria; os reis não conhecem jamais as de seus homens”. E ao professor Pictet, quatro dias depois:

“Portugal está corroído há muito. Repousemos, então, ao abrigo dos Alpes”.⁷⁴⁴

As Luzes bruxuleavam nas sombras.⁷⁴⁵ Entre os ingleses, cuja comunidade em Lisboa sofreu mais com o sismo do que propriamente seu comércio, as acusações eram dirigidas à *popish idolatry*, ou seja, “idolatria papista”. Na terra de Bacon, Burnet e Hooke, os teólogos protestantes debitavam o sismo à presença da Inquisição, capaz de provocar a ira de Deus. Um olhar típico sobre o tema encontramos no *Serious thoughts occasioned by the great earthquake at Lisbon*, de John Wesley. Escrito um mês depois do terremoto, essa exortação espiritual ao arrependimento antes que fosse tarde teve várias reedições antes de virar o ano de 1755.

Será que existe mesmo um Deus que julgue o mundo? E estaria Ele inquirindo por sangue? Se assim o for, não é surpreendente que ele comece ali, onde derramou-se tanto sangue sobre a terra quanto água; onde tantos bravos homens foram assassinados abjeta e covardemente por bárbaros instrumentos, quase

todos os dias e quase todas as noites, enquanto nenhum coração se comovia. Há quanto tempo, da terra, não clama seu sangue? Sim. Há quanto tempo a maldita Casa de Misericórdia, título que a Inquisição em Portugal se deu para escândalo de todas as religiões e mesmo da natureza humana, levanta-se para insultar Céus 744 Todos os excertos de Voltaire tirados do artigo de Rodrigues Cavalheiro. “A Europa e o terremoto de 1755”. *Ocidente*, vol. 30, pp. 153-156, 1946.

745 O *Dictionnaire Européen des Lumières*, sob a direção de Michel Delon, Paris: PUF, 1998, revela, através de inúmeros exemplos, a pluralidade de correntes ideológicas contraditórias entre os pensadores do século XVIII. Sobre a crítica ao racionalismo das Luzes, ver a obra de Isaiah Berlin. *Le mage du Nord: Critique des Lumières*. Paris: PUF, 1998; sobre Hamman, que passou a vida a demonstrar a arbitrariedade das ideias iluministas.

272

e Terra? E não devo puni-los, diz o Senhor? Não deve minha alma ser vingada em tal cidade?746

Embora confundindo a Santa Casa de Misericórdia com o Santo Ofício instalado no palácio do Estaus, Wesley representava a opinião de muitos. Entre esses, a de um *gentleman* português, diplomata, há dez anos convertido ao anglicanismo e vivendo alternadamente em Londres desde 1744: Francisco Xavier de Oliveira, ou o Cavaleiro de Oliveira.747 O terremoto inspirou-lhe a publicação de um panfleto em francês, o *Discours pathétique au sujet des calamités présentes* 748, instando D. José e seus ministros a ver no cataclismo a confirmação ou prova do desgosto divino com o culto romano das imagens, a Inquisição e a perseguição aos judeus.749 O tom das advertências, todavia, não se afasta muito do usado por Gabriel Malagrida, no seu *Juízo da verdadeira causa do terremoto*: a terra rasgara-se de um lado ao outro pela fúria do Senhor; que o Eterno, malgrado sua bondade, ofendera-se e irritara-se com a iniquidade dos homens e que esses deveriam ser castigados do amanhecer ao pôr do sol. O fato de a terra estar bem assentada sobre suas bases e de não haver risco de um novo Dilúvio não devia significar, para os “homens justos diante de Deus”, tranquilidade. Pois sua mão tinha que se abater com força sobre os “maus”. Seu olhar coman-dava as montanhas que fumegavam e os rochedos que se fendiam.

“Ele, que era a segurança de todas as partes da terra, das mais distantes do mar, coloca tudo o que ama em desordem, em confusão, tornando-se formidável em

castigos com que fustiga os Filhos dos homens”.

Escrevendo ao rei D. José, o Cavaleiro de Oliveira confortava-o explicando que “a destruição de uma grande parte de seus súditos destinava-se a dar um exemplo inequívoco a todos os habitantes da Terra, para sua correção!”.⁷⁵⁰ “Mas, Sire”, justificava o Cavaleiro, “o abatimen-⁷⁴⁶ Charles R. Boxer, *op. cit.* , p. 127.

⁷⁴⁷ Ver Artur Portela. *Cavaleiro de Oliveira: aventureiro do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1980.

⁷⁴⁸ *Discours pathétique au sujet des calamités présentes, arrivées en Portugal par le Chevalier D’Oliveira*, nova edição e notícia bibliográfica por Joaquim de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.

⁷⁴⁹ Charles R. Boxer, *op. cit.*, p. 128.

⁷⁵⁰ *Discours pathétique...*, *op. cit.*, p. 10.

273

to em que se encontra este Reino atualmente não deveria fazer-lhe reconhecer esta triste verdade? Ele não foi alvo da cólera de Deus, castigado pela força de seu furor?”. E no clima da prédica barroca: Seu braço forte não pesou sobre a capital, onde nada deixou intacto por causa de sua indignação? Um grande número de seus habitantes foi reduzido a pó e quantidade de outros foi pisoteada como lama nas ruas. A morte, na qualidade de executante das ordens de Deus atirou-se sobre vários, fê-los descer vivos, às fossas. Outros, como cera arderam-se diante do fogo e suas cinzas serviram de alimento à terra. (...) Sim, Sire, a maneira pela qual se dirigem a Deus em Portugal é precisamente a que Ele mais detesta. É uma maneira supersticiosa e idólatra pela qual Ele castigou, em todos os tempos, todos aqueles que violaram seus mandamentos os mais claros, e mais precisos de sua Santa Lei. (...) Infelizmente, ainda, os Portugueses são os que mais se distinguiram nessa transgressão: pois à força de devoções absurdas, de sacrifícios horri-

veis e vãs orações além de indignas de ser atendidas, eles mergulharam na superstição mais vergonhosa e na Idolatria a mais grosseira.⁷⁵¹

O Cavaleiro seguia martelando que tantos sofrimentos sobre os pobres

portugueses eram indícios da cólera de Deus contra seus desregramentos e superstições; e implorava, “por amor de Deus”, para que o rei não condenasse suas proposições, mesmo que essas lhe parecessem errôneas, pois elas eram, ao contrário, “incontestáveis”.⁷⁵² Comparando o culto dos santos ao que os pagãos prestavam a seus ídolos, acusa-o de “diabólico, insensato e ridículo em todas as suas partes, digno de ser exercido apenas pelos homens desconsiderados, cegos, seduzidos pelas astúcias do Demônio, colocados em obra por seus supostos, por emissários que não são menos inimigos de Deus do que ele”⁷⁵³, o Maligno em pessoa.

A despeito das queixas contra o obscurantismo intelectual (“fechou-se em Portugal todas as entradas à lei de Deus, proibindo-se cursos, leituras e a meditação sobre a Santa palavra”), os falsos douto-⁷⁵¹ Idem, ibidem.

⁷⁵² Idem, ibidem, p. 14.

⁷⁵³ Idem, ibidem, p. 20.

274

res e a nefasta presença dos membros do Santo Ofício (“raça maldita por Deus e odiada por todo o gênero humano... criminosos em relação a Deus e ridículos face aos homens”), o tom do opúsculo é absolutamente moralizador e religioso. Dizendo-se velho e frágil, mas ainda forte para prevenir seus conterrâneos, o Cavaleiro de Oliveira acenava com a imagem do “Soberano Criador, Deus de Misericórdia”, Deus esse próximo dos pecadores, para explicar a D. José que o castigo do terremoto não fora mais do que um favor do Todo-Poderoso para metê-lo, e aos portugueses, na via do arrependimento. Esse era, pois, o caminho da salvação eterna! Francisco Xavier de Oliveira, assim como Wesley, conjugavam a mesma ideia sobre o terremoto: havia algo de podre no reino de Portugal que incentivara a vingança celestial. A crença na ação da Providência somada ao preconceito contra o protestante incentivava a comparação entre o destino dado pelo sismo aos conventos e igrejas católicas e a capela inglesa em Lisboa: as primeiras ruíram, e a segunda manteve-se intacta.

Visto de longe, o terremoto continuava a inspirar temor. Em algumas poucas semanas, tinham-se publicado, somente em Londres, segundo Carlos Estorninho⁷⁵⁴, 20 relatos do terremoto. Em 20 de dezembro, uma Proclamação Real ordenava que em todo o território da Grã-Bretanha se guardasse na sexta-

feira, 6 de fevereiro de 1756, geral e público jejum como penitência dos pecados da nação e como sinal de profundo reconhecimento pelo fato de o país, graças à proteção divina e às excelências do protestantismo, ter sido poupado da completa destruição, tal como a que varrera um “país vizinho”. Jornais, como o *Gentleman’s Magazine*, enchiam colunas com narrações de Lisboa e inse-riam correspondência local, dando conta de fenômenos extraordinários verificados em pontos do Reino Unido no dia do terremoto. Na represa de Pibley, no condado de Derby, segundo uma testemunha, nesse dia, onze horas para meio-dia, as águas cresceram assustadoramente, com grande barulho, voltando a descer, repetindo-se o fenômeno por várias vezes durante 45 minutos, atribuindo o autor da notícia o fenômeno às cavernas subterrâneas que porventura estariam ligadas às do subsolo de Lisboa. Num límpido poço de Bristol, as águas ficaram vermelhas ou 754 São desse autor as informações a seguir. Ver: *op. cit.*, pp. 216-217.

275

negras como breu. O curso do Avon mudou inopinadamente, passando a subir em direção à nascente.

Um científico, que modestamente assinava como *Physicus Londinensis*, apresentou uma engenhosa tentativa para a “explicação racional das causas do terremoto e dos seus múltiplos fenômenos”. Bastava uma receita empírica infalível para a “produção de abalos artificiais”: a 20

libras de limalha de ferro acrescentar outro tanto de enxofre; “tempe-re-se, misture-se e amasse-se tudo com um pouco d’água até formar uma massa compacta. Enterre-se assim a massa a alguns pés de profundidade. Dentro de seis a sete horas, produzir-se-á um efeito prodigioso: o solo começará a tremer, a fender-se e a fumegar, até que, por fim, chamas irromperão do seio da terra”.⁷⁵⁵ Quem quisesse experimentar...

Há quem afirme que a partir de 1755 Portugal passou a constituir tema de interesse para a literatura britânica. Será mesmo? Segundo Tiago dos Reis Miranda⁷⁵⁶, as informações de que se dispunham na margem norte do canal da Mancha sobre o velho aliado católico mostravam-se, de maneira geral, bem superficiais. A língua local era tida por um dialeto espanhol ou como bizarra mistura de castelhano e francês, enquanto capitães portugueses, personagens do *Robinson Crusoe* e das *Viagens de Gulliver*, constituíam, na primeira metade do século XVIII, simples reminiscências da dourada época das primeiras

navegações ultramarinas. Bem menos agradável à Inglaterra era a face católica de seu aliado peninsular. Nos meios protestantes mais radicais, circulavam severos libelos denunciando as atividades da Inquisição, a perseguição aos judeus, a desumanidade dos cárceres e a macabra opulência dos autos de fé. Chegaram inclusive a resultar desses juízos — informa Miranda⁷⁵⁷ — opiniões detrativas à coletividade lusitana. O geógrafo Pat Gordon, por exemplo, afirmava em 1750: “(...) Tomai um dos seus vizinhos, um espanhol, e despojai-o de todas as suas qualidades. A pessoa que daí resulta será um português puro”.

O desastre de 1755 era largamente interpretado entre os ingleses como condenação do laxismo moral do povo de Lisboa e de seus ritos ⁷⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁷⁵⁶ *Op. cit.*, p. 268.

⁷⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 268.

276

“papistas”. Nos púlpitos e na imprensa, sucederam-se as habituais denúncias contra a Igreja romana e alguns dos seus mais importantes representantes. Dentro desse quadro fervia a animosidade contra a Companhia de Jesus.⁷⁵⁸

Outros sinais do mesmo tipo descritos por Wesley e o Cavaleiro de Oliveira provocavam, em autores portugueses, igual espanto ao do autor britânico. Um piedoso cronista coimbrão anotou: “Duas coisas são para notar nas relações que nos vêm de Lisboa. Uma que não ficasse templo, nem tribunal inteiro: outra, que não caísse nem uma casa daquela rua que antes se devera chamar das meretrizes que dos cavalheiros; nem de outra que lhe fica contígua e a que deu o nome menos a imundície das lamas do que a gente que nela viva... Quanto mais me dilato nesse pensamento mais me confundo, e pode aqui menos a consideração que o assombro”.⁷⁵⁹

O assombro não deixava, certamente, lugar para uma grande diversidade na elaboração intelectual. O consenso era o castigo de Deus. Do alto dos púlpitos — informa Maria Luíza Braga⁷⁶⁰ — os pregadores açoitavam, incansavelmente, os fiéis, instando-os à penitência.

Do contrário, a terra poderia abrir-se novamente, sugando-os para o inferno. A lembrança das chamas, dos estertores vindos do solo, dos gritos dos moribundos

ainda estava fresca na memória. Um ano depois do terremoto, enquanto uns tentavam compreender o que acontecera, outros caminhavam descalços em procissão, “entre água e lama”. A explicação que vinha dos púlpitos variava no vocabulário, mas não deixava dúvidas: “Desgraçada Lisboa (...) quando te vi fazer alicerces na vaidade, logo previ teu estrago, pois esta, como o vento, não podia sustentar tanta grandeza”.⁷⁶¹ Os templos, aí, haviam sido transformados em lugar de depravação — queixa que já fizera Malagrida —, e a cidade em ruínas serviria de exemplo ao mundo, ainda que a sua punição fosse pequena, comparada com o mal que era aí praticado. Posto que os tremores continuavam, era indispensável continuar com mortificações ⁷⁵⁸ Idem, ibidem.

⁷⁵⁹ Charles Boxer, *op. cit.*, p. 128.

⁷⁶⁰ Maria Luíza Braga, *op. cit.*, p. 18.

⁷⁶¹ João Antonio Bezerra e Lima. *Declaração sagrada da ruína de Lisboa causada pelo terremoto do 1º*.

de novembro de 1755. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno, 1757, p. 1.

277

e procissões de piedade. Apenas a magnanimidade do Senhor poderia liberá-los de tanta aflição:

“Agora, Criador Excelso (...) aplaque-se o furor, cesse o flagelo (...) deixai cair a espada, acabem-se as desordens que temos experimentado nos Astros e Elementos e finalmente aquiete-se a terra que continuamente nos assusta com seus tremores”.⁷⁶²

A relação sobre a *Destruição de Lisboa e famosa desgraça que padeceu no dia primeiro de novembro*, publicada em 1756, revela uma orientação semelhante, embora não a mesma análise que, segundo Braga⁷⁶³, se apresenta mais voltada para uma interpretação mais escatológica e mística. De acordo com o impresso, a presença de anjos, santos e mesmo de justos não foi suficiente para reprimir a justiça de Deus contra a luxú-

ria e a soberba que grassavam na capital: “conjurados os quatro Elementos contra esse povo”, cada qual, o ar, a água, a terra e o fogo procederam à

destruição da cidade. “Correram os séculos, subiu a grandeza ao maior auge, esta se seguiu pela corrupção dos vícios às mais elevadas pompas e sem embargo do que sempre foi muito distinta, e particular a sua devoção, e cresceu o culto Divino a impulsos do zelo do magnífico Rei, o Senhor D. João V, não deixaram de subir também de pronto os pecados (...) a riqueza e a ociosidade nela, a vaidade, a soberba, a ira e a luxúria. Combateram à porfia a sua destruição: os justos, os santos, reprimiram a ira de Deus aquele tempo, que o mesmo Senhor lhe prorrogou para a emenda. Faltou esta. Indignada, a Majestade Divina brandiu a espada de sua Divina Justiça”.

O mesmo tom encontramos nas *Oitavas ao terremoto* 764, de Nicolau Mendo Osório: “Estava Lisboa em vícios submergida”, sem se lembrar das virtudes cristãs ou da “santa vida”. Dando sequência às suas ideias, o autor resvala, contudo, em críticas que não podemos tomar como contrárias ao regime, mas sim como uma opinião que agitava a capital, nesse momento: “A desordem da Corte era seguida por desmandos de toda a monarquia, pois sempre foram os povos de tal sorte, que não 762 Idem, ibidem, p. 1.

763 Maria Luiza Braga, *op. cit.*, p. 19

764 *Oitavas ao terremoto e mais calamidades que padeceu a cidade de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1756.

278

buscaram o bom, mas o da Corte”.765 Pois eis que a resposta vem na forma de “castigo horrendo, merecido de sua iniquidade”. Não faziam os homens “com péssimos exemplos, lugares de delitos, os templos”?

Olhamos uma e outra e muitas vezes

Para a pátria que em fogo está abrasada

Dizem todos: já fomos portugueses

A glória de Lisboa está acabada

A fortuna só firme em seus revezes

O quanto podes mão irada

Tiras numa hora aos míseros humanos

O que andarão ajuntando em tantos anos

(...)

A Deus a quem o humano não resiste

A Deus que o destruiu, pedir se deve

Seja o Restaurador: a Mão preclara

De qual o que ele fere, ela só sara.⁷⁶⁶

As vítimas da espada, contudo, merecem explicação com outro tom. Os impenetráveis juízos do Senhor os “quis premiar, oferecendo-lhes, no mesmo dia e hora, o pão dos Anjos”. Morreram justamente os que estavam mais próximos de Deus. Que o terremoto fosse, como explicava Agrícola, resultado da ação dos Demônios que habitavam o centro da terra, nem pensar. Tudo não passava da vontade de Deus em corrigir, à sua maneira, os pecados humanos. Ao serem corrigidos, os flagelos tornavam-se benefícios.

Predestinação e messianismo caminhavam de mãos dadas num diagnóstico que exprime claramente o espírito da época: “A vaidade, a soberba, a ira e a luxúria foram os quatro vícios que compeliram a Divina Justiça a este lamentoso estrago que, com os quatro elementos que lhe correspondiam, quis Nosso Senhor mostrar sua indignação a esse povo, que sem embargo de ser seu muito amado, e escolhido por ele para a fundação de um novo Império, não o quis deixar de castigar pelos arcanos da sua providência”.⁷⁶⁷

765 Idem, estrofe III.

766 Idem, estrofe XLVII.

767 *Destruição de Lisboa e famosa desgraça que padeceu no dia primeiro de novembro de 1755*. Lisboa: s/e, 1756, pp. 3-15; especialmente p. 4.

279

Para quem começava a vislumbrar uma “ciência da terra” —

informa Maria Luiza Braga⁷⁶⁸ — e entendia que era preciso formular uma teoria autônoma, desligada, implícita ou explicitamente, de exigências metafísicas ou teológicas, a catástrofe foi aceita como uma manifestação da vontade de Deus, mas de um Deus que regia o universo segundo leis estabelecidas. Tais estudos debruçavam-se sobre os insondáveis mistérios divinos e suas relações com a vida humana, analisando-os como causas naturais, as quais eram presididas por Ele. As causas eram interpretadas como fenômenos da natureza, e não consequências dos pecados dos homens. Houve assim quem afirmasse que se os relâmpagos, trovões e raios, bem como as tempestades e tormentas, eram encarados como fenômenos naturais, por que razão os terremotos entrariam na categoria de castigo ou prodígio? E acrescentavam que, se fosse conhecida a causa dos terremotos, como o era a dos ventos e trovoadas, “não teríamos, pode ser, estes notáveis movimentos da natureza como castigo do Céu, nem tiraríamos dele prognósticos para a nossa total ruína”.⁷⁶⁹

Interessa sublinhar que no interior da perspectiva providencialista existiram tensões. Num primeiro momento, lembra Tiago dos Reis Miranda⁷⁷⁰, a atmosfera de desespero e as interpretações de fundo religioso atenuaram a difícil situação política da Companhia de Jesus.

Houve sacerdotes exilados que retornaram à Corte, e os inicianos for-taleceram-se, temporariamente, nas suas posições. D. José referendou mesmo — lembra-se o leitor? — o nome de São Francisco de Borja para padroeiro do reino. Os graves conflitos sobre a origem do desastre entre os representantes da Coroa e os membros da Companhia, hiper-bolizados na figura de Malagrida, só se acirram em meados de 1756, quando o aparelho de Estado, já recuperado do choque de novembro, voltava a manifestar sua força. Miranda⁷⁷¹ recorda, contudo, que o posicionamento de homens como Pombal, os prejuízos causados pelo terremoto e o cientificismo que progredia na Europa tornaram, aos 768 Idem, ibidem, p. 24 e passim, a quem passo a emprestar informações.

769 Considerações sobre os terremotos com a notícia dos mais consideráveis, de que fez menção a História e deste último que se sentiu na Europa no primeiro de novembro de 1755. S/l, s/e.

770 Op. cit., p. 263.

771 Idem, ibidem, p. 263.

poucos, algo inadequada e constrangedora para D. José a interpretação de cariz religioso. Admitir, por um lado, a decadência de costumes e o desdobramento de maquinações contrárias à felicidade do reino era concordar com a tese da ineficiência da administração real. Por outro, a tese do castigo divino não explicava por que esse fora tão generalizado!

Haveria afinal alguma razão específica para a ruína de praticamente todos os palácios da Coroa e de suas obras monumentais?

Os arquivos oficiais são as fontes em que de forma mais clara a falta de sintonia entre os grupos da Igreja e do Estado se deixam apreender. No dia 13 de outubro de 1756, por exemplo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado escreveu a quatro indivíduos diferentes sobre o recém-acontecido desastre. O tom das cartas variava bastante: na hipó-

tese de os destinatários haverem manifestado uma posição semelhante à do remetente, recebiam novo apoio às suas convicções; caso contrá-

rio, procurava-se, com habilidade, levá-los a concordar com a posição mais adequada, explica Miranda.⁷⁷²

Antes que Diogo de Mendonça Corte-Real fosse degredado, o irmão de Carvalho e Melo escreveu-lhe lamentando as perdas materiais e enfatizando que, após a atuação da misteriosa Providência Divina, não haveria lugar para maiores divagações — “(...) Ele só sabe os porquês, e por tudo lhe devemos dar infinitas graças”. Em outras palavras, não importava o quão duro fosse o castigo, os homens deviam agradecê-lo; neste mundo, contudo, ninguém merecia ser recriminado, pois apenas Deus conhecia as razões de Sua decisão! Ao padre João Batista, do Oratório, o então governador mostrava-se também bastante consciente de que a ruína da capital fora determinada por desígnios supremos. Uma boa reconstrução da cidade se encarregaria de restituir o esplendor da Corte. Mais uma vez, empurravam-se para baixo do tape-te os sentimentos de culpa. Já as epístolas trocadas com os jesuítas José Moreira e Manuel de Campos — segue explicando Miranda⁷⁷³ — deixavam-no menos à vontade. A insistência em compreender a ação do Criador, aliada à esperança de um futuro melhor, veem-se substituídas pelo reconhecimento da infalível justiça celeste e de certo espírito de ⁷⁷² Idem, *ibidem*, p. 264

773 Idem, ibidem.

281

contrição. Ao tom arrependido, o missivista tem a precaução de disfar-

çar as “causas” nas quais acreditava a maior parte dos portugueses: “(...) foram pecados de Portugal de muita quantidade de anos, que se pagaram nos poucos minutos que Vossa Reverendíssima me diz...”

Em outra carta, o irmão de Pombal revela que os comentários que variavam de acordo com o interlocutor não eram gratuitos; eles correspondiam, sim, a algo que o incomodava muito: o uso que algumas ordens religiosas davam do terremoto em proveito próprio: “(...) cada uma falava como lhe parecia e acomodava o miserável acontecimento do primeiro de novembro com os seus fins particulares”.⁷⁷⁴

Um dos que, discordando do cenário providencialista acima descrito, procuraram tratar os terremotos como fenômenos naturais foi Miguel Tibério Pedegache. Árcade, defensor apaixonado da Congregação do Oratório, dizia dela ser “um corpo ilustre de literatos, onde flores-ciam as ciências e a sabedoria”.⁷⁷⁵ Seria ele filho da famosa Pedegache, bruxa bela e possuidora do dom de ver através dos corpos de homens e feras?⁷⁷⁶ Sua descrição, tal como as adivinhas maternas, era objetiva e clara, mencionando, por exemplo, o estado do tempo e da temperatura: “Estando o barômetro em 27 pulgadas, 7 linhas, e o termômetro de Monsenhor de Réaumur em 14 graus acima do gelo, sereno o tempo e pura a atmosfera, tremeu a terra com três impulsos”. Por diversas vezes afirma ter “observado” as manifestações de inquietação dos animais —

cães uivavam e cavalos roncavam —, a turvação das águas dos rios, o ruído subterrâneo que precedeu o sismo, “rabanadas de vento pela manhã” e outros indicativos do fenômeno. Pedegache apontava como a principal causa do desabamento dos edifícios os abalos, “em sentidos contrários e opostos”, além da má qualidade da construção. Afirma acompanhar as teorias de Buffon sobre a terra, distinguindo os terremotos causados pela ação de fogos subterrâneos e explosão de vulcões daqueles cuja origem estaria na liberação de gases sulfurosos: Se em uma profundidade considerável como a de dois mil palmos, por exemplo, se acharem matérias sulfúreas e nitrosas, e que pela fer-⁷⁷⁴ Tiago dos Reis Miranda, *op. cit.*, p. 265.

775 J. S. Silva Dias. “Portugal e a cultura europeia”, *op. cit.*, p. 363.

776 Quem menciona a personagem é Charles Frédéric de Merveilleux nas suas memórias instrutivas sobre Portugal. In: *O Portugal de D. João V*, *op. cit.*, p. 160.

282

mentação produzida pela filtração das águas, ou por algumas outras causas venham a se inflamarem, essas matérias, não se achando dispostas regularmente por camadas horizontais, como se acham sempre as maté-

rias antigas que foram formadas pelas fezes das águas e acham-se nas fendas e aberturas perpendiculares, nas cavernas juntas ao pé destas fendas e em outras partes onde as águas podem penetrar. Estas matérias inflamando-se hão de produzir uma grande quantidade de ar, do qual o elastério comprimido em um pequeno espaço, como é uma caverna, não só há de abalar o terreno superior, mas há de buscar saída por onde possa escapar e pôr-se em liberdade.

Os caminhos que se apresentam são as cavernas e as fendas, e as aberturas formadas pelas águas, ou regatos subterrâneos. O ar rareficado se precipitara com violência em todas essas passagens que encontra abertas e formara um vento furioso nestas estradas subterrâneas. O eco e o estrondo penetraram e se ouvira na superfície da terra e precedera ao abalo e aos impulsos. Este vento subterrâneo produzido pelo fogo se há de estender enquanto achar cavidades, aberturas subterrâneas... ainda que alguém queira negar haja, com efeito, estradas subterrâneas, pelas quais o ar e estes vapores subterrâneos possam passar, não há ninguém que não conceda que, no lugar mesmo onde se faz a primeira explosão, o terreno estando levantado a uma altura considerável, é necessário que o lugar que se acha vizinho de outro se divida e se abra horizontalmente para seguir o movimento do primeiro...⁷⁷⁷

Entendia, também, que os vários abalos que haviam antecedido o do dia 1º de novembro comprovavam que Lisboa encontrava-se em terreno mineralogicamente favorável à coisa, somado aos “banhos quentes” e “águas minerais”.⁷⁷⁸ Apesar dos argumentos racionais, concluía, desacorçoado: “quando os males são excessivos, só os sente a alma”.⁷⁷⁹

Sublinhando, igualmente, a natureza do fato, Bento Morganti diagnosticava:

777 Miguel Tibério Pedegache. *Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa e todo o Portugal no 1o de novembro de 1755 com algumas observações curiosas e explicações por suas causas.*

Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1756, pp. 1-23; especialmente pp. 7-8.

778 Idem, ibidem, p. 16.

779 Idem, ibidem, p. 23.

283

Nenhuma outra coisa é o terremoto mais que a irrupção violenta do ar e fogo do centro para a circunferência movida por partículas ou agentes contrários que pugnando entre si põem em exercício toda a virtude e força natural do fogo; e quanto a mim cuido ser esta a definição mais sucinta e quase a mais certa que se pode dar ao terremoto, despre-zando a superfluidade de termos mais pomposos, com que os filósofos costumam revestir pela maior parte as suas definições. Segundo este sistema entendo que não erro se disser que o presente terremoto não foi produzido pelo ar, ou água, mas sim pelo fogo.⁷⁸⁰

Apoiado no jesuíta Athanasius Kircher, da “esclarecida Companhia de Jesus”, e na sua “incomparável obra”, o *Mundo subterrâ-*

neo, sublinhava a importância de conhecer as “ocultas operações da natureza dentro das entranhas da terra, abrindo os olhos a uma coisa tão importante”.⁷⁸¹ Seu interesse pelo “globo que habitamos” era, contudo, profundamente marcado pelo sentimento de que Deus, e apenas Ele, era capaz de administrá-lo: “devemos todos pedir a Deus, Nosso Senhor, que coíba e detenha nas suas causas naturais e semelhantes efeitos demonstrativos de sua ira”⁷⁸², além de insistir em algumas “cousas” ou “gênero de milagre”, que teriam mostrado a poderosa proteção de Maria Santíssima sobre a cidade.⁷⁸³ Sua imagem, preservada durante o cataclismo, lembrava-lhe simultaneamente a distância entre o Céu e as criaturas imperfeitas na Terra, bem como a mediação de que a mãe do Cristo era capaz em favor dos lisboetas pecadores.

Um outro autor, Veríssimo Antonio Moreira de Mendonça, com as mesmas razões empíricas, diagnostica o terremoto como uma “epilepsia da terra”. Também para ele a causa era o fogo subterrâneo, ou melhor, os “abismos de fogo”, sendo a dilatação do ar comprimido a causa instrumental e mais frequente

dos abalos nas regiões onde houvesse abundância de “betume, enxofre e nitro”⁷⁸⁴; tais fogos subterrâ-

780 *Carta de um amigo para outro em que dá sucinta notícia dos efeitos do terremoto sucedido em o primeiro de novembro de 1755, com os princípios para se conhecer a origem, e causa natural de semelhantes fenômenos terrestres*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1756, pp. 3-16; p. 6.

781 Idem, ibidem, p. 8.

782 Idem, ibidem, p. 9.

783 Idem, ibidem, p. 5.

784 Veríssimo Antonio Moreira de Mendonça. *Dissertação filosófica sobre o terremoto de Portugal no 1o de novembro de 1755*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, 1756, pp. 3-16; p. 12.

284

neos insinuavam-se nas veias dos minerais, vias que funcionavam como verdadeiras mechas. No centro da terra, os amplos espaços davam lugar a tempestades com raios e trovões, provenientes da exala-

ção e fermentação de betumes.

Como Agrícola, Mendonça acreditava, ainda, que “é sem dúvida no centro da Terra que há o fogo do Inferno do qual tantas vezes nos fala a Escritura Sagrada. E ainda que este fogo seja destinado para o tormento das almas dos condenados, e eterna satisfação das Divinas ofensas, sempre é verdadeiro fogo e da mesma natureza que o elementar; bem que pela matéria sulfúrea e betuminosa seja mais denso e abrasador. Dizem os teólogos que assim como Deus por uma virtude, a que chamam obediencial, eleva a água batismal à produção da Graça, para que naturalmente era ineficaz; assim pela mesma virtude obediencial leva o fogo do interior da Terra, ou do Inferno, para que este possa, igualmente como os corpos, atormentar as almas”. Sua lógica: “Se a água batismal, ninguém duvida ser verdadeira água, também se não deve negar ser o fogo do Inferno, verdadeiro fogo”.⁷⁸⁵ A lição fechava o texto: o terremoto e o incêndio que o seguiu deviam servir de “moral reforma” aos portugueses.

Os minerais e matérias betuminosas, bem como as teorias de Kircher, explicavam o sismo para o autor da *Relação do grande terremoto que houve na praça de Mazagão*.⁷⁸⁶ Os portugueses não estavam muito distantes da opinião do francês Rapin, como já dissemos, morador em Lisboa à época do sismo. Segundo ele, as profundezas da terra só estariam visíveis para o olho de Deus; contudo, o fogo e o ar encarcerados em subterrâneos eram capazes de provocar tempestades intestinas, pro-dutoras de trovões, o que explicava o ruído que se ouvia, somados à matéria betuminosa e ao gás das águas minerais quentes que acabavam por explodir. A saída era a formação natural de chaminés ou de vulcões. Embora não fosse daqueles que julgavam ter, por vaidade humana, voz ativa ou passiva no Conselho do Eterno, Rapin entendia que Deus enviava calamidades aos homens para que esses se recordassem de Sua Existência. Suas explicações encontravam um bom equilíbrio ⁷⁸⁵ Idem, ibidem, p. 8.

⁷⁸⁶ *Relação do grande terremoto que houve na praça de Mazagão em o 1 de novembro de 1755*. Referem-se os seus efeitos e ruínas. Lisboa, 1756.

285

entre as razões científicas, já bem difundidas na França, e as providencialistas. Entre Fontenelle, a quem acusa de brincar com coisas sérias, e Cyrano de Bergerac, a quem cita como dado a imaginações, Rapin pre-fere o bom senso de Locke, homem, como ele, temente a Deus.

No texto *Juízo sobre o terremoto* afirmava-se, em contrário, que sendo a Terra estável (...) e sendo a sua imobilidade sustentada por aquela onipotente ideia com que se edificaram os imensuráveis espaços de toda a sua redondeza, grande delírio é este dos que se chamam sábios em dar às causas naturais os abalos da Terra, se só quem a fez com um aceno a pode mover com uma palavra.⁷⁸⁷

Foi certamente o trabalho de Joaquim Moreira de Mendonça, *História universal dos terremotos que tem havido no mundo (...) com uma narração individual do terremoto do 1o de novembro de 1755 (...) e uma dissertação física sobre as causas gerais dos terremotos; seus efeitos, diferenças e prognósticos*, o que trouxe mais luz à questão. Apresentando os sismos como fatos regulares e naturais, o autor faz uma história dos maiores deles, desde a Antiguidade, demonstrando que muitos sábios tentaram entender sua lógica. Duas consequências deveriam decorrer de seu melhor conhecimento: a construção mais sólida de habitações e o preparo constante das consciências, para o caso de

morte imprevista.

A referência a esses fenômenos já ocorridos tornava-os comuns, o que consolava os habitantes de Lisboa, reforçando, ao mesmo tempo, as teses naturalistas. Na parte sobre a *Dissertação física*, Mendonça expunha as opiniões de antigos e modernos, comentando as várias interpreta-

ções. Ele, contudo, não consegue escapar do viés teológico: Deus onipotente criara o Universo regido por leis que o conhecimento humano não lograria alcançar. Ele deu, todavia, ao homem a possibilidade de refletir sobre o conhecimento do mundo. Apoiado em autores como Winston, Leibniz, Kircher, José Alvarez da Silva, J. A da Costa Andrade e outros, Mendonça considera refutável a ideia de que o fogo subterrâneo latente seja a causa dos terremotos, explicando que “o movimento rapidíssimo do éter causa todas as produções e fenômenos da natureza”, “pelo que deixo bem estabelecido o meu sistema da causa dos terremotos nas 787 Francisco de Pina Melo. *Juízo sobre o terremoto*. Coimbra: Oficina de Antonio Simões Ferreira, 1756, p. 2.

286

fermentações das quais procede o fogo, e deste a rarefação do ar, da água que causa tão prodigiosos efeitos”.⁷⁸⁸ Segundo ele, Lisboa tinha ruído devido à sua localização costeira, em terreno sujeito a abalos. As regiões da Extremadura, Algarve, Andaluzia, Granada e Valença eram para ele as mais sujeitas a sismos, e a presença de fontes de águas minerais indicava a prova de diferentes minerais no subsolo. Outra razão teriam sido as grandes amplitudes térmicas dos anos 1753 e 1754 e o calor desusado sentido em fins de outubro de 1755. As nuvens de vapor amarelo, o cheiro de enxofre, a alteração das águas do mar foram “sinais da grande fermentação que se efetuava no interior da terra”. A mais grave consequência foram a derrocada de edifícios e as mortes por esmagamento. Deus só fora responsável por o desastre não ter sido maior.

Não faltou ainda quem dissesse que “para temermos a Deus não é necessário que nos vexem os terremotos, porque há mortes repentinas procedidas de outras causas, que todas fazem horror à natureza, e desengano das consciências”.⁷⁸⁹

Antonio Nunes Ribeiro Sanchez, um dos autores portugueses que provavelmente “avançava mascarado”, preferiu editar suas *Considerações sobre os terremotos em Paris*.⁷⁹⁰ Citando o “insigne filósofo e astrônomo Isaac Newton”, o autor

coloca seu texto a serviço dos que querem entender sismos, trovões e tempestades como notáveis movimentos da natureza e não como castigo do Céu. Mais: ler suas explicações suaviza-ria o ânimo do leitor, “porque é certo que sentimos um interior contentamento em estar fora da aflição”. Inspirado nos avanços da química e nas experiências desenvolvidas na Academia de Ciências pelo farmacêutico Nicolas Lémery, Sanchez, sem muita imaginação, joga água no moinho do debate: terremotos, relâmpagos, trovões e vulcões procederiam das mesmas causas. Os materiais sulfurosos e betuminosos encarcerados no ventre da terra, quando agitados por ventos ou pressionados, busca-788 Joaquim José Moreira de Mendonça. *História Universal dos terremotos...* Lisboa: Oficina de Antonio Vieira da Silva, 1758, p. 170.

789 Antonio dos Remédios. *Resposta à carta de José de Oliveira Trovão e Souza em que se dá notícia do lamentável sucesso de Lisboa*. Lisboa: Oficina de Domingos Rodrigues, s./d, p. 14.

790 *Considerações sobre os terremotos. Com a notícia dos mais consideráveis de que faz menção a História e deste último que se sentiu na Europa no 1o de novembro de 1755*. Em Paris e se vende em Lisboa em casa de Bonardée e Du Beaux, mercadores de livros, 1756.

287

vam saídas para se dissiparem na atmosfera. Ao fazê-lo, geravam roda-moinhos, tempestades, agitavam correntes e levantavam a terra.

Outro adepto das doutrinas de Lémery foi Feliciano da Cunha França.⁷⁹¹ O experimento do francês que enterrou uma pasta de limalha de ferro e enxofre com água, observando a seguir a terra abrir-se em fendas que exalavam enxofre e chamas, explicava bem o potencial de certos materiais combustíveis no interior da terra. Tudo isso não lembra contudo ao leitor o experimento do *Physicus Londinensis*? Só não sabemos quem chegou primeiro ao explosivo composto. O assunto era por demais complicado, e houvesse desculpas pelo que não se pudesse esclarecer: Tendo concluído o que podia dizer nesta matéria que em si é tão dificultosa e escura que todos que nela têm escrito têm andado como eu, às apalpadinhas. Se no que puder não acerto, não está da minha parte. Tudo no mundo são disputas.⁷⁹²

Soluções para o problema dos terremotos? Raras. Pedro (ou seria Pierre?)

Gendron fez imprimir, em 1756, em Paris, um livro escrito em

“idioma lusitano”, dedicado ao duque de Lafões, onde são propostas algumas soluções: quando quisessem edificar vilas ou cidades em locais considerados afeitos a terremotos, que se escolhesse o terreno mais

“ligeiro, mais esponjoso de areal e o mais igual, e donde crescessem árvores para fundá-los”; “que estas se deviam plantar em todas as pra-

ças, adros e passeios depois de edificadas porque servem as árvores, principalmente os pinheiros e os olmos, a bombear e chupar da terra, como tantas esponjas, os vapores e exalações” capazes de detonar sismos represados.⁷⁹³

Trabalhando num conjunto de folhetos de cordel pertencentes à Universidade de Los Angeles, Califórnia, Eduardo Mayone Dias⁷⁹⁴

observou a preeminência do caráter providencialista nas explicações para o sismo. Escritas em 1755, publicadas no ano seguinte, foram tex-⁷⁹¹ *Extensão do ditame ou parecer do reverendíssimo p. mestre frei Bento Feijó do conselho de Sua Majestade católica acerca das causas dos terremotos*. Lisboa: Oficina José da Costa Coimbra, 1757.

⁷⁹² Idem, *ibidem*, p. 66.

⁷⁹³ Idem, *ibidem*, p. 17.

⁷⁹⁴ Eduardo Mayone Dias. “O terremoto de 1755 numa coletânea de literatura de cordel”. In: Maria Helena Carvalho dos Santos (org.). *Pombal revisitado, op. cit.*, vol. 2, pp. 179-187.

288

tos concebidos sob o impacto imediato dos fatos. De 15 folhetos, seis têm caráter poético, um contém uma glosa e um soneto, em 14 oitavas, além de dois outros sonetos; outro um romance heroico mais duas décimas e um soneto; outro uma longa “descrição antilógica” em versos emparelhados; outro um romance heroico, e finalmente um último é constituído por uma silva. Cinco contêm prosa e os outros dois são constituídos respectivamente por uma carta e um relato em prosa, mas rematados ambos por sonetos. Quatro são anônimos. Pelo estilo, Dias

os qualifica como religiosos, um deles presumivelmente jesuíta. O assinado por MTP é de autoria do já citado Miguel Pedegache. Dos autores identificados, sete parecem leigos, ainda que um fosse familiar do Santo Ofício. Outro, Francisco de Pina e Melo, identificava-se como moço fidalgo da casa de Sua Majestade e membro da Academia Real de História. Seria o bucólico poeta conhecido como o “Corvo do Mondego”, que viveu entre 1695 e 1773 e que foi ridicularizado por Cruz e Silva e outros árcades. Sempre esteve ao lado dos jesuítas.⁷⁹⁵ Os outros autores laicos, segundo o mesmo autor, não transcenderam a relativa obscuridade. Félix da Silva Freire, o familiar do Santo Ofício, natural de Santarém, compôs, sobretudo, poesia circunstancial.⁷⁹⁶ João Xavier de Matos, autor de *Ruínas*, com várias edições, assim como de elegias e éclogas, frequentador de outeiros, mercadejava poemas. Miguel Carvalho de Macedo Malafaia, nascido em Lisboa, dedicou-se também à poesia de circunstância. Antonio da Silva Figueiredo identifica-se como membro da Academia dos Escolhidos da Corte. Dois autores são religiosos: frei Francisco Antonio de S. José, franciscano, e o padre Antonio Pereira, oratoriano e latinista de certo renome. As várias publicações são marcadas pela erudição, certos fumos eclesiásticos e o empolamento estilístico.

Segundo o autor, as preocupações moralísticas parecem predominar na intencionalidade das obras.⁷⁹⁷ Os autores ecoam a pergunta que ⁷⁹⁵ J. S. Silva Dias. “Portugal e a cultura europeia”, *op. cit.*, p. 422.

⁷⁹⁴ *Sua Silva que um coração penitente tece capelas estimulado da inspiração do terremoto que no sempre memorável dia de Todos os Santos d’era de 1755 ocasionou irreparáveis danos em toda a Lusitânia*. Lisboa: Oficina de Manoel Andrade, 1756, pp. 3-29; menciona à página 21 as misérias dos filhos de Inácio de Loyola, “humilhados e abatidos”, prenúncio dos maus tempos para os jesuítas.

⁷⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 183.

289

estava em todas as bocas: por quê? As tentativas de explicação refletem a ambiguidade entre naturalismo e providencialismo. Mas a última esmaga as primeiras. Dos 12 folhetos que tratam da catástrofe, nove atribuem-na ao castigo pelas iniquidades da cidade, dois debitam-na a causas naturais e um reflete perplexidade quanto à sua origem. A noção de que Deus enviara o sismo em

retaliação aos excessos cometidos em Lisboa, incluindo os ocorridos em templos, revela-se recorrente. José Moreira de Azevedo abre seu *Desterro da iniquidade e muito necessária consideração sobre o espantoso terremoto com que a Divina Justiça avisou os pecadores* admoestando:

Estala o bronze, abre-se a terra,

Rebenta o penhasco duro,

O rochedo mais seguro

Fugitivo deixa a serra

Oh quanta dureza encerra

Um coração obstinado!

Pois na serra do pecado

Permanece penha dura;

Porque insensível atura

Os golpes de um Deus irado.⁷⁹⁸

No enquadramento do sismo como castigo e impenitência, sur-gem ocasionais perplexidades sobre o cruel destino dado a alguns fiéis.

O padre Antonio Pereira, no seu *Comentário latino e português sobre o terremoto e incêndio de Lisboa...*, menciona o caso da marquesa de Lourical, soterrada por um abalo secundário quando de joelhos dava graças pelo salvamento de sua filha pequena, que veio a falecer depois. De igual modo Antonio dos Remédios menciona caso idêntico na sua *Resposta* à carta de José de Oliveira Trovão e Souza:

Que coisa mais lastimosa e admirável, que ver um homem sair das casas onde habitava, fugindo das ruínas que sobre ele se precipitavam em companhia de outros e estes porem-se seguros, mas o triste estacou de forma no meio da rua, que posto de joelhos com os olhos fixos no ⁷⁹⁸ Idem, ibidem, p. 184.

céu, sem mover as pestanas, esperou sem acordo outras ruínas que sobre ele vieram e o sepultaram vivo.⁷⁹⁹

Também Antonio da Silva Figueiredo, da Academia dos Escolhidos da Corte, na sua *Descrição antilógica física e moral do terremoto...*, alu-de ao fato de o sismo ser registrado precisamente no dia sagrado de Todos os Santos:

Já não nos valem tantos Advogados

Que humildes, reverentes e prostrados

Ou já fosse no ardor dos valimentos

Ou empenhados em seus merecimentos

Pediriam a Deus que se abrandasse

E que esse abismo a terra não tragasse

Mas quando a bondade a culpa incita

Não valem rogos, porque Deus se irrita.⁸⁰⁰

Já a forma através da qual o dito Corvo do Mondego expressava suas opiniões deixaram-no em maus lençóis. Uma temporada em Paris fizera-o adotar a metrificação em parelha, então na moda na corte francesa, o que lhe valeu diatribes dos árcades locais. Sua famosa *Pare-nese no terremoto de 1755* suscitou uma pesada troca de farpas com Antonio Dinis de Cruz e Silva.⁸⁰¹ O que incomodava aos seus detrato-res era um problema de forma e não de fundo, o que bem dá o tom das interpretações que suscitou. Quanto às suas explicações sobre o terremoto, essas ficavam longe dos debates iluministas, igualmente em moda na França. Num longo poema publicado em 1756,⁸⁰² Francisco de Pina e Melo, um forte aliado dos jesuítas,⁸⁰³ investia contra as teses copernicanas. “Não disse Deus que tu (Terra) estarias firme e permanente? Não delira Copérnico afirmando contra a sagrada Página 799 Idem, ibidem, p. 186.

⁸⁰⁰ Idem, ibidem, p. 187.

801 Pode-se acompanhar o debate através da *Carta anatômica que escreve um amigo do Porto a outro de Coimbra, em que se faz juízo da Carta que saiu dando notícia do terremoto de Lisboa e de crises feitas à Parenesis do Pina*. Coimbra: Oficina de Antonio Simões Ferreira, impressor da Universidade, 1756.

802 *Ao terremoto do Primeiro de Novembro de 1755*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1756.

803 E por isso mesmo passa uma temporada na prisão da Portagem, por ordem de Pombal, quando da expulsão da Companhia de Jesus.

291

que, errando, andavas pelas etéreas redondezas, sem atender à lei da Natureza? Fingindo, lá na sua fantasia, que o sol estava, e a terra se movia”, pergunta-se atônito poeta que cria que a Terra, “portentosa má-

quina do mundo”, era coisa “imóvel e constante no mais fundo dos imensos espaços”. Contra as causas “materiais” dos terremotos, tais como as elencadas por Anaximenes ou Demócrito — o sismo seria uma “força subterrânea que se choca com um vapor furioso que a sufoca”, — Pina e Melo invoca “motivo mais oculto”: “a cólera divina” irri-tada, fulmina!

Fazendo coro aos providencialistas portugueses, Laurent Etienne Rondet,⁸⁰⁴ jansenista francês, publicava a sua *Reflexão sobre o desastre de Lisboa e sobre outros fenômenos que acompanharam este desastre*. O texto não deixava dúvidas: “É Deus que faz tremer a terra; os tremores são signos de sua cólera”. Mesmo quando justos morrem junto com pecadores é a Sua vontade que se faz. Tanto piores são tais desastres, tão maior é a cóle-ra do Senhor. São advertências do alto. Rondet, homem da Companhia, defendia, como o fazia Malagrida, os aspectos proféticos do sismo. Signos ocultos por trás de cada fenda que cortava a terra tinham que ser decifra-dos. “Por um lado”, diz Rondet, “descobrimos, nesse fenômeno, os símbolos com os quais os profetas anunciaram a vingança do Senhor. Por outro, reconhecemos os signos que Ele escolheu para fazer sua vingan-

ça”. Que signos seriam esses? Deus destruíra Lisboa com um terremoto que arrasou parte da África e fora sentido na Escandinávia e na América durante dez meses seguidos. Da mesma forma Cristo anunciara aos judeus fome, pestes, guerras, terremotos e a ruína de Jerusalém. Era, como registrou Mateus, “o

começo das dores”. Logo, o sismo de Lisboa não podia ser outra coisa que o início dos sofrimentos que se abateriam sobre a Europa: *INITII UM DOLORUM HAEC*. Mas também, acrescentava o jansenista, “no estilo dos profetas, os tremores de terra são um símbolo (de tremores) dos povos. E um dos emblemas com os quais São João descreve a revolução anunciada na abertura do sexto selo, quer dizer, a sexta idade antes da conversão dos judeus”. E citando o evangelista: “ao abrir o sexto selo, seguiu-se um grande tremor de terra, *ET ECCE TERRE-*804 Laurent Etienne Rondet. *Réflexions sur le désastre de Lisbonne et sur autres phénomènes qui ont accompagné ou suivi ce désastre. En Europe, aux dépens de la Compagnie*, 1756.

292

MOTUS MAGNUS FACTUS EST, o sol escureceu, a lua cobriu-se de sangue e as estrelas caíram...”805

Sempre num tom apocalíptico, Rondet procura comparações nos textos sacros, notadamente a Bíblia, para justificar o que acontecera em Lisboa. As águas do Tejo levantaram-se da mesma maneira já descrita por Ezequiel como uma das formas da vingança divina. O anátema espiritual contra os ímpios e incrédulos viria na forma de males tempo-raís. Sua conclusão, em três pontos, era perfunctória: as grandes inquietações eram seguidas de grandes castigos; tais castigos eram prece-didos de signos que os anunciavam; que entre tais signos encontravam-se especialmente, segundo a previsão de Jesus Cristo, os terremotos e os fenômenos do céu: *TERRA MOTUS MAGNI? TERRORESQUE DE COELO*.

Rondet acusava a Igreja de fonte de escândalos morais, corrupção e iniquidades de todo o tipo.⁸⁰⁶ “Abramos os olhos, tentemos ao menos compreender o que nos ameaça”, gemia, desesperado, o jesuíta. Deus preparava sua flechas. Era preciso abrir os olhos e recorrer à misericórdia divina com coração contrito e humilhado.⁸⁰⁷

Um dos aspectos relevantes de seu libelo é que, para Rondet, o castigo infligido à capital portuguesa tinha por finalidade aniquilar os inimigos da fé, cujo lugar primordial, segundo a turvada visão jansenista, era preenchido pelos jesuítas, de que Portugal constituía-se num dos principais baluartes. Já o sismo de 1531 — afirmava Rondet — fora um aviso que Dom João III se obstinara em ignorar ao dar guarida à Companhia. Ela é que estaria na origem dos males que se

*abateram sobre seus descendentes e que teria decretado a perda da independência para a Espanha em 1580. Da mesma forma, o terremoto de 1755 havia tido por alvo os jesuítas e a cidade que generosamente os acolhera. Como prova, apontava um triunfante Rondet, as sete casas que detinham na capital haviam ruído.*⁸⁰⁸

Independentemente do ódio aos membros da Companhia, apanágio do exacerbado protestante, o sentimento de punição é exatamente o que ⁸⁰⁵ *Idem, ibidem, p. 10 e passim.*

⁸⁰⁵ *Idem, ibidem, p. 53.*

⁸⁰⁶ *Idem, ibidem, p. 54.*

⁸⁰⁸ *Isabel Maria Barreira de Campos. O grande terremoto: 1755. Lisboa: Parceria, 1998, p. 461.*

Trata-se de um minucioso estudo das publicações em toda a Europa sobre o acontecimento.

293

*encontramos nas linhas traçadas por José Moreira de Azevedo*⁸⁰⁹ *quando este bate ao peito: “Meu Deus da minha vida, do meu coração (...) a quem tantas vezes tenho ofendido; se até agora no obscuro caminho dos meus delitos andei sem luz por caminhos tão confusos (...) se, menospre-zando ingrato Vosso sangue, fiz lisonja da torpe iniquidade. (...) Já vos procura aquele indigno filho que rebelde a Vossas piedades se moveu à violência de ameaças”. E o pedido insistente de: “Perdoai-me Senhor”;*

*“Façamos pazes, meu Deus”. O diálogo entre os que achavam que Deus castigara era afinadíssimo. Dele fazia parte Tomás Pinto Brandão*⁸¹⁰, *capaz de interpretar numa ventania que antecederia o terremoto os signos do desprazer do Senhor e o alarme de uma catástrofe maior: Homem fiel, cristão, pio e devoto*

Que dizes a tão rápido portento?

Viste na tua vida tanto vento?

Leste no teu moral caso tão roto?

Ao tomar a temperatura emocional dos portugueses depois do sismo, Ana Cristina Araújo⁸¹¹ percebeu que houve um importante número de publicações que reforçavam indiretamente a interpretação providencialista. Eram publicações relativas à proteção de santos no momento de intempéries, catástrofes naturais e morte súbita. Eram orações *Pro tempore terremotus* ou “para trazer a alma aparelhada para bem morrer”.

Segundo ela, multiplicou-se, por exemplo, a impressão de Cédulas mila-

grosíssimas da gloriosa virgem e mártir Santa Águeda, que, salpicadas de água benta, eram afixadas às portas para protegê-las de incêndios. Imprimi-ram-se às centenas imagens de Santo Emídio e Santa Bárbara, advogados contra ar corrupto, tempestades e mortes repentinas, assim como o Breve contra os espíritos malignos composto por Santo Antonio de Lisboa. Várias relações de vidas e milagres desses santos contendo gravuras e orações circularam e foram objeto de reedições, mesmo depois de 1760.

809 José Moreira de Azevedo. *Desterro da iniquidade e muito necessária consideração sobre o espantoso terremoto de Lisboa em 1755*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1756.

810 Tomás Pinto Brandão. *Pinto Renascido, empenado e desempenado: Primeiro voo*. Lisboa ocidental: Oficina de Música, 1732, soneto 13.

811 Ana Cristina Bartolomeu d’Araújo. “Ruínas e morte em Portugal no século XVIII: A propósito do terremoto de 1755”, *op. cit.*, p. 357.

294

As teses providencialistas foram engrossadas, mais além, pelas publicações relativas à vida de São Francisco de Borja, membro da Companhia de Jesus, eleito como patrono contra os terremotos. Apesar de sua fragilidade política, a ordem via assim garantida uma certa supremacia espiritual, o que explica, em parte, a visibilidade de figuras como Malagrida na interpretação do sismo como um castigo de Deus.

O Seguro refúgio contra o açoite dos terremotos — Método para conseguir o eficaz patrocínio de São Francisco de Bórgia, propunha uma meditação para o sétimo dia da semana nos seguintes termos:

*considera as extremas angústias de tantos miseráveis que, talvez no lugar de suas delícias, primeiro se viram sepultados do que mortos, ou mortos de tão imprevisto que não viram a morte, senão quando esta lhes fechou os olhos... acaba de entender que em cada um deles te põe Deus à vista um espelho em que vejas na sua morte a tua morte.*⁸¹²

*A Novena de São Francisco de Borja*⁸¹³, a ser iniciada a cada dia primeiro de outubro, exigia persistentes atos de contrição ao longo de dez dias, conjugados com missas, distribuição de esmolas, orações, ladainhas, mortificações e confissões: “Rogemos a São Francisco de Borja nos livre, por meio de sua intercessão para com Deus, de todos os terremotos e de seus formidáveis efeitos; o que confiadamente esperamos; pois para este fim foi eleito entre tantos outros santos”. *Pragmática novena!*

A mesma autora sublinha que a pedagogia exaltada pelo massa-cre, pelo exemplo da vida dos santos e pelo martírio, o exercício do quo-

*die morior dos santos constituíam-se na pedra de toque de toda uma arquitetura de gestos e representações de uma específica piedade barroca. Moralistas e providencialistas insistiam na exposição da morte como um espetáculo oferecido aos moradores da capital, a fim de que a mesma os fizesse pensar numa estratégia de salvação. Nos seus textos, as razões do terremoto misturavam-se às prédicas escatológicas, revelan-*⁸¹² *Idem, ibidem, p. 359.*

⁸¹³ *Ignacio Ribeiro. Novena de São Francisco de Borja, patrono e protetor contra os terremotos. Coimbra: Oficina de José da Costa, 1757.*

295

do a crispação de uma determinada sensibilidade em face da morte e dos desígnios de Deus.

*Nessa linha, Bernardo Castelo Branco,*⁸¹⁴ *autor em 1706 de um Discurso sacro sobre os terremotos, foi pioneiro. Seu texto é uma mistura de mea culpa e confissão de pecados com representações em torno da aceitação e da compreensão dos significados do terremoto. De qualquer terremoto. Esse é apresentado como um castigo justo que é aplicado diante dos excessos dos fiéis. “Como poderemos fugir quando a vibrante espada da Divina Providência nos ameaça?”.*⁸¹⁵ *Depois do sismo, todos estariam espiritualmente mudados; “do estado do pecado para o do arrependimento; do reino do Demônio para o reino*

do Cristo... do estado de malícia para o de penitência; do estado de culpa para o de Graça”.⁸¹⁶ O

alvo da prelação era, contudo, a salvação da alma: “ainda que depois do terremoto mostremos todos exteriormente tantos e tão devotos sinais de perfeitas contrições, receio que não corresponda adequadamente com estes exteriores o íntimo do coração; pelo que seriam nossas contri-

ções pouco firmes, em muito enfermas, e esta é a principal enfermidade de que devem ser saradas. Suponho em todos, nesta ocasião, um grande temor da morte... temendo nos terremotos uma morte repentina, que nos ache em mau estado, temos um verdadeiro terror de ir padecer as penas e tormentos do inferno”.⁸¹⁷

Seus comentários iluminam e reforçam o que viemos dizendo sobre o terremoto. Ele significava um terrível acerto de contas. Feito sem pré-aviso. Daí ele servir para que o fiel se perguntasse: “Estamos todos verdadeiramente contritos? Tendes o vosso coração verdadeiramente humilhado? ...E não sendo humildes e perfeitas nossas contri-

ções, não serão estas nossas preces, orações e sacrifícios do agrado nem da aceitação de Deus”. A percepção que seus coetâneos tinham do terremoto era exatamente o medo de morrer sem estar preparado. No texto de Castelo Branco, retórica e práticas se complementam:

“A perfeita contrição com verdadeira humildade os podem livrar daqueles castigos, que a mesma justiça Divina nestes terríveis terremo-⁸¹⁴ Discurso sacro sobre os terremotos. Roma: Estamparia de Bernabò, 1706.

⁸¹⁵ *Idem, ibidem, p. 2.*

⁸¹⁶ *Idem, ibidem, p. 3.*

⁸¹⁷ *Idem, ibidem, p. 7.*

296

tos nos ameaça. Uma das coisas em que Deus se mostrou mais terrível, em que mais fez conhecer sua ira e o rigor de sua justiça é em fazer tremer a terra”⁸¹⁸ (...) Não é Deus, a nosso respeito, como o médico que desespera da saúde do

enfermo, mas como o que se mostra com ele mais piedoso, quando para curar as suas enfermidades, usando todo o rigor lhe aplica os remédios necessários ainda que sejam doloríferos, ásperos e violentos. Usa o Divino Médico da violência e aspereza de um castigo tão rigoroso porque o estima como remédio útil para a nossa saúde que é a nossa salvação. Aplica este áspero e ardente cautério para curar as inveteradas feridas e cancerosas chagas de nossas culpas; faz romper as veias da terra e as dos mármore como se fossem as de nossos mesmos corpos, para obviar os nossos delírios; faz motos tão contí-

*nuos e tão violentos para nos despertar de nossos letargos. Em conclusão: usa o médico soberano estes remédios, particularmente para sarar as enfermidades de nossas debilitadas e vacilantes contrições.*⁸¹⁹ *Isso tudo, pois, “é a morte da culpa e do pecado, de que temos tão pouco horror, a verdadeira e mais terrível morte, que só devemos temer”. O*

terremoto era apenas um pretexto, e não o menor deles, para falar do que mais impressionava: a morte sem preparo e sem perdão. O pânico da multidão de lisboetas, fustigando-se e orando pelas ruas, é a resposta mais clara que temos quanto à eficácia desse tipo de prédica.

Na posição oposta, ou pelo menos numa tentativa de conciliação de causas naturais com ditames divinos, aparecem detalhadas explica-

*ções da dinâmica dos sismos. A Nova e fiel relação do terremoto... apresen -
ta uma delas:*

Se a uma profundidade considerável como a dois mil palmos, por exemplo, se acharem matérias sulfúreas e nitrosas, e que pela fermenta-

*ção produzida pela filtração das águas, ou por algumas outras causas venham a se inflamarem, estas matérias, não se achando dispostas regularmente por camadas horizontais, como se acham sempre as matérias nativas, que foram formadas pelas fezes das águas, acham-se nas fendas e, em outras partes, onde as águas podem penetrar. Estas matérias inflamando-se hão de produzir uma grande quantidade de ar, do qual o elas-*⁸¹⁸ *Idem, ibidem, p. 23.*

⁸¹⁹ *Idem, ibidem, p. 27.*

tério comprimido em pequeno espaço, como é uma caverna, não só há de abalar o terreno superior, mas há de buscar saída por onde possa escapar, e pôr-se em liberdade.

Os caminhos que se apresentam são as cavernas e fendas, ou aberturas formadas pelas águas e pelos regatos subterrâneos. O ar rarefeito se precipita com violência em todas estas passagens, que encontra abertas, e formará um vento furioso nestas estradas subterrâneas; o eco, e o estrondo penetrará, e se ouvirá na superfície da terra, e precederá ao abalo e aos impulsos.⁸²⁰

No debate entre uma e outra facção, o Cavaleiro de Oliveira⁸²¹

esgrimia com o oratoriano padre Antonio Pereira acusando-o de frivolidade na análise do sismo. Escrito em português, alegava o Cavaleiro, os erros teriam passado despercebidos “aos sábios que não conhecem essa língua”. Mas em latim! Pereira teria cometido equívocos abissais e indesculpáveis: “as reflexões carolas, o estilo negligente, a dicção pouco elegante, a composição maldigerida”, e, pior, a proposição inexata. Chamando-o, sem cerimônias, de “meu reverendo”, o Cavaleiro o acusava de desconhecer a história Antiga ou Moderna para poder afirmar que o sismo de Lisboa fora o pior do mundo. E Lima, no Peru? A ignorância dos portugueses, dizia o Cavaleiro, lhe era familiar, mas ela decorria do espesso véu imposto pela Igreja. E não era esse o maior problema: Tenho, ainda, outra recriminação a vos fazer, Monsieur, é que vossa relação é das mais incompletas e superficiais. Nós gostaríamos muito de saber, por exemplo, quais igrejas e quais palácios foram arruinados pelo terremoto ou reduzidos a cinzas pelo incêndio. Mas em quase toda a parte vós preferíeis seguir o mau método de não contar que uma parte do todo (...); (— e fulminava —) o primeiro dever de um historiador é, Monsieur, de jamais alterar a verdade dos fatos, sob qualquer pretexto que seja; nada é mais condenável do que diminuir ou aumentar as circunstâncias... Tive, reverendo padre, a paciência de ler (o texto), três vezes seguidas, e não poderíeis imaginar o quanto essa leitura causou-me tédio.⁸²²

⁸²⁰ M. T. Pedegache, *op. cit.*

⁸²¹ *Suite du discours pathétique ou réponse aux murmures que cet écrit a attiré à Lisbonne. Londres: J.*

Haberkorn, 1757, pp. 19-23. Tradução minha.

822 *Idem, ibidem, p. 22.*

298

Antonio dos Remédios, na sua Resposta à carta de José de Oliveira Trovão e Souza, revelava uma atitude mais objetiva. Depois de criticar algumas impressões de Trovão e Souza, acabava por não se decidir:

*”Enfim, amigo, até aqui só Deus sabe o motivo por que desembainhou a espada sobre Lisboa”. Pombal, por seu turno, sabedor de que tinha que dar uma explicação aos aliados europeus, faz publicar a *Rélation historique du tremblement de terre survenu a Lisbonne...* 823 précédé d’un discours politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur e, o mais incrível do título desse texto: *Dans lequel l’auteur développe les moyens que l’Angleterre avoit mis jusque-là en usage pour ruiner cette Monarchie.* 824 Nele, dissecava sobre as causas dos desastres, não sísmicos, mas econômicos: — a Inglaterra tinha dado um golpe mortal a essa monarquia, fazendo-a perder de vista sua agricultura e indústria 825*

— e sobre a necessidade de recompensar as ciências para que essas, e não a religião, dessem respostas aos homens.

Na linha de apoio à governança pombalina, via-se o franciscano Antonio de São José defendendo, no seu Discurso moral sobre os temores, 826 que cabia aos pregadores persuadir e não aterrorizar: Esta é a razão que me obriga a formar este breve discurso para des-terror dos corações humanos o temor pânico e desordenado com que vivem uma vida penosa, arrastada e infrutífera. Depois que sucedeu este espantoso fenómeno do terremoto do dia memorável de Todos os Santos (...) tem inventado a voz do vulgo, e ainda a dos homens que têm obriga-

*ção de saber as verdades católicas, tantos rumores e falsidades que têm posto a gente ainda séria, em temor desordenado, que nada conduz para o bem espiritual e emenda das vidas; e uns dizem que há de haver em tal e tal dia um tremor maior que o primeiro; outros intentam persuadir que há de crescer o mar e que há de alagar e subverter tantas e tantas léguas 823 *Rélation historique du tremblement de terre survenu à Lisbonne le premier novembre de 1755. Avec un détail contenant la perte en hommes, églises, couvents, palais, maisons, diamants, meubles, marchandises etc. Précédé d’un discours politique sur les**

avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur. Dans lequel l’auteur développe les moyens que l’Angleterre avoit mis jusque-là en usage pour ruiner cette Monarchie, à la Haye, chez Philanthrope, à la Vérité, 1756.

824 Na BNRJ, sessão de manuscritos sob a cota I — 12,1,14.

825 *Idem, ibidem, p. 182.*

826 *Francisco Antonio de São José. Discurso moral sobre os temores que causou o terremoto na gente de Lisboa composto pelo P M Fr. Lisboa: Oficina de José da Costa Coimbra, 1756. pp. 3-7.*

299

de terra; outros querem capacitar que há de chegar o sol a tal auge de calor, que abra-se os campos e frutos; e finalmente, tudo são ameaças, tudo receios e profecias de servos de Deus, em cartas vindas de Roma e outras semelhantes razões que lhes dita a sua fingida ideia. Suposto isto, quero agora convencer com a razão destas quimeras; e ver se podemos conseguir tranquilidade e paz que Deus quer em nós e que veio trazer ao mundo.⁸²⁷

A preocupação dos missionários, certamente incentivados por Pombal, era diminuir o efeito dos “rumores e falsidades” com que Malagrida incendiava Lisboa. “Não por certo, não se entenda que hão de vir a Lisboa mais rigorosas calamidades, que Deus tem entranha de piedade, é benigníssimo, e liberalíssimo, não quer a morte do pecador”.⁸²⁸

De fato. Deus estaria bem longe de tudo o quanto Pombal armaria para liquidar com o velho pregador e profeta.

Não satisfeito, frei Francisco Antonio redigiu um choroso Canto fúnebre, 829 no qual oferecia ao “Redentor do Mundo” os “impulsos de mágoa de um coração consternado”. Entre os vários versos em que canta as ruínas da cidade, a questão do profetismo coloca-se de maneira ambígua:

Ah Lisboa, Lisboa, que obstinada

Ousavas desprezar os pregadores

A voz de Deus nos templos era baldada

Par os que se ostentavam superiores

Gente devota e a Deus menos alicada

E que ouvia evangélicos clamores

Os demais por nobreza, ou por doutrina

*Tinham por voz do povo a voz divina.*⁸³⁰

Poeta e religioso, professor em Goa, de onde regressa em companhia do marquês de Távora, antigo vice-rei, frei Francisco compromete-se na 827 *Idem, ibidem, p. 2.*

828 *Idem, ibidem, p. 6.*

829 *Canto fúnebre ou lamentação harmônica na infeliz destruição da famosa cidade de Lisboa, metrópole de Portugal pelo espantoso e nunca visto terremoto que padeceu no primeiro de novembro do ano de 1775, sempre memorável por tão estranho e ruidoso sucesso. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1756, pp. 3-34.*

830 *Idem, canto LXXVIII, p. 26.*

300

defesa de uma ideia, inteiramente oposta ao campo no qual se encontrava seu protetor, até então. Távora, anos depois do terremoto, foi julgado e condenado numa manobra radical de Pombal contra a velha aristocracia portuguesa. Qual a posição do franciscano nesse momento, não conseguimos adivinhar; mas dá para inferir que as disputas entre jesuítas e franciscanos faziam por aí as suas baixas. Do lado contrário, encontramos outro tipo de interpretação, útil, todavia, para percebermos as distensões, no seio da própria Igreja católica, sobre a questão.

*Francisco de Santo Alberto, vítima e espectador dos desdobramentos do terremoto em Setúbal, defendia dois tipos de “causas” para os sismos:*⁸³¹ *as naturais e as morais.*

As primeiras, no entender do desconfiado clérigo, dependiam basicamente do

“talento que Deus dava a cada um” para desenvolvê-

las. Entre os que possuíam tais luzes, havia os que defendiam a tese de que o terremoto era um entupimento ou “desigual pulsação” das “arté-

rias e meatos da terra”. Havia os peripatéticos que criam nas exalações internas à procura de uma saída. Thales de Mileto, outro feliz possuidor de talentos, acreditava que a terra repousava sobre um imenso berço aquático. Todo o “côncavo“, ou interior, abrigava “esse nevado elemento”. Ora, o terremoto não passava de uma “ebulição e inquietação dessas águas que alteradas em procelosas tempestades faziam sensíveis as suas iras nos terremotos”. Demócrito já trazia outra interpretação: eram águas que, caindo do firmamento em chuva, comunicavam-se pelos poros à terra e agitadas pelo ar faziam uma força tão extraordinária que a faziam estremecer”.⁸³²

Mais importante, contudo, eram as causas morais, e ele se pergunta: o que quisera saber é se “seriam algumas destas causas assinadas pelos filósofos” as que teriam destruído Lisboa? “Digo que não”; e explicava: “porque ainda que como filósofo afirmo e siga que há terremotos procedidos de causas naturais, não me posso capacitar que um terremoto tão dilatado, extenso e quase geral como este nascesse preci-⁸³¹ Estragos do terremoto; Vaticínio de Felicidades. Sobre os habitantes da nobilíssima vila de Setúbal na justificada aflição em que se viram no primeiro de novembro. Lisboa: Oficina junto a São Bento de Xabregas, 1757.

⁸³² Idem, *ibidem*, p. 4.

301

samente de causas naturais. Quando os filósofos afirmam que há terremotos naturais, são terremotos particulares neste ou naquele lugar, nesta ou naquela cidade, em uma ou outra província; mas em um reino todo como foi no de Portugal e Algarves, e não só nestes mas em Castela, na África, em muitas partes da Europa e em todas as partes ao mesmo tempo e mesma hora, confesso que não me posso capacitar a que deixasse de ser sobrenatural por milagre, senão enquanto Deus como autor sobrenatural se valeu destas causas segundas para satisfa-

ção de sua justiça ofendida”.⁸³³ E admoestava os que quisessem chamá-

lo de “ignorante”, pois ele estaria na companhia de “muitos doutores graves”, entre os quais o papa Gregório.

*Examinando tais debates, é importante não esquecer que, como já admoestara Normam Hampson, não é possível considerar os avanços científicos na Europa num quadro de isenção científica.⁸³⁴ Tal ideia não seria mais do que um anacronismo. Isso porque todos, ou quase todos, os astrônomos eram homens sinceramente religiosos e convencidos de que suas descobertas glorificavam a Deus, sublinhando a grandeza indubitável de sua Criação. Galileu tentara conciliar ciência e revelação, e Newton consagrara anos de sua vida aos estudos bíblicos. As descobertas das várias ciências, do céu ou da terra, mais pareciam reforçar a fé religiosa, revelando novos princípios de ordem nos fenômenos naturais, sugerindo a presença de um arquiteto divino dotado de virtuosidade infinita. Ao estudar os fósseis marinhos descobertos nos Alpes, Gilbert Burnett, por exemplo, confirmava a ocorrência do Dilúvio. A extraordinária combinação do que nos parece verdadeiro ou falso e que era, nessa época, tudo o que um homem inteligente deveria entender é bem ilustrada no livro de John Swan, *Speculum mundi*, publicado em 1635. Swan denunciava aí as predições do fim do mundo como malu-quices devidas à imaginação transbordante de alguns homens; mas podia, igualmente, datar seriamente a criação do mundo num dia 26 ou 27 de outubro! Acreditava na existência do unicórnio e dos tritões, mas discordava daquela da fênix. A razão? Noé não teria embarcado em sua* ⁸³³ *Idem, ibidem, p. 6.*

⁸³⁴ Normam Hampson. *Le siècle des Lumières*. Paris: Seuil, 1972; especialmente o primeiro capítulo

“O contexto intelectual do século XVIII”, pp. 8-30.

302

Arca um animal do qual só havia um espécime. Conciliando as chamadas causas primárias e as secundárias, o arco-íris era tanto um signo divino quanto o produto da refração da luz. A sensibilidade dos órgãos das sereias permitia que elas previssem tempestades, mas não as provocassem. Poderíamos dar infinitos exemplos de raciocínio inteligente levando a falsas conclusões. Se os ditos paladinos da revolução científica não estavam isentos de absurdos irracionais — Bacon dividia com Swan a crença na influência maléfica de alguns planetas, Newton achava que Moisés tudo sabia sobre a teoria

heliocêntrica e passara anos aplicando a cronologia da Antiguidade ao ritmo dos equinócios —, o que dizer dos esforços lusos para compreender as causas do terremoto?

Para esses, a natureza não cometia erros, e mesmo os defectus natu-rae inscreviam-se no plano da Providência. A ordem e a harmonia criadas pelo Pai não davam lugar a sobressaltos nem colisões entre as partes que as integrassem. O que, porventura, parecesse inexplicável ou atribuído a uma desordem era fruto — na mentalidade da época — do acaso ou da fortuna. Fora essa, aliás, a atitude de Aristóteles quando fixou os limites capazes de caracterizar a harmonia infinita e imutável da natureza: as “monstruosidades” produzidas pelos seres vivos na geração eram “causas per accidens” e “não causas per se”. Para o Estagirita, as segundas eram sinônimo de irracionalidade e de causalidade sem lógica. Apesar da aliança entre a lógica aristotélica e a escolástica ensinada nos raros centros universitários portugueses, não era esse o tipo de explicação dominante entre os teóricos setecentistas, informa Pedro Calafate.⁸³⁵

Segundo o mesmo autor, no século XVIII, a concepção acerca do acaso é claramente a que emanava das grandes linhas da metafísica cristã medieval. Não existia um acaso absoluto mas apenas relativo às possibilidades da compreensão humana; na realidade, ele não era mais do que a “nossa ignorância”. Um acaso absoluto seria a negação mesma da Providência e da intencionalidade divinas, ou seja, a afirmação de um mundo sem Deus. Ora, a constância e a uniformidade dos movimentos naturais, assim como a sua enorme complexidade, só podiam 835 *A ideia de natureza no século XVIII em Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, s/d, p. 102 e passim; empresto a esse autor algumas das ideias aqui expostas.*

303

ser compreendidas como fruto da harmonia e das finalidades desejadas pelo Criador. “Dizer que o acaso é causa dessa admirável ordem e uniformidade extensível a um universo tão vário”, explicava o oratoriano Teodoro de Almeida, autor da Recreação Filosófica e grande defensor do experimentalismo, “é um disparate máximo, porque no acaso nunca houve nem pode haver uniformidade, e uniformidade em todos os séculos e em todos os lugares, é impossível que seja o acaso!”.

O problema de explicar aparentes desordens dentro da ordem natural — seres monstruosos, bizarrerias animais e vegetais, etc. — que pudessem obstruir a ordem de uma harmonia universal era resolvido da seguinte forma por frei Manoel do Cenáculo: cabia tudo à miséria moral dos homens! Segundo o bispo e deputado da Real Mesa Censó-

ria, se a natureza física engendrava acontecimentos que “horroriza-vam”, assim também a natureza, quando “errava”, produzia barbáries.

Essa dimensão especular da natureza — a natureza como espelho do homem — funcionava como uma aliada da justiça divina. Lembra Pedro Calafate⁸³⁶ que uma tal concepção remontava à própria fonte da cultura cristã, na medida em que a Bíblia admite essa espécie de “comunicação” entre a impureza do homem e o espaço físico que o circunda, como uma espécie de fluido que passa dos homens às coisas. Padre Vieira retomara o tema no século XVII, e este será relançado por alguns dos comentaristas do terremoto. Encontravam-se tais homens perante um acontecimento trágico, uma tragédia que quebrava o “curso normal da natureza”. O terremoto era certamente um dos tais “acontecimentos que horrorizam”, como queria frei Manuel do Cenáculo.

Na sua argumentação sobre o sismo, nosso já conhecido Cavaleiro de Oliveira cruzava as duas vertentes existentes: por um lado, ele ataca os excessos da espiritualidade religiosa e do culto vigentes em Portugal, e, de outro, utiliza-se de uma filosofia da natureza que se nutria da tradição bíblica, notadamente, segundo Calafate,⁸³⁷ do Livro dos Salmos. Ao criticar o texto de Antonio Pereira de Figueiredo, que atribuía ao acaso o desastre do 1.º de novembro, defendia “um outro julgamento” sobre os acontecimentos: eles resultavam da “direção particular” impressa pelo “Ser Supremo”, Ele, sim, “Mestre e Árbitro do acaso, assim como

836 Idem, ibidem, p. 104.

304

de todos os seres que conhecemos ou desconhecemos”. Negando a irracionalidade dos acontecimentos, o Cavaleiro de Oliveira deslocava-os para o plano da intencionalidade divina, nos termos da tradição bíblica:

“Cremos e é uma coisa muita certa que ele fundou a terra de forma a que ela jamais se revire. Sabemos com a mesma certeza que ele colocou limites às águas

e que essas não voltarão a cobrir a terra. Mas tais verdades, tão importantes quanto sólidas, não podem nem devem tranquilizar os homens de bom coração, os quais são justos perante Deus”; quanto aos outros, prossegue: “A malícia e a iniquidade dos que habitam a terra é a causa pela qual o Deus de Força abate sua mão sobre eles. Ele então joga seu olhar sobre tais ímpios, que tremem; ele toca as montanhas e elas lançam fumos; os mais altos rochedos desfazem-se como cera face à presença do Eterno”.⁸³⁸

Como bem diz Calafate,⁸³⁹ a noção de “espaço exterior” possui um sentido diverso do que advinha da revolução científica do século, apontando, antes, para uma comunhão profunda entre o indivíduo e o mundo. O princípio era, portanto, o mesmo de Cenáculo, embora o conteúdo que o Cavaleiro de Oliveira dava a ímpio se revestisse de outro significado que o dado pelo bispo. Para o primeiro, ímpios eram os que estavam envolvidos com a Inquisição ou que se comportavam com exagerada beatice. Na outra ponta dessa argumentação localizava-se, por exemplo, o texto de frei Manuel da Epifania, Novas e curiosas reflexões sobre os terremotos e uma oração trágica de Lisboa, no qual o autor tentava determinar as causas naturais do terremoto de acordo com as conquistas filosóficas dos modernos. O seu interesse imediato era combater a corrente de fanatismo que, como já vimos, aterrorizava Carvalho e Melo; o medo e o desejo de entregar-se à cólera ou à misericórdia divinas, alegava o autor, não deviam roubar espaço à reflexão e à obrigação de investigar.

*Investigar e acreditar, temer e duvidar são verbos que se conjugaram simultaneamente logo após o terremoto. Como bem diz Isabel Maria Barreira de Campos, materialidade, causalidade e determinismo entre outras questões da Ciência transformaram-se em interrogação metafísica. O “silencioso espanto” confessado por Kant diante da con-*⁸³⁸ *Pedro Calafate, op. cit., p. 105.*

Tradução minha.

⁸³⁹ *Idem, ibidem, p. 105.*

305

templação do universo constituiu-se, certamente, no saldo maior de tantas ideias expostas em tantas centenas de panfletos. Malgrado suas determinações tão distintas, religião e ciência convergiram.⁸⁴⁰ Independentemente das explicações que eram dadas, o medo foi um equalizador de sentimentos. O sobrenatural funcionou na sua forma de estrutura mental de longa duração, estrutura exposta

pelo sofrimento.

A larga maioria de autores que tiveram uma compreensão providencialista do terremoto está diretamente ligada ao clima cultural e mental no qual encontrava-se Portugal nessa transição da primeira para a segunda metade do século XVIII. Imperativos políticos e desejo de afirmar a identidade da nação pela exclusão do que não tivesse a ver com o religioso são alguns dos vários sintomas que nos permitem compreender um momento de sua história.

A interpretação do terremoto permite ao historiador perceber o quanto o saber científico, construído no século XVIII à luz da escolástica ou do newtonianismo, pode ser constantemente revisto, uma vez que ele se expunha a analisar continuamente fatos sobre os quais os conhecimentos eram muito precários. Ao inverso do dogma, cujo ideal é a semelhança eterna consigo próprio, a ciência, ontem ou hoje, muda, não cessa de retificar-se, realizando novos passos que a afastam dos primórdios dela mesma. Desde Galileu, responsável pela maior ferida jamais feita ao narcisismo humano, sabemos que somos criaturas tardias sobre a face da terra, efêmera poeira perdida no grande todo visível e indefinido. É preciso acostumar-se à impensável ideia de que o universo “filtra e transpira o nada”, que denominamos matéria, um pálido eco do vazio, que somos a vertente menor e inteligível de algo que não sabemos dizer o que é.⁸⁴¹

840 Maria Isabel Barreira de Campos, op. cit.; especialmente a conclusão à p. 621 e passim.

841 Ver, sobre o papel da ciência hoje, as reflexões de Michel Cassé. Théories du ciel. Paris: Payot, 1999.

306

CONCLUSÃO,

OU UMA DAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

O que teria acontecido a Jacome Ratton depois do terremoto?

A sua foi uma longa história que ele mesmo resumiu no fim da vida.

E resumiu em circunstâncias trágicas. Num diário, quase um libelo, tentava explicar suas peripécias comerciais e familiares, jurando e clamando

simultaneamente em favor de sua fidelidade a Portugal. E por quê? Pois aos 75 anos, dos quais 51 naturalizado português, Ratton seguiu deportado na fragata Lavínia para a Inglaterra. Escapava assim a um destino terrível nas masmorras da ilha Terceira de Angra depois de ter sido acusado de agir contra a segurança do Estado. Do dia 1o de novembro, em que escapou milagrosamente do terremoto, ao dia 20 de julho de 1820, em que fechou os olhos, sendo enterrado no cemitério Père Lachaise, em Paris, tantas coisas lhe aconteceram. O desastre do 1o de novembro de 1755 pouco afetou os negócios que já dividia com seu pai, Jacques. Casou-se, aos 21 anos, com Ana Isabel de Clamouse, filha do cônsul francês no Porto. Em 1764, tentou instalar uma indústria de estamparia de chita, sem sucesso. O motivo, segundo ele mesmo, foi ter

“seu privilégio embaraçado”. Cinco anos mais tarde, mandou vir do Piemonte viveiros de amoreiras brancas, que vendeu à quinta de Oeiras do marquês de Pombal, fundando, na mesma época, uma fábrica de chapéus em Elvas. Ainda em 1769 conseguiu da Coroa o arrendamento perpétuo da Barroca de Alva, em Alcochete, que transformou numa das maiores propriedades agrícolas do país. Doze anos mais tarde, tinha integrado seus negócios ao circuito internacional com o apoio de banqueiros protestantes. No final da vida, rico e prestigiado, depois de ter 307

participado com centenas de sugestões à Real Junta do Comércio e de ter recebido o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real, o ano de 1802 vai encontrá-lo instalado no Palácio Pombal — aquele mesmo que ficava na rua Formosa, rua das meretrizes, que, para ironia da velha aristocracia lusa, não desabara durante o terremoto. Não foi essa, todavia, sua única ligação com Pombal. Suas memórias não negam a intimidade com que transitava na barraca, erigida pelo mesmo, logo depois do sismo. Aí, chegou a ser maltratado pelos humores do irmão do ministro, Paulo de Carvalho de Mendonça, a quem acusava de violento. “É verdade que recebi muitos favores (do marquês)”, confessa um exausto Ratton no fim da vida. Mas tomava o cuidado de explicar que “não me concedeu algum (favor) que fosse torcida a justiça”.⁸⁴²

Favorecido ou não — esse é um outro capítulo da história —, a leitura de suas memória não deixa, contudo, grandes dúvidas quanto às acusações de “pedreiro livre” e “jacobino” que o atingiram e condena-ram ao final da vida. Elas eram, muito provavelmente, a resposta das facções outrora perseguidas por Pombal, de volta ao poder depois da ascensão, em 1777, de D. Maria. Foram então abertas as portas dos cárceres nas prisões da Junqueira, de São Julião, de

*Pedrouços e de Setúbal, onde mofavam cerca de 800 desafetos do ministro; o mesmo se fez em relação aos familiares dos presos que tinham residência forçada nos conventos de Lisboa. A família Távora, massacrada por Carvalho e Melo, foi reabilitada com honras e absolvida dos “severos castigos” a que tinha sido sujeita por “inconsideração e ignorância”. Afastado do poder logo depois da morte do rei, Pombal conservou seus rendimentos e sua quinta. Em 1781, o velho marquês lançou mão do mesmo argumento de Malagrida: um bombástico panfleto. Intitulado *Apologia*, o seu procurava justificar os atos que cometera no governo. Mas, em todos os tempos, a vingança é um prato que se come frio. De volta ao poder depois da Viradeira, seus antigos inimigos deliciaram-se com o processo que lhe foi movido pela rainha, e no qual teve que responder pelas “muitas proposições intoleráveis e até injuriosas” que o escrito continha sobre a memória de D. José. Minado por grave doença, com o corpo coberto de pústulas e sofrendo de hemorragias, o réu teve que* 842 *Jacomé Ratton, op. cit. , p. 189.*

308

passar por verdadeiro suplício ao longo do processo. Morreu aos 83

anos, sabendo que a condenação à pena máxima só não foi acatada porque a rainha ouviu as indulgentes admoestações de seu confessor.

Coisa, diga-se, que D. José não fizera, depois do terremoto, em favor dos jesuítas. Em 1802, quando Ratton é acusado, os exércitos de Napoleão batiam às portas de Portugal. A chamada “Guerra das Laranjas”, realizada no Alto Alentejo, obrigou os portugueses a fechar os portos à navegação inglesa. A influência francesa crescia na Península, e a presença do general Lannes entre os lisboetas só aumentou o ódio que dessa influência sentiam a Corte e a população.⁸⁴³ Sua ascendência e o fato de ser um ex-acólito de Pombal, além de outras conjunturas ainda não esclarecidas, devem tê-lo tornado suspeito. Nesse quadro Ratton deixou sua terra de adoção, seu Portugal, “terra durante séculos inquieta e depois tragicamente adormecida para tudo o que não seja olhar-se e resignar-se”, como diria Miguel Torga.⁸⁴⁴

Mas, sob o sono da terra lusitana, quanta história. A história, sobretudo, da singularidade de uma cultura. Cultura que refletia, como poucas, na Europa do Antigo Regime, a noção de christianitas. Portugal, religioso e cristão — o que era sinônimo nesse tempo —, atuava como uma espécie de Cidade de Deus

sobre a terra. Daí o choque da punição não esperada na forma do terremoto.⁸⁴⁵ Era como se Deus tivesse esquecido dos seus, abandonando-os ao “mal sobre a terra”. Os conhecimentos científicos que poderiam então dar uma outra interpretação ao desastre não tinham ainda se emancipado da tutela da Igreja. Uma Igreja, sublinhe-se, aliada do Estado. Igreja que, no espírito do tempo, investira pesadamente no que Jean Delumeau chamou de “pastoral do medo”. Essa resultava de um efeito combinado de sermões, de iconografia macabra, de confissão, do papel do inferno e do diabo, da máquina inquisitorial, da desvalorização das coisas profanas, presente, como vimos, no cotidiano, nas práticas sociais e nas representações mentais do povo português. Essa unanimidade religiosa que encontramos em terra ⁸⁴³ As informações desse parágrafo foram extraídas de Joaquim Veríssimo Serrão. *História de Portugal*, op. cit., p. 324 e passim.

⁸⁴⁴ Senhor Ventura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 11.

⁸⁴⁵ Sobre a reconstrução da cidade, ver artigo de Kenneth Maxwell, “Lisboa reinventada”, *cader-no Mais*, Folha de S. Paulo, 12/01/2003, pp. 5-12.

309

portuguesa, unanimidade que era político-religiosa, pois a manutenção do cristianismo por parte do Estado era retribuída, do lado da Igreja, por uma ideologia da submissão, veio à luz no momento do sismo. Oliveira Martins diria que o “jesuitismo” caricatural que dominava o país deixara um “vazio”. Para substituí-lo, inventou-se o “homem-terremoto”, Pombal, cuja ação desapiedada, tão violenta quanto a do desastre natural, procuraria dar uma modelagem racional à sociedade. Ora, Eduardo Lourenço⁸⁴⁶ lembra bem que a ação de Pombal foi marcada por uma

“indiferença mercantilista”, que, se por um lado traduziu-se em ações positivas (emancipação cívica dos judeus, abatimento dos jesuítas, polí-

tica antissuntuária, defesa da independência nacional), por outro traduziu-se num voluntarismo em importar modelos inadequados ao *habitus* nacional. A solução não viria, diz o mesmo autor, concordando com a intuição de Oliveira Martins, “de fora”, e sobretudo de um lá-fora que nada tinha a ver com Portugal. Numa sociedade concebida como um organismo, a ação dos indivíduos excepcionais só é produtiva quando eles mesmos são expressão

genuína do inconsciente dessa sociedade. Ele tem toda a razão. Quando Pombal refere-se, em seu Discurso político, 847

à idiotia do povo ou às nações mais estúpidas, comparando-as com Portugal, revela, sem dúvida, um profundo descolamento das realidades culturais que o cercavam. Por isso mesmo o sistema de terror que impôs e com o qual limara algumas asperezas — vimos como sacrificou inimigos do naipe do conde de Castelo-Melhor, Encerrabodes ou Malagrida, e mais tarde os Távara — não modificou as estruturas mentais. Tanto é que, segundo vários autores, o Portugal de D. Maria voltou à beatice e à indolência aristocrática dos tempos de D. João V. Nas formas de piedade então praticadas é que residiam os autênticos exemplos de expressão do inconsciente social de que fala Lourenço.

Mas voltemos à nossa questão inicial: o que acontece se pusermos o terremoto sob a lupa do historiador? Vimos que o século XVIII português subverteu o edifício social e não completou o processo de secula-rização, porém, nos últimos 20 ou 30 anos, houve um grande esforço para pôr em funcionamento a exploração colonial e o desenvolvimen-846 “Pombal e Oliveira Martins”. In: Pombal revisitado, op. cit., pp. 161-166.

847 Op. cit., manuscrito, p. 145; 165.

310

to metropolitano. A dinamização da economia e a vitalização da sociedade foram tentadas num difuso programa de reformas que não atingiram as estruturas fundamentais.⁸⁴⁸ Mas sobre isso o que nos dá a ver o terremoto? Que o “atraso português” encarnado na imagem do país

“beato, soez, violento e ridículo”, feito de “freiras e marmeladas, piedosa luxúria e visões desvairadas”,⁸⁴⁹ merece outra interpretação.

Interpretação, sublinhe-se, descartada pela historiografia pouco pacien-te, até bem recentemente, com os fenômenos de cultura ou de religião.

O que nos deixa ver o terremoto não é atraso. Nem me interessa discutir se houve, em Portugal, atraso ou não. Importa, sim, compreender um dos aspectos de sua cultura. Ela, sim, é a chave de uma unidade.

Unidade que é o sentido do além, do sobrenatural, da vida espiritual de um

povo. Impossível separar a religião de outras formas de existência entre os portugueses do século XVIII. Em torno desse momento em que

“o mal esteve sobre a terra”, percebe-se com nitidez o duplo combate de um povo: combate pela vida, mas também, e sobretudo, por um sentido para a vida. Sob a lupa, a trama social, as vidas minúsculas, os restos de experiência revelaram o não fatal e os fenômenos profundos ligados à religiosidade lusa. Religiosidade que, por sua vez, era busca e consciência de sacralidade, que era universo ou abordagem espiritual da existência. Tal cultura piedosa feita de práticas, gestos e cultos formavam então prolífica linguagem de expressão coletiva. Linguagem de conjuração, linguagem terapêutica que liberava o mal da vida sobre a terra. Não há cli-vagens sociais ou políticas no ato coletivo de participação ao sagrado. O

homo religiosus é um só. E ele é o sal dessa estrutura profunda de cultura e de fé que encontramos ao ler a história do terremoto e de seu tempo.

O transitório, os restos de experiência que iluminam as lógicas sociais e simbólicas presentes nos documentos apontam para uma característica que foi o grande obstáculo não percebido por Pombal: a espessa estrutura de crenças religiosas das quais os jesuítas, uma parte da velha aristocracia de sangue e o povo português eram profundos e gratos devedores.

Para me despedir de Lisboa, quero lembrar as anotações de um anônimo em 1796, sublinhando o quão pouco, depois do terremoto, continuava a se saber sobre ela:

848 Fernando Novaes, *op. cit.*, p. 303.

849 Eduardo Lourenço. *op. cit.*, p. 166.

311

Lisbonne est à l’extrémité de l’Europe; elle n’a d’autres relations que celles de son commerce; les négociants sont presque les seuls qui y abordent; ils s’y occupent de leurs affaires; ils en sortent sans avoir rien vu, sans avoir rien observé. L’amateur des Beaux-Arts, le physicien, l’observateur, le philosophe n’y trouveront aucun aliment à leur curiosité, aucune matière à leurs observations et à leurs recherches; il n’y a pont. Aussi n’y a-t-il qu’un très petit nombre de voyageurs qui en ait parlé, et nous n’avons que des notions

superficielles et incomplètes. On sait qu'il existe un petit lambeau de terra appelé Portugal; un peuple appelé portuguais, une ville appelée Lisbonne...850

Espero que, de certa maneira, este livro tenha preenchido algumas das noções superficiais às quais se refere o viajante, noções nascidas das dificuldades de compreender a singularidade de Portugal e criadas por aqueles que não souberam, como o poeta, amar "uma nesga de terra debruada de mar".851

850 Tableau de Lisbonne en 1796. Paris: Jansen, 1797.

851 Poema "Pátria", de Miguel Torga, pseudônimo de Adolfo Correia da Rocha (Portugal, 1907-1995).

312

ÍNDICE ONOMASTICO

A

Ana, Dona (filha do conde de

Assumar) – 52

Abrantes, marquês de – 184

Anaximenes – 292

Abreu, Antonio de – 98

Andrade, Antonio Banha de – 103

Adely, Emmanuel – 16

Andrade, frei Antonio do Espírito

Afonso V – 30

Santo – 233

Afonso VI – 236

Andrade, J. A. da Costa – 286

Afonso, Simoneta Luz – 55, 76

Andrades, José Maria Miura – 153

Agostinho (escravo) – 40

Angeja, marquês de – 96, 173, 218

Agrícola – ver Bauer, Georg

Anjos, Antonia dos – 172

Águeda, santa – 294

Anjou, Felipe de – ver Felipe V

Alberto, o Grande – 255

Antonia, escrava – 172

Alcochete, Nuno Daupias de – 96

Antonio, infante Dom – 144

Alegrete, marquês de (Fernão Teles

Antonio, santo – 30, 32, 49, 125,

da Silva) – 184, 185

156, 248, 294

Alexandre, o Grande – 23

Antunes, Inês – 172

Alexandrino, padre Clemente – 259

Antunes, Manoel – 172

Allègre, Claude – 113

Anunciação, Dom Antonio da – 233

Almada, Antão de – 185

Anunciação, madre Teresa da – 28

Almeida, Luís Ferrand de – 91, 183

Aranha, Silvestre – 261

Almeida, padre Teodoro

Araújo, Ana Cristina

de – 125, 304

Bartolomeu d' – 145, 148, 150,

Almeida, Pedra de (marquês de

176, 178, 179, 184, 233, 294

Alorna) – 145, 168, 183, 244

Araújo, Maria Benedita A. de

Almeida, Tomás de

Almeida – 30, 85

(cardeal) – 175, 223

Araújo, Renata de – 31

Alorna, marquês de – ver

Argenteuil, conde de – 271

Almeida, Pedra de

Aristóteles – 259, 261, 262, 263

Álvares, Manoel – 172

Armão, Mário Batista – 172

Álvarez, Mateus – 232

Arrochela, conde de – 125, 139,

Alves, J. da F. – 32

142, 173

Alves, José – 115

Artur, rei – 234

Amós, profeta – 120

Arvidson, Arvid – 117

313

Assuntar, conde de – 52

Benassar, B. – 136, 154

Assunção, Maria d' (madre) – 102

Benjamin, Walter – 63

Atalaia, conde de – 80

Bento XIV, papa – 225

Aveiras, conde de – 140

Bergerac, Cyrano de – 286

Aveiro, duque de – 218, 244

Berlin, Isaiah – 272

Avicena – 260

Berman, Marshall – 63, 64

Azevedo, João Lúcio de – 90, 92, 93,

Bernardes, padre Manuel – 61, 159

110, 167, 174, 183, 214, 218,

Bernardino, Teresa – 160, 245, 246

219, 223, 227-230, 239, 240,

Bernardo, são – 99

242, 244, 245

Bertrand, Élie – 267, 271

Azevedo, José Moreira de – 290, 294

Bethencourt, Francisco – 84, 87

Azevedo Fortes – 259

Bezerra e Lima, João Antonio – 277

Bichi, núncio – 105

B

Bloch, Marc – 29

Bluteau, Raphael – 35, 48, 77, 252,

Bacon, Francis – 259, 272, 303

259, 263

Baczco, Bronislaw – 265, 267-270

Bocage, Manuel Maria

Barbosa du – 45

Baden, Luiz – 259

Boileau, Nicolas – 252

Bárbara, santa – 294

Bombelles, marquês de – 56

Barbosa, Tomás Feio – 203

Borges de Macedo, Jorge – 20, 92,

Baretti, Giuseppe – 37, 247, 248

96, 103, 138, 143, 191, 243

Barreto, padre Gregório – 260

Borja, ou Bórgia, são Francisco

Baschi, conde de – 68, 92, 95, 96, 97,

de – 155, 200, 241, 280, 295

104, 105, 116, 174, 188, 190,

Boxer, Charles R. – 212, 273, 277

212, 213, 214, 216, 220, 221,

Boyle, Robert – 259

222, 224, 229

Braga, Maria Luiza – 263, 264, 265,

Bastos, Maria do Rosário – 177

277, 278, 280

Batelli, Guido – 117, 192, 268, 269

Bragança, Pedro de – ver *Lafões*,

Batista, Antonia – 172

duque de

Batista, Margarida – 172

Branco, Manuel Bernardes – 27, 28,

Batista, padre João – 281

29, 48, 51

Batista, reverendo – 86

Brandão, João – 44

Bauer, Georg (dito Agrícola) – 253,

Brandão, Tomás Pinto – 237, 294

255, 279, 285

Brasart, Patrick – 266, 267, 270

Beaumont – 210, 271

Brazão, Eduardo – 52, 104

Beaux, Claude du – 156

Brenles, senhor de – 272

Bebiano, Rui – 20, 77, 78, 79, 97, 98,

Brescianni, Maria Stella M. – 66

102-106, 154

Brochado, José da Cunha – 78, 79,

Beça e Antas, Manuel de – 202

85, 86, 103, 183, 257

Beckford, William – 58, 69, 70

Bruno, Giordano – 253

Beirão, Caetano – 125, 139, 142,

Buffon, conde de – 255

173, 212

Burke, Edmond – 266

314

Burnet, Thomas – 254, 272

Castelo-Melhor, conde de – 183,

Burnett, Gilbert – 302

185, 186, 310

Castres, Abraham – 132, 134, 138

C

Castro, Antonio Serrão de – 59

Castro, Armando – 19

Caim – 166

Castro, D. Antonio de – 168

Calafate, Pedro – 303, 304, 305

Castro, Inês de – 101

Calmette, Bosc de la – 117, 212

Castro, João Batista de – 24, 122

Campanella, Tommaso – 253

Castro, Manoel Mendes de – 47

Campos, Isabel Maria Barreira de –

Castro, padre José de – 118, 130, 132

133, 137, 140, 141, 143, 205,

Catalã (dentista) – 174

206, 236, 293, 305, 306

Cavaleiro de Oliveira – ver *Oliveira*,

Campos, padre Manuel de – 281

Francisco Xavier de

Cancio, Francisco – 37,53

Cenáculo, frei Manuel do – 156, 304,

Canevari, Antonio – 55,74

305

Cantel, Raimond – 236

Centeno, Yvette Kace – 232

Caparelli – 104

Cesariny, Mário – 235, 237

Capelo, Rui Grilo – 238

Chantal, Suzanne – 110, 116

Cardoso, Ciro Flamarion – 63

Chartier, Roger – 67, 235, 265

Cardoso, Júlio – 172

Chase, Thomas – 113, 114, 127,

Cardoso, Mário Carvalho – 247

129, 134, 138, 140, 147, 148,

Carlos II (de Habsburgo) – 87

152, 153, 177

Carlos VI – 69

Chaves, Castelo Branco – 24, 33, 36,

Carrère, J. B. F. – 36,68

51, 61, 63, 83

Carstens, Johann Friedrich – 174

Chaves, Luís – 37

Carvalho, Joaquim de – 273

Chevalier, João – 259

Carvalho e Melo, Sebastião José de

Churchill, John – 173

(marquês de pombal) – 12, 13,

Cidade, Hernani – 18

17, 43, 69, 92, 96, 116, 138, 143,

Cipriano, são – 54

144, 145, 148, 166, 168, 169, 174,

Clamouse, Ana Isabel de – 307

176, 183, 185, 190, 194, 196, 199,

Clemente (barbadinho) – 223

200, 207, 213, 214, 216–225,

Coculim, conde de – 222

227-230, 233, 237-240, 242, 243,

Coelho, Bento – 178

244, 245, 258, 281, 291, 299, 300,

Coelho, Gabriel – 172

301, 305, 307, 308, 309, 310

Coelho, José – 172

Casamajor, Daniel – 173

Colomba, Pompei – 255

Cascudo, Luís da Câmara – 20

Constâncio, Manuel – 25

Cassé, Michel – 306

Copérnico – 256, 257, 291

Cassini, Giovanni – 252

Cordeiro, Antonio – 257

Castelo Branco, Bernardo – 296

Córdula, santa – 54

Castelo-Branco, Fernando – 20, 32,

Correia, José Manuel – 88

36, 46, 56, 57

Corsini – 56

315

Corte-Real, Diogo de Mendonça – 144,

Dias, Marina Tavares – 38, 49

200, 208, 221-223, 281

Dinis, Antonio – 172

“Corvo do Mondego” – ver Sá e

Domingos, Manuela D. – 23

Melo, Francisco de Pina de

Dorosz, Maria de Lourdes – 21

Costa, Antonio da – 172

Drumlanrig, conde de – 117, 135, 166

Costa, Francisco da – 172

Duarte, Catarina Josefa – 171

Costa, Miguel Menescal da – 169

Duarte, Elvira Teresa – 171

Costigan, Arthur William – 30, 105

Duarte, José – 171

Coutinho, Marco Antonio de

Dufour, cirurgião – 187

Azeredo – 150

Dupont – 271

Coutinho, Rodrigo de Souza – 74

Duque regedor – ver Lafões,

Couro, Ana do – 172

duque de

Crispim, são – 144

Crispiniano, são – 144

E

Cromwell – 213

Cruz e Silva, Antonio Dinis de – 289,

Eiras, Maria Mercês Monteiro

291

das – 258

Cunera, santa – 54

Elias, Norbert – 63, 67, 68, 70

Cunha, Armando Santinho – 25, 52

Elliot, Isaac – 86, 87

Cunha, Luís da – 62, 75, 105, 150,

Elvas, bispo de – 182

221, 222

Emídio, santo – 155, 294

Cunha, Washington Dener dos

Encarnação, frei Gaspar da – 234

Encerrabodes, Antonio Freire de

Santos – 21, 198

Andrade – 103, 200, 222, 223,

Curto, Diogo Ramda – 235

240, 310

Encoberto, O – ver Sebastião, Dom

D

Epicureo Alexandrino – ver Padilha,

Pedro Norberto de Arcourt e

Dante – 63

Epicuro – 261

Darbord, Maria Arlette – 21

Epifania, frei Manuel da – 305

Descartes, René – 252, 255, 257,

Ericeira, conde de (Francisco Xavier

258, 259, 261, 263

de Meneses) – 43, 52, 53, 65, 98,

Descartes, Renato – ver Descartes,

99, 105, 258, 262

René

Estorninho, Carlos – 50, 165, 173,

De Gerando – 70

193, 211, 214, 275

De Sable (comerciante) – 174

Etienne – 53

Delumeau, Jean – 151, 180, 183,

Eugênia, santa – 154

198, 236, 309

Ezequiel – 293

Demócrito – 292, 301

Denis, o areopagita – 155

F

Dias, Eduardo Mayone – 288

Dias, José Sebastião da Silva – 29,

Faber, senador – 211

103, 252, 256 – 261, 282, 289

Fabiani, Jean-Louis – 151

316

Fabião, Luís Crespo – 117, 212

Frederico II – 70

Falcon, Francisco José Calazans – 18,

Freire, A. Braamcamp – 38

19, 20, 48, 75

Freire, Antonio da Costa – 144, 218,

Farge, Arlette – 18, 19, 245

223

Faria e Pina, Antonio Machado de –

Freire, Félix da Silva – 289

94, 99, 183

Freire, Francisco José – 174, 193

Faria, André Leitão de – 178

Freire, Luciano – 61

Faria, Sebastião Leite de – 143

Freitas, Marcos C  zar de – 66

Febvre, Lucien – 64

Furtado, Francisco Xavier de

Feijoo y Montenegro, Benito – 246

Mendonça – 228, 281

Felipe II – 31, 32, 227

Furtado, Tristão de Mendonça – 60

Felipe V – 87

Fénelon – 70

G

Fernandes, Dominique A. – 24

Fernandes, Joaquim – 51

Gainsborough – 70

Fernandez, Dominique – 177

Galeno – 260

Fernández, Máximo Garcia – 159

Galileu – 256, 257, 302, 306

Fernando VI (de Espanha) – 50, 116

Gama, José da – 98

Ferreira, padre Antonio – 86

Garó, Matthieu – 271

Ferro, João Pedro – 169

Gaspar, Dom – 144

Fielding, Henry – 72

Gassendi, Pierre – 257, 259, 260, 261

Figueiredo, Antonio da Silva – 136,

Gassendo – ver Gassendi, Pierre

289, 291

Gay, John – 70

Figueiredo, Antonio Pereira de – 304

Gendron, Pedra ou Pierre – 129, 288

Figueiredo, Joaquim de – 172

Genoveva Maria – 172

Figueiredo, Luís Botelho Fróes

George II (de Hanôver) – 69

de – 54, 79

Gisbert, Baltazar – 51

Flandrin, Jean-Louis – 190

Goddard – 114

Fonseca, Antonio da – 172

Godinho, Vitorino Magalhães – 75,

Fonseca, padre Bento da – 228

76

Fontenelle – 286

Goethe – 267

Fontes, marquesa de – 199

Gohau, Gabriel – 253,255

Foucault, Michel – 18, 190

Góis, Damião de – 24, 32

Fowke, Joseph – 114, 115, 122,

Gomes, Simão – 102

135, 139

Gomes, Virgílio – 44, 69, 70

Fragatinha – 45

Gonçalves Rodrigues – 103

França, José Augusto – 20, 23, 24, 27,

Gorani, Giuseppe – 33, 49, 207,

31, 33, 74, 170, 171, 188, 194,

248, 249

196, 197, 199, 201, 204, 212, 243

Gordon, Pat – 276

França, Feliciano da Cunha – 288

Goudar, A. – 13

Francisco, Bento – 172

Gouveia, padre – 191

Francisco, infante Dom – 244

Gregório, papa – 302

317

Grenet, Micheline – 34

Jesus, Teresa de – 172

Grüneberg, Emil – 117, 174

João III – 293

Guedes, Fernando – 123, 157

João IV – 93, 236

Guedes, Joaquim Manuel – 15

João V – 19, 28, 31, 32, 37, 42, 47,

Guilherme III (de Orange) – 87

51, 55, 59, 61, 62, 65, 75, 77, 80,

Günther, Horst – 268

85-88, 90, 91, 95, 100, 104, 116,

Gusmão, Alexandre de – 69, 92, 103,

117, 190, 191, 195, 200, 202,

105, 220, 223

221, 236, 243, 257, 260, 278,

Gusmão, Bartolomeu de – 30

310

João, são – 231, 232

H

Joaquim Manoel – 172

Jorge II – 211

Hake, Mr. – 173

Jorge, são – 158

Hampson, Norman – 302

José (aprendiz de sapateiro) – 172

Hay, Edward – 173, 214

José I (Dom José) – 12-14, 17, 42,

Hazard, Paul – 71

50, 74, 81, 90, 92, 96, 116, 136,

Hegel – 15

139-144, 151, 168, 174, 181,

Helena, santa – 28

190, 191, 196, 202, 211, 212,

Henriques, Afonso – 35

218, 219, 221, 223, 224, 228,

Hermann, Jacqueline – 232

229, 240, 243, 244, 245, 273,

Hespanha, Antonio Manuel – 20, 35,

275, 280, 281, 308, 309

47, 48, 56, 84, 86, 87, 141

José, infante Dom – 221

Hooke – 272

José, são – 126, 160

Júlia, mártir protetora de Lisboa – 29

I

Junot – 247

Juvara (arquiteto) – 55

Iluminato (barbadinho) – 223

Inácia, Maria Teresa – 202, 203

K

Inácio, santo – 238, 241, 289

Isabel (Elizabeth, rainha da

Kant, Immanuel – 268, 269, 270, 305

Inglaterra) – 109

Kates, Gary – 33

Ivo, Miguel Tibério Pedegache

Keynes, John Maynard – 255

Brandão – ver *Pedegache, Miguel*

Kircher, Athanasius – 254, 284, 285,

Tibério

286

Kupcík, Ivan – 24

J

L

Jacó – 188

Jesus Cristo – 87, 126, 143, 155,

Labrousse, E. – 70

201, 227, 234, 240, 284, 292,

Laden, Thor – 173

293, 296

Lafões, duque de (Pedro de

Jesus, frei José de Santa Maria

Bragança) – 52, 146, 174, 195,

de – 178

218, 288

318

Lannes, general – 309

Maia, João – 92

Lapouge, Gilles – 15

Maia, Manuel da – 74, 124, 197,

Leclerc, G. L. – 255

238, 247

Le Goff, Jacques – 29, 53

Malafaia, Miguel Carvalho de

Le Grand, abade – 46

Macedo – 289

Leibniz – 266, 286

Malagrida, padre Gabriel – 150, 220,

Lémery, Nicolas – 287, 288

226, 228 – 234, 236 – 242, 245,

Le Nôtre – 69

273, 277, 280, 292, 295,

Lencastre, João de – 90

300, 310

Leocádia, madre – 102

Manley, reverendo John – 173

Leonardo, padre Manuel – 260

Manuel, Dom (O Venturoso) – 31, 37

Lequin, Yves – 180, 183

Manuel, infante – 144

Loba, Rosa Maria – 172

Manuel, Reinaldo – 197

Locke – 286

Marcelino, Amiano – 237

Loecke – 70

Mardel, Carlos – 200, 238

Lopes, Francisco – 172

Maria, Dona (rainha de

Portugal) – 308, 310

Lopes, Josefa Maria – 172

Maria Ana (da Áustria) – 78, 80

Lopes, Manoel – 172

Maria Bárbara, infanta – 50,141

Lopes, Ricarda – 172, 240, 280

Maria do Rosário (freira) – ver Inácia,

Lourenço, Eduardo – 20, 220, 243,

Maria Teresa

247, 310, 311

Maria Francisca Benedita

Louriçal, marquês de – 194, 226

(princesa) – 221

Louriçal, marquesa de – 173

Maria Rosa (criada) – 172

Loyola, Inácio de – ver Inácio, santo

Maria Rosa (sobrevivente) – 125

Lucena, Francisco de – 227

Marialva, marquês de – 218

Ludovice – 33

Mariana Vitória, rainha

Luís XIV – 69, 87, 89, 90

(mulher de D. José I) – 50, 81,

Luís XV – 69, 212

142, 143, 212, 221

Lully – 69

Mariana, rainha (mulher de

Lumiares, condessa de – 173

D. João V) – 62, 226

Lunley, Thomas – 96

Mariana, sóror – 28

Lusitano, Francisco Soares – 256, 257

Martinha, santa – 154

Lutero – 153

Mártires, santos – 234

Mascarenhas, José Freire

M

Montarroio – 106, 107, 108, 198

Masser, L. di Ca – 31

Macedo, Jorge Borges de – ver

Mateus, são – 120, 292

Borges de Macedo, Jorge

Matos, jesuíta Francisco – 178

Macedo, Luís de – 168, 169, 172

Matoso, Luís Montes – 26

Madahil, A. G. da Rocha – 85

Mattoso, José – 35, 47, 74, 84

Madalena Maria – 172

Máximo, mártir protetor de

Madalena, sóror – 203

Lisboa – 29

319

Maxwell, Kenneth – 92, 167, 176,

Monteiro, Leonardo – 172

182, 209, 212, 213, 242, 243,

Monteiro, Maria – 172

245

Monteiro, Nuno Gonçalo – 58

Meco, José – 57

Monteiro, Teresa – 172

Melo, Nuno de – 242

Montesquieu – 70

Melo e Castro, André de – 105, 197

Monteverdi – 177

Mello, Pedro de – 173

Montgon, abade de – 50

Mendonça, Francisco de

Moreira, padre José – 231, 281

Almada de – 225

Moreira de Mendonça – 171

Mendonça, Francisco Xavier

Morette, Luís – 51

Teixeira de – 219, 223

Morganti, Bento – 42, 53, 57,

Mendonça, Joaquim José Moreira

70, 283

de – 205, 286

Morley, Joseph – 192, 193

Mendonça, Marcos Carneiro de – 43,

Mornay, abade – 258

229

Moscoso, Ana de – 173

Mendonça, Martinho de – 103

Mota, cardeal da – 42, 104

Mendonça, Paulo de Carvalho de

Mota, Manoel Ferreira da – 172

(irmão de Pombal) – 240, 281,

Moura, Cristóvão de – 32

282, 308

Mousnier, R. – 70

Mendonça, Veríssimo Antonio

Muchembled, Robert – 45, 46,

Moreira de – 284, 285

71, 87

Meneses (família) – 116

Munford, Lewis – 55

Meneses, Bento Antonio de – 244

Münster, Sebastião – 24, 30

Meneses, Francisco Xavier de – ver

Ericeira, conde de

N

Meneses, Luís de – 43

Menino Jesus, Isabel do

Napoleão – 96, 309

(abadessa) – 203

Nattier – 70

Merveilleux, Charles Frédéric – 36,

Néri, são Felipe – 155, 164, 241

49, 83, 85, 282

Neuton – ver Newton, Isaac

Mileto, Thales de – 301

Newton, Isaac – 255, 257, 259, 261,

Minois, George – 217

262, 263, 287, 302, 303

Miranda, Tiago Costa Pinto dos

Noé – 35, 302

Reis – 222, 276, 280, 281, 282

Nolan, Patrício – 51

Moisés – 303

Nolasco, Pedro – 208

Molière – 69

Nora, Pierre – 20

Molina, Tirso de – 25

Noronha, Marcos de – 208

Moncada, Luís Cabral de – 179, 217

Noronha, Rodrigo de – 222

Montaigne – 70

Nossa Senhora, frei João de – 27

Monteiro, Andresa Maria – 171

Novaes, Fernando Antonio – 19, 91,

Monteiro, Clara – 172

311

Monteiro, Clemente – 172

Nozes, Judite – 71

320

O

Pedro Mártir, são – 82

Pedro, apóstolo – 104

Oeiras, conde de – 247

Pedro, Dom (irmão de D. José I) – 226

O'Hara, James – 130, 135

Pedro, infante

Odivelas, madre Paula de

(irmão de D. João V) – 32

(amante de D. João V) – 191

Peralada, conde de – 116, 177

Oldemberg, Feliciano (ou Félix)

Peralada, filho do conde de – 116, 117

Velho – 169, 219, 220, 221, 223

Pereira de Figueiredo – 259

Oldemberg, Martinho

Pereira de Lacerda, cardeal – 105

(ou Martin) – 169, 223

Pereira, Bernardo – 29

Oliveira, Cavaleiro de – ver Oliveira,

Pereira, padre Antonio – 171, 289,

Francisco Xavier de

290, 298

Oliveira, Cristóvão Rodrigues

Pereira, padre Manuel – 233

de – 24, 169

Pereira, Pedro Gonçalves

Oliveira, Eduardo Freire de – 180,

Cordeiro – 221

187, 199, 205, 217

Pereira, Teodoro – 172

Oliveira, Francisco Xavier de

Perochon, Mr. – 173

(Cavaleiro de Oliveira) – 55, 103,

Pessoa, Fernando – 237

240, 241, 242, 273, 275, 277,

Physicus Londinensis – 276, 288

298, 304, 305

Pictet, professor – 271, 272

Oliveira, Manuel de Nossa Senhora

Pimentel, Luís – 98

da – 233

Pina e Melo, Francisco de – ver Sá e

Oliveira, frei Nicolau d' – 24, 34

Melo, Francisco de Pina de

Oliveira Martins – 220, 310

Pinheiro, Agostinho – 21

Osório, Nicolau Mendo – 278

Pinto de Carvalho – 49

Pinto, Matias Pereira de

P

Azevedo – 177, 184, 190, 198

Piwnik, Marie-Hélène – 42,45,81

Padilha, Pedro Norberto de Arcourt

Platão – 262

e – 231, 232, 235, 237, 263

Pombal, marquês de – ver Carvalho e

Paiva, José Pedra – 29, 30, 42, 49,

Melo, Sebastião José de

51, 54

Pombeiro, conde de – 52

Paládio – 70

Pompadour, Madame de – 95

Palançano, mestre Guedelha – 32

Pope, Alexander – 271

Pascal – 70

Portal, padre Manuel – 171, 194,195

Pascoal, Raimundo – 172

Portela, Artur – 242, 273

Paula Joaquina – 172

Pretinho do Japão – 102

Pedegache, bruxa – 282

Pedegache, Miguel Tibério – 110,

Q

171, 282, 283, 289, 298

Pedro II (pai de D. João V) – 61, 228,

Queirós, Maria Isaura de – 237

236

Queiroz, Eça de – 23, 69, 166

321

R

Rossi, Aldo – 64

Rossi, Paolo – 253, 254, 255, 257, 263

Racine – 69

Rorty – 14

Rafael, são – 154

Rouanet, Sérgio Paulo – 197

Ramalho, Miguel Maurício – 167

Rouillé, Antoine Louis (conde de

Raminelli, Ronald – 63

Jouy) – 97, 220

Rapin, G. – 115, 131, 187, 285, 286

Rousseau, J. J. – 258, 268, 270

Ratton, Jacome – 13, 23, 54, 57, 63,

Rudé, George – 70

64, 87, 108, 109, 110, 114, 129, 144,

Ruders, Carl Israel – 58

162, 165, 182, 192, 221, 222, 307,

Ruffie, Jacques – 52

308, 309

Ratton, Jacques – 182, 307

S

Réaumur, monsenhor de – 282

Rêgo, Yvonne Cunha – 203

S. Boaventura, Juliana de

Reis, Antonio Martins dos – 190

(sórora) – 28

Reis, Maria de Fátima Dias dos – 60

S. Vicente, conde de – 68, 244

Remédios, Antonio dos – 287, 290,

Sá da Costa – 35

299

Sá, José Antonio de – 74

Revel, Jacques – 14, 17

Saboia, rei de – 55

Reycend – 130

Sacramento, padre Antonio do – 171

Ribeiro, Antonio Lopes – 57

Sá e Melo, Francisco de Pina

Ribeiro, Ignacio – 295

de – 251, 286, 289, 291, 292

Ribeiro Guimarães – 28

Saldanha, Duarte Rebelo de – 175

Ribeiro Sanches – 105, 259

Salemas (feiticeiras) – 30

Ribeyrolles, negociante – 174

Salgado Júnior, Antonio – 48

Rigaud – 70

Salomão, rei – 235

Rio Grande, conde de – 80

Sampaio, Albino Forjaz de – 101

Rio, condessa do – 99

Sampaio, Antonio Villasboas e – 68

Rocha, André C. – 198

Sanchez, Antonio Nunes

Rodrigues, André Figueiredo – 21

Ribeiro – 287

Rodrigues, Antonio Edmilson M. – 18

Sánchez, Ángel Rodriguez – 159

Rodrigues, Graça Almeida – 101, 102

Santa Catarina, frei Lucas de – 39,

Rodrigues, Leda Boechat – 21

101

Rodrigues, Leonardo – 136

Santaló, Alvarez – 159

Rodrigues, Teresa – 46, 54, 58

Santana, frei José de – 28

Rodrigues Cavalheiro – 272

Santana, padre Francisco José de – 28

Roger, Alain – 72

Santarém, Menino de – 232

Romana, Maria – 172

Santo Alberto, Francisco de – 301

Romney – 70

Santo Antonio, madre Rosa Maria

Rondet, Laurent Etienne – 292, 293

Sério de – 28

Rosa, Joana (feiticeira) – 30

Santos, Eugênio dos – 143, 148,

Rosário, Fernando de Moraes – 46

197, 238

322

Santos, Guilherme G. de

Soledade, frei Francisco da – 29

Oliveira – 225

Sournia, Jean-Charles – 52

Santos, João Rodrigues dos – 173

Souza, Antonio Caetano de – 24

Santos, Maria Helena Carvalho

Souza, Maria Leonor Machado

dos – 23, 25, 30, 60, 220, 288

de – 71, 149

Santos, Piedade Braga – 36, 37, 38,

Souza, Rodrigo de – 98

39, 42, 58, 68, 76

Spencer, Madame – 49

São Lourenço, conde de – 144, 218

Stephens, Guilherme – 193

Saraiva, Antonio José – 81, 83

Stoqueler (cônsul de

Saramago, José – 32, 33, 153

Hamburgo) – 117

Saussure, César de – 55, 61, 72, 73, 74

Stukeley, reverendo – 264

Saxe-Gotha, duquesa de – 266

Swan, John – 302, 303

Schuback, Nicolaus – 211

Swift – 70

Sebastião, Dom (O Encoberto) – 102,

227, 231-235, 246

T

Semedo, João Curvo – 29

Sequeira, G. de Mattos – 169

Tancos, marquês de – 222, 241

Sérgio, Antonio – 35

Tarouca, conde de – 89, 103

Serra, padre Pedro – 260

Tavares, João Acúrcio – 194

Serrão, Joaquim Veríssimo – 20, 46,

Távora, família – 225, 240, 245,

59, 60, 74, 86, 89, 101, 103, 139,

308, 310

140, 145, 146, 148, 168, 174,

Távora, Luís Bernardo de – 190

182, 183, 184, 190, 191, 192,

Távora, marquês de – 222, 300, 301

211, 218, 231, 240, 243, 252,

Teixeira, Pedro – 202

259, 309

Teles, Nuno da Silva – 184

Serrão, Joel – 102

Teotônio, padre Francisco – 202

Serrão, José Vicente – 56, 74, 91-93

Teotônio, são – 234

Silva, Ana Cristina Nogueira da – 35

Teresa, marquesa (amante de

Silva, Cristóvão da – 180

D. José I) – 190

Silva, Fernão Teles da – ver Alegrete,

Terzi, Filipe – 31

marquês de

Theys, Jacques – 151

Silva, Francisco Ribeiro da – 245

Thomas, Keith – 239

Silva, João Antunes da – 172

Tiago, são – 69

Silva, José Alvarez da – 286

Tinhorão, José Ramos – 26, 39, 41,

Silva, José Seabra da – 146,174

44, 80, 81

Silva, Luiz Diogo da – 208

Tinoco, João Nunes – 32

Silva, Manoel da – 172

Tirawley (barão e Lord) – 130, 213

Silva, Manuel Teles da – 143

Todorov, Tzvetan – 71

Silva, Nicolau Luís da – 179

Tolentino, Nicolau – 26

Silva, Patrício da – 148

Torga, Miguel – 15, 32, 309

S. José, frei Francisco Antonio

Torres, José Veiga – 106, 233, 236, 237

de – 289, 299, 300

Torres, provincial carmelita – 202

323

Tosca, Tomás Vicente – 260

Vieira, Inácio – 260

Trevor-Roper, H. R. – 238

Viganego, Fernando Aniceto – 117

Tronchin, editor – 271, 272

Viganego, Pietro Francesco – 23, 46,

Trovão e Souza, José de

60, 65, 68, 69, 77, 88, 89, 92, 95,

Oliveira – 132, 136, 137,

96, 99, 101, 192

157, 290, 299

Vila Nova da Ceveira, viscondes

Tubal (neto de Noé) – 35

de – 183

Turner, William – 34

Villa-Moura, visconde de – 66

Vincent, Bernard – 136, 154, 155

U

Virgem Maria – 126, 136, 150, 153,

154, 156, 157, 160, 163, 234,

Uffon, Jacques – 51

240, 241, 284

Urbano VIII (papa) – 34

Voltaire – 198, 242, 258, 263,

Uzeda, conde de – 65

265-272

Vovelle, Michel – 159, 176, 178

V

W

Valença, marquês de – 214

Vainfas, Ronaldo – 63

Walpolle, Horace – 70

Varani, Alfonso – 268

Walpolle, Robert – 69

Vasconcellos, Carolina Michaëlis

de – 270

Wanderley, Regina – 21, 41, 69,

Vasconcellos, José Leite de – 30,

214, 244

160,178

Wesley, John – 272, 273, 274, 277

Vaucher, André – 29

Williams, Raymond – 65

Velho, Feliciano – ver Oldemberg,

Winston, William – 264, 286

Feliciano (ou Félix) Velho

Velho, Martinho – ver Oldemberg,

X

Martinho (ou Martin)

Velho, padre Manuel – 201

Xavier, Ângela Barreto – 141

Veríssimo – mártir protetor de

Lisboa – 29

Z

Verney, Luís Antonio – 48, 103

Vidigueira, conde de – 244

Zacarias, profeta – 120

Vieira, padre Antonio – 236, 257,

Zeferino, frei Francisco Rey de Abreu

261, 304

Mata – 39

324





Lisboa no século XVII. Após a Restauração, a cidade voltou a crescer, inaugurando nova fisionomia urbana. As ruas, contudo, mostravam-se estreitas e sujas, contrastando com o incremento do comércio. (Clichê BN Paris) O rio Tejo pontilhado de embarcações das nações estrangeiras que vinham buscar mercadorias trazidas das Índias e da América portuguesa. (Clichê BN Paris)





Lisboa vista do Forte Almanda: no conjunto, um casario ensolarado que, de longe, encantava os viajantes.

(Clichê BN Paris)

A Torre ou Castelo de Belém avançava sobre as águas salobras do estuário do Tejo. (Clichê BN Paris)





O suplício dos condenados pela Inquisição transformava o Terreiro do Paço em trágico circo.

Os réus, como se vê à esquerda, eram garroteados antes de sofrerem o suplício da fogueira.

À direita, são representados recebendo admoestações dos confessores. (Clichê BN Paris) Montados em mulas e vestidos com sambenitos, réus do tribunal do Santo Ofício atravessavam a multidão enraivecida, depois de terem abjurado de suas crenças. (Clichê BN Paris)



Retrato de D. José (1714-1750) com a cruz da Ordem de Cristo, o cetro e a coroa.

(Exposição Lisboa e o Marquês de Pombal, vol. 1, figura 41)



*Retrato da rainha D. Mariana
Vitória (1718-1781), filha de
Felipe V de Espanha e Isabel
Farnésio. Tinha por seu marido,
D. José, imensa ternura, e
por Pombal, pouca simpatia.*

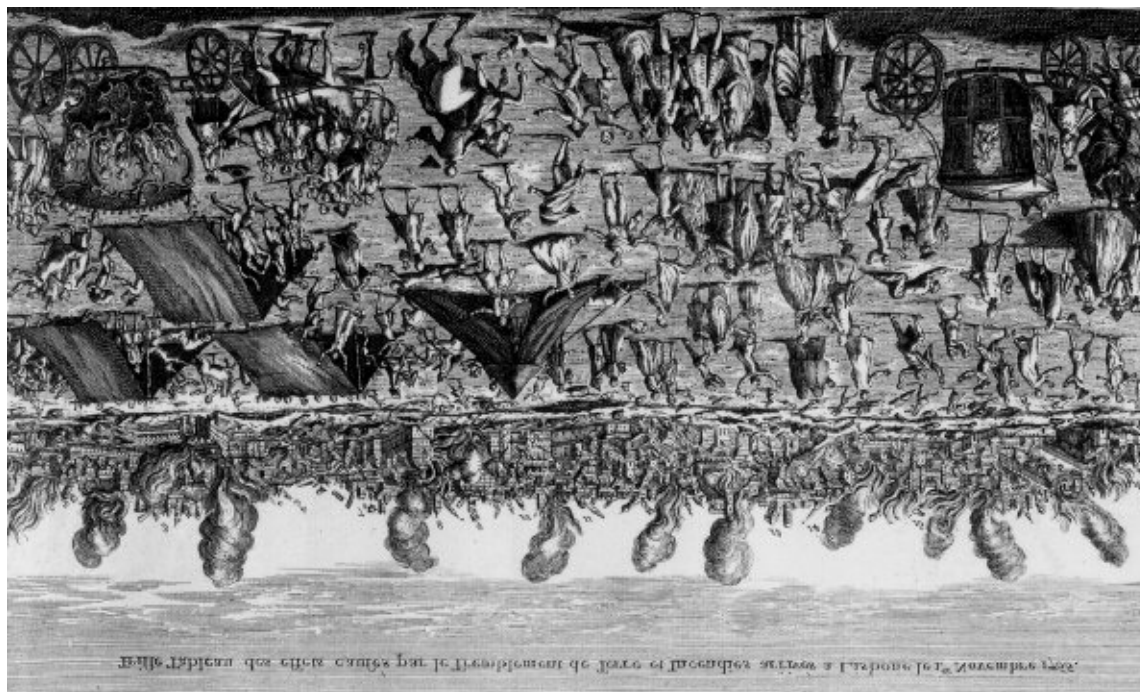
(Exposição Lisboa e o Marquês de Pombal,

vol. 1, figura 46)

Retrato do marquês de Pombal.aA

(Exposição Lisboa e o marquês de Pombal,A

vol. 1, figura 10)



transmitir o desesper

*Tendo Lisboa em chamas, ao fundo, a população tenta se or o dos habitantes.
(Clichê BN Paris)*

ganizar em bar

racas montadas nos ar

redor

es da cidade. A gesticulação das fig

uras impr

essas pr

ocura



Ex-voto à santíssima Virgem Maria de Todos os Corações Aflitos. Na parte inferior da ilustração, à esquerda, o “Rey e a Raynha” e, à direita, o “Patriarca”. Em segundo plano, Lisboa durante o terremoto.

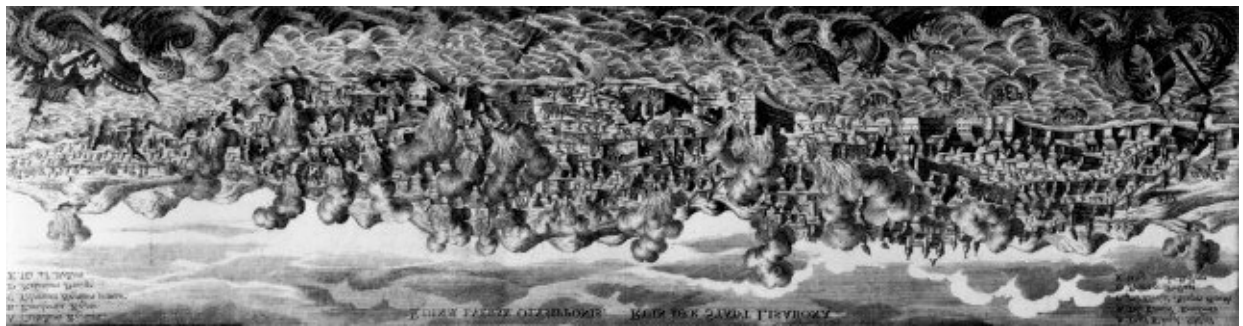
(Exposição Lisboa e o marquês de Pombal, vol. 2, figura 56)



Panorâmica de Lisboa, vendo-se ao centro o Paço da Ribeira, a torre palaciana do Arcebispado e o Hospital de No alto, o Castelo de São Jorge velava sobre a cidade. (Clichê BN Paris).



Todos os Santos. À direita da gravura, a antiga muralha medieval lembrava o ataque de piratas mouros.



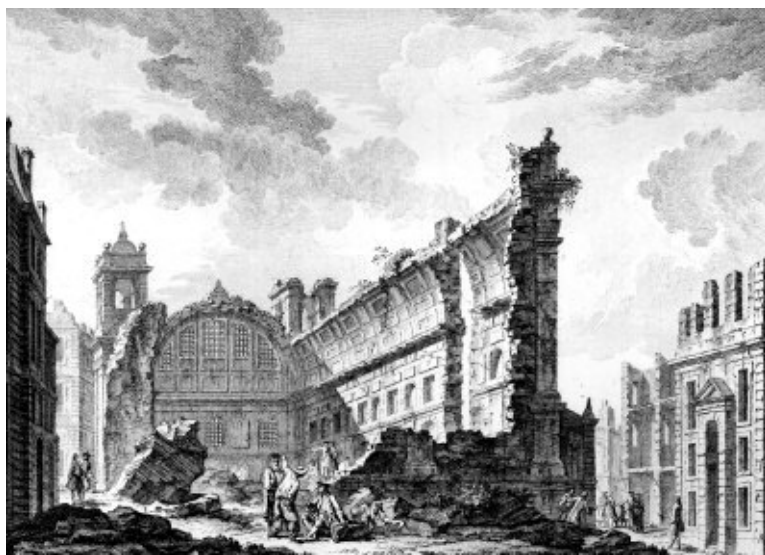
*Gravura sobre
e o ter-
remoto, incêndio e mar-
emoto que se abateram sobre
e Lisboa. (Clichê BN Paris)*





Efeitos do terremoto na Ópera. (Clichê da BN Paris)

Os restos da Torre do Patriarca. (Clichê da BN Paris)



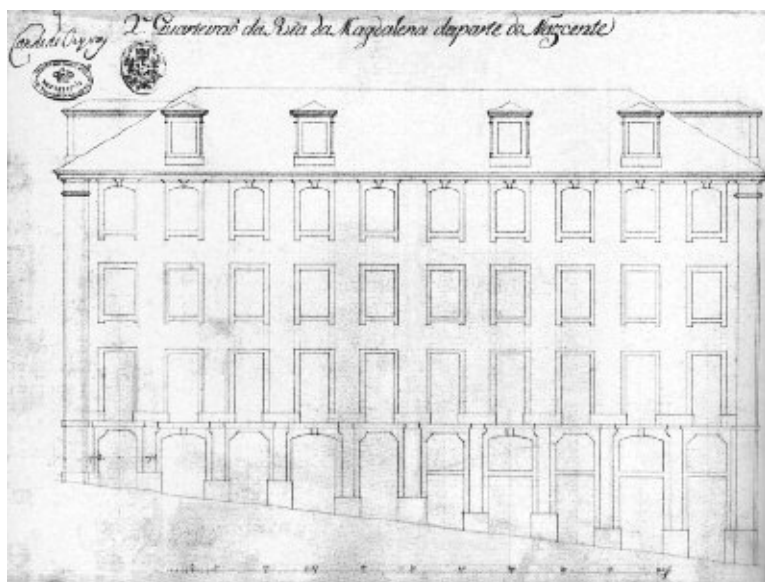
As ruínas da igreja de São Nicolau. (Clichê BN Paris)



A igreja de São Paulo: destruição. (Clichê BN Paris)



Repercussão da tragédia na Alemanha: a gravura mostra uma família sendo resgatada no momento do terremoto. (Exposição Lisboa e o marquês de Pombal, vol. 2, figura 55)



Corte lateral da planta para reconstrução do quarteirão da rua da Madalena.

(Exposição Lisboa e o marquês de Pombal, vol. 2, figura 120)



Gravura impressa na França sobre Malagrida, aludindo ao caráter dúplice dos jesuítas que então passavam a ser perseguidos: numa mão, um terço; na outra, um punhal para cravar no coração de quem lhes fizesse oposição. (Clichê BN Paris)